

Península de Itapagipe *patrimônio industrial e natural*



MARIA HELENA OCHI FLEXOR E PETER JOSÉ SCHWEIZER (ORG.)



PENÍNSULA DE ITAPAGIPE: PATRIMÔNIO INDUSTRIAL E NATURAL

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

REITORA

Dora Leal Rosa

VICE-REITOR

Luiz Rogério Bastos Leal



E D U F B A

EDITORIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

DIRETORA

Flávia Goulart Mota Garcia Rosa

CONSELHO EDITORIAL

Alberto Brum Novaes

Angelo Szaniecki Perret Serpa

Caiuby Alves da Costa

Charbel Niño El-Hani

Cleise Furtado Mendes

Dante Eustachio Lucchesi Ramacciotti

Evelina de Carvalho Sá Hoisel

José Teixeira Cavalcante Filho

Maria Vidal de Negreiros Camargo

fapesb 
Fundação de Amparo
à Pesquisa do Estado da Bahia

The logo for Fapesb (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia) features the word 'fapesb' in a bold, lowercase, sans-serif font. To the right of the text is a stylized graphic composed of several overlapping, curved lines that form a circular, geometric shape resembling a woven or interlocking pattern. Below the main logo, the full name of the foundation is written in a smaller, uppercase, sans-serif font: 'Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia'.

Maria Helena Ochi Flexor e Peter José Schweizer
(Organização)

Península de Itapagipe: patrimônio industrial e natural

EDUFBA
Salvador 2011

2011, Autores.
Direitos para esta edição cedidos à Edufba.
Feito o Depósito Legal.

CAPA E PROJETO GRÁFICO

Matheus Menezes Silva

FOTO DA CAPA

Gilberto Melo

REVISÃO

Cida Ferraz

NORMALIZAÇÃO

Iole Costa Terso

CRB-5/1329

Sistema de Bibliotecas

Península de Itapagipe : patrimônio industrial e natural / Maria Helena Ochi Flexor, Peter José Schweizer, organização. - Salvador: EDUFBA, 2011.

250 p. : il.

ISBN 978-85-232-0855-4

1. Itapagipe (Salvador, BA) - História. 2. Urbanização - Itapagipe (Salvador, BA) - História. 3. Indústrias - Itapagipe (Salvador, BA) - História. I. Flexor, Maria Helena Ochi. II. Schweizer, Peter José.

CDD – 338.098142

Editora filiada à:



EDUFBA

Rua Barão de Jeremoabo, s/n Campus de Ondina – Salvador – Bahia

CEP 40170-115 Tel/fax.: (71) 3283 6164 www.edufba.ufba.br edufba@ufba.br

SUMÁRIO

Prefácio 7

Peter José Schweizer

Introdução 11

Maria Helena Ochi Flexor

Uma década da UCSal em Itapagipe: universidade e sociedade no processo de desenvolvimento local 27

Rita Amália da Silva Carreiro, Cristina Maria Macêdo de Alencar e Maria Julieta Mandarino Firpo Fontes

Ações em rede da CAMMPI e NAI 49

Marcos Vicente Ribeiro Soares

O arranjo produtivo local de confecções da Rua do Uruguai 65

Rosemma Burlacchini Maluf

Itapagipe: península capturada pelo olhar artístico 93

Luiz Mário Freire

Patrimônio industrial: possibilidades de sua reconversão 127

Hermes Magalhães Tavares

Patrimônio histórico: quando a cidade vira mercadoria 135

Peter José Schweizer

Luiz Tarquínio: a Companhia Empório Industrial do Norte 143

Maria Helena Ochi Flexor

Fratelli Vita: sabor e brilho na Península de Itapagipe 169

Maria Vidal de Negreiros Camargo

Diagnóstico socioambiental das praias de Itapagipe 193

Iracema Reimão da Silva

Referências 209

Apêndices 243

Prefácio

Peter José Schweizer¹

Os estudos realizados sobre o patrimônio industrial ainda existente nas metrópoles brasileiras têm contribuído para caracterizar a importância de se observar as cidades como um todo, como uma unidade. Com isto se buscou verificar as razões que determinaram o abandono, ou a relativa perda de importância de algumas áreas urbanas, tanto centrais quanto periféricas, sejam elas residenciais, comerciais ou industriais.

A racionalidade que inspira tais transformações segue muito mais a lógica resultante dos interesses individuais, no caso das indústrias, isto é, o interesse das empresas, do que uma lógica coletiva, no caso das cidades. Não têm predominado iniciativas decorrentes de um processo de planejamento contínuo para o ordenamento urbano, bem como tem faltado o devido respeito ao patrimônio histórico existente.

Centrando as análises, que são apresentadas neste livro, ao caso de Itapagipe, na cidade de Salvador, Bahia, buscou-se examinar a razão de ser da existência das ruínas deixadas pelas antigas indústrias ali localizadas. Esta pesquisa teve a finalidade de estabelecer o conhecimento e a compreensão dos elementos que poderiam subsidiar a formulação e a construção de políticas públicas de requalificação de tais espaços.

Partindo de uma reconstituição histórica das indústrias localizadas na península de Itapagipe, buscou-se dar um destaque ao caso de duas delas, em especial a Companhia Empório Industrial e a Fratelli Vita. A partir do cadastramento dos vazios urbanos e das ruínas existentes nessa área da Cidade Baixa de Salvador, são propostos possíveis usos para esses bens patrimoniais, relacionando-os a outros elementos históricos, como é o caso da Estrada de Ferro da Leste Brasileiro.

No processo de transformação da cidade e de descentralização das atividades de uma área para outra, com o desaparecimento de alguns

¹ Doutor em Engenharia Industrial pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor do Programa de Pós-Graduação da Universidade Católica do Salvador até 2008.

tipos de produção industrial, verificou-se o surgimento de novas atividades nas áreas deterioradas, como oficinas mecânicas, pequenas fabricações caseiras ou o abandono total de antigas instalações, poluindo visualmente os diferentes bairros. Verificou-se, também, a possibilidade de fomento a algumas manufaturas, nessas áreas, pela criação de cooperativas e a formação de alguns grupos produtivos, com base comunitária, como vem acontecendo com o arranjo produtivo local (APL) – da rua do Uruguai.

A ação do governo do Estado da Bahia, na recuperação de áreas urbanas deterioradas se faz fundamental, através de um planejamento urbano consistente, que possa conceber novas formas de ocupação desses vazios e o aproveitamento dos prédios abandonados. Para tal, poderá vir a ser importante, por exemplo, o apoio técnico e financeiro sistemático a pequenas e médias empresas industriais e de prestação de serviços que se localizam ou venham a se localizar nesses espaços degradados.

No conjunto de artigos elaborados, com base nas pesquisas realizadas pela Universidade Católica do Salvador (UCSal) – em colaboração com o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) –, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, procura-se, neste livro, apresentar as atividades industriais da Península de Itapagipe, desde a origem até a fase de decadência. A apresentação é feita de modo a dar ao leitor uma visão conjunta das transformações que geraram o abandono de determinadas empresas e o desinteresse governamental, de Estado e Município, pela sustentabilidade dessa área, ou seja, pela preservação dos conteúdos históricos que dão caráter e visibilidade à cidade.

Uma análise histórica criteriosa de duas das mais importantes empresas, que estiveram localizadas em Itapagipe, uma do ramo têxtil e a outra do ramo de alimentos, permitirá ao leitor caracterizar, mais objetiva e concretamente, o que ocorreu no contexto da evolução industrial e urbana de Salvador.

Esta publicação visa, além de explicar a razão de ser das ruínas e prédios abandonados, alertar os cidadãos e as autoridades para a importância da preservação de testemunhos históricos, não por uma questão sentimental ou razões desprovidas de qualquer sentido social e econômico. Pelo contrário, é exatamente pelo elevado sentido social que possuem esses testemunhos da história urbana de uma metrópole da importância de Salvador que se firma a tese da preservação.

Num país, cuja cultura e amálgama de um povo ainda podem ser considerados em suas etapas iniciais de formação, se comparado a países com cinco mil anos de cultura, verifica-se ainda mais importante a preservação de testemunhos da história urbana incipiente. Testemunhos que representam, não apenas elementos físicos isolados, monumentos, edifícios, construções, porém o que se poderia denominar de elementos de evolução, criatividade e representatividade de um povo em desenvolvimento e sua maneira de demonstrar sua vitalidade.

Um país onde um prédio do Senado Federal, no Rio de Janeiro, foi demolido, mesmo tendo sido um prêmio nacional de arquitetura e um símbolo da democracia, nos dá uma prova clara da pouca importância atribuída pelas autoridades que o governam às manifestações construtivas de sua história. Têm-se, entretanto, os que ainda percebem quão fundamental é “bater na mesma tecla”, dia após dia, reafirmando a importância da cultura, das manifestações culturais, da história e do sentido da preservação arquitetônica no urbanismo, em todas as épocas e para todas as sociedades.

Este livro tem início com um trabalho que discute o papel das indústrias nos centros urbanos, sua evolução, decadência e propostas de reconversão, de reutilização, de modo a dar ao leitor o marco dentro do qual se inseriu toda a pesquisa realizada no âmbito da Universidade Católica do Salvador. Tal pesquisa é então apresentada, mostrando tratar-se do trabalho de uma década em que os pesquisadores envolvidos buscaram consolidar uma adequada apreensão e compreensão do fenômeno industrial em Itapagipe, sua plena existência e posterior decadência. E já se assiste, por umas poucas e heroicas iniciativas, a um princípio de revitalização e reconversão de antigos prédios industriais.

Para finalizar, são feitas considerações sobre o patrimônio histórico, no âmbito do urbanismo brasileiro atual, em que as forças da especulação imobiliária, inseridas no que foi chamado pelo autor de “urbanismo de mercado”, contribuem para deteriorar áreas urbanas inteiras, gerando verdadeiros tecidos cancerosos em quase todas as metrópoles dos países periféricos.

De uma forma ou de outra, essa deterioração acabou atingindo as praias da região, seu ecossistema, motivo pelo qual foi somado um estudo sobre o estado atual da zona marítima que circunda a Península de Itapagipe.

Introdução

Maria Helena Ochi Flexor¹

Este livro é o resultado parcial da pesquisa sobre o tema “A antiga indústria de Itapagipe: possibilidades de reconversão” que, originalmente, começou a partir de uma atividade de extensão, da Universidade Católica do Salvador (UCSal), na Península. Paulatinamente, passou a compor um tema de investigação do Grupo de Pesquisa Salvador: Transformações e Permanências,² na linha de pesquisa – Territorialidade e Planejamento Urbano e Regional – do Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, no Programa de Pós-Graduação dessa Universidade.

A pesquisa, sua temática e metodologia derivaram do trabalho conjunto UCSal/Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no âmbito do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (PROCAD), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Profissionais do Ensino Superior (CAPES) do Ministério da Educação. Ela teve início sob a responsabilidade do Professor-Doutor Hermes de Magalhães Tavares, seu idealizador e primeiro executor, sob o título “Reconversão da Antiga Indústria de Itapagipe/Salvador: possibilidades do trabalho informal urbano”, ainda como professor do Programa PROCAD/IPPUR/UCSal. Nesse período, de 2002 a 2005, o PROCAD foi responsável pela estruturação das bases sobre as quais foi criado o Mestrado acima.

Para a concretização desse Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, foram contratados vários professores e, necessariamente, a responsabilidade do Projeto passou para esse Programa

1 Doutora em História Social, pela Universidade de São Paulo, Professora Emérita da Universidade Federal da Bahia, Professora-Adjunta do Mestrado de Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social da UCSal.

2 Liderado pelo Professor Pedro de Almeida Vasconcelos com vice-liderança da professora acima citada.

de Pós-Graduação, ficando à sua frente, mas ainda guardando a parceria com o Professor-Doutor Hermes de Magalhães Tavares, a Professora-Doutora Maria Helena Ochi Flexor. Logo se somariam à equipe, como componentes de programa externo, a Professora-Mestre Maria Vidal de Negreiros Camargo, da Universidade Federal da Bahia, e a Professora-Doutora Iracema Reimão da Silva. Contou-se, ainda, com a participação dos bolsistas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/UCSal/Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), com os alunos, Iury Alves Rodrigues do Curso de Geografia, e Ana Catarina Lins de Albuquerque Sento-Sé Martinelli Braga, então no Curso de História, com opção em Patrimônio. Com a criação do Mestrado Profissional em Planejamento Ambiental, agregado ao Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, ganhou-se a colaboração do Professor-Doutor Peter José Schweizer que, embora já afastado da UCSal, compôs a equipe de coordenação da edição deste livro.³

Como orientadora do Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, a Professora Maria Helena Ochi Flexor direcionou algumas dissertações de mestrandos para o estudo “Península Itapagipana”, entre os quais, um antigo morador de Itapagipe, Marcos Vicente Ribeiro Soares, que já defendeu seu trabalho em 2007, versando sobre “Responsabilidade social e a comunidade em rede: a atuação da CAMMPI e do NAI na Península Itapagipana”.⁴ Por outro lado, somaram-se mais dois mestrandos, Leomar Borges, que deixou o Programa e continua o mesmo tema em outra Instituição. Sua dissertação está voltada para o estudo da reconversão de um antigo galpão da fábrica de Chocolates Chadler, ocupado pelo Shopping Bahia Outlet Center, estendendo suas influências para os Arranjos Produtivos Locais (APL), na rua do Uruguai, propostos por Maria Marineide de Souza. Para estudos do meio ambiente somou-se ao grupo a Professora-Doutora Iracema Reimão da Silva que, embora tenha se desligado do Programa em 2009,⁵ continua como colaboradora e participante do Grupo de Pesquisa.

3 Foi professor do Programa de Estudios de la Ciudad Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales em Quito, no Equador, em cujo país reside até o presente.

4 Comissão de Articulação e Mobilização dos Moradores da Península de Itapagipe (CAMMPI); Núcleo de Articulação Institucional (NAI).

5 Prestou concurso e foi aprovada no Instituto de Geociências da UFBA.

Assim, a equipe do Grupo de Pesquisa vem se fortalecendo e, para dar visibilidade às suas pesquisas e trabalhos, apresenta-se agora uma parcela dos resultados das pesquisas realizadas entre 2005 e 2007. Vale ressaltar que, no período 2006-2007, no prazo de um ano, o Projeto teve financiamento da FAPESB, além do patrocínio dos bolsistas de Iniciação Científica, através das cotas PIBIC/FAPESB/UCSal.

Soma-se a isso, a apresentação do Grupo de Pesquisa – professores e alunos –, com comunicações e minicursos em anos consecutivos na Semana de Mobilização Científica (SEMOC), da UCSal, que reúne profissionais, professores, alunos da graduação e pós-graduação, tanto das universidades da Bahia, quanto de todo o Nordeste.

A ideia inicial do Projeto, mas especialmente como atividade de extensão, nasceu da constatação de que os problemas dos bairros da Península, sobretudo os mais pobres, já haviam sido bastante estudados e contavam com diagnósticos que davam conta da realidade social da população ali residente. Caberia, então, investigar as possibilidades de revalorizar a região, de modo a, direta e indiretamente, gerar emprego e renda. O passado industrial de Itapagipe e a provável recuperação de alguns imóveis foram então pensados como uma via para se alcançar esse objetivo.

Assim, com o financiamento da FAPESB, desenvolveu-se uma primeira etapa do Projeto, pelo levantamento histórico de dois empreendimentos industriais antigos da região: a Companhia Empório Industrial do Norte, mais especificamente a Fábrica Boa Viagem e seu complexo, incluindo a Vila Operária, e a Fratelli Vita. Nesta etapa, objetivou-se mostrar o valor histórico desse patrimônio industrial, que teve um passado marcante em Itapagipe, e se encontra em fase de deterioração, especialmente o primeiro. Além disso, procurou-se chamar a atenção para o estado das demais indústrias, que tiveram seus prédios abandonados, sendo alguns poucos reaproveitados, mas outros permanecendo em ruínas, contribuindo para a desvalorização do patrimônio, de um lado e, de outro, somando-se, ao abandono da região por parte das autoridades, a desagradável sensação de poluição visual.

Encerrando essa fase foi realizado um *workshop*, no dia 29 de novembro de 2007, sob a coordenação dos professores Peter José Schweizer e Maria Helena Ochi Flexor, que contou com a participação dos professores Hermes de Magalhães Tavares (patrimônio industrial),

Maria Vidal de Negreiros Camargo (estudos sobre a Fratelli Vita), Maria Helena O. Flexor (estudos sobre a Companhia Empório do Norte), da técnica Rita Amália Carreiro, da Superintendência de Extensão e Ação Comunitária da UCSal (a presença da UCSal na Península de Itapagipe), e da ex-Gerente do Outlet Center, Rosemma Maluf APL do Uruguai como consequência dos trabalhos que deram origem ao Outlet Center, um exemplo de reconversão de sucesso). Contou-se, ainda, com a participação especial do Professor Luiz Mário Freire, da Universidade Federal da Bahia, relatando sua própria experiência, ao converter depósitos da antiga Johanes Industrial, que havia comprado as instalações da fábrica da Crush, existentes junto à ponte desse nome, em ateliê artístico, lugar de encontros sociais e residência.

O evento contribuiu, ainda, para um balanço, não só das atividades acadêmicas, mas, também, do trabalho de revitalização de alguns prédios e a indicação de outros que estão em vias de serem reconvertidos, como é o caso da antiga indústria de refrigerantes Fratelli Vita, programada por um Centro Universitário para receber instalações de cursos específicos, inclusive aqueles ligados ao mar e à gastronomia.

* * *

A título introdutório é preciso fazer referência à Península de Itapagipe, onde estão localizadas as ruínas dos edifícios historiados. Antes da ideia de se criar os centros industriais na Região Metropolitana de Salvador, descentralizando as suas atividades para lugares distantes do centro urbano, com o Decreto Lei nº 701, de 24 de março de 1948, a Prefeitura, com o interesse de localizar atividades bem diferenciadas da população urbana, em setores próprios, dividiu a zona urbana em doze setores. A zona industrial correspondia, então, às áreas dos sub-districtos de Mares, Penha e São Caetano.

Entretanto, o zoneamento legal foi substituído pelo zoneamento de fato (SANTOS, 1956, p. 263), pois o aumento da população na região fez crescer o número de novas casas. Entre 1940 e 1950, houve um acréscimo total de 23.959 pessoas e 4.833 casas novas. Na década seguinte, a Prefeitura deu licença para a construção de mais 7.389 prédios, entre proletários e não proletários, em toda a cidade. O censo informava que, num total de 20.377 construções, 12.988 eram clandestinas.

tinhas, tanto na zona urbana, quanto na suburbana. Destas últimas, uma grande parte estava na Península itapagipana, onde, segundo cálculos de Américo Furtado de Simas Filho, existiam 75% de habitações populares (SANTOS, 1956, p. 261).

Os terrenos em terra firme eram poucos para se construir, criando uma crise de habitação na região, sendo agravada a situação com a chegada de centenas de novos moradores, vindos de outras partes da Bahia e do Nordeste. Isso levou ao que Milton Santos (1956, p. 261) chamou de “soluções heróicas”, as chamadas *invasões*. Estas, na Península itapagipana, começaram, como no resto da Cidade, na mesma década de 1940-50, e foram aproveitados, primeiro, os terrenos com proprietários, o que exigiu posterior expropriação e pagamento de indenizações. A partir daí, o braço de mar ali existente foi sendo ocupado por casas construídas sobre estacas, formando as palafitas, alcançadas por passarelas estreitas, até que se completasse o aterro, feito com lixo e outros materiais. Rapidamente, o mangue, na Enseada dos Tainheiros, e o mar foram ocupados formando o bairro dos Alagados.

A falta de espaço não dava muitas possibilidades de expansão industrial e as que surgiram estavam situadas em zonas residenciais, indo contra o plano original e toda a boa doutrina urbanística, segundo Santos (1956, p. 262).

A indústria, desde que o sistema de fábricas tornou-se dominante, sofreu impactos, derivados da ocorrência de crises, da sucessão de ciclos econômicos e mesmo de políticas governamentais destinadas ao setor. A crise, iniciada na primeira metade da década de 1970, atingiu particularmente as indústrias pesadas, a siderúrgica, a mecânica, a de carvão e o setor têxtil. Da crise passou-se à desativação de grande número de indústrias desses setores; a Península de Itapagipe não fugiu a esse fenômeno.⁶

Os espaços resultantes desses processos de fechamento, provocando o aparecimento de vazios e ruínas industriais, tornaram-se alvo da atenção de agentes em várias partes do mundo: governos, promotores imobiliários, organizações não governamentais (ONG) e movimentos sociais. Dependendo do local, e das ações dos agentes socioeconômicos, tais áreas degradadas – as *friches* urbanas industriais

6 Esse fenômeno não é apenas baiano. Pode-se verificar nos estudos do Professor Hermes Tavares, que houve a mesma ocorrência na Europa e nos Estados Unidos.

– passaram a ter novas destinações, dentre as quais, cabe ressaltar, aquelas que se preocuparam, e se preocupam, com a preservação dos edifícios que compõem o patrimônio industrial, transformando-os em museus, centros culturais e/ou sociais etc. (DAMBRON, 2004) Não foi o caso de Itapagipe, onde predominou o abandono e a degradação, o des-caso governamental e que apenas teve, como ação positiva, a união da comunidade no sentido de revitalizá-la, torná-la agradável e um lugar cada vez mais digno de se morar.

Esta pesquisa – “A antiga indústria de Itapagipe: possibilidades de sua reconversão” – teve como propósito inventariar as *friches* dessa área de Salvador, com interesse numa eventual reutilização das mesmas pela participação dos principais agentes socioeconômicos e comunitários já envolvidos na política de transformar a Península.

A Península de Itapagipe, com uma população superior a 175 mil habitantes, e um índice de analfabetismo bastante elevado, é uma das áreas mais pobres da Cidade, constituída por quatorze bairros, pode ser assim caracterizada:

- a) eixo turístico – que concentra o patrimônio histórico e cultural, compreendendo os bairros da Ribeira, Bonfim, Monte Serrat e parte da Boa Viagem e do Uruguai;
- b) área mista – que compreende os bairros de Dendezeiros, Vila Rui Barbosa, Machado, Itapagipe, Roma e Mares, que abrigam comércio e residências;
- c) área dos Alagados – constituída pelos bairros da Massaranduba, Jardim Cruzeiro e parte do Uruguai, que reúnem a maior parcela da população de baixíssima renda.

Por outro lado, Itapagipe é uma das áreas mais atraentes de Salvador, detentora que é de um rico patrimônio histórico e arquitetônico,⁷ ao que se somam belas e diferentes paisagens urbanas.⁸ Essa parte da Cidade caracterizou-se, também, por ter abrigado, por mais de um século, a quase totalidade das indústrias de Salvador. Segundo Milton Santos (1956, p. 257), nos meados do século XX, concentravam-se na

7 Basílica do Bonfim, Forte e Igreja de Monte Serrat, Igreja da Boa Viagem, Convento da Penha, Igreja dos Mares, Igreja de Nossa Senhora do Rosário, Casa Amado Bahia, Clube de Regatas Itapagipe, Sorveteria da Ribeira, Hospital de Irmã Dulce, Hospitais Couto Maia e Sagrada Família, Abrigo D. Pedro II, Colégio Militar, Estação da Leste Brasileiro, enseada da Ribeira etc.

8 Baía de Todos os Santos, Porto dos Tainheiros, praia da Ribeira, Alagados, Subúrbio Ferroviário etc.

região itapagipana as principais indústrias têxteis, químicas e farmacêuticas, ou seja, as de óleos vegetais, sabões, velas, de preparação de cacau, metalurgia e todas se relacionavam com a rodovia e a ferrovia, direta ou indiretamente. Tratava-se de indústrias tradicionais, dos ramos de alimentos, bebidas, têxteis e transportes.

Essas indústrias desapareceram, devido a diferentes fatores, como a concorrência das indústrias do Centro Sul do País, e consequente decadência da navegação de cabotagem, com a descoberta do petróleo e sua substituição pelas rodovias, determinando a abertura da BR-216 e BA-324, depois a BR-101; pressão da população contra a poluição ambiental e, finalmente, a política de descentralização e criação de distritos industriais na Região Metropolitana de Salvador, já nos anos de 1960. Deve-se lembrar também que, após o término da Segunda Guerra Mundial, iniciou-se a produção de tecidos sintéticos que foi mais uma causa do fim das indústrias têxteis, que tinham como matéria-prima o algodão, e que eram as mais representativas em Itapagipe.

As empresas industriais de Itapagipe, ao desaparecerem, como nos demais polos industriais de outros países, deixaram, em seu lugar, ruínas e espaços vazios que continuam a causar problemas de poluição, de diversas naturezas, especialmente a visual. O problema de pesquisa que se coloca como um todo é, pois, o de identificar os espaços liberados pelas antigas indústrias de Itapagipe que fecharam as suas portas.⁹ Por sua vez, este trabalho de identificação tem como norte a indagação sobre os possíveis usos desses espaços na perspectiva de sua reconversão.

Desde os anos 1990 passaram a existir demandas de entidades que representavam a população dos bairros da Península, as quais, em passado recente, receberam assessoria do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD),¹⁰ no sentido de melhor direcionar as suas reivindicações.

O papel dos diferentes atores envolvidos com o território e habitantes de Itapagipe é, igualmente, questão a ser tratada na pesquisa, pois os resultados, nessa parte, interessam particularmente à definição

9 A ideia de focar o problema como ponto de partida da pesquisa apoia-se em Breaud, 1997.

10 Em parceria com secretarias do Governo do Estado, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), a Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial (SUDIC) e o Grupo Góermen, a partir de 1997. (www.cammpi.org.br/... 2006; CAMMPI, 2000).

de políticas de revalorização da Península itapagipana. Segundo Dambron (2004), as interações com outras redes, parcerias, cooperações, seriam incompletas se não incluíssem a população. E esse requisito vem sendo preenchido. A Comissão de Articulação e Mobilização dos Moradores da Península de Itapagipe (CAMMPI), o Núcleo de Articulação Institucional (NAI) e a Associação de Moradores e Amigos de Itapagipe (AMAI) representam justamente a participação da população, e de outras diversas entidades da esfera governamental, autarquias, prestadoras de serviços, grupos ambientalistas, associações de moradores, clubes sociais, sociedades beneficentes, associações religiosas, fundações e mesmo das universidades.¹¹

A participação de representantes dos moradores e de órgãos públicos, já reunidos pela CAMMPI e pelo NAI, é de fundamental importância para se traçarem as diretrizes de reaproveitamento das indústrias em desuso ou abandonadas. A partir da integração desses grupos da comunidade itapagipana, o Shopping Bahia Outlet Center,¹² sob a liderança de Rosemma Maluf,¹³ que ocupa um antigo galpão da fábrica de Chocolates Chadler, no bairro do Uruguai, tem sido um exemplo positivo e emblemático da reconversão de antigos espaços, da geração de emprego, qualificação de mão de obra e ocupação de pessoas que, individualmente, exerciam a profissão de costureiras. As iniciativas estão se estendendo para toda a região do bairro do Uruguai, através dos APL – Arranjos Produtivos Locais.¹⁴

O projeto do Grupo de Pesquisa retomou, inclusive, um dos objetivos da CAMMPI que, desde 2000, no seu “Plano Referencial de Desenvolvimento Sustentável da Península de Itapagipe”, previa um Programa de Recuperação e Conservação do Patrimônio Local. No ano seguinte, a Comissão solicitava ao então Prefeito Antônio Imbassay, entre outras coisas, um “Estudo do reaproveitamento de antigos galpões e fábricas desativados” da Península. O documento foi repassado à Secretaria de Planejamento que, por sua vez, encarregou a Gerência de Planejam-

11 A Universidade Católica do Salvador tem uma participação bastante ativa no NAI e na CAMMPI, através de sua Superintendência de Extensão, há alguns anos, na pessoa da professora Rita Amália Carreiro e suas auxiliares.

12 De caráter popular, tem fluxo diário de cerca de 10.000 pessoas (www.veja.abril.uol.com.br/... 2006).

13 O empreendimento foi iniciado por seu pai.

14 É uma ação ainda resultante da iniciativa de Rosemma Maluf, como gestora do APL/Bahia Outlet Center/Programa de Requalificação da Península de Itapagipe.

to (GEPLAN) a execução de um *dossiê*, contendo um laudo sobre a solicitação, e anexos, dentre os quais constavam: mapeamento, relação de imóveis, documentação fotográfica dos prédios de antigas indústrias, porém, não teve continuidade.

Nesta primeira fase do Projeto, desenvolvido no Mestrado de Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, da Universidade Católica do Salvador, se priorizou mais a atividade acadêmica. Foram estudadas duas das maiores indústrias que ocuparam a Península Itapagipana: a Fratelli Vita e a Companhia Empório Industrial do Norte e sua Vila Operária. A primeira dedicou-se à produção de refrigerantes, vidros e cristais, enquanto a segunda era eminentemente voltada para o setor têxtil.

Pretende-se, mostrando o valor histórico desses edifícios ou espaços, sensibilizar a comunidade para que esta, através de seus movimentos sociais próprios, consigam, junto às autoridades ou à iniciativa privada, possibilidades de reconversão destas e de outras *friches*, sendo que, estas últimas, serão também estudadas, mas a médio prazo. Embora o foco esteja nessas duas ex-grandes indústrias, várias outras já foram mapeadas na Península de Itapagipe.

MAPA 1

Patrimônio Industrial e Cultural de Itapagipe

1. Sabor Ind. Reunidas Cítricas S/A
2. Chandler Industrial da Bahia S/A
3. Fratelli Vita Ind. e Com. S/A
4. Companhia Empório Industrial do Norte
5. Companhia de Cigarros Souza Cruz
6. Companhia Antártica Paulista
7. Fábrica Toster
8. Barreto de Araújo Produtos de Cacau S/A
9. Joanes Industrial
10. Corema Ind. e Com. Ltda
11. FAGIP S/A
12. Indústria Coelho
13. Indústrias de Sabões Aliança Ltda
14. JUDABE S/A
15. Serraria Bonfim
16. Indústria de Refresco da Bahia Ltda
17. Cia Siderúrgica da Bahia – COSIBA
18. Alfred
19. Mesbla Veículos
20. Fábrica de Vidro
21. Floresta Madeireira – FLOMADE
22. Fábrica de Óleo de Coco
23. Cia Baiana de Navegação

- A. Abrigo D. Pedro II
- B. Casa Amado Bahia
- C. Clube de Regatas Itapagipe
- D. Estação Ferroviária
- E. Igreja da Boa Viagem
- F. Igreja do Bonfim
- G. Igreja dos Mares
- H. Igreja da Pena
- I. Hospital Couto Maia
- J. Hospital Sagrada Família
- L. Forte de Monte Serrat

0 200 400 600
m

Fonte: CONDER/INFORMS - 2006



Costuma-se atribuir à indústria têxtil um papel fundamental, durante a primeira Revolução Industrial. No Brasil, essas indústrias instalaram-se primeiramente nas grandes cidades do Nordeste, em meados do século XIX – Valença e, depois, Salvador¹⁵ – na Bahia, foram exemplos típicos.

Na Bahia, pelo fato de estar isolada do continente, ser pouco habitada, ter superfícies planas, um porto abrigado na Baía de Todos os Santos e possibilidades de ligação com o resto do continente, Itapagipe foi escolhida como o lugar de assentamento da maioria das indústrias.

Essas atividades chamaram a atenção de autoridades e técnicos. Em 1844, Carlos Weyll e André Przewodowski¹⁶ tinham apresentado à Câmara Municipal – “planta da rua ou estrada da Boa Viagem, com todas as travessas, ou bêcos, que forem necessarias para regularidade da rua, e comunicação da Calçada, em diferentes pontos com o mar” –, indicando, inclusive, os melhoramentos indispensáveis: de um lado, o escoamento de águas e esgotos, para o mar ou para o canal e, de outro, melhoria da Estrada das Boiadas,¹⁷ que passava pelo antigo Engenho Conceição, em direção ao largo da Lapinha. Propunham alinhamento de casas, organização de praças públicas, em ruas retas e largas e novos quarteirões, com grades e jardins à frente, à maneira da Regent’s Street e da Regent’s Park, de Londres, e exemplos de Amsterdam e Rotterdam, na Holanda, e Paris. Assinalavam que a Bahia, isto é, Salvador poderia se associar ao número das grandes cidades, que tinham seus bairros antigos e os bairros novos separados, os primeiros acidentados, os novos em ordem em terreno plano, cuja construção era precedida de plano racional e bem combinado (FLEXOR, 1999, p. 80-82).

Para isso, no entanto, era preciso, de um lado, unir a península ao continente, pois eram separados por um canal, e tentar sanear as áreas alagadiças. Em 1845, estavam prontos os projetos das eclusas do

15 Fábrica de Tecidos Todos os Santos, considerada a primeira a funcionar no País, movida a energia hidráulica, tinha 300 operários. Abrigou, também, a Fábrica Nossa Senhora do Amparo, posteriormente Companhia Valença Industrial e hoje Valença Têxtil, visitada em 1859 por D. Pedro II. ([www.probrasil.com.br/...](http://www.probrasil.com.br/) 2006).

16 Um engenheiro, filho de Pedro Weyll, também engenheiro alemão. O último, também engenheiro, era polonês. Todos trabalharam para o Governo da Bahia. Este último inclusive foi o autor do atual Mercado Modelo, antiga Alfândega.

17 Tratava-se da estrada que dava, então, acesso a Salvador.

canal, desenhadas em pedras, determinando seu número e grandeza, e se pretendia encomendá-las, enquanto se assentavam os alicerces. No ano seguinte, uma Comissão, composta de engenheiros, do Intendente e ajudante da Intendência da Marinha considerou a obra muito dispendiosa, porém as pedras já estavam encomendadas e se resolveu construí-la para “desalagar os terrenos de Itapagipe até a Calçada do Bomfim”, mas agora com o canal projetado apenas para a passagem de pequenos barcos (FLEXOR, 1999, p. 80-82).

Fez-se a planta da Cidade, ainda em 1843 ou 1845, não só em função dessa obra, mas abrangendo, também, todos os subúrbios, para a execução das obras públicas.¹⁸ O canal foi abandonado, mas se deu início ao calçamento da estrada que, da Cidade Baixa, seguia para o Bonfim, sendo sua arrematação suspensa porque a obra estava compreendida dentro de uma nova Lei que obrigava os proprietários a pagarem as obras (FLEXOR, 1999, p. 80-82).

Por essa época construiu-se a estrada de ferro, nas terras do antigo Engenho Conceição, que se denominaria Estrada de Ferro da Bahia ao São Francisco (Juazeiro), mas cujo primeiro trecho ia apenas até Alagoinhas. Hoje, é conhecida como “Estada Férrea Federal do Leste Brasileiro”,¹⁹ partindo da Calçada que, originariamente, era designada como Calçada do Bonfim, por ligar o continente à Península, depois das obras do canal.

Os trabalhos de construção da estrada de ferro foram iniciados em setembro de 1858, sendo aberta ao tráfego em 28 de julho de 1860, ligando a Jequitaia à estação de Aratu, a Feira Velha ou Feira do Capuame (Dias d’Ávila), a Ipitanga e a Alagoinhas. Em direção ao Sul, essa estrada ocupou a Estrada das Boiadas, ou Estrada da Liberdade, por onde, até 1949, se tinha acesso a Salvador. Foi iniciativa da *Bahia and San Francisco Railway Company*, com sede em Londres, para a qual o Governo da Província da Bahia transferiu, em 1855, uma concessão.

Em 1869, as empresas “Vehiculos Econômicos e Transportes Urbanos” planejavam ligar, através dos bondes, os Coqueiros ao Bonfim e, na Cidade Alta, a Praça do Palácio até a Vitória. Parte foi feita, mas foi a “Companhia Veículos Urbanos” que ligou o Comércio ao Bonfim. Antes disso, a ligação ao Comércio/Jequitaia e Bonfim era feita por mar.

18 Foi realizada pelo engenheiro Conde de Hermanson, até o momento não identificado.

19 Popularmente chamada a “Leste Brasileiro”.

A estrada de ferro, com a proximidade da saída da cidade, através da Estrada das Boiadas, fez algumas indústrias escolherem a Península como o lugar ideal para sua instalação, mesmo porque se tinha já um porto que, por bom tempo, serviu à Companhia Bomfim no transporte marítimo.

No fim do século voltou-se à ideia de mapear novamente a cidade. Para melhor realização dos trabalhos de intervenção, em 1889, foi ordenado o levantamento da planta da Cidade, por Manoel Vitorino Pereira, quando Governador do Estado, sob a direção de três engenheiros, seis auxiliares e serventes, porém, o estado financeiro dos cofres do Governo fizeram suspender esse serviço tido, então, como “imprescindível para cabal conhecimento dos melhoramentos que tinha-se em mente realizar nesta cidade, no intuito de sanificá-la, [...] para aumento do gozo e comodidades de seus numerosos habitantes”. O levantamento foi suspenso por ordem do mesmo Governo, em 15 de maio desse ano. Em 1896, o Governador Joaquim Manoel Rodrigues Lima ainda reclamava da falta que fazia a conclusão dessa planta. Depois, caiu no esquecimento. Por outro lado, tem-se conhecimento de outra notícia de que, em 1843, ou 1845, se realizara o levantamento da planta da Cidade, feita por um “Engenheiro estrangeiro, que estava sem emprego publico nesta Província, mediante a gratificação mensal de 100\$000 rs, tendo o Governo colocado à disposição do Architecto Ferrare²⁰ um Desenhador”. Também não se tem essa planta (FLEXOR, 1999, p. 24).

Quando se iniciava a planta, não acabada, da Cidade do Salvador, terminava-se a Carta Geográfica da Província, levantada por vários engenheiros, nacionais e estrangeiros, e enviada ao Governo Imperial para, no Arquivo Militar da Corte, ser litografada. Foi gravada nas oficinas de Robim & Companhia, no Rio de Janeiro, e foram tirados 500 exemplares, depois de serem as provas revistas pelo engenheiro José de Macedo de Castro Rebello, a pedido do Diretor de Obras Públicas.

Embora a iniciativa governamental não tivesse êxito, têm-se duas plantas, uma de autoria de Carlos Augusto Weyll, de 1869, e a de Adolpho Morales de Los Rios, de 1898, que mostram as transformações por que passou a Cidade entre essas balizas temporárias. A primeira foi feita em função das melhorias da zona de Itapagipe e a segunda por causa

20 Não se pode saber se esse Ferrare tinha relação com o engenheiro Conde de Hermanson. Pela origem dos nomes e título, provavelmente não.

da proposta de serviços de esgotos (FLEXOR, 1999, p. 21). Os próprios industriais tiveram diversas iniciativas para melhorar as condições da Península, como se verá, por exemplo, quando se tratar de Luis Tarquínio.

Ao todo, segundo Cardoso (2004, p. 102), entre 1891 e 1945, se instalaram na Península 112 unidades industriais. Assim, Itapagipe abrigou, indo além da listagem de Milton Santos, desde indústrias têxteis, de fumo – charutos e cigarros –, de ceras – sabão e velas –, calçados, algodões medicinais, fábrica de cal, fósforos, fábricas de caixas de papelão, pregos, móveis, vidros, ladrilhos, beneficiamento de fumo, cacau e de borracha, produtos alimentícios, como pão, café, chocolates e bombons, bebidas, conservas, doces, além de ter moinhos, serrarias, curtumes, fundições e estaleiros.

Com vistas a aproveitar a Península, de tempos em tempos, com a ideia de uma “Cidade Nova”, retornava-se aos planos do Governo Provincial, visando mudar sua sede para o espaço itapagipano. Em 1889, sob a presidência de Manuel do Nascimento Machado Portella, interinamente substituído pelo Desembargador Aurélio Ferreira Espinheira, na Presidência da Província, já se anunciava a necessidade de aumentar a faixa demasiado limitada da parte denominada baixa da Cidade. Dizia:

[...] projetei ampliá-la ligando-a aos bairros do Bomfim e Itapagipe para formar com estes a grande Cidade nova, comercial e industrial, conquistando ao mar uma larga faixa, desde o princípio do Cais Novo até o Forte de Santo Alberto por meio de um cais e aterro entre este e a extensa mas estreita e quase intransitável artéria que hoje serve de comunicação para aqueles bairros, a calçada do Bomfim. (FLEXOR, 1999, p. 78)

É nesse espaço que Luiz Tarquínio (1844-1903) fundou a Companhia Empório Industrial do Norte e, logo depois, criou a Vila Operária. Escolheu, pois, a região que já vinha sendo preparada para ser ocupada, desde há alguns anos, especialmente porque era separada do Continente, como se disse, por um canal.

A sede nova do governo não foi efetivada na Península, mas ela foi ganhando, cada vez mais, pequenas, médias e grandes indústrias e, com elas, o aumento da população, de um lado, composta pela mão de obra dos novos empregos, por outro, pela migração de pessoas que

escolheram a região para moradia, quer por ser lugar aprazível, quer por ser a região nova, fora do centro histórico, para onde baianos, mas especialmente estrangeiros iam buscar guarida.

Houve alguns melhoramentos, mas de modo muito lento. Desde 1913, o Governador José Joaquim Seabra já cogitava a possibilidade de aproveitar as quedas de Paulo Afonso, e outras ao longo do rio São Francisco, e previa que, no ano seguinte, seria oferecida ao consumo a energia a preço baixo, provendo as necessidades da população e especialmente das indústrias. Em 1915, a situação da iluminação ainda era muito precária, chegando a população a quebrar os combustores na região de Itapagipe. Mesmo com a substituição gradativa pela luz elétrica, a iluminação da cidade, e na região, continuaria deficiente. Em 1920, a eletricidade já acionava os bondes da Companhia Linha Circular, porém, a Cidade era iluminada por 2.500 combustores da Penha, em Itapagipe, até o Farol da Barra e a luz elétrica restringia-se ao centro e à nova Avenida Sete (FLEXOR, 1999, p. 7).

A Península tem hoje quase duzentos mil habitantes, uma população que se identifica com aquele território de tal forma que, na sua maioria, se nega a sair da região. Uma região que já fora alagada, uma região que só se alcançava por mar, uma região que, originariamente, fora dividida entre os beneditinos e a Santa Casa de Misericórdia da Bahia e os Dias d'Ávila. Sobre esse momento, até o século XIX ainda se precisa rastrear a história da Península itapagipana.²¹

21 O conteúdo e redação dos capítulos são de inteira responsabilidade de seus autores.

Uma década da UCSal em Itapagipe: universidade e sociedade no processo de desenvolvimento local

Rita Amália da Silva Carreiro,¹ Cristina Maria Macêdo de Alencar² e
Maria Julieta Mandarinio Firpo Fontes³

PROCESSO ORGANIZATIVO EM ITAPAGIPE

A dinâmica sociohistórica vivenciada pela população residente na Península de Itapagipe é marcada pelo processo de industrialização que se fez acompanhar por má distribuição de renda e de crescimento demográfico intenso. A economia urbana mostrou-se incapaz de absorver plenamente o contingente populacional, de baixíssimo nível de escolaridade e de renda, o que resultou num processo crescente de marginalização de indivíduos. Nesse contexto, esses segmentos populacionais pressionam por moradia, diante da impossibilidade de participação no mercado de imóveis, configurando-se a invasão na condição habitacional possível.

Mattedi (1979) e Carvalho (2003) mostraram que as primeiras ocupações de terra, em Salvador, se deram no ano de 1946, sendo uma delas às margens da Enseada dos Tainheiros, num trecho da então denominada Fazenda do Coronel, localizada na Massaranduba. Dava-se, então, início à primeira etapa de formação dos Alagados, denominação que passou a ser atribuída ao conjunto de ocu-

- 1 Assistente Social, especialista em Desenvolvimento de Comunidades, supervisora de campo em serviço social e técnica de extensão comunitária da Universidade Católica do Salvador, coordena a ação da Universidade em vários bairros da cidade, inclusive na Península de Itapagipe, desde a gestação do projeto em apreço.
- 2 Assessora de Pesquisa e Pós-Graduação e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, da Universidade Católica do Salvador (UCSal).
- 3 Assistente Social, especialista em Metodologia e Didática do Ensino Superior, atuou, desde o início, na integração da UCSal com a comunidade. Atualmente, é Superintendente de Pesquisa e Pós-Graduação da UCSal.

pações contíguas, ocorridas na Enseada dos Tainheiros, em área de mangue, onde eram edificadas construções rústicas de madeira sobre palafitas.

Em 1949, registrava-se mais um espaço de terra ocupado à margem do Caminho de Areia, área que estrategicamente veio a ser denominada de Vila Rui Barbosa, nome de grande prestígio à época. Esta área foi palco de, pelo menos, dois processos brutais de intervenção policial, com o fim de promover a demolição dos barcos, aos quais a população resistiu bravamente (MATTEDI, 1979, p. 136-137).

A partir de 1952, intensificou-se a ocupação do manguezal da Enseada dos Tainheiros, que veio a constituir-se na maior ocupação de palafitas do País. Por diversos processos de aterramento, em grande medida de iniciativa dos próprios moradores, vastas áreas foram conquistadas ao mar (CARVALHO, 2003, p. 54).

A indústria em Itapagipe, embora tenha chegado a ocupar uma zona a ela destinada, conforme Decreto Lei nº 701, de 24 de março de 1948, da Prefeitura de Salvador, que abrangia áreas dos subdistritos de Mares, Penha e São Caetano, foi desestabilizada por, pelo menos, dois fatores principais, que concorreram para a decadência da industrialização nessa área: a implantação de novos polos industriais próximos a Salvador – o de Aratu e o de Camaçari – e a pressão crescente da comunidade local contra a poluição ambiental causada pelas fábricas. O passivo social e ambiental deixado por este processo industrial decadente se expressa até a atualidade no desemprego e na situação de pobreza da população, na degradação ambiental, afetando principalmente a pesca e a falta de perspectivas quanto a novos processos de desenvolvimento. Itapagipe tornou-se, assim, uma área de economia deprimida, apesar de possuir, em contrapartida, um considerável patrimônio natural, histórico e arquitetônico (CAMMPI, 2000, p. 11).

É nesse contexto sociohistórico que a população passou a se organizar, em razão do processo de resistência e luta pelo direito de morar. Uma das estratégias utilizadas foi a constituição de um grande número de pequenas sociedades muito fortes que, segundo depoimento de uma liderança da época, Paulo Bispo da Silva, chegou a constituir um Escritório Geral das Associações de Alagados, com sede na Rua Tuiuti (NASCIMENTO, 2000, p. 20).

O processo de conquista, de construção do próprio solo,⁴ onde edificaram as suas casas, trouxe um significativo sentimento de apego e de pertencimento dos moradores ao local, além de se constituir em fator emblemático da sua capacidade de empreendimento face à adversidade. Aliás, este sentimento de pertença, de identidade com o território – o ser itapagipano – é uma característica própria de toda a Península, que tem, nos laços de proximidade entre vizinhos, no hábito de colocar cadeiras na calçada ao final da tarde para bater papo e contar histórias da região, os resquícios de clima de cidade do interior, que cria um diferencial interessante em relação ao resto da cidade (SALVADOR. FGM, 2008).

Apesar das mudanças operadas ao longo do tempo em Itapagipe, e mais particularmente em Alagados, a origem dessa comunidade é um marco de referência para a constituição da identidade dos moradores, que estabeleceram uma convivência solidária na tentativa de amenizar a condição vulnerável e precária que compartilhavam. As dificuldades e carências aproximaram as pessoas, dando origem, ao longo do processo de ocupação, a movimentos e organizações representativas, cujas atividades refletiam e refletem a forma pela qual a população se associou na defesa dos seus interesses (VIEIRA, 2003, p. 42).

Registra-se, assim, que à ação hostil, que se verificava por parte do poder público ao processo de ocupação espontânea dessa área, de forma mais ou menos incisiva, até a segunda metade dos anos de 1950, a população respondeu com a sua organização em “sociedades de defesa” que se proliferaram nesse período. Este formato associativo, inclusive, teve grande influência do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que apoiou, incontestavelmente, as invasões do período 1946-1956. Conforme relato de Sônia Serra, citada por Espiñeira (1997, p. 31-32), o jornal *O Movimento*, do PCB, deu ampla cobertura à ques-

4 O processo de conquista de um espaço para morar em Alagados usualmente obedeceu às seguintes etapas: o primeiro passo cuidava da demarcação da área a ser ocupada, quando eram fincadas quatro estacas na maré; seguia-se a construção da palafita em madeira e da ponte, que a interligava ao continente, promovendo condição para moradia; a grande conquista veio posteriormente, quando conseguiram aterrar a maré e “construir” o seu próprio solo, terminologia esta apropriada pelos próprios moradores, já em terra firme. O objetivo final era transformar o barraco de madeira numa edificação de “bloco” ou alvenaria, de preferência, com laje. Dessa forma, várias áreas foram conquistadas ao mar, na face interna da Península de Itapagipe, à margem da Enseada dos Tainheiros.

tão da habitação, incentivando e apoiando as invasões do Corta Braço, Vila Conceição e Caminho de Areia, “ajudando a organização dos moradores numa sociedade de defesa do bairro”. Essas sociedades propunham, em seus estatutos, entre outras coisas: promover o bem-estar da comunidade e lutar pela melhoria do bairro. Já no pós-1956, esse movimento começou a sofrer esvaziamento e as sociedades de defesa foram perdendo esse enfoque, cedendo espaço para as ações de caráter eminentemente recreativo. Somente mais tarde, por volta de 1974, é que voltam a assumir papel de destaque sob a influência, principalmente, das pastorais populares da Igreja Católica (ESPIÑEIRA, 1997, p. 41).

Nesse momento, essas sociedades passam a ter uma ação mais interativa com o poder público, embora por vezes conflituosa, enfatizando a ação reivindicatória de melhoria das condições urbanas, baseadas na defesa de interesses coletivos, o que possibilitou colocar em pauta o primeiro processo de intervenção urbanística em Alagados, operado pela Alagados Melhoramentos S. A. (AMESA). Nesse particular, foi importante a participação da Igreja, através da Paróquia de São Jorge, localizada na área, e o apoio da Comissão de Justiça e Paz, que contribuíram para garantir a permanência dos moradores na área (PARÓQUIA DE SÃO JORGE, 1978).

Com o enraizamento do processo de organização comunitária, passou a ser reivindicado não só o desenvolvimento físico da área como também o desenvolvimento social da população residente. E nesse sentido, as organizações passaram a reivindicar efetividade de direitos aos setores públicos e a buscar apoio de Organizações Não Governamentais (ONG) para a assinatura de convênios que possibilitassem o desenvolvimento de projetos nas áreas de educação, cultura, saúde e capacitação profissional. No âmbito da efetividade dos direitos, passaram a buscar suprir lacunas deixadas pelo Estado, sobretudo na área de educação, com a constituição das escolas e creches comunitárias e o desenvolvimento de projetos culturais voltados para a juventude.

Este processo organizativo descortinou, portanto, para as associações comunitárias, as possibilidades de participação pró-ativa, levando a um processo de empoderamento que permitiria, no futuro, o surgimento de iniciativas mais ousadas. Afinal, semeava-se em solo fértil.

O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL: PRIMÓRDIOS E AÇÕES CONSEQUENTES

Ao longo de dez anos, a Universidade Católica do Salvador (UCSal) vem participando do desenvolvimento local em Itapagipe, através do Programa UCSal nos Bairros (1997), concebido como um subprograma no âmbito do Programa de Integração Universidade Comunidade (1989),⁵ que tinha como objetivo resgatar a função social da universidade, através do desenvolvimento de projetos que respondessem às demandas da sociedade. Isto porque, para a UCSal, a integração com seu entorno consistia numa preocupação presente em todo o processo de construção e consolidação do seu projeto pedagógico, voltado para o ensino, a pesquisa, a extensão e a pós-graduação, uma vez que o “significado social da universidade depende de como ela se enraíza na sociedade e ganha competência para responder às necessidades concretas nos planos teórico, técnico e da prática do trabalho” (UCSal, 1990, p. 17).

Outro objetivo do programa consistia em favorecer a formação de profissionais conscientes, críticos e comprometidos com os problemas sociais, locais e regionais, através de estágios curriculares e extracurriculares em projetos sociais que permitissem conhecer, intervir e pesquisar a realidade social. O que orientava a ação, nesse momento, era a certeza de que resgatar a função social da universidade não é apenas extrapolar muros e transmitir conhecimento, mas, sobretudo, promover uma relação dialógica entre saberes. E assim foi deflagrado um processo de discussão coletiva, com o objetivo de criar um universo conceitual que fosse referência na construção da concepção teórico-metodológica norteadora das ações a serem desenvolvidas.

O caminho não estava pronto, portanto. Parafraseando o poeta, o caminho se fez ao caminhar. Através de um trabalho voltado para a formação do aluno participante do projeto, quando, em encontros semanais, era possível vivenciar um processo de análise e avaliação da prática, ao tempo em que se desenvolviam estudos, aprofundando temas que emergissem da interação com a comunidade. Os alunos, de cursos diversos como Direito e Serviço Social, vivenciavam uma ex-

5 O Programa de Integração Universidade Comunidade, da Universidade Católica do Salvador, surgiu, em 1989, na Vice-Reitoria para Assuntos Comunitários, que passou a ser denominada Pró-Reitoria para Assuntos Comunitários, em 1993, e depois Superintendência de Extensão e Ação Comunitária, denominação que passou a ter em 2006.

periência interdisciplinar determinante para a relação com a comunidade. Eram múltiplos olhares que se abriam para a realidade.

Todas as iniciativas tinham como foco a realização de um trabalho que possibilitasse atender demandas da população, fortalecendo-a em seu processo organizativo e no encaminhamento das questões que enfrenta no cotidiano. Evitavam-se, porém, ações de conotação assistencialista, direcionando as atividades para a construção da autonomia da própria comunidade e para o resgate e a ampliação de seu saber e da autoestima dos grupos trabalhados.

Esta prática foi a semente plantada no âmbito da comunidade acadêmica, a partir do seu entorno no tradicional *Campus* da Federação, e que germinou também em outros *campi*, dando origem a projetos que hoje são desenvolvidos em vários bairros de Salvador. O fortalecimento da parceria cidade (sociedade)/universidade se dá, portanto, respondendo a demandas como as que lhe foram formuladas por lideranças do bairro do Uruguai, que se localiza fora do entorno de qualquer um dos *campi* da UCSal.

Desse modo, o processo de desenvolvimento local de Itapagipe tem, na presença da UCSal, uma legitimidade de ação que se encontra referenciada no projeto pedagógico da Instituição, no qual se expressa o seu comprometimento com as demandas concretas da sociedade. As diretrizes pedagógicas e institucionais da UCSal, registradas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), reafirmam

[...] seu empenho na realização de uma missão universitária comprometida com a atuação solidária e crítica a respeito dos efeitos gerados por modelos de desenvolvimento e por formas de organização do trabalho e da produção que agridem as conquistas da cidadania (UCSal, Plano de Desenvolvimento Institucional, 2001-2005, p. 25).

Para marcar a presença da UCSal no bairro do Uruguai foi realizada, em novembro de 1997, a “Semana UCSal no Bairro do Uruguai: compromisso com a cidadania”, atividade esta de caráter embrionário e pontual, mas orientada, fundamentalmente, no sentido de assegurar os princípios definidos para o programa de construção coletiva, baseado em relações dialógicas e na responsabilização. Nessa Semana, que se constituiu no coroamento das ações iniciadas desde maio do mesmo ano, foram realizados 12 eventos, entre oficinas, cursos de curta

duração, palestras, levantamento de dados e feira de saúde. As ações desenvolvidas envolveram 14 professores, vinculados a oito cursos de graduação, e 143 alunos, ocorrendo em espaços cedidos por diversas organizações locais. Ao mesmo tempo, a veiculação pela imprensa de projetos para a área da Península de Itapagipe – o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Econômico Local, lançado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Banco do Nordeste e a Secretaria do Trabalho e Ação Social do Estado da Bahia; o Projeto Via Náutica e outros, em execução ou anunciados oficialmente, como o Programa Viver Melhor, nas áreas de Mudança e Mangueira, e, posteriormente, o Programa Ribeira Azul – sinalizavam que a área seria objeto de um processo de mudança.

As lideranças do bairro do Uruguai sentiram necessidade de refletir sobre essa questão e conhecer os interesses em jogo, na perspectiva de identificar os meios para se constituírem em sujeitos desse processo e usufruírem de seus resultados. A UCSal foi, então, convidada a ajudá-los nesse processo de reflexão, tendo assumido, inicialmente, a educação para a cidadania como eixo direcionado a dar conteúdo à relação com a comunidade, convergindo com a concepção de extensão adotada institucionalmente. A cidadania, neste particular, foi tomada na sua dimensão ativa, sendo o cidadão, não apenas titular de direitos, mas também criador de novos direitos e de novos espaços e mecanismos de expressão desses direitos. Assim, a cidadania se afirmava como conquista que se dava mediante o processo de luta de um povo, sendo, portanto, construída com a sua participação e na perspectiva do exercício concreto do direito para todos (UCSal, 1997). Desse modo, a identificação de demandas e a busca de sua efetividade constituíram-se em base da ação universitária no local e direcionadora da ampliação desta ação.

Cabe destacar que, já nessa época, se podia perceber a existência de um número elevado de organizações populares⁶ e certa articulação entre algumas destas, localizadas no bairro do Uruguai, notadamente entre a Associação de Moradores do Conjunto Santa Luzia, o Centro de Arte e Meio Ambiente e a Associação João Paulo II, e, entre estas,

6 De acordo com relação fornecida pela Administração Regional II (AR II) – Itapagipe, no ano de 2000, havia na Península de Itapagipe 104 organizações sociais, nos mais variados campos de atividade, desde escolas, creches e associações de moradores até grupos produtivos, artístico-culturais, esportivos e religiosos.

organizações da Massaranduba e Jardim Cruzeiro, como a Paróquia de São Jorge, a Associação Livre dos Moradores de Mangueira e o Grupo de União e Consciência Negra. Tal articulação facilitou sobremaneira o processo de mobilização para o desenvolvimento das ações coletivamente definidas.

Buscou-se, num primeiro momento do processo de trabalho, levantar informações, junto a técnicos de órgãos públicos, sobre os projetos a serem implantados ou em execução na região, notadamente na área habitacional, criando oportunidades também para que os técnicos ouvissem a população.

A avaliação dessas reuniões apontou a necessidade de ampliação do trabalho, em duas direções: a primeira, no sentido de chamar outras comunidades da Península que vivenciavam realidades semelhantes, como o Jardim Cruzeiro e Massaranduba, por exemplo, para a discussão; a segunda, no sentido de agregar novos temas à discussão, relativos à questão ambiental, à questão da cultura, além da geração de trabalho e renda.

Esses temas foram objeto de seminários específicos, sendo que o primeiro deles, realizado em 1997, versou sobre habitação e teve como objetivos principais: conhecer o desejo e a concepção do morador local sobre habitação, através da discussão e do desenho da casa ideal; conhecer a concepção dos programas federais Habitar Brasil e Pró Moradia, que deram origem, na Bahia, ao Programa Viver Melhor; ouvir e discutir depoimentos de moradores de áreas onde este Programa já se encontrava implantado.

O segundo seminário, também realizado em 1997, versou sobre a questão ambiental em Itapagipe, visando levantar e discutir os principais problemas ambientais da Península e conhecer aspectos da implantação do Programa Baía Azul em Itapagipe.

O terceiro e último dessa série de seminários, ocorrido em 1998, versou sobre a questão da cultura, visando fortalecer a luta da comunidade pela recuperação do Cine Teatro Alagados, além de discutir formas de potencializar a riqueza cultural da área, como oportunidade de geração de renda, a partir de vários grupos culturais que trabalham com música, dança, teatro e artesanato.

Os resultados dos seminários foram organizados e sistematizados em um documento propositivo preliminar no qual a população se posicionava como protagonista do processo de desenvolvimento local. Este

documento, intitulado “Documento Manifesto dos Moradores de Itapagipe aos Poderes Públicos Locais” (1998), foi discutido e enriquecido em reuniões realizadas com as organizações dos bairros do Uruguai, Jardim Cruzeiro e Massaranduba e, posteriormente, veio a ser apresentado em seção especial da Câmara de Vereadores, em abril de 1999. Esta foi a primeira oportunidade de expressar, para além da própria Península, a mobilização dos moradores dessa localidade em torno do propósito de participar ativamente do processo de desenvolvimento do seu território.

A centralidade de todo o processo de trabalho situava-se na própria população organizada, compreendida como sujeito de sua história e, portanto, um componente indispensável na disputa pelas mudanças que se anunciavam, no sentido de incluir, ou quiçá imprimir, o processo de mudança pretendido pela comunidade.

Na verdade, o protagonismo da população da Península evidenciou a condição de unidade dos conflitos, que se escondiam em cada política pública, na forma dos instrumentais técnicos que são os planos, programas e projetos. Nesse sentido, duas dimensões de conflitualidade marcaram esse processo participativo: a dimensão local, como representativa de disputas, quando se vislumbrava o consenso territorial, e a dimensão governamental, que, em qualquer escala, representava projetos políticos em disputa, quando se vislumbra, para o governo, um papel decisório que expresse o bem público.

Em meio a essa dupla conflitualidade, na busca de possíveis consensos, a participação da população no processo de desenvolvimento da Península motivou uma nova estratégia de ação: a realização de um seminário amplo, com a presença das organizações comunitárias de toda a região, clubes de serviços e instituições públicas e privadas com inserção na área, o que ocorreu em outubro de 1998. Esse evento, por solicitação da própria comunidade, selou uma parceria entre o Programa UCSal nos Bairros e o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Econômico Local, articulado pelo PNUD, na busca de um processo integrado de desenvolvimento local, embasado na metodologia Gestão Participativa para o Desenvolvimento Local (GERPAR), resultante da experiência do Projeto de Cooperação Banco do Nordeste/PNUD.

O seminário “Um Olhar sobre Itapagipe” continha em sua programação conferências, mesa redonda e grupos de discussão sobre os temas Moradia e qualidade de vida; Degradação ambiental e sustenta-

bilidade; Trabalho e geração de renda. O evento culminou com a apresentação de propostas dos subgrupos numa plenária de resultados, que também concluiu pela necessidade de criação da Comissão de Articulação e Mobilização dos Moradores da Península de Itapagipe (CAMMPI), ampliando, assim, o trabalho para toda a Península. Desse modo, este seminário foi marco inicial do processo de integração das organizações de toda a Península, quebrando o distanciamento entre as organizações da área de Alagados e as existentes nas áreas supostamente mais abastadas, através da identificação e da discussão conjunta de vários problemas vivenciados em comum.

Estava, assim, criada uma nova institucionalidade em Itapagipe, constituída em forma de rede, congregando inicialmente 26 organizações locais, chegando a aglutinar 48 organizações.

A primeira reunião que se seguiu ao seminário definiu uma estrutura organizativa para a condução dos trabalhos, estabelecida da seguinte forma: uma comissão central, constituída pelas “entidades condutoras” ou associações locais, e três comissões temáticas, com participação aberta, tendo como objetivo aprofundar o tema sob a sua responsabilidade e definir linhas prioritárias de ação, a partir das conclusões dos grupos temáticos do seminário (CAMMPI, 1998). Como “entidades de suporte” foram definidos a UCSal e o PNUD, responsáveis pelo apoio técnico às três comissões temáticas, inclusive de formação, e a Administração Regional II/Itapagipe (AR-II), que faria a intermediação das reivindicações das comunidades junto aos órgãos da municipalidade. Estavam, assim, demarcados os espaços de participação no processo de desenvolvimento local.

Posteriormente, quando da elaboração do seu Planejamento Estratégico, foi definida como missão da CAMMPI “ser um espaço público de articulação e mobilização das organizações comunitárias e empreendimentos populares da Península, visando o desenvolvimento local sustentável” (CAMMPI 2004). A CAMMPI, desde a sua institucionalização, tinha a sua rotina de atuação baseada em duas instâncias: a primeira é constituída pelas reuniões semanais de representantes das organizações-membro, nas quais eram tratadas as questões mais gerais em relação ao processo de desenvolvimento local e de gestão da própria rede; a segunda referia-se aos encontros, em geral quinzenais, das subcomissões temáticas, que se encarregavam da realização das ações em cada área, de acordo com o plano de ação anual traçado em

cada uma delas. As ações que extrapolavam essa rotina, constituídas pelos momentos de formação, planejamento e avaliação, se realizavam, em geral, através de oficinas, nos finais de semana.

A realização dos Ciclos de Debates Institucionais, nesse mesmo período, com objetivos, ora de sensibilizar as instituições públicas para contribuírem com o processo de desenvolvimento local, ora para conhecer os projetos previstos para a área, buscando influir sobre os mesmos em benefício da população local, resultou na criação, em abril de 2000, de outra institucionalidade, voltada para o desenvolvimento local: o Núcleo de Articulação Institucional de Itapagipe (NAI).

O que se constatava, a partir dos ciclos de debates, era a existência de acentuada desarticulação e desinformação entre as instituições com inserção em Itapagipe, o que precisava ser superado. Assim, até outubro de 2008, o NAI vinha se reunindo mensalmente, e continua a fazê-lo, tendo como missão: ser um espaço articulador das ações institucionais de apoio ao desenvolvimento local, de modo a dar unidade à intervenção das instituições que atuam em Itapagipe, integrando-as às estratégias de desenvolvimento propostas pela comunidade, e contribuindo para a estruturação do sistema de governança local.

Outro acontecimento importante nesse processo foi, sem dúvida, a elaboração do Plano Referencial de Desenvolvimento Sustentável da Península de Itapagipe (PRDI), que consolidou, através da realização de oficinas de planejamento, o conjunto de proposições advindas do processo participativo, que teve lugar durante o período de 1998 a 2000. O Plano foi finalizado naquele ano com a contribuição da CAMMPI e do NAI, tendo vigência até 2005, apresentando diagnóstico, objetivos, estratégias e propostas concretas para impulsionar o desenvolvimento local, nas áreas de: desenvolvimento do turismo, setores produtivos, infraestrutura e recuperação ambiental, desenvolvimento social e desenvolvimento organizacional.

Nessa estruturação institucional em Itapagipe a constituição do Fórum de Desenvolvimento de Itapagipe, no final do ano de 2000, com o objetivo de ampliar a participação da sociedade no processo de desenvolvimento local, foi um marco de consolidação dos trabalhos. O Fórum ainda se reúne anualmente e dele participam associações locais, e outras organizações da sociedade civil, representantes de instituições públicas, privadas e das ONG, que atuam em Itapagipe, empresários e representantes de empresas locais, além de moradores interes-

sados em participar do processo de desenvolvimento local. É, portanto, um espaço de discussão e negociação de interesses entre todos os segmentos atuantes na Península de Itapagipe, tendo em vista deliberar sobre prioridades de ação, a partir do Plano Referencial de Desenvolvimento de Itapagipe, balizando as ações da CAMMPI e do NAI.

O Fórum possui uma secretaria executiva, idealizada para ser constituída por cinco representantes das organizações locais, três representantes de instituições que atuam na área e dois representantes dos empresários locais, segmentos estes que constituem o tripé que deve sustentar o processo de desenvolvimento local. Entretanto, a participação do empresariado nessa instância vem sendo bastante restrita. A Secretaria tem como funções principais organizar a reunião anual do Fórum, observar o cumprimento das ações prioritárias por ele definidas e elaborar o relatório anual de prestação de contas.

A integração do empresariado ao processo de desenvolvimento local foi sempre uma tarefa muito difícil. Poucos foram aqueles que, durante todos estes anos de ação efetiva, em prol do desenvolvimento da região da Península, minimamente chegaram a vislumbrar a vinculação essencial entre o desenvolvimento do seu negócio e o desenvolvimento do território no qual estão instalados. Neste particular, faz-se especial exceção aos empresários ligados ao Shopping Bahia Outlet Center que, observadas as vocações econômicas do território e com o apoio inicial do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e, posteriormente, das Secretarias de Ciência e Tecnologia e de Indústria e Comércio, além do PROMO – Centro Internacional de Negócios da Bahia –, implantaram, em 2003, o Arranjo Produtivo Local (APL) de Confecções da Rua do Uruguai. Essa iniciativa, além de articular as pequenas e médias indústrias deste ramo, já existentes na Península, arregimentou novas indústrias para se estabelecerem na área, gerando novas oportunidades de trabalho e renda, além do fortalecimento dessas empresas. O grande desafio que vem sendo colocado a esta iniciativa é a integração dos pequenos grupos produtivos da cadeia de confecção, que foram gestados no processo de desenvolvimento local e que vêm sobrevivendo com enormes dificuldades.

Ao longo do ano de 2002, alguns desentendimentos começaram a se evidenciar no interior da CAMMPI, questionando a participação do PNUD: de um lado, os partidários de que a entidade impedia ou dificultava a autonomia da CAMMPI, de outro, aqueles que consideravam o

seu apoio indispensável. Prevaleceu a primeira posição, tendo o PNUD se afastado da experiência, ao final daquele ano, permanecendo, entretanto, o apoio técnico da UCSal.

Já nessa fase do processo de desenvolvimento local era possível perceber que a dinâmica do capitalismo, enquanto modo de produção dominante, e as políticas sociais, implementadas pela institucionalidade também dominante, reproduziam tensões da mesma natureza, independentemente da escala em que se atuasse. Desse modo, no desenvolvimento, enquanto categoria geral, que denota um processo histórico da sociedade humana, se interconectam as diretrizes em disputa por dominantes e subalternos. Dessa interconexão de diretrizes advém diferentes adjetivações a esse desenvolvimento, quer em termos de escalas – locais, regionais, nacionais, globais – quer em termos de diretrizes – políticas, sociais, econômicas, sustentáveis –, que dão sentido às disputas entre os sujeitos sociais, em meio a contradições, pela superação da subalternidade e conquista de relativa autonomia.

A CONTINUIDADE DO DESENVOLVIMENTO LOCAL: CAMINHO DE AUTONOMIA E DE CONTRADIÇÕES

Numa economia monetarizada, de ampla integração com mercados, ações de desenvolvimento promovidas em qualquer escala, inclusive a local, intra-urbana, requerem recursos financeiros, como um dos requisitos para se efetivarem as iniciativas pró-ativas dos sujeitos sociais em processos organizativos. Assim é que, para fazer face às despesas com a manutenção e o fortalecimento da rede CAMMPI, no bojo da proposta de autonomia desta institucionalidade, duas de suas organizações-membro apresentaram, em conjunto, à Coordenadoria Ecuemênica de Serviços (CESE), um projeto para a captação de recursos. A partir do edital do Projeto de Apoio Estratégico (PAE), lançado por esta ONG, a CAMMPI foi uma das dez redes selecionadas para apoio, dentre as trezentas concorrentes de todo o País. Esse fato, sem dúvida, deu novo fôlego à CAMMPI e, conseqüentemente, ao processo de desenvolvimento local que, durante três anos, passou a contar com um significativo aporte de recursos que possibilitou, entre outras coisas, o fortalecimento das instituições-membro, através de capacitações, orientações para a regularização documental, elaboração de planos

institucionais; o fortalecimento da própria rede, pela criação e manutenção de uma secretaria de apoio, a realização de diversos seminários, encontros e feira de cultura, a elaboração do seu planejamento estratégico e a significativa contribuição à realização das reuniões anuais do Fórum de Desenvolvimento de Itapagipe.

A escala local do desenvolvimento não elimina a existência de diferentes projetos políticos entre protagonistas sociais, mesmo que partilhem a condição de subalternidade, até porque se estabelecem vínculos entre agentes com desigualdade na correlação de forças. Desse modo, apesar dos benefícios evidentes que essa iniciativa das duas instituições filiadas trouxe à rede – ela não foi fruto de um processo de discussão e maturação em seu interior, uma vez que foi decidida e encaminhada no momento do recesso anual da rede –, foram necessárias gestões em prol da governabilidade da rede. De fato, embora se tenha esclarecido o ocorrido, ao conjunto dos participantes, pela premência de prazos, isso gerou desconfianças e desentendimentos. A situação foi agravada porque a comissão de acompanhamento da execução deste projeto tornou-se omissa e, ao mesmo tempo, não teve a sua ação estimulada pelas entidades proponentes.

Esse fato acabou por evidenciar, não apenas as disputas de poder internas à própria rede, como também apontou para um dilema de gestão. Uns achavam que a melhor maneira de caminhar seria a estruturação horizontalizada e não formalizada, em rede, sem hierarquização, na qual todos são igualmente responsáveis pelas decisões coletivamente definidas, prevalecendo, portanto, a corresponsabilização e a partilha de poder, evidenciando um novo projeto de sociedade. Outros eram adeptos de uma estrutura formalizada e hierarquizada, a exemplo de uma federação que denotava um modelo tradicional, mais centralizado e de base paternalista/clientelista, calcado no dirigismo do “fazer para” e não no “fazer com”, ressaltando o papel do benfeitor. Pelas posições expressas, a CAMMPI deveria estar a serviço das organizações sociais, visando o desenvolvimento de cada uma delas, para a realização plena das suas atividades específicas, e a diretoria de uma federação, em processo de formalização, seria a provedora das condições para tanto. Esta posição poderia comprometer, inclusive, a perspectiva mais geral do desenvolvimento local.

Não se pode negar que esta posição obteve um relativo eco, considerando-se que essas práticas políticas, que reforçam o paternalismo e

atropelam o caminho da democracia, presentes na tradição oligárquica brasileira, são reproduzidas, de modo recorrente, no pensamento popular e se expressam no seu cotidiano (IVO, 2000; DANTAS NETO, 2000; TEIXEIRA, 2001). Desse modo, foi criada e registrada a Federação das Associações de Moradores da Península de Itapagipe (FAMAPI), muito embora grande parte dos seus integrantes tivesse permanecido na CAMMPI, o que evidencia, de certo modo, um ganho conservador na correlação de forças em torno do projeto de sociedade idealizada pelas posições em disputa.

A alternativa encontrada para a minimização desse embate, no interior da CAMMPI, foi a discussão e a formulação de sua Carta de Princípios, expressando, de forma clara, as ideias norteadoras do “seu fazer cotidiano” e estabelecendo uma estrutura organizacional não formalizada, constituída por quatro entidades âncora, que se revezariam na liderança da rede CAMMPI, a cada dois anos. Com isto, a rede revelou, naquele momento, a sua capacidade de lidar com a instabilidade e a complexidade das situações de conflito, muito embora a efetivação de uma gestão colegiada ampliada venha se apresentando difícil, não apenas pelo acúmulo de funções particulares dos seus membros, quanto pela não assunção de algumas responsabilidades, questões agravadas por um período de dificuldades financeiras para custear despesas correntes de manutenção da sede e secretaria da rede.

A participação dos setores públicos, bem como as alocações de recursos públicos na perspectiva deste processo de desenvolvimento local foram, quase sempre, restritas e de poucos impactos, por se tratarem de pequenas ações atomizadas, sem maior correlação entre elas. Exceção se faz, ao menos em tese, ao Programa Ribeira Azul, da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER), que objetivava erradicar a condição de moradia em palafitas, em toda a extensão da orla da Península, em várias frentes: urbanização, construção de novas habitações, melhoria habitacional em áreas consolidadas e regularização fundiária, além de um trabalho social que contemplava três vertentes: organização comunitária, educação ambiental e oportunidades de trabalho e renda. A sua execução já estava prevista, a despeito do processo de desenvolvimento local desencadeado pelo PNUD. Contudo, durante o seu percurso, esse Programa sofreu algumas alterações, como fruto do monitoramento realizado pela Subcomissão de Moradia da CAMMPI e da atitude propositiva da

comunidade organizada. Por último, após a assunção de uma nova gestão no Governo do Estado, a CAMMPI foi convidada a replicar a sua metodologia de participação popular em outras áreas de intervenção do Programa Dias Melhores.

Merece destaque o apoio recebido do Projeto de Apoio Técnico Social (PATS), do Programa Ribeira Azul, executado pela Cooperação para o Desenvolvimento e Morada Humana (CDM)/Associação Voluntários para o Serviço Internacional (AVSI), que carreou recursos do Ministério do Exterior Italiano, com a intermediação do Banco Mundial, para apoiar projetos de iniciativa da comunidade ou demandados por esta, a saber: construção de creche para 200 crianças no Conjunto Joanes Azul, reforma da Praça do Conjunto Santa Luzia, ampliação das Creches da Associação dos Artesãos de Alagados e da Associação Joanes Leste, aquisição de prédio para a alocação da Associação João Paulo II, apoio a duas cooperativas locais, com a compra de insumos e equipamentos demandados, e apoio à realização de dez projetos selecionados, apresentados por associações locais. Entretanto, tal apoio só se tornou possível pela ação protagonista e organizada da comunidade, o que revela a articulação entre as escalas local e global, em termos de cooperação para o desenvolvimento. Contudo, não se examinará, na delimitação deste texto, o conteúdo que daria sentido a essa forma de articulação.

Do mesmo modo, a ação protagonista da comunidade, conseguiu atrair para o local, outros projetos institucionais, a exemplo do já referido Projeto de Ações Estratégicas da CESE, dos Balcões de Justiça e Cidadania, do Tribunal de Justiça e Faculdade Jorge Amado e associações locais; o Consórcio da Juventude (Ministério do Trabalho, Avante e uma associação local); os Bancos Comunitários (Visão Mundial e uma associação local); os Projetos ONG Forte – compostos pelo Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social/Universidade Federal da Bahia (CIAGS/UFBA), SEBRAE e a rede CAMMPI –, e a Incubadora de Núcleos Produtivos Associativos para o Desenvolvimento Socioterritorial da Península de Itapagipe, como CIAGS/UFBA, APL de Confecções e empreendimentos associativos populares; diversos Projetos da UCSal, como Capacitação de Professores Alfabetizadores e em Educação Matemática, Programa Economia dos Setores Populares, Projetos Atenção Família/Escola e Vivendo sem DST⁷ AIDS e Drogas, todos promovidos

7 Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST).

em parceria com associações locais ou com a própria Rede CAMMPI, além de pesquisas desenvolvidas no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social da UCSal.

Detalhando especificamente a atuação da UCSal em Itapagipe, para além do próprio Projeto de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável de Itapagipe, tem-se que, através da Capacitação de Professores Alfabetizadores e em Educação Matemática, e atendendo a demanda da Subcomissão de Educação da CAMMPI, foram envolvidos na sua realização um técnico, uma estudante do Programa Educação e Cidadania, uma professora e uma estudante do Programa de Extensão em Educação Matemática, resultando na capacitação de 62 educadores da comunidade, subdivididos em duas turmas, com 60 horas/aula cada. A contribuição do Programa Economia dos Setores Populares deu-se, inicialmente, por demanda da Subcomissão de Trabalho e Renda da CAMMPI, na realização de uma pesquisa intitulada Economia Popular na Península de Itapagipe: o Trabalho por Conta Própria (2002), envolvendo um professor e quatro alunos, e prosseguiu com a assessoria à realização de estudos de viabilidade econômica de diversos empreendimentos associativos populares da Península. Recentemente (2008), com a consultoria desse grupo, foi projetada a criação do Centro de Desenvolvimento e Cidadania da Economia dos Setores Populares, para atendimento a empreendedores individuais e associados, que se encontra na dependência da captação de recursos para sua implantação.

Por seu turno, o Projeto de Atenção Família/Escola, desenvolvido a partir da Escola Comunitária Luiza Mahin, enfocando a questão étnica dos afrodescendentes, pretendeu construir possibilidades de potencializar, apoiar e qualificar, o papel educativo desempenhado pela família e pela escola, contribuindo para a formação de um sujeito crítico, consciente de si e do seu contexto, capaz de interagir com segurança, cooperação e afeto. Merece referência, também, a assessoria prestada por uma professora e duas alunas do curso de Serviço Social à Subcomissão de Saúde da CAMMPI, no levantamento de informações quanto aos serviços de saúde vinculados ao Sistema Único de Saúde (SUS), bem como na efetivação do controle social da política pública de saúde, a partir das unidades locais. Por fim, o Projeto Vivendo sem DST AIDS e Drogas, desenvolvido a partir da Associação de Moradores do Conjunto Santa Luzia, envolvendo um professor e duas estudantes, resultou na realização de uma peça teatral sobre o tema, que foi encenada em di-

versas escolas da Península de Itapagipe, como meio de disseminação de informações sobre a questão.

Quanto à Prefeitura Municipal, deu-se uma atuação pouco expressiva, durante toda a gestão Antônio Imbassay, quando foram realizadas a urbanização do Monte Serrat – parte do Projeto Via Náutica que não teve seguimento então –, e a recuperação dos largos do Papagaio e da Madragoa. Já no momento da campanha eleitoral para a atual gestão municipal, a CAMMPI promoveu um debate com o então candidato João Henrique Carneiro, oportunidade em que lhe foi entregue uma cópia do PRDI, na expectativa de buscar sensibilizá-lo para uma ação mais eficaz do poder municipal em Itapagipe. Assim é que Itapagipe foi anunciada como prioridade pela nova gestão municipal, tendo sido nomeado pelo Prefeito um Comitê de Revitalização de Itapagipe, constituído por representantes de diversas secretarias que, de início, convidou a CAMMPI para participar de algumas reuniões. Foram captados recursos do Ministério das Cidades, para a elaboração do Plano Urbanístico de Itapagipe, cabendo à Secretaria do Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente (SEPLAM), a sua realização, através de processo participativo (SALVADOR, 2007).

Muitos foram os entraves de ordem interna à própria SEPLAM que fizeram com que não fosse ultrapassada a etapa de estudos preliminares, fazendo com que os quatro primeiros anos desta gestão municipal não fossem suficientes para a concretização dessa importante atividade. Independentemente desta iniciativa, e atendendo a antigas demandas da comunidade, foram realizações da atual gestão: a urbanização do Porto da Lenha, a reforma dos terminais da Ribeira e da Calçada, a iluminação das praias e melhoria parcial da iluminação pública em outros logradouros, a reforma de cerca de dez pequenas praças, pequenas melhorias na orla da Ribeira e implantação da ligação marítima Plataforma-Ribeira. O conjunto destas ações, entretanto, não foi, ainda, suficiente e significativo, a ponto de reverter o quadro de degradação local, expresso no descuido e no abandono do espaço urbano como um todo.

Na área de Alagados, cabe fazer referência à ação do Governo do Estado, através da Companhia de Desenvolvimento Urbano da Bahia (CONDER), cujo projeto urbanístico e de extirpação das palafitas vem sendo desenvolvido com extrema lentidão, deixando de gerar, até então, os impactos pretendidos com a sua conclusão.

Apesar da concentração de ações para o desenvolvimento local, ainda não se verifica uma efetiva superação do quadro de debilidade econômica, a despeito do APL de Conhecções e da prioridade atribuída a esta dimensão, evidenciada pela quantidade de projetos, já realizados e em curso, enfocando a geração de trabalho e renda e a capacitação direcionada a este objetivo nas camadas de mais baixa renda. Permanecem, também, muitas carências ligadas às áreas de educação, saúde, cultura, meio ambiente e segurança.

Entretanto, pode-se dizer que o processo organizativo local atingiu uma dinâmica autônoma, independente da existência de apoios externos, acrescida da capacidade de articulação com as instâncias responsáveis pelas políticas públicas locais. Nesse sentido, pode-se afirmar que esse processo constitui, em si mesmo, um indicador de desenvolvimento local, cuja materialização pode ser apreendida nos ganhos de consciência política de cidadania. Esses ganhos se revelam, desde a concretização de projetos próprios, como em documentos que dialogam nas mesmas bases dos códigos dominantes institucionalizados, até ao seu reconhecimento, no ano de 2007, como uma das vinte melhores práticas do Brasil, em concurso promovido pela Caixa Econômica Federal.

Nesse contexto de compreensão do desenvolvimento como processo, avaliou-se a revisão do PRDI, que teve a sua vigência encerrada no final de 2005, como mais um indicador do que vem se constituindo em um dos principais acontecimentos do processo em curso. Em meio às dificuldades decorrentes do caráter mais técnico exigido por esta atividade, os envolvidos no processo fizeram reflexões e avaliações, construíram conhecimentos que, nas organizações que detêm poder político e econômico, são alvo de consultorias, sem que se traduzam internalizações institucionais de conteúdos. É, então, possível afirmar o local como adjetivação desse desenvolvimento e o territorial – relativo à ocupação e ao uso do espaço físico e social pelas pessoas que ali habitam –, como uma conquista política.

A revisão do PRDI deu-se em duas dimensões que convergiram, posteriormente, para um único fim: a primeira dimensão constituiu-se numa avaliação setorial do Plano, realizada pelas subcomissões temáticas da CAMMPI, que se pautou inicialmente na construção da linha do tempo, como instrumento para viabilizar a avaliação sobre os êxitos e insucessos dos últimos cinco anos. A segunda, de caráter mais abran-

gente, posto que agregava novos integrantes ao processo de discussão, como os membros do NAI, representantes do empresariado local e outras lideranças não vinculadas à CAMMPI, além de dirigentes públicos, visava formular o cenário⁸ norteador do novo PRDI. Para tanto, foi realizado um evento preparatório, no qual se discutiu sobre visões e perspectivas de desenvolvimento, seguindo-se mais dois momentos de discussão para a construção propriamente do cenário. Estas duas dimensões convergiram para a realização do VII Encontro do Fórum de Desenvolvimento de Itapagipe, realizado no final de 2006, quando foram apresentados os produtos sintetizados, que foram discutidos e legitimados por representação mais ampla da sociedade local. Em continuidade, foram promovidos pela CAMMPI debates sobre as políticas públicas em cada área, com o apoio de especialistas e sistematizadas as contribuições advindas de todo esse processo numa versão preliminar do PRDI (2007). Agregaram-se, então, as contribuições decorrentes do VIII Encontro do Fórum de Desenvolvimento de Itapagipe, para a construção final desse novo PRDI.

Cabe fazer referência ao novo cenário, construído com a perspectiva de dez anos, que enfatiza os seguintes aspectos principais: a preservação do patrimônio natural, histórico-cultural e a identidade do local, constituído por aspectos físicos, mas também por um conjunto de condições materiais e relacionais; a corresponsabilização da população, ou seja, o seu papel ativo na manutenção do patrimônio local, bem como na reversão e valorização de espaços degradados, e a integração do papel de cada agente na cadeia das políticas públicas. Trata-se de um modelo de desenvolvimento local calcado no investimento maciço no fator humano e na diversificação econômica, potencializando os setores náutico, da moda, do artesanato, da pesca, da gastronomia, da movelaria e do turismo, fundamentado no fortalecimento da identidade cultural.

- 8 Uma adaptação do *Workshop* Europeu para a Construção de Cenários (European Awareness Scenario Workshop – EASW) foi a metodologia adotada para este fim. Trata-se de uma metodologia utilizada pela União Europeia, nos primeiros anos da década de 1990, que serviu como ferramenta para a construção de inúmeros processos participativos, quer na elaboração de Agendas 21 locais, quer de políticas setoriais ou na construção de cenário para uma cidade ou para um bairro. Para a sua aplicação, a metodologia requer um grupo organizador, responsável pelo processo, e um grupo de facilitadores para a condução do próprio evento. No nosso caso, o grupo organizador foi integrado pela CAMMPI, UCSal e CIAGS-UFBA, sob a coordenação deste último.

Com o intuito de colocar em prática, de modo mais imediato, os objetivos definidos no novo cenário para Itapagipe, encontra-se em implantação (2008) o Projeto Ação Direta Cidadã: uma estratégia integrada e experimental de resgate e valorização do espaço urbano. Desenvolvido através da integração e convergência de esforços entre diversas instituições atuantes no território e entre estas e a população local, o projeto é uma experiência piloto, com finalidade demonstrativa. Visa desenvolver um conjunto de ações articuladas na expectativa de reverter o processo de degradação física e social de uma área delimitada, na perspectiva de corresponsabilização dos diversos atores envolvidos.

O conjunto das proposições contidas no novo PRDI (2007) assenta-se em quatro dimensões consideradas fundamentais, a saber:

- a) valorização do fator humano, visando à superação de indicadores sociais negativos identificados na região, entendido como fundamental para que ocorra na Península de Itapagipe um desenvolvimento sustentável;
- b) infraestrutura e serviços, na perspectiva de remover entraves ao melhor aproveitamento do potencial econômico local e universalizar o acesso da população aos serviços;
- c) diversidade econômica e produtiva, baseada no reconhecimento das múltiplas potencialidades econômicas do território e numa perspectiva de desenvolvimento menos concentradora de capital e mais intensiva em mão de obra;
- d) organização e gestão do espaço urbano, baseada no compartilhamento e na corresponsabilização. Tais dimensões têm como eixos estruturantes as questões de raça/etnia, gênero e juventude. O desafio agora é obter a conjugação de esforços dos diversos agentes (sociedade civil local, empreendedores e poder público), convergindo na direção dessas dimensões essenciais.

Desenvolvimento, participação organizada e relação entre universidade e sociedade são as palavras-chave deste artigo, o que o coloca no foco de grandes polêmicas que ocupam os debates acadêmicos e governamentais diante da evidente necessidade de se efetivarem os direitos de cidadania. Nesse contexto, o desenvolvimento como processo e a conflituosidade nas construções coletivas desestabilizam os supostos consensos que se pretendem inerentes às políticas públicas ou sociais e às comunidades, em meio às novas referências territoriais que requalificam o desenvolvimento local.

Ações em rede da CAMMPI e NAI

Marcos Vicente Ribeiro Soares¹

O céu tingido de vermelho e azul anuncia o crepúsculo e emoldura uma das mais belas paisagens do entorno da Baía de Todos os Santos. Do lado do poente, a ponta da Penha descortina a Avenida Beira-Mar, a colina do Bonfim e, também, a degradação urbana que tomou conta do bairro da Ribeira, o último ao noroeste da cidade, na ponta da Península de Itapagipe. A vista não difere muito do lado da enseada dos Tainheiros, onde as águas tranqüilas refletem a descontrolada favelização do subúrbio ferroviário. O contraponto fica por conta da Marina da Ribeira onde dezenas de barcos se encontram fundeados e podem confundir o observador apressado em pensar que se trata de um recanto de milionários. O que já foi um dia. Um mergulho no tempo revela cenários, muitos dos quais ainda existentes, de um aprazível recanto de veraneio que abrigava em seus solares veranistas vindos dos mais diversos bairros da cidade. Exemplares arquitetônicos desse período sobrevivem, muitos dos quais abandonados ou em ruínas, como o solar Amado Bahia, com seus pisos de mármore e salas cobertas de espelhos bisotados, dando a impressão de que o tempo não passou na Ribeira, bairro onde a construção civil estagnou nos últimos 40 anos (BANDEIRA).

Situada no lado noroeste da Cidade do Salvador, dentro da Baía de Todos os Santos, parte do acervo cultural da cidade, com grande área arquitetônica e paisagística, a Península itapagipana, ou simplesmente Itapagipe – que em tupi significa pedra que avança para o mar –, compõe a 2^a Região Administrativa de Salvador. Abrange uma área de 724,76

1 Obteve o título de Mestre, em 2007, participando da primeira turma do Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, formada pelo Programa de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Católica Salvador, tendo sua dissertação versado sobre esse tema.

ha., que corresponde à parte baixa da falha tectônica, que divide Salvador em Cidade Baixa e Cidade Alta, e tem uma população de 166.800 habitantes, distribuída, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 1996), por um conjunto de 14 bairros: Ribeira, Itapagipe, Bonfim, Monte Serrat, Dendezeiros, Bairro Machado, Uruguai, Vila Ruy Barbosa, Massaranduba, Baixa do Petróleo, Roma, Mares, Calçada e Alagados (Península do Joanes). Foi, outrora, uma área de manguezal que, a partir da década de 1930, começou, em parte a ser destruída, dando início ao processo de favelização. Trata-se da área de mangue e mais aquela que, de uma forma ou outra, foi conquistada às águas. Itapagipe era uma área alagadiça, enriquecida pelas águas descidas da Cidade Alta, que outrora foram utilizadas no trabalho das indústrias ou para uso doméstico.

Busca-se estudar aqui as ações de duas entidades, a Comissão de Articulação e Mobilização dos Moradores da Península de Itapagipe (CAMMPI) e o Núcleo de Articulação Institucional de Itapagipe (NAI), e a sua participação como organizações sociais em redes, entendendo-se redes de movimentos como “uma tentativa de retratar aspectos relevantes da trajetória histórica das formas de organização da sociedade civil na América Latina, e em particular no Brasil, principalmente daqueles denominados de movimentos sociais.

A organização social em rede serve, pois, como referência para se entender o papel da CAMMPI e do NAI, na Península itapagipana, como principais articuladores dos interesses comunitários do território em questão, principalmente considerando-se a definição de Cavalcanti (2006). Segundo este autor, as redes sociais são conjuntos de pessoas e organizações que se relacionam para responder às demandas e às necessidades da população, de maneira integrada, constituindo-se em um meio mais eficaz da gestão das políticas sociais.

A partir da análise da proposta conceitual de redes sociais, percebe-se que esta se incorpora aos propósitos da CAMMPI e do NAI, e da AR-II (2000) na medida em que seus objetivos, definidos no Plano Referencial de Desenvolvimento de Itapagipe, pretendem articular pessoas e instituições que se comprometam a superar, de maneira integrada, os problemas econômicos e sociais, por meio de acordos de cooperação, de alianças e de reciprocidade. Estabelecem, assim, que as partes integrantes deverão dialogar e compartilhar ações, que se reflitam na convergência dos interesses, a partir do que foi previamente elaborado

no documento citado. A prosperidade local é, pois, fruto da organização comunitária em torno de um planejamento de desenvolvimento, numa perspectiva de construção social, constituindo-se em um instrumento fundamental, de caráter orientador e condutor, de superação especialmente da pobreza.

A estratégia de desenvolvimento local é legitimada como parte do desenvolvimento planejado regional, no âmbito de uma estratégia maior, baseada no conceito de desenvolvimento territorial, isto é, a combinação de políticas governamentais com iniciativas de desenvolvimentos endógenos, graças às iniciativas, necessidades e recursos locais, colocando a comunidade na condução do caminho do desenvolvimento e da promoção do seu bem-estar. A seguir, pretende-se traçar um breve histórico da constituição das duas entidades – CAMMPI e NAI –, desde o seu surgimento. Propositadamente, esse histórico não foi separado da história da Península, por entender-se que estão intimamente relacionados.

CONTEXTO DE CONSTITUIÇÃO DA CAMMPI

Aqui se pretende traçar um breve histórico da constituição das duas entidades – CAMMPI e NAI –, desde o seu surgimento. Propositadamente, esse histórico não foi separado da história da Península, por entender-se que estão intimamente relacionados.

Para a construção deste histórico, foram utilizadas informações documentais e impressas, incluindo trechos de entrevistas concedidas pelas gestoras da CAMMPI, Gelcinéa Barbosa da Conceição e Jamira Alves Muniz, nas quais foram tratadas, além das questões mais gerais, outras mais particulares, que expressam detalhes importantes para o entendimento das ações das referidas entidades.

Antes do movimento inicial, por parte das pessoas que hoje compõem as duas entidades, houve o despertar da vontade, ou necessidade de sua implementação, que se deu com o movimento originário, denominado um “olhar sobre Itapagipe”, inicialmente, agregando a atividade de participantes mais antigos, que se pode chamar de fundadores, como Gelcinéa Barbosa da Conceição e Raimundo José dos Santos Conceição. Estes, muito antes da mobilização para a criação de entidades específicas, já participavam, enquanto estudantes da rede pública de

ensino, de movimentos sem características institucionais, como, por exemplo, grupos de teatro, quadrilhas de São João e movimentos estudantis da década de 1980, envolvendo alguns dos interesses dos moradores dos bairros onde residiam. Passaram, assim, a estimular, a partir das questões culturais, o movimento social comunitário, mesmo que de modo informal.

Ainda esse mesmo grupo, aproximadamente três anos depois, criou o Cine Teatro de Alagados, hoje em estado físico bastante degradado, que produzia peças e as colocava em cartaz para a comunidade. Estas atividades de natureza cultural atraíram o entusiasmo da Secretaria de Educação do Estado, que tinha como titular da pasta o Secretário Eraldo Tinoco, que pretendia construir cinco espaços culturais na cidade. O grupo fez um abaixo-assinado, reivindicando um desses espaços, marcando o contexto em que foi criado o referido Cine Teatro.

Por aproximadamente dezessete anos, a partir desse momento inicial de movimento comunitário, não houve a organização ou formação de nenhuma entidade de representação da Península itapagipana como um todo.

Em outubro de 1997, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Banco do Nordeste, em parceria com a Secretaria Estadual do Trabalho e Ação Social (SETRAS), e contando com a cooperação de técnicos de diversos organismos – Secretaria Municipal de Planejamento (SEPLAN), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SEDES), Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial do Estado da Bahia (SUDIC), Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Grupo de Recomposição Ambiental (GERMEN), e Cooperativa de Trabalho Múltiplo de Apoio às Organizações de Auto-promoção (COONAP) –, iniciaram, em Itapagipe, o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Econômico Local, para a capacitação de pessoas no papel de gestores sociais, com a finalidade maior de desenvolver o protagonismo dos demais atores sociais das comunidades locais na definição de suas estratégias de desenvolvimento. Esse processo de capacitação foi iniciado em 20 de novembro de 1997, com a realização da Ambiente – Oficina de Fortalecimento Organizacional –, evento que reuniu uma média de 200 participantes por um período de dois meses.

Durante a realização desse evento, ocorreu um incêndio nas palafitas dos Alagados, na localidade chamada João Paulo II, resultando em

200 famílias desabrigadas e acelerando uma intervenção da Prefeitura Municipal de Salvador na área, na gestão do então Prefeito Antônio Imbassahy, para transferir os moradores de lugar e impedir o surgimento de novas palafitas. Em função disso, já no dia seguinte ao encerramento da Ambiente – Oficina de Fortalecimento Organizacional –, em 22 de janeiro de 1998, os representantes do PNUD foram convidados, por quatro associações locais,² para discutir a possibilidade de realização de um seminário sobre moradia e qualidade de vida, com os moradores e representantes comunitários, que inicialmente compunham a área de intervenção do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Econômico Local. A Universidade Católica do Salvador (UCSal) também foi convidada, em função do Programa de Extensão UCSal nos Bairros, desenvolvido nas localidades do Uruguai e Mangueira.

A ideia inicial foi unir os esforços dos dois programas – o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Econômico Local, do PNUD, e o Programa UCSal nos Bairros – em torno da questão da moradia, sobretudo das palafitas, que apresentavam sérios problemas de ordem socioeconômica e ambiental. Estender essa discussão aos demais bairros foi o mote inicial para que o problema habitacional fosse tratado como uma questão de desenvolvimento e qualidade de vida da Península em geral.

Esse pequeno grupo, que se designou de “Comissão”, foi responsável pelo seminário “Um olhar sobre Itapagipe”, que se reuniu por diversas vezes, porque a situação criada pela perda dos barracos do Conjunto João Paulo II era alarmante e exigia da Prefeitura ações urgentes. Nesse ínterim, o grupo perdeu de vista o evento, passando a tratar de questões mais operacionais referentes à problemática da moradia.

Enquanto isso, o Projeto continuava com as ações de capacitação nas associações, e se sentiu a necessidade de promover a sensibilização das instituições em relação às propostas de desenvolvimento oriundas desse trabalho.

Finalmente, o Seminário, ocorrido entre 15 e 16 de outubro de 1998, teve como participantes aproximadamente 200 membros de associações e entidades e mais de 20 instituições, constituindo-se num acontecimento importante na Península e obtendo resultados satisfatórios.

2 Essas associações eram: a Associação dos Moradores do Conjunto Santa Luzia, a Associação dos Moradores do Conjunto João Paulo II, a Associação Livre dos Moradores da Mangueira e o Centro de Artes e Meio Ambiente (CAMA).

Nesse evento, foi sugerida a criação de uma Comissão, que encaminhasse, a quem de direito, as propostas elaboradas nos dois dias do encontro, ideia que foi aprovada por unanimidade. A Comissão foi legitimada e ampliada, sendo composta por mais 19 entidades,³ sendo marcada a primeira reunião oficial para o dia 29 de outubro de 1998, no então Clube de Regatas Itapagipe. Exatamente nesse momento, deu-se a criação da CAMMPI. A composição da direção foi estruturada de forma colegiada, na qual as decisões seriam tomadas por subcomissões que deveriam pensar, analisar e planejar, com ampla autonomia para deliberar, – embora os fóruns, programados para as segundas-feiras, fossem os locais –, de se decidir definitivamente, com a participação de todos envolvidos na rede.

O princípio básico foi mostrar que o foco da Comissão era o desenvolvimento da Península itapagipana, respeitando-se a diversidade de pontos de vista existentes, mas não se permitindo discussões político-partidárias nas reuniões, nem envolvimento de políticos nas atividades por ela promovidas.

Sua estrutura incluía ações baseadas na experiência de descentralização, que deu certo e que resultou em uma AR, a princípio forte, com intensa participação da comunidade, além de manter o ambiente atrativo para o turista, transformando, ainda, a Península num lugar bom de morar e trabalhar para a população local.

Outra questão que mereceu destaque, no momento da constituição da entidade, foi o preenchimento dos “cargos”, em especial o de coordenação ou gestão, que se caracterizou por uma particularidade muito especial, como vem sendo destacado. Um novo modelo administrativo foi implantado, visto que, embora Gelcinéa Barbosa da Conceição e Jamira Alves Muniz estejam exercendo essa função, esse cargo não existe efetivamente na hierarquia na organização.

Nem todos compreendem que a rede tem poder descentralizado, não existindo poder central, portanto todos decidem. A gestão de Gelcinéa Barbosa da Conceição como “coordenadora virtual” teve início em 2002. Antes de ocupar esse lugar, mais especificamente em 2001, fazia parte do CAMA e da subcomissão de moradia e cultura, além da gestão de um projeto da Associação dos Moradores do Conjunto Santa Luzia. Para nortear suas ações, no entanto, foi criado um plano.

3 Uma parte delas está relacionada no organograma da CAMMPI, no Apêndice A.

O Plano Estratégico da CAMMPI, para o período de julho de 1999 a dezembro de 2000, incluía oito objetivos:

- a) elaborar o Plano de Desenvolvimento de Itapagipe e iniciar sua negociação;
- b) fortalecer as organizações que compunham a Comissão;
- c) divulgar o potencial artístico e cultural da Península;
- d) dar visibilidade ao trabalho da Comissão;
- e) influenciar os projetos públicos em andamento, ou iniciá-los, na Península, em benefício da população;
- f) iniciar o processo de negociação para a regularização fundiária;
- g) organizar uma campanha de melhoria da infraestrutura com base comunitária;
- h) participar dos conselhos locais.

A partir destes objetivos foi elaborado, em 2000, o Plano Referencial de Desenvolvimento de Itapagipe, com projetos de financiamento para a capacitação solidária de oito associações, criando-se o Ciclo de Debates Institucionais. Em decorrência, buscou-se realizar o *tour* de história local com as associações; iniciaram-se as negociações com a Delegacia do Patrimônio da União, para a regularização fundiária; promoveu-se a participação dos membros da Comissão nos Conselhos de Segurança Comunitária, Saúde e Conselho Municipal da Criança e Adolescente (CMDCA) e no Centro de Defesa da Criança e do Adolescente Yves de Roussan (CEDECA).

Além disto, a CAMMPI promoveu, no ano de 2001, o Seminário sobre Alternativas para o Turismo em Itapagipe; apoiou a realização do Seminário de Artesanato em Itapagipe: Tecendo Novos Caminhos; encaminhou emendas à Câmara de Vereadores para incluir a região, no orçamento municipal, em sua agenda de prioridades; idealizou e promoveu, junto a outras entidades de Salvador, o Seminário sobre Moradia e o Fórum de Desenvolvimento Sustentável de Itapagipe, em parceria com o NAI e a AR-II.

Apesar de todas essas atividades, a CAMMPI não tem constituição jurídica. Em 2004, a partir das subcomissões, em particular a de cultura, formou-se uma Organização Não Governamental (ONG), de nome CEMPA, derivada do consórcio de organizações culturais no âmbito do centro cultural que, sendo também um consórcio, não poderia ter constituição jurídica. Apesar disso, no prazo de um ano, estava habilitada a realizar convênios com órgãos públicos e captar recursos.

As pessoas que exercem o papel de coordenadoras lamentam quase sempre que passam muitas dificuldades, pois, embora algumas das organizações sejam responsáveis por elaborar projetos do interesse da comunidade, e captar recursos para dar continuidade às ações comunitárias, as limitações financeiras são muitas. Dizem, por exemplo que, findo o Fórum, em setembro de 2007, as dificuldades aumentariam se não implantassem outros projetos.

Outro ponto considerado por ambas, é que o envolvimento dos membros das organizações componentes da rede era desigual, pois alguns acabam demonstrando mais empenho que outros, atitude considerada natural por eles. Segundo pensam, embora a hierarquia de poder seja horizontal, alguns se destacaram, devido ao seu maior envolvimento, o que seria inevitável, pois se tratava de um espaço de poder que, mesmo sendo conduzido sob uma gestão democrática, às vezes se confundiam os papéis.

Depois da CAMMPI, outros movimentos semelhantes foram organizados na Península, também geridos por pessoas que já tinham passado pela Comissão, como a Federação das Associações da Península Itapagipana (FAMAP) e, a mais antiga, a Associação dos Moradores de Itapagipe (AMAI).

A “coordenadora virtual”, Gelcinéa Barbosa da Conceição, reconhece que esse processo de aparecimento de entidades paralelas é natural, demonstrando estar segura do trabalho realizado, porque a CAMMPI, segundo constata, ou supõe, é uma entidade reconhecida pelas entidades a ela vinculadas, como interlocutora legítima da população, sendo continuamente procurada pelas demais componentes. Trata-se de uma constatação ou suposição que não condiz com as pesquisas, realizadas junto à população dos quatorze bairros componentes da Península itapagipana, cujo número está relacionado adiante. Demonstra-se o quanto a Comissão, que reuniu importantes entidades, ainda não atingiu a grande massa da população.

O Gráfico 1 do Apêndice B, também pode ser analisado por outro ângulo. Sabe-se que a população não é estável, que seu deslocamento é contínuo e, por outro lado, a grande maioria ignora os acontecimentos, tanto da cidade, quanto dos próprios locais onde habita, a não ser particularidades muito próximas de suas moradias. Assim, entidades geridas por lideranças, normalmente passam despercebidas no cotidiano do que se costuma denominar, em linguagem popular, de “povão”.

CONTEXTO DE CONSTITUIÇÃO DO NAI

A ideia de reunir as instituições em um núcleo surgiu a partir dos ciclos de debates institucionais, revelando um profundo nível de desarticulação e desinformação entre as instituições e seus componentes. Além disso, havia a preocupação de se capacitar e fortalecer as instituições locais, aliadas à preocupação da CAMMPI de fortalecer a representação de descentralização municipal, a AR-II.

Em vista disso, o PNUD convidou a AR-II, e as entidades mais próximas do Governo Municipal, que hoje compõem o NAI, entre elas, a Empresa de Limpeza Urbana de Salvador (LIMPURB), a Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social (SETRAS), a Fundação Cidade Mãe, o SEBRAE, a Secretaria Municipal de Projetos Especiais (SEMPE), o Banco do Nordeste e a UCSal, além de líderes locais, para discutir os projetos institucionais voltados para a Península, e analisar os documentos propositivos elaborados pela CAMMPI.

Em 27 de abril de 2000, na sede da AR-II, em Itapagipe, oportunidade em que as 21 entidades que compunham a CAMMPI estavam presentes, discutiu-se e aprovou-se a ideia de criação do NAI, definindo seu objetivo como “espaço articulador das ações institucionais de apoio ao desenvolvimento local, de modo a dar unidade à intervenção das instituições que atuam em Itapagipe, integrando-as às estratégias de desenvolvimento propostas pela comunidade”, conforme informou Gelcinéa Barbosa da Conceição. As reuniões do NAI teriam momentos de continuidade: a apresentação de programas e projetos em desenvolvimento na área, de modo a dar visibilidade à ação de cada instituição, e permitir a percepção de interfaces com programas de outras instituições, o que na prática nem sempre aconteceu.

No processo de consolidação dessas instituições iniciou-se em 2000 com a elaboração do Plano de Referência de Desenvolvimento de Itapagipe, para a qual o NAI foi convidado pela CAMMPI a contribuir, discutindo-o, inicialmente, entre as próprias entidades do NAI e, posteriormente, realizando algumas discussões em conjunto, já como componente da CAMMPI, para definir uma agenda de prioridades.

As relações entre a CAMMPI e o NAI sempre foram bastante estreitas, mesmo que, na composição deste último, constem entidades de vários segmentos, entre elas, do poder público, da iniciativa privada e representantes da Universidade, que abrigam interesses, nem

sempre convergentes, destacando-se as relações com o empresariado, com representação bastante incipiente, e cujas motivações são ainda pouco claras. A única participação mais efetiva desse segmento situa-se no Shopping Bahia Outlet Center, considerando-se que sua gestora já participava das ações da CAMMPI e que esse Shopping sempre integrou o programa de desenvolvimento da região itapagipana. Portanto, embora se possa perceber um processo de evolução mundial, na percepção e efetivação das ações empresariais socialmente responsáveis, elas são ainda frágeis por parte do empresariado da Península itapagipana.

Muitas vezes, a CAMMPI foi procurada por moradores de outros bairros, como Plataforma, Sete de Abril, Itapuã no intuito de formar movimentos semelhantes. Mas, embora existam instituições com atuação comunitária semelhante, a informação que se tem é de que não existem, em Salvador, movimentos que atuem em rede, por isto, entende-se que o modelo itapagipano é inédito e inovador, qualidade destacada, com ressalvas, por Gelcinéa Barbosa da Conceição. Há, apesar disso, a possibilidade de cooperação, pois consta, inclusive no Plano Referencial de Desenvolvimento de Itapagipe, a possibilidade de se ampliar este modelo de gestão em rede para outras comunidades que apresentem problemas econômicos e sociais semelhantes aos da Península.

As entrevistadas dizem, com orgulho, que os representantes da academia – UFBA e UCSal – elogiam e reconhecem tratar-se de uma forma de gestão comunitária prática ideal e que as universidades vêm discutindo, teoricamente, suas atividades, indicando esta alternativa gerencial como uma possibilidade de caminho para a minimização dos problemas comunitários. Os acadêmicos, no entanto, reconhecem que a maior dificuldade é convencer os moradores de que esta é a forma mais democrática de encaminhamento das demandas da comunidade, tanto ao poder público, quanto à iniciativa privada, e que, possivelmente, leve a maiores e melhores resultados.

Outra dificuldade, também apontada pelas entrevistadas, refere-se ao poder público, pois na visão de alguns dirigentes, nem sempre explicitada com clareza, o movimento de articulação comunitária é um obstáculo ao poder instituído, ou seja, há uma clara demonstração de receio, percebendo-se a presença dessas entidades como uma forma de divisão do poder oficial. Em consequência, há insistência em manter

a antiga relação entre a comunidade e o poder público, mantendo-se a troca de favores e prevalecendo a máxima da relação clientelista.

O primeiro Plano Referencial de Desenvolvimento da Península, que ficou pronto em 2005, obteve conquistas significativas, sobretudo, em relação às atividades de grupos produtivos, na consolidação de um espaço público de voz da comunidade, na interlocução com o poder público, com a iniciativa privada, em que a CAMMPI, definitivamente, se configurava como uma força local de fato.

Os investimentos, de diversas naturezas, na Península, fruto do processo de revitalização econômica, são foco de acompanhamento pela CAMMPI e pelo NAI, que se sentem com força representativa suficiente para se inserir e discutir as propostas, evitando que sejam instaurados empreendimentos que não proporcionem benefícios diretos à comunidade, sobretudo às mais carentes, embora os empreendimentos informais sejam mais visíveis.

Conclui-se que a história da Península itapagipana demonstra momentos de plenitude econômica, mas também de grande degradação social, para uma parcela significativa das comunidades dos bairros que a compõem. E que a constituição da CAMMPI e do NAI são bastante oportunas no sentido de se reverem, a partir de sua inserção, a dinâmica de revitalização econômica e seus reflexos sociais. Portanto, são exemplos bem-sucedidos de gestão comunitária, de atuação em rede, na medida em que esperam realizar algumas metas importantes das muitas demandas da comunidade, como, por exemplo, a ocupação dos galpões ociosos das antigas empresas com atividades econômicas, gerando emprego e renda. E, de alguma forma, transformando-se em um veículo da voz da comunidade em prol da melhor qualidade de vida.

A COMUNIDADE EM REDE: O PAPEL DA CAMMPI E DO NAI (APÊNDICE A)

A rede social de organizações estabelece acordos de cooperação, de alianças e de atos de reciprocidade. Essas novas práticas de cooperação constituem um meio de encontrar modos de intervenção em uma realidade social complexa, conforme acentua Cavalcanti (2003). Diz ainda o autor, que as redes sociais são conjuntos de pessoas e organizações que

se relacionam para responder às demandas e às necessidades da população de maneira integrada.

Os dados aqui analisados foram obtidos através de entrevistas, realizadas com uma parte dos representantes das instituições que compõem a CAMMPI e o NAI, buscando-se compreender, a partir dos relatos colhidos, a dinâmica do trabalho de gestão em rede, bem como entender a relevância do papel dessas entidades na articulação dos interesses da comunidade da Península. Foram feitas 1.100 entrevistas com moradores dos 14 bairros que compõem o território itapagipano, visando perceber o nível de conhecimento que os mesmos possuíam acerca do trabalho das instituições, CAMMPI e NAI, e o nível de representatividade delas na persecução dos interesses comunitários (Apêndice B). Na entrevista com a “coordenadora” da CAMMPI, Gelcineia Barbosa da Conceição, em 2006, foi revelado, para caracterizar o pioneirismo do movimento comunitário na Península, por exemplo, que já se faziam encontros entre grupos para discutir questões variadas, o que, inclusive, desencadeou, inicialmente, um grupo de dança, na Massaranduba, e outro de teatro, no Jardim Cruzeiro, este último apresentando-se, em vários espaços dos bairros, tratando de temas sociais, como já foi dito.

[...] mas essas ações permitiram a relação das diferenças, pudemos perceber que juntos éramos mais fortes no enfrentamento dos interesses contrários ao trabalho comunitário desenvolvido para o bem de todos. E aos poucos os que não pensavam que, juntos, conseguiríamos o bem comum, sempre ficaram à parte dessas articulações. Tanto que aqui temos inúmeras associações, e aqueles que não acreditam não dialogam, até podem estar juntos em alguns momentos com a gente, mas não fazem parte do mesmo movimento (informação verbal) (CONCEIÇÃO, 2006).

Passando-se das questões de natureza política às da dinâmica de funcionamento da CAMMPI, a “coordenadora” fez um balanço da atuação da instituição. Disse que a CAMMPI iniciou esse processo de articulação interbairros e o PNUD, como organismo técnico internacional de apoio a estas iniciativas, oportunizou, através da capacitação de gestores, uma visão de gestão social, na atuação de formas mais integradas na região. Vale ressaltar que as estratégias da gestão social, de interesse comunitário dos países pobres (ou em desenvolvimento)

como o Brasil, frequentemente divergem dos interesses dos países hegemônicos e empresariais privados, em sua maioria legitimadores do modelo neoliberal do qual o PNUD é um representante. Este detalhe do processo de constituição e consolidação do movimento comunitário em estudo, não foi abordado nas entrevistas, por se tratar de discussão mais específica, externa ao foco pretendido.

O conceito de rede era algo já existente e anterior à constituição desse movimento, o que motivou o questionamento sobre se a visão de rede foi algo que se seguiu a partir de orientação conceitual ou apareceu naturalmente e independentemente do conceito. Esse questionamento aparece justamente quando uma das dirigentes da CAMMPI esclareceu que não foi planejado, mas surgiu um grupo de trabalho, enquanto comissão, e se foi planejando, discutindo e colocando várias teorias e atitudes. Os técnicos do PNUD e, posteriormente, a Prefeitura de Salvador propuseram a criação de uma agência de desenvolvimento, ou ainda uma ONG. Muitos defendiam que a entidade deveria ter identidade jurídica (CNPJ). A entrevistada reconhecia que, inicialmente, não se pensava na questão das redes, mas, naturalmente, o processo de consolidação deste modelo de gestão foi acontecendo de forma articulada e só depois, num segundo momento, é que se começou a entender melhor essa forma de gestão. No dizer da gestora:

A CAMMPI é uma experiência de rede que não se entende enquanto tal e que se descobriu rede. Quando o movimento se descobriu rede, algumas pessoas achavam que deveríamos permanecer como tal, outras achavam que não; depois foram entendendo que o mais importante era a gente fortalecer cada uma das organizações, sem nos tornarmos mais outra organização. Continuamos trabalhando em rede para o bem da comunidade e do território (CONCEIÇÃO, 2007).

As respostas obtidas na pesquisa demonstram a necessidade de uma maior compreensão do conceito de rede. A bibliografia consultada indica que esta noção nos obriga a pensar, desde um ponto de vista epistemológico, na possibilidade de integração da diversidade que, em geral, distingue-se da ideia de unicidade totalizadora, muito comum em interpretações marxistas, acerca da necessidade de articulação das lutas sociais. Isso nos remete à conclusão de que a análise em termos de “redes de movimento social” implica a busca das formas de articulação

entre o local e o global, entre o particular e o universal, entre o uno e o diverso, nas interconexões das identidades dos atores ao pluralismo.

Questionada sobre a articulação institucional, em sua análise, Gelcinéa Barbosa da Conceição dizia que, nos primeiros momentos, na Península, era mais difícil tratar da questão da articulação institucional, porque esta se resumia a uma relação paternalista, na qual o que prevalecia era a proximidade com algum político, que intervinha a favor dos interesses da comunidade em troca de votos. Neste caso, pensava-se que, sem esta aproximação política paternalista, não haveria espaço para realizar ações na comunidade. A partir do momento em que se passou a constituir uma articulação institucional, talvez se tenha otimizado mais os recursos humanos e materiais dos projetos e programas. A “coordenadora” considera que essas articulações em rede são alternativas viáveis e passíveis de minimizar os problemas econômicos e sociais da comunidade carente da Península itapagipana, bem como de outras comunidades de Salvador com problemas semelhantes.

Quanto à atuação da AR-II, representante do poder municipal, a prática demonstra que a sua presença poderia ser algo pensado, efetivamente, como núcleo local atuante no desenvolvimento territorial da cidade, o que, conseqüentemente, geraria frutos políticos. O administrador deveria ver-se enquanto um funcionário público, no sentido comunitário, e não municipal, devendo trabalhar sempre para a sociedade e não para grupos de interesses partidários.

Vale ressaltar que o surgimento do NAI decorreu, também, da necessidade de se evitar a duplicidade de ações, integrando as instituições comunitárias, que é o papel da CAMMPI, para que aquele pudesse atuar com outros segmentos institucionais, tais como governos, bancos, iniciativa privada e universidades. Percebe-se, nos relatos, que, durante esses anos, de forma diferente da CAMMPI, pouco se conseguiu fazer no NAI.

Identifica-se como um dos problemas do NAI a rotatividade de sua representação institucional, dificultando a dinâmica das reuniões, à medida que a cada uma delas é preciso rememorar assuntos passados, perdendo-se muito tempo com isso, além de não haver um nível maior de comprometimento por parte desses representantes institucionais.

Apesar disso, os componentes do NAI ainda o consideram um bom exemplo a ser seguido, embora necessite ser aperfeiçoado. “Acredito que ele está em fase de amadurecimento e precisa se estruturar for-

malmente, deixar de ser um núcleo apenas de reunião” (CONCEIÇÃO, 2007). Acredita, ainda, a entrevistada que, para dar uma maior dinâmica ao processo de revitalização, tem que ser criado um escritório exclusivamente com este fim. Sugere que, se já se contasse com um escritório de revitalização, os avanços teriam sido muito mais rápidos do que o comércio, pois o tecido social da Península é muito mais denso.

A visão geral é de que a CAMMPI concentra bastante poder, pois consegue sensibilizar e simboliza a sociedade civil no território e que o NAI, com todas as suas deficiências, é bastante útil, colocando-se este modelo de gestão em rede como uma referência a ser replicada em outros locais com problemas semelhantes, como já foi dito.

Segundo informações de atores envolvidos nesse processo em rede de articulação comunitária, a mobilização em Itapagipe já chegou a ser, na avaliação da Secretaria de Planejamento do Município, a região da cidade mais politizada. Daí resulta a importância de se ter desenvolvido, nesse trabalho comunitário, uma integração em rede, que cada vez mais possa se colocar a serviço do interesse coletivo.

Finalizando, a seguir, são citados alguns resultados práticos das ações da CAMMPI e do NAI na comunidade da Península de Itapagipe, durante várias gestões:

1. Centro de Cultura de Alagados;
2. Teatro, cinema e auditório para 260 pessoas:
 - a) espaço multiarte para oficinas de teatro, dança, música, artes plásticas, capoeira, vídeo/cinema;
 - b) biblioteca especializada e arquivo da memória de Alagados;
 - c) espaço museográfico para exposições temporárias e permanentes;
 - d) espaço para café, lanche e restaurante;
 - e) loja de artesanato e *souvenirs*.
3. Balcão de justiça e cidadania:
 - a) atendimento e encaminhamento de casos de reconhecimento de paternidade, separação judicial;
 - b) mediação de pequenos conflitos;
 - c) orientação judicial.
4. Rede *on-line* (projeto de inclusão digital):

- a) aquisição de equipamentos para 40 associações;
 - b) capacitação técnica na manipulação dos equipamentos e uso da rede *on-line*;
 - c) acesso à internet para associações-membros da rede;
 - d) sistema de comunicação *on-line* implementado.
5. Plano de comunicação da rede CAMMPI:
- a) informativos impressos;
 - b) reformulação e manutenção do site institucional;
 - c) boletim eletrônico e *on-line*;
 - d) releases de cobertura dos eventos;
 - e) páginas institucionais de cada associação;
 - f) cartilha da rede;
 - g) vídeo institucional.
6. Banco de dados da Península:
- a) coleta de dados primários e secundários;
 - b) implementação de banco de dados;
 - c) geração de mapas temáticos;
 - d) publicação de atlas diversos.
7. Apoio às atividades artesanais e culturais, como fontes geradoras de trabalho e renda:
- a) ocupação e reforma do galpão;
 - b) definição da forma de gestão coletiva;
 - c) implementação do projeto;
 - d) apoio aos empreendimentos populares.
8. Coleta de dados primários e secundários:
- a) implementação do banco de dados;
 - b) geração de mapas temáticos;
 - c) publicação de atlas diversos.

O arranjo produtivo local de confecções da Rua do Uruguai

Rosemma Burlacchini Maluf¹

ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS: UMA ESTRATÉGIA DE POLÍTICA INDUSTRIAL

Ao longo do século XX, ficou evidente que o desenvolvimento não é um processo mecânico e rígido, fruto da raça ou do clima, da abundância de recursos naturais ou de um posicionamento geográfico ou ainda de suas crenças religiosas, mas sim de uma intrincada conjunção de bem pensadas e articuladas iniciativas, resultante da adequada leitura das tendências futuras.

Assim, sobretudo após a Segunda Grande Guerra, as políticas de desenvolvimento ganharam corpo, conquistando espaço, e, finalmente, sendo implantadas e testadas em alguns países.

Notadamente nas últimas duas ou três décadas, disseminou-se majoritariamente o ceticismo em torno das políticas de desenvolvimento em geral, e, acentuadamente, sobre as políticas industriais. Dúvidas sobre a eficiência das políticas industriais mais usuais na alocação de recursos, até mesmo em relação à eficiência modernizante de seus benefícios sobre o tecido econômico e, sobretudo, questionamentos sobre a legitimidade de decisões por vezes arbitrárias demais, ineficientes ou inócuas, foram lançadas nas arenas de debate. Nesse ambiente de ceticismo, fortalecido pela radical crise fiscal – ainda não plenamente resolvida – que assolou Estados ricos e pobres a partir dos anos 1970, as políticas industriais foram quase completamente relegadas, quando não descartadas. Alguns países as mantiveram, de forma mais

1 Empresária, coordenadora do Arranjo Produtivo Local (APL) da Rua do Uruguai. Rosemma Maluf foi responsável, junto com seu genitor, pela criação do Outlet Bahia Shopping Center.

ou menos discreta, mas quase nunca de forma assumida, clara, formulada conceitualmente, como uma “política industrial”, até mesmo porque as regras que vinham sendo implantadas em torno do comércio multilateral procuravam sempre gerar dificuldades para a prática dos subsídios públicos.

Mas, recentemente, a ciência econômica, tem demonstrado com clareza que os países que realizaram os maiores avanços, tanto os da vanguarda histórica, quanto os que saíram dos diversos níveis de reatguarda, os alcançaram por uma consistente articulação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento produtivo e dos circuitos de distribuição. Encontram-se exemplos desse processo na revolução infotelemática nos Estados Unidos, na explosão industrial dos tigres asiáticos, no gigantesco salto da China e na renovação radical do tecido econômico na Irlanda.

O Brasil, ao longo dessas difíceis e penosas três décadas, desmontou a política industrial que tinha construído, e, enquanto dedicava toda sua energia para reformar o Estado, a relegou a um plano inferior. Prevaleceu, se não intelectualmente, mas para efeitos práticos, a tese de que as políticas industriais geravam desperdício de recursos públicos e que, portanto, não procedia mantê-las nem redirecioná-las. Felizmente, esse momento histórico foi ultrapassado.

A nova política econômica recuperou a importância das políticas industriais, agora já sem nenhuma dúvida de que elas são necessárias, senão imprescindíveis, para uma retomada do processo de desenvolvimento. A nova política industrial foi inserida, no Plano Plurianual de Ações (PPA), do Governo Federal, para o período 2004-2007, como um dos eixos centrais de nossa estratégia de desenvolvimento.

No interior da política industrial mais ampla, o PPA incluiu o desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais (APL) como uma das estratégias de política industrial. Para o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), que já havia compreendido a relevância da dinâmica dessas formações empresariais disseminadas pelo território nacional – sistematicamente com presença ampla, quando não exclusiva, de pequenas empresas –, a definição surgiu como uma oportunidade e, bem mais que isso, como uma missão essencial. Uma missão para a qual não apenas se está trabalhando intensamente para o devido preparo, mas para a qual existem pessoas efetivamente capazes de contribuir. Afinal, a atuação do SEBRAE já se faz presente,

de forma contributiva, em cerca de 230 APL espalhados por todo o Brasil.

De fato, a política industrial, além da escolha de alguns setores produtivos para os quais destinará prioritariamente recursos públicos, de diversos tipos – financeiros, fiscais, humanos –, capazes de alavancar ou redirecionar seu crescimento, tem como alvo, agora, formações ou concentrações, num mesmo setor, de um número suficientemente significativo de empresas que lograram gerar sinergias e externalidades e que estão crescendo, mesmo diante de duas décadas de persistente crise econômica. Essas demonstrações de vitalidade econômica são um sinal da capacidade de absorção eficiente de recursos públicos e privados.

Considerados os diferentes estágios de desenvolvimento, os APL estão presentes em todo o território nacional, nas grandes, médias e até mesmo pequenas cidades. Dentro de suas comunidades, envolvem um grande número de pessoas, com proporção significativa da população economicamente ativa. Polarizam outras cidades, gerando uma rede integrada com forte potencial de crescimento.

Examinando, em retrospectiva, as políticas de desenvolvimento que a história do País nos legou, encontram-se raríssimos exemplos de políticas emanadas do Estado central com tal viés de interiorização do desenvolvimento.

Levando em conta que, na grande maioria dos arranjos produtivos brasileiros, existe um número significativo de empresas ainda informais, excluídas da vida econômica legal, chegar-se-á à conclusão de que a política industrial voltada para os APL tem dimensão importante de inclusão social.

O SEBRAE está consciente de que essa política, de características fortemente horizontais, deve ser complementada por políticas seletivas, voltadas para alguns setores e regiões que concentram as potencialidades que se quer fazer desenvolver. Trata-se de outro viés da política industrial que tem de ser implementado. Mas se está convencido de que, para uma nação gigantesca, com uma vasta população e um amplo mercado interno, os Arranjos Produtivos Locais podem constituir uma promissora forma de elevar os níveis de competitividade de múltiplos setores da economia brasileira.

Nos últimos anos, viu-se formar um impressionante consenso sobre a pertinência de transformar os Arranjos Produtivos Locais 1 em objeto

prioritário das políticas de desenvolvimento. A tendência de fazer dos APL um dos focos de ação das políticas de desenvolvimento econômico e social do País tem fundamento em alguns interessantes elementos de plausibilidade.

Como todo consenso, corre-se o risco de resvalar para a moda e consequente banalização. É sempre conveniente checar esses elementos e verificar sua racionalidade, seu alcance e possibilidade de eficácia.

Há bons motivos para acreditar que essa história poderá ser diferente em relação aos APL. O consenso em torno do seu potencial, como estratégia de desenvolvimento, envolve grande número de atores públicos e privados. O Governo Federal acolheu-os como conceito e foco no Plano Plurianual de Ações 2004-2007, ao passo que um número importante de ministérios e agentes públicos vem implantando programas de ações aplicadas em diversos arranjos localizados em todo o território nacional. Enquanto isso, entidades empresariais e suas lideranças têm dedicado grande atenção para as estruturas produtivas concentradas territorialmente. O SEBRAE, por sua vez, tem direcionado parte significativa de seus recursos para a ação nos APL, o que garante um aporte consistente de meios e de capacidade de iniciativa. Nos territórios onde projetos já foram estruturados, observa-se o efetivo envolvimento das lideranças políticas e empresariais locais, de forma que é perfeitamente adequado, nesse caso, usar a expressão consenso o que, de resto, constitui oportunidade a não ser desperdiçada.

Os arranjos produtivos parecem reunir características interessantes para a geração das sinergias, tão essenciais ao sucesso de uma iniciativa de desenvolvimento econômico e social.

Talvez o primeiro a merecer atenção seja o fato de a origem da quase totalidade desses arranjos ser completamente autônoma, baseada em construções *ad hoc*, por meio do aproveitamento de vantagens territoriais, que permitiram o surgimento de estruturas produtivas razoavelmente especializadas, com um número significativo de empresas. Quase nenhum desses processos foi baseado em políticas de incentivo público. A especialização regional, verificada na grande maioria dos territórios, foi consolidada antes de se ter tornado objeto de atenção por parte dos atores públicos. Os APL em geral, nasceram à margem do Estado, e o grande “benefício” que receberam foi, provavelmente, o esquecimento por parte das estruturas de fiscalização tributária e trabalhista.

Sendo assim, o processo de adensamento empresarial surgiu sem influência de distorções alocativas motivadas por políticas públicas, o que lhes conferiu a sempre desejada característica de “resiliência”, que é a capacidade de adaptação autônoma de uma estrutura, sistema, ou mesmo pessoa, às vicissitudes da dinâmica do mundo exterior. A grande maioria surgiu, ou pelo menos ultrapassou a massa crítica que deve caracterizar as estruturas clusterizadas, nos últimos 40, 30 ou, não raro, menos de 20 anos.

Tais arranjos produtivos consolidaram-se a partir do colapso do desenvolvimentismo brasileiro, nos anos 1970 e 1980, em meio à crise do modelo fordista e à crise fiscal brasileira e suas consequências óbvias sobre o emprego, com massas de pessoas deixadas sem alternativas de sobrevivência em postos de trabalho formais. Por sua iniciativa, com recursos próprios, sem crédito e sem orientação, essas pessoas começaram a organizar pequenas unidades produtivas – a grande maioria delas estritamente familiares –, a partir de uma pequena concentração setorial, aproveitando alguma oportunidade existente no seu entorno. Nasceram enfrentando duas décadas de crise e taxas médias de crescimento anuais inferiores aos 2% ao ano. Nesse ambiente adverso, geraram estruturas e canais de distribuição os mais diversos e ocuparam mercado, mantendo sempre elevado grau de flexibilidade. Essas circunstâncias perenemente adversas consolidaram estruturas adaptativas, resistentes.

E por que isso é importante? Dentre as inúmeras razões com que se pode justificar a utilidade de sistemas resilientes, está a de que se pode estar seguro de que investimento público em tais estruturas propicia boas condições de oferecer retorno, sem os desperdícios tão comuns em políticas subsidiadas. A política de desenvolvimento dos APL brasileiros não tentará criar do nada ou do muito pouco. Pelo contrário, trabalhará em ambientes que lutaram com obstinação para garantir sua existência e, muito provavelmente, saberão aproveitar ao máximo o apoio que vierem a receber. O segundo fator é de ordem quantitativa. Um número significativo de territórios brasileiros, caracterizados como APL, já tem da ordem de centenas de empresas trabalhando num mesmo setor. Essa densidade empresarial, que muitas vezes atinge a casa do milhar de empresas num mesmo território, gera um ambiente produtivo favorável à implantação de processos de aprendizado, mais ou menos coordenados e autônomos, que podem assumir a feição de

uma economia de aprendizado, inserindo seus atores em uma intensa dinâmica – de recepção, processamento e emissão de informações, tecnologias e técnicas –, capaz de manter todo o sistema em constante movimento.

A elevada especialização econômica gera concentração de pessoas com interesses comuns, envolvidas em atividades afins, produzindo ambiente adequado para que as inovações, em particular, e o aprendizado, de forma geral, difundam-se com maior rapidez, fazendo com que a iniciativa empreendedora da vanguarda rapidamente atinja atores menos avançados. O foco de interesse comum disseminado na comunidade e a intensidade das dedicações pessoais geram o estímulo à difusão das inovações, de maneira que tudo se conjuga, numa cidade ou território dedicados a uma atividade empresarial singular, para criar um clima propício ao aprendizado, à inovação e à sua propagação.

Um terceiro fator a ser acrescentado aos fatores de plausibilidade do trabalho nos APL provém do próprio ambiente de dificuldades e adversidades que prevaleceram na economia brasileira nas duas últimas décadas. Foi, em grande medida, nesse período que os APL brasileiros consolidaram as suas – ainda limitadas, é certo – vantagens competitivas, que lhes possibilitaram sobreviver numa economia virtualmente estagnada.

Uma economia que sofreu, ao longo da década passada, o impacto de acelerada abertura à concorrência internacional via redução das barreiras tarifárias que tinham caracterizado o processo de substituição de importações, tal redução, vale lembrar, foi acompanhada por um forte processo de valorização cambial da moeda nacional, que durou, pelo menos, quatro anos. Nesse processo, os arranjos produtivos puseram-se frente a frente à competitividade das estruturas mais dinâmicas da economia mundial, já fortemente internacionalizadas em suas redes de comercialização, dispondo de crédito a baixo custo e, não raro, de vantagens comparativas espúrias, tais como um baixíssimo custo de mão de obra.

Os APL brasileiros, portanto, não chegaram a desenvolver os fatores de competitividade que marcam os *clusters* mais modernos da economia mundial, tais como a constituição e consolidação de redes de empresas. Mas são estruturas socioeconômicas que já demonstraram sua capacidade de absorção de impactos e choques competitivos, ao mesmo tempo em que se provaram capazes de aproveitar oportunidades de crescimento.

Um último fator de plausibilidade de uma política de desenvolvimento concentrada nessas especializações territoriais é que, do ponto de vista técnico-metodológico, as dificuldades não são, em absoluto, extraordinárias, ainda que nenhuma via fácil rumo ao sucesso possa ser esperada. Mas, se os desafios da competitividade global não devem ser menosprezados, as estruturas econômicas locais estão em funcionamento e apresentam boas perspectivas de expansão. Grande parte dos instrumentos necessários à deflagração de um programa de desenvolvimento baseado nos APL está disseminada nas instituições públicas e privadas de suporte ao desenvolvimento.

Os Ministérios do Desenvolvimento e da Ciência e Tecnologia, no campo público; o SEBRAE, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), no campo dos serviços sociais autônomos, além de uma vasta rede de consultorias privadas, que acumularam competências geradoras de competitividade. Se seus corpos técnicos e diretivos estiverem dispostos a adequar sua oferta de serviços às estratégias de ação necessárias, poderão desencadear maciços processos de transferência de competências e de apoio a iniciativas autônomas das comunidades públicas e empresariais dos diversos APL brasileiros. Aqui, o grande desafio será a construção de um sistema de distribuição de competências técnicas, com a gestão de um planejamento que otimize o uso dos recursos públicos e evite a sua apropriação ilegítima.

Finalmente, as primeiras experiências realizadas pelo SEBRAE sugerem – e isso será, doravante, monitorado em sistema de avaliação de processo e resultados –, que os custos também não são proibitivos. Desde que os empresários sejam mobilizados, garantindo a incorporação de sua capacidade de iniciativa aos projetos, e as lideranças locais sejam envolvidas na utilização dos recursos já existentes no território, o trabalho passa a ter como custos principais iniciativas de transferência de conhecimento em gestão, *design* e tecnologia, projetos de agressão a mercados e ações de concepção de estratégia. Como não é possível acelerar de forma indefinida a capacidade de absorção de informações e técnicas inovadoras por parte do setor empresarial, e como a realização de iniciativas de agressão a mercado é limitada pela produtividade e qualidade predominantes, a demanda de recursos tende a ser moderada e progressiva.

Esse custo será variável em função da dimensão e das necessidades do arranjo produtivo em questão, mas será limitado pela real capacidade de aprendizado e assimilação de habilidades – critério este absolutamente relevante na ação de planejamento. Sua ordem de grandeza, pelas experiências conduzidas no ambiente do Projeto Promos/SEBRAE, tende a situar-se na ordem das primeiras centenas de milhares de reais por ano, e isso quando o trabalho já avança. Sob esse parâmetro, um Programa Nacional de Arranjos Produtivos deverá acionar volumes de recursos compatíveis com aqueles hoje disponíveis nas instituições existentes.

O principal desafio será, certamente, o da orquestração política e técnica, na administração dos recursos. Projetos em APL tendem a exigir forte consistência em arquitetura política – uma governança inteligente e eficaz –, cada uma desenvolvida à feição da história de sua comunidade e das forças sociais em ação, as quais têm de ser respeitadas e preservadas com cuidado, paciência e perseverança. A atitude de humildade institucional e profissional deve ser cultivada.

Muito provavelmente, os fatores escassos tendem a ser mais os recursos humanos e um bom ambiente de governança local do que a disponibilidade orçamentária. Do ponto de vista técnico, tem-se que abandonar o vício da oferta indiscriminada de produtos e serviços que, por vezes, marcam as instituições de fomento no País, para construir uma especificidade adequada à pequena empresa brasileira. Isso requer capacidade de transferência tecnológica ao empresário mediano, com um baixo nível de formação educacional e uma limitada capacidade de apropriação de inovações. Por fim, estratégias corretas de agressão a mercados têm de ser concebidas e, nesse campo, os instrumentos e capacidades técnicas estão manifestamente pouco desenvolvidos.

Atendido o requisito da competência técnica apropriada, uma variável crítica para o sucesso do projeto de desenvolvimento de um APL será o acesso aos serviços financeiros, sobretudo a partir do momento em que a estratégia do projeto tiver sido definida e as oportunidades de mercado exigirem iniciativas de investimento nas empresas. As razões para isso são bastante óbvias, tanto quanto suas repercussões. Ao suscitar um processo de aperfeiçoamento empresarial, ao identificar a inovação e a ação de mercado como motores de desenvolvimento da empresa e do coletivo de empresas, o projeto provocará, necessariamente, demanda por crédito. Sem ele, todo o processo, em algum momento, será bloqueado.

Nada disso, entretanto, constitui dificuldade intransponível. A estrutura institucional pública e privada brasileira dispõe de meios para construir um programa consistente. À exceção do fator crédito, limitado pela baixa taxa de poupança e por problemas de assimetria de informações, os desafios são mais gerenciais do que de oferta.

Outro motivo que leva a equipe da rua do Uruguai, em Itapagipe, a desenvolver os APL é o fato de acreditarem que a atuação sistemática em Arranjos Produtivos Locais constitui o que se pode considerar uma estratégia de interiorização do desenvolvimento para o País.

O desenvolvimento de um APL está baseado em um sistema amplo de estímulo à iniciativa privada, passando desde o apoio ao empreendedorismo individual e coletivo até a transferência sistemática e mesmo maciça de competências em gerenciamento empresarial. Trabalham-se a organização produtiva, a concepção de produtos, a inovação tecnológica o *design* e as estratégias de mercado.

Que nível crítico seria esse? Poderia ser similar ao processo de formação das avançadas redes de empresas dos distritos do Vêneto, ou das empresas-rede tipificadas no exemplo da Benetton? Ou mesmo da elevada diversificação empresarial dos *clusters* de serviços norte-americanos? Essas serão metas a atingir. O requisito, de uma maneira muito objetiva, é apenas um nível de especialização produtiva num determinado território que tenha alcançado a escala das várias dezenas de empresas, preferencialmente já em torno ou acima da centena de empresas, que atendam a mercados além das fronteiras locais. Quando tal número de empresas existe e seu mercado não é apenas local, torna-se caracterizada a densidade empresarial, com a respectiva identidade de interesses e dinâmica informacional, que permite a construção de uma “socioeconomia de aprendizado”. As informações técnicas circulam com velocidade, as inovações tecnológicas encontram ambiente propício, as iniciativas de mercado encontram a base de inteligência que as torna exequíveis.

Há centenas de estruturas produtivas desse tipo espalhadas pelo território nacional. Seu número atesta o amadurecimento do tecido produtivo nacional de pequenas empresas, cujo atual grau de especialização já viabiliza um projeto nacional. Esses territórios envolvem quase sempre mais de um município e, em cada município, absorvem uma proporção significativa da população economicamente ativa. Se a ação técnica tiver como alvo o agrupamento deles, o projeto passará a

ser de cunho regional. No momento em que tais projetos atingirem a totalidade dessas municipalidades, não será impossível articulá-los em redes de APL com afinidades setoriais.

Nessa altura do trabalho, poderão estar envolvidos mais de mil municípios brasileiros, número significativo e suficiente para caracterizar uma ação nacional, capaz de gerar efeitos para trás e para frente, espontâneos e planejados, produzindo uma dinâmica de aperfeiçoamento e crescimento quantitativo, cujo nome apropriado não pode ser outro senão “desenvolvimento econômico”.

Os APL brasileiros são, em sua esmagadora maioria, produtores de bens de consumo de assalariados, artigos básicos consumidos pela massa dos trabalhadores brasileiros. Uma pequena fração é exportada, sendo a maior parte da produção destinada ao mercado interno, em grande medida, para mercados de rendas baixas e médias. Se as transferências de renda, motivadas pelo processo redistributivo com que o atual Governo está comprometido, forem acompanhadas pelo crescimento concomitante e paulatino da produtividade média nos arranjos produtivos, a pressão de demanda será acompanhada por um aumento de oferta que pode fazer com que as pressões altistas nos preços sejam contrabalançadas por um aumento de oferta com a produtividade média mais elevada capaz, portanto, de evitar que os preços médios se elevem.

Caso se obtenha sucesso na conjugação desses dois movimentos, se logrará construir um processo distributivo com impacto virtuoso na produtividade média da economia nacional e no conseqüente aumento dos rendimentos reais dos salários dos trabalhadores e das rendas da base da população. A dispersão dos arranjos produtivos pelo território nacional, acompanhada de forma bastante homogênea pela distribuição da população e pelos níveis de renda regionais, permite que um processo redistributivo possa ser implantado com sucesso, provocando os desejados efeitos de elevação da qualidade de vida, paralelamente aos impactos positivos sobre o tecido produtivo. Ele possibilitará aumentar a produtividade e a rentabilidade das atividades destinadas ao mercado interno, sem efeitos inflacionários.

Um programa nacional de Arranjos Produtivos Locais pode, portanto, ser gerido de forma a constituir-se num programa de incremento da oferta. Não se trata de tarefa menor. Muito pelo contrário, trata-se de um dos mais relevantes desafios que hoje se apresentam para a

economia brasileira e para as instituições ligadas ao desenvolvimento econômico.

ARRANJO PRODUTIVO LOCAL DE CONFECÇÕES DA RUA DO URUGUAI

Até os anos iniciais deste século, a economia municipal de Salvador vinha aumentando sua participação no Estado da Bahia, seja por conta do seu próprio crescimento econômico – representado pelo desempenho de sua estrutura terciária –, seja pela relativa redução do ritmo de crescimento das economias localizadas no interior. A economia soteropolitana tem acompanhado as oscilações cíclicas das economias baiana e brasileira, correspondendo a movimentos de crescimento maiores e de queda menores do que os verificados na economia nacional ou local.

Apesar de grande centro terciário, com atividades da administração estatal, serviços de saúde, educação, logística e outros, a cidade de Salvador apresenta os maiores níveis de desemprego, desocupação e informalidade entre as grandes cidades brasileiras. A pobreza e os problemas sociais dela decorrentes são bastante visíveis na maioria dos seus bairros e subúrbios.

Constituindo-se em uma das áreas mais antigas de Salvador, a Península de Itapagipe já ocupou diferentes papéis na história da cidade. Inicialmente área de defesa da Baía de Todos os Santos, tornou-se, posteriormente, um ponto de veraneio para as famílias mais abastadas e, em seguida, polo industrial de Salvador, finalizando a década de 1970 sem perfil econômico definido, ambientalmente devastada e dona de um dos maiores bolsões de pobreza da cidade: a favela palafita de Alagados.

A Península de Itapagipe vem experimentando, desde 1997, diversas iniciativas voltadas ao seu desenvolvimento, resultantes de um acordo de cooperação de um grupo de instituições, na sua maioria públicas, capitaneadas pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que já produziram resultados importantes para a região, com reflexos positivos no restante da cidade, tendo como destaque o fortalecimento organizacional, a formação de capital social, a integração das instituições que atuam no território e a construção coletiva do Plano Referencial de Desenvolvimento Sustentável da Península de Itapagipe, que apresenta o diagnóstico, objetivos, estratégia e propostas concretas para impulsionar o desenvolvimento local. O Plano de

Desenvolvimento dos Setores Produtivos é uma das prioridades para inserir no mercado de trabalho os grupos mais desfavorecidos, por meio do incentivo à organização de grupos de produção associativos, ligados às atividades produtivas inerentes à cultura e potencialidades locais.

Apesar de ser uma área de exclusão social e economia deprimida, a região possui algumas potencialidades, tais como: incentivo à criação de micro e pequenos negócios, uma base comunitária organizada, que apresenta uma convergência de ações institucionais, além de uma vocação natural para o setor de confecções, pois teve uma fase econômica baseada na construção de grandes fábricas do ramo têxtil.

Esta vocação natural, a oferta de mão de obra e a instalação de um centro distribuidor de confecções – Shopping Center –, instalado nos antigos galpões de uma fábrica de chocolate desativada, fez com que diversas empresas do setor transferissem suas indústrias para a região, criando assim um aglomerado produtivo. Estas características identificam a região, especificamente o bairro do Uruguai, como um APL, o qual foi escolhido como um dos prioritários – dos 49 aglomerados identificados no Estado – pelo Governo do Estado.

O setor de confecções da Bahia é formado predominantemente por micro e pequenas empresas, que desenvolvem as suas atividades manufatureiras em todas as regiões da Bahia e cumprem um importante papel na oferta de produtos e geração de empregos. Entretanto, a representatividade do setor de confecções e vestuário, no conjunto da indústria baiana de transformação, em termos de valor agregado, oscilou ao longo do tempo, perdendo gradativamente o seu peso até os anos atuais. Este fato decorreu, basicamente, do intenso desenvolvimento de outros setores da economia do Estado, a exemplo da indústria química e, mais recentemente automobilística, que vem recebendo maciços investimentos para a instalação de plantas industriais na região.

Entre os anos 1970 e 1985, o segmento de confecções e vestuário alcançou um expressivo crescimento, motivado pela implantação de centros industriais no interior do Estado da Bahia. Como resultado, o segmento obteve um incremento de 500% na criação de novos estabelecimentos, um acréscimo de 343% de pessoal ocupado no segmento e um aumento de 1.335% no Valor de Transformação Industrial (VTI). Apesar disso, estes resultados não obtiveram sustentabilidade ao longo do tempo, pois as empresas não conseguiram aproveitar, a partir das

vocações naturais pertencentes às regiões-sede dos distritos industriais, as vantagens comparativas que proporcionassem a sua alavancagem frente a outros mercados.

O Arranjo Produtivo Local de Confeccção da rua do Uruguai é parte do esforço, no âmbito do “Programa de Requalificação da Península de Itapagipe, Projeto de Responsabilidade Social do Shopping Bahia Outlet Center”, em busca de ações que visem formular e desenvolver projetos de aperfeiçoamento empresarial, com a implementação de novas atitudes administrativas, modernas e fomentadoras de geração de trabalho, renda e qualidade de vida.

O “Programa de Requalificação da Península de Itapagipe, Projeto de Responsabilidade Social (RSE) do Shopping Bahia Outlet Center” é uma proposta de parcerias a serem constituídas entre a iniciativa privada, as comunidades locais e as instituições públicas, com o objetivo de promover a requalificação socioeconômica, do meio ambiente e da região.

Inicialmente contou-se com representantes dos empresários locais, do Sindicato das Indústrias de Vestuário (SINDVEST), SEBRAE, Instituto Euvaldo Lodi/Federação das Indústrias do Estado da Bahia (IEL/FIEB), e demais parceiros. Realizaram-se reuniões de trabalho, convocadas pela coordenadora geral do projeto, para apresentar e deliberar sobre sua validade. Além dos 49 aglomerados identificados no Estado da Bahia, o projeto foi um dos oito Arranjos Produtivos Locais, situados na região metropolitana de Salvador, a ser escolhido para ser apoiado pela “Rede de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais do Estado na Bahia”, como projeto piloto para balizar a atuação do governo do Estado em outros Arranjos Produtivos Locais.

O bairro do Uruguai tem uma importante vocação produtiva no setor de confecções, que foi consolidada desde meados da década de 1940. É o bairro mais populoso da Península de Itapagipe, com 32.034 habitantes (IBGE, 1996) e apresenta um grau de degradação urbana e ambiental preocupante.

A indústria de confecções tem como características principais a mão de obra intensiva e com predominância do sexo feminino, baixo índice de poluição, baixo nível de escolaridade e pouca formação profissional. Segundo o IBGE (1996), a Península de Itapagipe possui uma população com predominância feminina (53%) e de baixa escolaridade. Assim, a indústria de confecções é um caminho natural como vetor de crescimento de emprego e renda da região da Península.

Especificamente na rua do Uruguai existem em torno de 341 empresas, destacando-se o Shopping Bahia Outlet Center com 246 pontos de venda, com predominância do ramo de vestuário. O perfil dos empreendimentos dessa rua do Uruguai caracteriza-se pela predominância do setor de confecção/vestuário e construção, como demonstrado no Apêndice C.

Foi constatado que existem 34 indústrias de confecções instaladas nessa rua, o que representa 10% do total de empreendimentos do local. Mais importante do que isso é se observar que 19% e 8% das indústrias de confecções de Salvador e de todo o Estado da Bahia, respectivamente, estão localizadas ali. Isto dá uma ideia do que representa para a região as ações que venham dinamizar as indústrias dessa área.

Para a devida identificação de um Arranjo Produtivo Local considera-se, em primeiro lugar, a existência de um número significativo de empresas que atuem em torno de uma atividade produtiva principal. Nesse caso, a identificação foi realizada através de pesquisa das indústrias localizadas na rua do Uruguai.

A pesquisa foi elaborada tendo como diretrizes básicas a identificação de pressupostos, tais como: o capital humano – considerando-se os conhecimentos, habilidades e competências da população local, as condições e a qualidade de vida; o capital social – considerando-se os níveis de confiança, cooperação, reciprocidade e organização social; a governança, – diferentes modos de liderança, coordenação, intervenção, participação e negociação dos conflitos nos processos decisórios locais; e o uso sustentável do capital natural. A elaboração da pesquisa também levou em consideração as diretrizes preconizadas no Termo de Referência para Atuação do SEBRAE em Arranjos Produtivos Locais, de julho de 2003, cuja metodologia considera, de maneira a formular estratégias de atuação e definir ações, três dimensões para a análise competitiva de um APL:

Dimensão empresarial – fatores ou condicionantes de domínio das empresas, como custo, qualidade, inovação e *marketing*, a capacidade produtiva e sua relação com custos e preços (produtividade), a qualidade dos recursos humanos, a capacidade comercial, a estratégia e a gestão das empresas, entre outros.

Dimensão estrutural – fatores ou condicionantes relacionados ao mercado e à tecnologia (acesso), à configuração da indústria e à dinâmica específica da concorrência; o grau de encadeamentos de negócios e

de interatividade e conectividade das empresas do setor (atividade econômica principal – especialização produtiva), nos elos e/ou na estrutura da cadeia produtiva em que estão inseridas, quando esta é rebatida no território; o grau de interatividade inter e intrassetorial; o grau de interatividade das empresas do setor com as cadeias produtivas complementares; o grau de interatividade das empresas com as instituições de apoio competitivo e destas entre si e entre outros.

Dimensão sistêmica – fatores ou condicionantes macroeconômicos, internacionais (mercado internacional), avanço do conhecimento, aspectos infraestruturais, fiscais, financeiros e político-institucionais que mais diretamente influenciam o desempenho geral ou específico do arranjo.

Foram aplicados dois questionários em 21 empresas localizadas na rua do Uruguai e entorno (Apêndice C). O primeiro questionário visou o cadastro da empresa e a elaboração do perfil empresarial nas dimensões acima comentadas. O segundo questionário procurou estabelecer o nível de percepção dos empresários a problemas e soluções comuns a todos, em relação ao mercado em que atuam.

A pesquisa foi realizada em 20 indústrias de confecções e um canal de comercialização de vestuário, divididos em diversos ramos, conforme o Apêndice D.

PERFIL DAS EMPRESAS PESQUISADAS

As empresas pesquisadas demonstram um relativo grau de diversificação em sua linha produtiva, sendo dominante, com 38,1%, a moda voltada à produção de vestuário para o público feminino, 19% das indústrias estão voltadas para confecções em geral e 14,3% de fabricantes de tamanhos especiais. No Apêndice E estão tabulados os resultados obtidos na pesquisa.

As principais matérias-primas utilizadas pelas empresas entrevistadas são o tecido plano: *jeans*, *brim*, *tactel* (microfibras) e *tricoline fio tinto*; malharia – fio 30.1, *piquet*, *dry* e *cotton*.

A origem da matéria-prima tem predominância nos Estados do Sudeste e Sul do País.

Os principais entraves/dificuldades apontados são:

- a) baixa qualificação de mão de obra e dificuldade de capacitação;
- b) falta de gerência de produção;

- c) dificuldades de manutenção das máquinas eletromecânicas;
- d) máquinas antiquadas;
- e) ausência de uma gestão comercial agressiva (vendas e *marketing*);
- f) distância da origem de matéria-prima;
- g) falhas na gestão – desconhecimento de custos, formação de preços, falta de informações da concorrência etc;
- h) desarticulação do setor;
- i) falta de uma política específica para dinamizar o setor;
- j) dificuldade de acesso a créditos;
- k) instabilidade econômica.

A absoluta maioria apontou todos os itens dispostos no segundo formulário da pesquisa, quanto a ações para melhorar o desempenho da indústria e ações mais importantes, no âmbito do governo do Estado, para fomentar o desenvolvimento do setor.

Verifica-se pela análise da pesquisa realizada que é necessário trabalhar principalmente o aspecto de qualificação administrativa e de gestão das empresas, visto a baixa utilização de técnicas modernas de gestão, tais como ferramentas da qualidade, planejamento estratégico, planejamento e organização da produção.

Nota-se também a pouca preocupação com o planejamento do *marketing* e propaganda, sendo muito pequeno o investimento realizado nessa área. Salienta-se que, para a análise, o conceito de *marketing* baseia-se em um conjunto de ações envolvendo produto, ponto comercial, preço e promoção/propaganda. Sob essa ótica há pouco investimento em *marketing* nas empresas entrevistadas.

O QUE É UM APL?

Arranjos produtivos locais são aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais, com foco em um conjunto específico de atividades econômicas e que apresentam, ou têm condições de fomentar, vínculos expressivos de interação, cooperação e aprendizagem voltados para o enraizamento da capacitação inovativa, essencial para a competitividade empresarial e para a capacitação social. Geralmente, envolvem a participação e a interação de empresas – que podem ser desde produtoras de bens e serviços finais até fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de consultoria e serviços, comercializado-

ras, clientes, entre outros – e suas variadas formas de representação e associação. Incluem, também, diversas outras instituições públicas e privadas voltadas para a formação e a capacitação de recursos humanos, como escolas técnicas e universidades; pesquisa, desenvolvimento e engenharia; política, promoção e financiamento.

POLÍTICA INDUSTRIAL

O tema APL ganhou destaque como opção metodológica e ganhou prioridade para a política do Governo Federal a partir de sua inclusão na Política Industrial Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) e da publicação, em 2 de agosto de 2003, da Portaria Interministerial de nº 200, que criou o Grupo de Trabalho Permanente (GTP) para APL, instância colegiada integrada por vários ministérios – Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio (MDIC), o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), o *Ministério da Ciência e Tecnologia* (MCT), o *Ministério da Integração Nacional* (MI) – e mais 23 instituições, governamentais e não governamentais, de variados focos e matizes.

TRABALHO COOPERADO

APL é a efetivação de um trabalho cooperativo que agrupa empresas que se dedicam a produzir bens e produtos afins, os poderes públicos e privados, instituições de pesquisa e centro de tecnologia. A articulação das ações promove benefícios para todo o ciclo produtivo, com redução de custos e acesso a novos mercados. E isso não significa criar novas despesas. O trabalho cooperado é que vai construir as pontes para um novo patamar, sem que cada parceiro perca a identidade.

COMPETITIVIDADE

Um APL cria padrões que favorecem a comercialização, indução à pesquisa e desenvolvimento (P&D), exportação, os estudos e cursos para fortalecimento do produto, com *design* e *marketing*, grupos de compras

e a participação de micro e pequenas empresas em feiras e exposições. Instrumentos essenciais para participar em igualdade de condições em uma sociedade que exige competitividade e competência da empresa, do empreendedor, do investidor. Quem apostou positivamente sabe a vitalidade que essas empresas ganham, quando organizadas em arranjos produtivos.

PALAVRA-CHAVE: PARCERIA

Deve-se promover a parceria com entidades públicas e privadas voltadas ao desenvolvimento, nos municípios, no Estado e no País; com agentes financeiros e até com organismos internacionais.

OBJETIVO PRINCIPAL DO PROJETO

Promover a competitividade e a sustentabilidade dos micro e pequenos negócios, estimulando o processo de desenvolvimento local.

POR QUE A RUA DIRETA DO URUGUAI E SEU ENTORNO FOI ESCOLHIDA?

A escolha da região deu-se a partir dos parâmetros definidos no próprio Programa, pois a área contemplada possui uma importante vocação econômica constituída historicamente, caracterizando-a como um potencial polo de confecções, já que concentra aproximadamente 20% das indústrias de confecções de Salvador e um elevado número de lojas de varejo/pronta entrega. Apresenta, ainda, demandas atuais de qualificação de mão de obra, incentivo à criação formal de micro e pequenas empresas e indústrias ligadas ao setor, além da demanda por melhoria de infraestrutura e da qualidade do meio ambiente construído que dá suporte ao incremento da atividade no local.

O aproveitamento das sinergias coletivas, geradas pela participação em aglomerações produtivas locais, fortalece as chances de sobrevivência e crescimento, particularmente das MPE.

PENÍNSULA DE ITAPAGIPE

Itapagipe: pedra que avança para o mar

A Península abrange uma área de 697 ha. e uma população de aproximadamente 170 mil habitantes, distribuídos por um conjunto de 14 bairros: Uruguai, Ribeira, Bomfim, Monte Serrat, Dendezeiros, Bairro Machado, Alagados, Vila Rui Barbosa, Massaranduba, Baixa do Petróleo, Boa Viagem, Calçada, Mares e Roma.

Por volta da década de 1940, ocorreu um *boom* industrial, ocasionando a instalação de uma série de indústrias, principalmente no ramo de processamento de produtos agrícolas – Souza Cruz, Barreto de Araújo etc. – e, no ramo têxtil, além de estaleiros e depósito de sisal. Esse ciclo industrial impactou significativamente a região, dando lugar a um intenso aumento de população de baixa renda, poluição do meio ambiente, induzindo a expansão de favelas no local e ocasionando o surgimento do maior bairro de palafita do País.

QUAIS AS VANTAGENS EM FAZER PARTE DE UM APL?

- a) Referência para compradores e vendedores: identificar a rua do Uruguai como polo industrial de confecção, a exemplo da rua 25 de Março (São Paulo), a Av. Monsenhor Tabosa (Fortaleza) e a rua Tereza (Petrópolis) etc.;
- b) formação de consórcios empresariais para comprar, exportar, participar de licitações, feiras, missões internacionais etc.;
- c) fortalecimento da capacidade de inovação;
- d) melhoria da gestão empresarial, da gestão industrial e do *design*;
- e) acesso às novas tecnologias;
- f) acesso a mercados: local, nacional e internacional;
- g) desenvolvimento de um “Selo de Origem”, Marca Única;
- h) criação de coleções e catálogos para cada consórcio e apoio a eventos de disseminação, a exemplo de feiras, desfiles etc.;
- i) programa de crédito orientado e incentivos;
- j) fomento de cooperativas de produção;
- k) constituição do “Centro de Serviços” para as confecções;
- l) atração de novas indústrias para a região;
- m) apoio contínuo às instituições parceiras;

- n) incremento do capital social;
- o) desenvolvimento de uma infraestrutura adequada;
- p) possibilidade de alavancar recursos.

criação a rede de apoio aos arranjos produtivos locais do estado da bahia

Um protocolo de intenções assinado entre o Governo do Estado – através das Secretarias da Ciência Tecnologia e Inovação, Agricultura, Planejamento, Indústria, Comércio e Mineração, IEL, Agência de Fomento do Estado da Bahia S/A (DESENBAHIA), Centro Internacional de Negócios – formalizou a intenção das instituições em participar de ações voltadas à promoção do desenvolvimento industrial, através da Rede de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais.

Linha do Tempo

<i>maio/2003</i>	Lançamento do Programa de Requalificação da Península de Itapagipe – Projeto de Responsabilidade Social do Shopping Bahia Outlet Center
<i>junho/2003</i>	Elaboração do Termo de Referência para atuação em APL – SEBRAE
<i>junho a dezembro/2003</i>	Articulação, sensibilização e mobilização das instituições – Gestão APL
<i>setembro/2003</i>	Criação da Rede de Apoio aos APL do Estado da Bahia – Governo do Estado
<i>dezembro/2003</i>	Mapeamento dos aglomerados produtivos do Estado da Bahia – FIEB/IEL
<i>novembro/dezembro/2003</i>	Caracterização do APL de confecções – Gestão APL/ SEBRAE
<i>abril/2004</i>	Assinatura do Protocolo de Intenções – Parceria institucional

QUADRO 1 – Linha do Tempo

Fonte: Elaboração da autora.

COMO FOI A VALIDAÇÃO COM OS ATORES LOCAIS

A consolidação da proposta deu-se, inicialmente, com representantes dos empresários locais, do SINDVEST, SEBRAE, IEL e demais parceiros, através da realização de reuniões de trabalho convocadas pela coordenadora geral do projeto para apresentar e deliberar sobre sua validade. Além disso, dos 49 aglomerados identificados no Estado da Bahia, o projeto foi um dos oito Arranjos Produtivos Locais, localizado na região metropolitana de Salvador, a ser escolhido para ser apoiado pela Rede de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais do Estado na Bahia, como projeto piloto para balizar a atuação do governo do Estado em outros Arranjos Produtivos Locais.

ASSINATURA DO PROTOCOLO DE INTENÇÕES

No dia 15 de abril de 2004 foi assinado o Protocolo de Intenções que formalizou o apoio de seus signatários, no sentido de viabilizar a realização de ações, visando implantar o Arranjo Produtivo de Confeccões da rua do Uruguai, como forma de promover um desenvolvimento equilibrado e sustentado do setor produtivo presente no seu território de abrangência.

CARACTERIZAÇÃO DO SETOR DE CONFECÇÕES

Foram levantadas informações, através de um diagnóstico setorial e de gestão, com pequena amostragem de empresas (21), fabricantes de confeccões localizados na rua do Uruguai, para se definir o perfil das indústrias de confeccões hoje ali instaladas e subsidiar qualitativamente a implementação de um APL e a proposição de projetos.

O trabalho baseou-se em um modelo de caracterização de Arranjos Produtivos Locais divulgado pelo MCT/Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), cujos tópicos são dispostos a seguir. Procurou-se manter certa fidelidade ao escopo definido pelo MCT/FINEP, permitindo-se, apenas, adaptações ao enfoque específico desse estudo e particularidades da região estudada.

A elaboração da pesquisa também levou em consideração as diretrizes preconizadas no Termo de Referência para Atuação do SEBRAE em Arranjos Produtivos Locais, de julho de 2003, cuja metodologia considera, de maneira a formular estratégias de atuação e definir ações, três dimensões para a análise competitiva de um APL:

- a) dimensão empresarial;
- b) dimensão estrutural;
- c) dimensão sistêmica.

CENÁRIO ATUAL DO SETOR DE CONFECÇÕES NA REGIÃO

- a) Grande número de micro e pequenas empresas – formais e informais – instaladas na região;
- b) potencialidade para novos negócios;
- c) baixa tecnologia/máquinas antiquadas;
- d) baixa qualificação de mão de obra e dificuldade de capacitação;
- e) falta de gerência de produção;
- f) dificuldades de manutenção das máquinas eletromecânicas;
- g) ausência de uma gestão comercial agressiva (vendas e *marketing*);
- h) distância da origem de matéria-prima;
- i) desconhecimento de custos, formação de preços, falta de informações da concorrência etc.;
- j) falta de uma política específica para dinamizar o setor = desarticulação do setor;
- k) dificuldade de acesso a linhas de créditos;
- l) instabilidade econômica.

CENÁRIO DESEJADO DO SETOR DE CONFECÇÕES NA REGIÃO

Crescimento autossustentado da competitividade, visando:

- a) incrementar a estrutura produtiva local, com o objetivo de aumentar a participação nos mercados local, nacional e mundial (aumento das exportações);
- b) melhoria da gestão industrial e empresarial;
- c) alavancagem tecnológica;

- d) capacitação, visando um *upgrade* dos produtos (qualidade, *design*, custos e manutenção de máquinas);
- e) formação de redes empresariais de cooperação;
- f) adensamento da cadeia produtiva;
- g) incentivos a programas de microcrédito para fomentar pequenos negócios;
- h) fomentar a cultura do empreendedorismo, principalmente entre os empreendimentos informais;
- i) facilidade de acesso a linhas de crédito/financiamentos especiais para os participantes do Arranjo Produtivo Local;
- j) assessoria permanente e articulação das instituições parceiras;
- k) desenvolvimento de uma infraestrutura adequada;
- l) identificar o bairro do Uruguai como polo de confecções e a rua do Uruguai como a “Passarela da Moda”, a exemplo do que existe em São Paulo (25 de Março) e Fortaleza (Monsenhor Tabosa) etc.

TABELA 1 – Censo da Indústria de Confecção, realizado em agosto/2004, no bairro do Comércio e na Península de Itapagipe

<i>Especialização da Produção</i>	
Moda feminina	32%
Moda masculina	20%
Moda praia/ginástica/íntima	19%
Uniformes	11%
Moda infantojuvenil	6%
Jeans	4%
Outros	8%

Fonte: Elaboração da autora.

TABELA 2 – Outras Informações

<i>Outras Informações</i>	
Quantidade de empresas formais	69
Faturamento médio	
até R\$ 10.000,00	57%

de R\$ 10.000,00 a R\$ 100.000,00	34%
de R\$ 100.000,00 a R\$ 1.000.000,00	9%
Quantidade média de funcionários	23
Total de empregos nas empresas formais	1151
Funcionários do sexo feminino	87%
Funcionários do sexo masculino	13%
Funcionários residentes na Península	56%
Capacidade produtiva (unidades por ano)	3.835.320
<i>Mercado</i>	
Baiano	58%
Regional (Nordeste)	22%
Nacional	17%
Exportação	3%
Empresas que recorrem a empréstimos	13%

Fonte: Elaboração da autora.

OBSERVAÇÕES GERAIS

- a) 70% das empresas estão concentradas entre Salvador e Feira de Santana; Jequié e Lauro de Freitas alocam 7% das empresas. Os 23% restantes estão dispersos pelo Estado. Essa característica geográfica é uma vantagem em termos logísticos para a implantação de uma indústria de transformação de fios;
- b) a Rua do Uruguai abriga aproximadamente 20% das indústrias de Salvador e 8% das Indústrias de todo o Estado da Bahia;
- c) a Bahia possui apenas 2,5% das empresas do setor em funcionamento no Brasil;
- d) a Bahia importa aproximadamente 80% das confecções que consome, o que demonstra que existe uma demanda interna que potencializa enormemente a oferta;
- e) existe muito espaço para a ampliação da capacidade das empresas e melhoria da relação entre produção e consumo no Estado da Bahia;
- f) falta à Bahia um dos setores mais importantes da atividade, que é a indústria de terceira geração – a transformação de fios;

- g) existe uma concentração no Polo Petroquímico de indústrias com tecnologia de ponta e competitivas de matérias-primas do setor (fios sintéticos). A Klabin-Bacell, atual RGM Internacional, é o único produtor de celulose solúvel viscosa;
- h) a Bahia é o maior produtor de algodão do Norte/Nordeste, com um total de 54.000 t/ano, e com os investimentos em novas áreas de plantio, em 2004/2005, o Estado está prestes a se tornar o 2º maior produtor de algodão do País;
- i) o setor têxtil, no panorama nacional, participou com 13,5% do PIB industrial, em 2000, gerando cerca de 13% dos empregos na indústria;
- j) o custo de geração de emprego na Indústria de Confecções é bem inferior se comparado a outras atividades industriais. O setor é um grande gerador de empregos, pois a mão de obra utilizada é intensiva;
- k) o setor têxtil e do vestuário representam, juntos, 2,1% do VTI baiano e 12,8% da mão de obra empregada pela indústria.

PROJETOS EXISTENTES

1. Programa CREDI-APL – desenvolvido para atender às necessidades específicas de empresários que atuam nos APL. Oferece condições diferenciadas de crédito para capital de giro, investimento fixo, capacitação etc. Parceiro: DESENBAHIA.
2. Programa de Apoio ao Fortalecimento da Capacidade de Geração de Emprego e Renda (PROGEREN). Objetivo: apoio financeiro, na forma de capital de giro, para empresas localizadas nos APL. Parceiro: BNDES. Gestão: DESENBAHIA.
3. Programa de Inclusão Digital do Estado da Bahia – Identidade Digital, que tem como objetivo a implantação de um Infocentro no território do APL para promover a inclusão digital. Parceiros: Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI), Serviço Social da Indústria (SESI)/FIEB² e Bahia Outlet Center.
4. Programa de Apoio Direto à Inovação na Pequena Empresa (ADI), com objetivo de capacitação profissional da mão de obra das indús-

2 Serviço Social da Indústria/Federação das Indústrias do Estado da Bahia.

trias (auxiliar de costureira, costureira, auxiliar de corte, riscador/cortador, mecânico de manutenção, cronometrista, modelagem, supervisão e gerente de produção). Início: março/abril de 2005; parceiro: SEBRAE; gestão: SENAI.

5. Desenvolvimento da Metodologia para Estruturação dos Núcleos Produtivos Associativos, formais e informais, localizados no território do APL, com o objetivo de promover a inclusão social pela via do empreendedorismo, através do fomento ao associativismo/cooperativismo, capacitação e desenvolvimento empresarial. Parceiros: SEBRAE e Bahia Outlet Center.
6. Aprovação da Lei Municipal nº 6.325/2003 que reduz para 2% o imposto sobre serviço (ISS) na região.

PRIMEIRAS AÇÕES



ORGANOGRAMA 1 – Primeiras ações

Fonte: Elaboração da autora.

AÇÃO COMUNITÁRIA

Criação do Núcleo de Moda da Península de Itapagipe, formado pelos núcleos produtivos de artesanato, bijuteria e costura.

Objetivo

O projeto visa unir moda a artesanato, criando roupas e acessórios. A ideia central é a valorização do artesanato regional e a preservação da cultura, agregando ao trabalho um *design* contemporâneo para que o produto tenha maior competitividade no mercado, além de:

- a) redução do desemprego: geração de emprego e renda;
- b) fomentar o associativismo e o cooperativismo;
- c) desenvolver a cultura do empreendedorismo.

ALIANÇAS ESTRATÉGICAS (PARCEIROS)

Rede de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais do Estado na Bahia	Associação Comercial da Bahia (ACB)
SEBRAE	DESENBABIA
Bahia Outlet Center	UFBA/CIAGS
FAPESB	Secretaria de Desenvolvimento Econômico
SINVEST	Agência Municipal de Desenvolvimento Econômico de Salvador (ADESA)
SENAI	Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER)
IEL/FIEB	Banco do Nordeste
Centro Internacional de Negócios (CNI)	Banco do Brasil
SENAC	Caixa Econômica Federal
Universidade Salvador (UNIFACS)	Bradesco
UCSal	Secretaria de Trabalho e Ação Social (SETRAS)
Instituto Mauá	SECTI
PROMO – Centro Internacional de Negócios da Bahia	Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração (SICM)
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (CORREIOS)	

Secretaria do Planejamento (SEPLAN)

Secretaria de Combate à Pobreza e
às Desigualdades Sociais (SECOMP)

QUADRO 2 – Alianças estratégicas (parceiros)
Fonte: Elaboração da autora.

GOVERNANÇA DO APL DE CONFECÇÕES DA RUA DO URUGUAI

- a) Fórum de Desenvolvimento – composto por todas as instituições públicas e privadas parceiras do Projeto (vide Relação de Alianças Estratégicas);
- b) comitê Gestor – formado por empresários e representantes de instituições presentes no arranjo;
- c) grupos Técnicos – são grupos de trabalho temáticos, formados pelas instituições parceiras com os empresários:
 - urbanização e infraestrutura,
 - crédito e financiamento,
 - *marketing*/acesso a mercado,
 - capacitação tecnológica,
 - capacitação empresarial,
 - qualificação profissional,
 - políticas públicas e fortalecimento do capital social.

A partir do empreendedorismo dos produtores, que têm desenvolvido sua atividade produtiva sem contar com o apoio sistemático de nenhuma instituição, pode-se concluir que o Arranjo Produtivo Local de Confecções da Rua do Uruguai, se trabalhado através de políticas públicas e ações adequadas, pode ser um forte promotor de desenvolvimento local para o município e conseqüentemente para o Estado da Bahia.

Itapagipe: península capturada pelo olhar artístico

Luiz Mário Freire¹

Sempre que nos referíamos ao ir e vir ao centro da cidade de Salvador, dizíamos: “Vamos à cidade para...” ou “fui à cidade e...”. Na atualidade cotidiana, não percebemos muita diferença na aplicabilidade da expressão de se sair ou chegar a Itapagipe. Desse modo, Itapagipe continua sendo um lugar de características próprias, dono de uma trajetória independente, mas paralela à da cidade de Salvador, marcada, tanto pela paisagem singular, quanto pela gente plural que ali aportou e converteu o seu espaço em um lugar de assento, diferente de outros, caracterizados por serem lugares de passagem.

Diz-se paisagem singular por que, se compararmos à evolução urbanística da cidade do Salvador, Itapagipe pouco mudou nos últimos cinquenta anos. Percebe-se que Itapagipe não tem avenidas largas, não tem grades em suas praças, nem arranha-céus de cristal, com portas eletrônicas. Possivelmente, por tratar-se de uma península, a paisagem marinha que a contorna ainda não sofreu interferência do homem moderno. Seu casario, casas e barracos continuam refletidos nas águas da Baía de Todos os Santos e do Golfo dos Tainheiros, como no passado.

Para falar sobre a conversão da antiga fábrica Johanes Industrial em *atelier*, foi necessária uma viagem no tempo, muito além do período em que as obras se iniciaram, pois não se tratava de um lugar novo ao olhar artístico, mas sim de um lugar onde as descobertas da arte como profissão foram se formulando, gradativamente compassadas pela memória do próprio local.

Nessa trajetória poder-se-á observar, também, a influência de pessoas que direta ou indiretamente participaram na decisão de conversão do *atelier* e na emoção de quem o fez. Perceber-se-á que as relações pessoais estabelecidas são caracterizadas pelo jeito de viver dos itapagi-

1 Professor da Escola de Belas Artes da Universidade Federal da Bahia.

panos e foram pautadas na solidariedade, no companheirismo e no diálogo, estabelecidos nos finais de tarde, como momento propício para se “tomar uma fresca” ou, quando nada, se contemplar a paisagem desde as cadeiras colocadas às portas de suas casas. Nem simples assim, nem decisões complexas em excesso, mas como o ritmo da maré de Itapagipe, cheia ao extremo, capaz de propiciar um bom mergulho, ou baixa o suficiente para revelar o barco em sua íntegra. Dessa forma, pela característica do passado, converteu-se em uma Ribeira de águas tranquilas como o fluxo da gente, que ainda hoje vem e vai ao lugar e ao *atelier*.

A ARTE E A INFÂNCIA COMO MORADOR DO LUGAR

Sobre o passado, ainda que não vivenciado antes da década de sessenta, pode-se dizer que a sua memória permeia nossa imaginação através do olhar e depoimento de uma de suas moradoras, a nós muito próxima, que ali passou sua infância, juventude e parte de sua vida adulta: Dona Clarice.² Ela nos contava que Itapagipe

[...] entre as décadas de trinta, quarenta e cinquenta, era um lugar tranquilo de se morar, pois tinha bons colégios, cinemas, hospitais e praças, nas quais, aos domingos, bandas se apresentavam nos coretos; aeroporto por onde chegavam pessoas ilustres; fábricas que assinalavam o desenvolvimento e a modernidade industrial como fonte de renda para os moradores e comerciantes; praias de águas transparentes e tranquilas; peixe sendo vendido à porta das casas e muitas festas. Festas religiosas que, em seu lado profano, geravam quermesses, bailes e encontros (FREIRE, 2007).

Pelas histórias contadas à noite, antes de dormir, duas consequências se apresentavam: certa nostalgia a partir de uma imagem construída sobre uma determinada época não vivenciada e o questionamento de quando Itapagipe perdeu o rumo da história da cidade de Salvador.

2 Clarice Costa Freire nasceu na Ribeira, Itapagipe, no ano de 1929 e ali passou a sua vida até o ano de 1980, quando se mudou para o centro da Cidade do Salvador.

E é claro que essas histórias acabaram por despertar um interesse pessoal sobre o lugar.

Sobre a imagem construída, sabe-se que é difícil de se concretizar, pois ao passado não existe retorno, senão através de imagens artístico-documentais, literatura ou mesmo pela oralidade. Mas, acerca da história evolutiva do lugar, uma possível análise se faz viável, a partir de estudos investigativos sobre Itapagipe, realizados por outros historiadores. Não necessariamente, historiadores comprometidos em assinalar uma revitalização, como os propósitos desta publicação. A partir desses estudos, tem-se uma imagem mais abrangente que pessoal, como a de D. Clarice, para efetivamente serem traçadas as questões antropológicas de Itapagipe, como lugar de assento e não de passagem. A necessidade dessa revisão histórica é pertinente, pois, nessa Península, passamos, também, parte da infância e juventude. Nela moramos, estudamos e circulamos diariamente de bicicleta, desde a ponta da Penha e do Monte Serrat, subindo as ladeiras do Bonfim ou do Hospital Couto Maia, até mesmo as pontes das palafitas dos Alagados. Dessa Península, conhecemos tudo e, de tudo que ela oferecia, desfrutamos. Correr picula³ em dia de chuva nas pedras da praia de Boa Viagem era o mínimo das travessuras infantis que fazíamos. Ainda hoje estão lá as pedras denominadas de sofá, piscina, trampolim, primeiro e segundo arrecifes e, dentre tantas outras, a loca da sereia, onde “entendidos” jogavam flores e presentes, ou arriavam oferendas para Iemanjá. Na maré de março “pegávamos ondas” ou ficávamos encostados no paredão do Humaitá, esperando o impacto das arrebentações sobre o corpo. De barco, desde o mar, tem-se uma paisagem completamente distinta da vista de terra. Nelas, refletidas nas águas, estavam os fortes e as igrejas, como monumentos arquitetônicos testemunhos de uma época, até os barracos dos Alagados, que inspiraram pinturas produzidas na infância e outras obras, na atualidade, para a exposição *Ciudad Invadida*.⁴

Nos clubes Itapagipe, Oficiais da Polícia Militar e Império, como sócios, aprendemos a dar os primeiros passos de dança nas festas tradi-

3 Picula – jogo de criança análogo ao da cabra-cega. No caso específico, o jogo se dava andando e correndo pelas pedras da praia de Boa Viagem.

4 *Ciudad Invadida* – Exposição itinerante internacional – Espanha, Brasil –, gestada pela Universidad Politécnica de Valencia (UPV) e pelas Universidades Federais Brasileiras (UFBR), no período de 2006, 2007 e 2008.

cionais, ou aniversários especiais de alguns dos moradores da Península. Sorvete na Ribeira, ou sorteios de rifas improvisadas no Bar Rivera, era programa regular dos fins de tarde das terças, quintas e manhãs de domingo. Certos, como o dia após a noite, pois “chovesse canivete” o senhor Nilton Mario de Miranda Freire⁵ ali estava para dar assistência a suas crias, em detrimento de nossas especulações: “porque nunca às segundas, quartas, sextas ou sábados?” Respostas que hoje sabemos, e valorizamos a sua persistência, como pai, separado, mas presente no dia a dia de seus filhos.

Compras semanais para a despensa, na Boa Viagem, eram feitas no Armazém São José, ou na feira volante, às sextas-feiras no largo da Igreja da Boa Viagem. Ademais, iniciava-se o dia com um cortejo de vendedores ambulantes: o acaçá, o leite Ula⁶ e o pão passando entre às 6:00h e 7:00h, o peixe de Roque ou Humber, saído do mar às 9:00h, senhor Antônio verdureiro às 10:00h e Dona Maria das bananas às 11:00h. Descansava-se até as 15:00h, quando o sininho da Kombi da Primavera ecoava oferecendo sorvete. Na sequência, seguiam baleiros e outros tantos vendedores passando, oferecendo frutas diversas, até o último, às 22:00h, sempre com o seu carrinho de mão cheio de umbu, cajarana, pinha, laranja, carambola, siriguela, cajá e mané velho. Caso não quisesse esperá-los, ou a vontade batesse fora de hora, optava-se por uma alternativa gastronômica, galega ou africana. Ou seria, a broa de milho, bolachão mata fome e pão quentinho de senhor Apolinário da Panificadora Pery, com manteiga da Casa da Manteiga, ou o acarajé ou abará da negra Leonor, feito na hora. Esse era o tempo em que o comércio alternativo não se abancava em frente às casas, ou nas praças, para de tudo vender, incluso bebida alcoólica. Barracas? Somente a de Mário, para vender revistas ou jornais e as das Festas de Largo, que ofereciam jogos ou comida, servindo como diversão e apoio às festas religiosas. O ciclo se iniciava no dia 9 de dezembro, com a montagem da roda gigante e o chapéu mexicano, antecedendo a festa da Boa Viagem, e ia até a segunda-feira gorda da Ribeira, logo depois da do Bonfim, acontecendo na segunda ou

5 Nilton Mário de Miranda Freire – apesar de não ser morador de Itapagipe, dedicava um sentimento romântico ao cotidiano do bairro, acabando por nos transmitir um olhar especial para o entorno do lugar e influenciando em um olhar artístico, hoje mais consciente.

6 Leite Ula: leite de vaca que era retirado de tonel, onde era transportado e derramado nas leiteiras das casas, impecavelmente areadas, formando uma larga camada de espuma.

terceira semana de janeiro, conforme o calendário promulgado pela igreja relativo à quaresma.

Os primeiros desenhos e pinturas com lápis de cor ou guache foram produzidos no início do curso primário, na escola de professora Dagmar Victal de Viveiros. Em dias de chuva, essas atividades eram também exercitadas em casa, pela impossibilidade das brincadeiras de rua. Mas, se o sol desse a sua graça, jogávamos baleado, fura pé, bola de gude, ou fabricávamos arraias, pintávamos peões e ioiôs. Quando das festas juninas, o fazer dos balões para soltar aos céus, bandeirolas e correntes para decorar a casa, eram as opções elegidas de expressão artística.

No início dos anos 1960, no Colégio Nossa Senhora da Guia, fizemos o curso primário, onde a proprietária e diretora – Elizete do Prado Torres – conduzia com mão de ferro, mas com olhar sensível as expressões artísticas. De cabeleira precocemente branca, professora Elizete, como chamada, seguia atenta a qualquer deslize ou fragilidade psicológica dos seus oitenta alunos de cada turno. Nada escapava à sua sagacidade educadora: falha no fardamento, higiene pessoal, educação e comportamento eram motivos suficientes para uma conversa reservada, discreta e cordial, com as mães, uma vez que os pais eram provedores e, como tais, sem tempo para enfrentar a diretora. O cuidado com a aparência resultava em corte de cabelo mensal na barbearia de senhor Ferreira, que a todos saudava como “mano velho”. Em tempos de cabeludos como Raul Seixas, que iniciava sua carreira musical no Cine Roma, com “Raulzito e seus panteras”, acompanhado de Waldir Serrão, manter os cabelos curtos era um castigo, motivo até de choro.

No primário, o gosto pelo desenho e pela pintura consolidou-se, chegando mesmo a gerar conflitos com a perspectiva e a lei da frontalidade na representação da paisagem observada; “se o tonel de lixo, a árvore, o muro e a casa – que estava mais distante –, aparecem menores no papel se, em realidade, são maiores”, essa seria a inquietude diante da lei de proporcionalidade gerada, ao tentar revelar o que se via do jardim da escola, a partir da carteira em que ocupávamos na sala de aula. Questão que somente veio a ser elucidada, anos depois, como aluno do Curso de Licenciatura em Desenho, da Escola de Belas Artes – UFBA. Alguns quadros em guache sobre tela, produzidos no curso primário, foram presenteados à diretora.

Foi no Colégio Estadual Presidente Costa e Silva que, com a aquiescência e sensibilidade do então diretor, professor Hermano Gouveia, conseguimos conquistar o nosso primeiro *atelier* de pintura, nos anos de 1969 e 1970, quando alunos do curso ginásial. Situado na mesma avenida que o atual *atelier*, foi instalado em uma cela da clausura do antigo Colégio Santa Bernadete. Debruçados nas janelas do espaço, podia-se contemplar a paisagem da Baía de Todos os Santos. Junto ao colega Luiz Cezar Dantas, foram produzidas pinturas em óleo sobre tela, que ficaram para o acervo do colégio e para alguns amigos do período. Possivelmente, essas obras ainda estejam na instituição, a exemplo do retrato de Castro Alves, pintado pelo companheiro Dantas. Recordamos que, no período, já existia uma busca do sentido de liberdade e igualdade social, sob o lema da educação, propagado pelo professor Gouveia através do movimento Semana do Livro Baiano (SELIBA), ao qual, grande parte dos alunos aderiu, expressando-se nas mais variadas poéticas culturais. Hoje, é possível constatar o quanto a ação educativa influenciava o intelecto dos alunos envolvidos. Eram tempos em que o ensino público ainda não estava contaminado pelas estratégias governamentais para desgastá-lo no fomento às instituições privadas, como se constatou nos anos consecutivos: sequelas educacionais irreparáveis na atualidade.

Não se percebia nos colégios públicos as diferenças sociais entre os alunos matriculados. Todos eram iguais, independentemente do poder aquisitivo de suas famílias, ou mesmo em que parte de Itapagipe habitassem. Como a pintura dos quadros observados nessa época representava imagens de paisagens nas quais barracos ou casebres adquiriam uma aura romântica, tínhamos como hábito nos dirigirmos ao subúrbio ferroviário e à favela dos Alagados para extrair imagens, bases das primeiras pinturas em óleo sobre tela. Desse modo, todas as casas que entrássemos, ainda que não possuíssem os eletrodomésticos, os poucos equipamentos necessários ao habitat, velhos ou ultrapassados, seguiam limpos e lustrosos, revelando o sentimento de dignidade e capricho de quem os possuía e cuidava.

Nessas excursões aos Alagados, nos finais da década de sessenta, não víamos sua paisagem como reflexo de suas histórias e questões sociais. Sabíamos que migraram do campo, por falta de luz, água, saúde e educação, para uma vida melhor na cidade grande. Hoje, a própria história da Bahia atesta que foram atraídos pela propaganda político-elei-

toreira, difundida no interior do Estado, de que na capital – Salvador –, a vida seguia em pleno êxito econômico-social. A migração se intensificou com a descoberta do primeiro poço de petróleo, na década de 1940, pela então criada Empresa Brasileira de Petróleo (Petrobrás), em 1953. E, em decorrência do êxodo, a “Favela dos Alagados” foi formada com lixo, sobre aterro do lixo que a cidade produzia. Sabe-se que intervenções urbanísticas foram aplicadas ao longo das quase sete décadas passadas, mas, em 2004, ali entramos de barco para nova investigação artística e constatamos que, mesmo em ritmo descompassado, a evolução da favela continua invadindo as águas do Golfo dos Tainheiros.

Aos finais de tarde, quando as aulas diárias terminavam, retornávamos para o Monte Serrat, tomando o ônibus Ribeira 18, porque o mesmo passava nas avenidas Imperatriz e Luiz Tarquínio, na Boa Viagem, sentido cidade. Se o tempo estivesse bom, economizava-se o dinheiro da passagem e seguíamos a pé, desfrutando do pôr do sol da Avenida Beira Mar. Fato comum era observarmos a empilhadeira da Johanes Industrial,⁷ carregando sacas de semente de cacau que chegavam, ou despachando a manteiga de cacau, já industrializada, nos barcos e saveiros ancorados na Ponte da Crush.

Nos finais do século XIX e início do XX, a Crush foi quem construiu as primeiras instalações industriais do espaço, que hoje abriga o *atelier*. Nas décadas seguintes, foi transferida para a Monsanto que, depois de migrar para a cidade de Ilhéus, no Sul do Estado da Bahia, a vendeu para a Johanes Industrial, que readaptou o imóvel dando-lhe a feição atual.

Mas, em tempos de férias, o pôr do sol mais apreciado era mesmo no fundo do Forte do Monte Serrat ou na ponta de Humaitá. Dali vê-se a Ilha de Itaparica e o Farol da Barra.

Diariamente frequentávamos a praia, nas manhãs e à noite nos dirigíamos ao farol do Humaitá, para conversar, observar a lua e as luzes piscando ao longe, no horizonte. Sabia que era a Barra, porém, naquele momento, me parecia um local muito distante e irreal, quase inatingível, difícil de tocar. Vivemos bons momentos ali, com amigos e parentes que moravam no bairro, ou vinham passar as férias de verão (RIBEIRO, 2007).

7 Johanes Industrial – fábrica de manteiga de cacau, situada na Avenida Visconde de Caravelas, com área que ia até a Avenida Beira Mar nº 181. Proprietária também da Ponte da Crush na mesma avenida Beira Mar.

Assim, Celeste Buizine⁸ traduz o sentido de sermos “peninsulares itapagipanos” e faz constatar-mos o quão exilados estávamos da efervescência soteropolitana, revelada no centro da cidade e, principalmente, no bairro da Barra. Realmente, lugares quase inacessíveis, pois dependíamos do transporte público para deslocamento. Logo, a partir do olhar adolescente, o sentido de atualização cosmopolita justificava o desejo de mudança para a cidade. Itapagipe já não seria mais emblemática por deter os bens arquitetônicos que chegaram a influenciar o desejo do Conde dos Arcos em transferir para lá, “por conveniência e segurança pública” (RISÉRIO, 2004, p. 296), o “Centro Administrativo do Estado da Bahia”, no século XIX, nem tão pouco os hábitos dos antigos veranistas, que acabaram por adotar o lugar como de residência fixa.

Foi mesclando a imagem do pôr do sol do Humaitá com figuras mitológicas – meio homens meio animais –, que as primeiras camisetas foram pintadas como forma de captar recursos financeiros que, somados à mesada, pudessem atender aos prazeres de ir ao Cine Roma, ou às novas salas de projeção cinematográfica mais moderna, espalhadas pelo centro de Salvador. Eram muitos os amigos que recorriam às camisetas para se tornarem contemporâneos e atualizados com a moda do Sul do País, quiçá internacional. Como a estamperia industrial ainda levaria alguns anos para evoluir tecnicamente na serigrafia policromada ou sobre superfície de cor, nas camisetas pintávamos as suas imagens emblemáticas preferidas. Podemos afirmar que esse foi o grande aprendizado autodidata da prática da pintura, na qual as paisagens dos casarios e barracos dos Alagados, dentre as já citadas, também tiveram destaque. Nesse período, já acusávamos rejeição à copia e à reprodução artística em série, pois, as vinte ou vinte e cinco camisetas pintadas por mês, eram essencialmente produzidas à mão, em unicidade, e devidamente assinadas. Esse exercício de pintar sobre tecido, o que hoje fazemos em tela, foi a estratégia adotada para aliar a expressão artística à captação econômica e se estendeu até a vida universitária, na década seguinte.

Nas décadas de 1960 e 1970, Itapagipe ainda tinha as suas indústrias em funcionamento, mesclando aos “bons aires de outrora os aromas plurais dos insumos industriais”. Quando não misturados, podia-se

8 Celeste Buizine Pires Ribeiro é professora de Letras, francês, da Universidade Estadual da Bahia (UNEB), e viveu no bairro da Boa Viagem, na Península itapagipana, de 1964 até 1984.

identificar no ar o tabaco, o chocolate e os destilados, dentre outros produtos industrializados. Em junho – tempo de festa dos três Santos: Antônio, João e Pedro – somava-se a esses aromas os da pólvora das bombas e dos foguetes, das fogueiras e do milho verde nelas assado. Aromas aprisionados pela memória olfativa de quem ali viveu e que, simbolicamente, iriam registrar uma época e, como consequência, influenciar em uma possível investigação artística.

Em 1980, o sentimento que tínhamos era de que, enfim, mudamos de Itapagipe, pois diante da cidade de Salvador, a Península já não tinha mais as suas fábricas, não tinha agências bancárias, os clubes seguiam em decadência, o número populacional aumentava e com ele aumentavam, também, os resíduos urbanos para uma rede de esgotos deficitária, que poluía as praias. O sistema de transporte também já não atendia a esse excedente populacional, ainda que marcado pela habitação horizontal. Sobretudo, Itapagipe ficou para trás, diante das ofertas de trabalho e de lazer, evolutivamente apenas encontradas na cidade. Entre o meio da década de setenta e início de oitenta, muitos amigos trocaram as espaçosas casas itapagipanas pelos pequenos, mas funcionais, apartamentos do centro da Cidade Alta ou da Pituba, como novas e modernas opções de moradia. Tem-se como exemplo emblemático o Parque Julio Cesar, que abrigou muitos ex-itapagipanos, dentre outras opções residenciais da época.

OS CAMINHOS DE RETORNO AO LUGAR DE ORIGEM

Precisamente vinte anos depois da experiência de pintar, tendo como cenário as águas da Baía de Todos os Santos, o retorno em busca da mesma paisagem, ainda que sem consciência, se fez determinado por contingências da vida profissional. A experiência como arte-educador da Escola de Belas Artes, associada à de empresário cultural, desenvolvida na “Squina de Arte e Decoração”, fizeram com que, mais uma vez, a paisagem da Baía de Todos os Santos se revelasse como cenário para um novo *atelier*.

Apesar da insistência, e da visão dos empresários Nilmário de Miranda Freire e Neidson Mário Costa Freire, em instalarmos o *atelier* em um dos galpões da antiga fábrica Johanes Industrial, desde meados dos anos oitenta, a resistência de voltarmos a circular em Itapagipe se fazia

categorica: “Não. Itapagipe está longe da cidade e tem um trânsito caótico nas adjacências da Feira de São Joaquim e da Estação Ferroviária da Calçada. Ninguém vai atravessar a cidade para ir à península itapagipana ver ou comprar obras de arte”.

Trabalhar com arte em um Estado onde a cultura fomentada está a serviço do espetáculo, é lutar contra o sistema capitalista que rege as sociedades. Debord (2002, p. 24) diz que “o espetáculo na sociedade corresponde a uma fabricação concreta de alienação. A economia é sobretudo a expansão dessa produção industrial específica. O que cresce com uma economia que se move por si mesma só pode ser uma alienação que estava em seu núcleo original”.

Similar à Grécia antiga, com a política do pão e circo, a Bahia segue não muito diferente. Afinal, como se poderia resolver a desigualdade social em face dos quinhentos anos de descobrimento e colonização, não fosse através do espetáculo? Ainda que o fato seja constatado, nos parece difícil de ser corrigido, visto que seria necessário um movimento de baixo para cima, ou seja: a classe operária ter consciência de que continua a serviço dos antigos senhores exploradores. Se no passado baiano foram os senhores de engenho, hoje, no âmbito internacional, são rotulados de empresários em conluio com políticos, ou políticos, que se associam a empresários, em benefício próprio.

Nos anos em que rejeitamos um possível *atelier* em Itapagipe – décadas de oitenta e noventa –, acabamos por ocupar o cruzamento da rua Ilhéus com a rua Itabuna, no bairro do Rio Vermelho. Reformamos uma antiga casa de nº 241, na qual, junto à *designer* de interiores Ana Pinto,⁹ propúnhamos um espaço aberto, voltado a exposições de arte e *design*, como também a lançamentos de produtos destinados a decoração e arquitetura. Foram quatro anos criando e viabilizando eventos voltados ao setor e, ainda que tenhamos tido empresários e artistas como parceiros refutáveis, os recursos financeiros que dispúnhamos não justificavam os investimentos decorrentes dos eventos. E foi mesmo pela ação de tentarmos competir com uma Galeria de Arte que a nossa visão do mercado artístico baiano se consolidou. A desunião da classe artística prejudica uma produção estável e deixa aberta a lacuna para uma comercialização de produtos oportunistas. Se como empresários

9 Ana Angélica Mendes Pinto (Ana Pinto) – formada em Decoração, no Rio de Janeiro, atua como *designer* de interiores no mercado baiano, desde 1979.

estávamos certos, como artistas acabamos pagando o ônus por criarmos uma ação pioneira, que propunha reunir sete nomes expressivos das artes plásticas baianas, para desenvolverem setecentas obras exclusivas no 1º Laboratório de Arte Squina.¹⁰ A iniciativa não foi percebida como inovadora para as artes plásticas baianas e, como artistas, chegamos a ser cortados da publicação que tinha como propósito “divulgar os cem principais nomes de artistas plásticos baianos”.

Se a ação por um lado incomodou o mercado de artes em série da Bahia, por uma via indireta, converteu-se em mola propulsora para as decisões que viriam através de dois fatores oportunos. O primeiro seria o fato de estarmos investigando a história de Salvador, quando da passagem dos seus 450 anos de fundação, para a produção de dois painéis: um para registrar a entrega oficial de um empreendimento imobiliário da cidade sob Decreto de Lei¹¹ e, o outro, para integrar um evento de decoração e arquitetura. O segundo fator, não menos importante, seria pois o ecoar dos conselhos da arquiteta Marta Valença, na noite de lançamento da referida publicação dos Cem Artistas Baianos, que apontavam para a possibilidade de conversão do Galpão nº 2, da Avenida Beira Mar em Itapagipe em *atelier*, uma vez que a “Squina de Arte e Decoração” tinha fechado suas portas três meses antes.

Para pintarmos os painéis, uma revisão histórica da cidade de Salvador no contexto do Brasil se fez necessária, pois foi na Bahia que tudo começou. Sabe-se que, no ano de 1500 d.C., navegadores portugueses, ávidos por descobrir “novos mundos” para a expansão dos domínios da Coroa Portuguesa, aportaram suas naus em terras de ninguém. Melhor dizendo, ninguém consoante ao seu estilo de vestir, seu conhecimento educacional, sua prática religiosa, seu idioma, seu tom de pele e, fundamentalmente, ninguém de vida social similar à civilidade europeia. Eram terras hedônicas, povoadas por nativos que matavam e comiam uns aos outros, em ritos místicos de extrema selvageria para o olhar europeu. Viviam nus, como diziam os portugueses “com

10 1º Laboratório de Arte Squina 1998 – propunha produzir setecentos trabalhos em croquis feitos em reuniões, nas quais cada um dos sete artistas envolvidos lançaria temas aleatórios e, simultaneamente, desenvolveriam os desenhos sobre papel que, depois de emoldurados, comporiam os 350 apartamentos de um hotel internacional em construção em Salvador. Seria, pois, o primeiro hotel baiano a possuir o maior acervo de obras exclusivas, ao invés de exibir reproduções em série.

11 Decreto de lei municipal de 1956: todo empreendimento público ou privado deverá abrigar uma obra de arte em caráter permanente como elemento simbólico cultural.

suas vergonhas à mostra”, perambulando pela costa marítima. Lugar dotado de uma fauna e uma flora, nunca dantes encontradas, apesar de aproximáveis ao paraíso imaginário medieval dos povos da Europa. Terras de beleza singular, se comparadas à fome, às pestes endêmicas e à falta de oportunidades socioeconômicas europeias. Ponto para aportar, desbravar, catequizar, explorar e enriquecer.

Nesse contexto histórico, a Península de Itapagipe revelou-se propícia ao enriquecimento, em determinada época, mas quando da ocupação e fundação da cidade do Salvador, foi por suas águas tranquilas – tanto as da Baía de Todos os Santos como as águas do golfo dos Tainheiros¹² –, que acabaram denominadas de Ribeiras dos Galeões.¹³ Por ser um golfo, o lugar chegou a ser cogitado para a construção de uma cidade fortaleza. Entretanto, como seria necessário murá-lo, a opção adotada foi outra. Segundo Dorea registrou (2006, p. 50), citando Gabriel Soares de Souza e seu Tratado descritivo do Brasil:

[...] ter sido a área de Itapagipe pensada em 1587 [...] para que ali se edificasse a Cidade do Salvador. No entanto, considerações sobre as possibilidades de defesa daquele local, fizeram com que os integrantes da comitiva de Tomé de Souza escolhessem o sítio onde, por fim, viria a ser implantada a primeira capital do Brasil.

Mas, mesmo sem ser o lugar de construção da primeira capital do Brasil, Itapagipe não ficou relegada ao abandono, nem sem importância para a cidade do Salvador.

À medida que os resultados dos estudos sobre Itapagipe, no contexto de fundação da Cidade do Salvador, se cruzavam, as pinturas das obras se nutriam das informações históricas amealhadas. As obras seriam: um painel artístico de 30m² para o Centro Empresarial André Guimarães e outro para a Casa Cor 1999, no ambiente da arquiteta Rosana Meireles. Nas duas obras ia-se revelando a influência estético-contextual da Ribeira dos Galeões, em formas, desenhos, empastes e veladuras. A essa altura, e em virtude das dimensões dos painéis, a sua produção já se dava em um dos galpões da antiga Joanes Industrial,

12 Porto dos Tainheiros – estuário de tainhas, de águas tranquilas, que na maré baixa permitia o acesso a todo o exterior da embarcação.

13 Ribeira dos Galeões – nome dado a estaleiros naturais, também encontrados em outras cidades de países da Europa.

na ocasião já desativada e ali instalada a empresa Safira Transportes e Armazéns Gerais. No transcurso de realização das pinturas, a vista do mar, percebida do 3º piso do galpão, inicialmente escuro, noturno e sem janelas, gerou dúvidas quanto a convertê-lo num *atelier*. Faltava luz. Entretanto, ao rasgar-se um buraco em uma das paredes, os raios de sol da tarde itapagipana entraram revelando todo o espaço que se podia vislumbrar. Estava determinado, em uma tarde de maio de 1999, que ali seria o “*Atelier Luiz Mário*”.

DE ANTIGA FÁBRICA AO CONCEITO DE ATELIER IDEAL

Pode-se dizer que para o artista o ato de criar é como o ato de viver. Não existe uma linha de conduta que separe o momento de criação de outras atividades cotidianas. Fato comum é ouvir-se dos artistas que o lugar ideal de criação seria aquele em que pudessem trabalhar e habitar, sem um controle rígido de horário para cada uma das etapas vivenciais. O processo criativo advém de qualquer ação sem, necessariamente, marcar momento, hora ou lugar. Basta estar-se receptivo, como um canal de passagem constantemente aberto, que a ideia surge e a obra se faz. Não é necessariamente, simples assim, pois as questões de conhecimento, que são, além de vitais, individuais, e de posturas profissionais complexas, devem se consideradas. Mas se o lugar for propício e adequado, no que tange à iluminação, sonoridade e área espacial, as possibilidades são ilimitáveis e a expressão criadora torna-se infinita. Desse modo, são unânimes os artistas que chegam ao galpão e o percebem como seu objeto ideal de desejo. E o galpão de Itapagipe, inicialmente, assim se revelou.

Tratava-se de uma área de 400m², sem luz natural, sem instalações hidráulicas, sem ventilação, mas com uma acústica e área inimagináveis. A possibilidade estava revelada e o dito objeto de desejo para um artista estava a um passo de se tornar real. Bastava somente estudar-se, através dos traços que determinam um projeto na prancheta, como utilizar a área. Inicialmente, cadastraram-se as medidas exatas do local e, com a experiência acumulada em *design* de interiores, cada canto e cada setor foi ganhando forma. O orçamento também oferecia restrições. Entretanto, pensado o lugar como propício também para eventos relacionados ao setor de arte e decoração, as questões orçamentárias

seriam minimizadas. Em alguns dias, o projeto e o perfil estratégico do *atelier* ficaram prontos, conforme os estudos determinados que se seguem.

Como sabíamos que a beleza do lugar seria revelar a luz natural da paisagem externa, quatro grandes janelas foram abertas, trazendo a Baía de Todos os Santos, suas águas, seus rios e ilhas para perto do espaço, como principal plano de visão. Além das belezas naturais, as arquitetônicas que deram origem à urbanização da Península itapagipana, seguiram em igual importância, pois são hoje consideradas patrimônio baiano, como disse o historiador Cid Teixeira em algumas conferências sobre Itapagipe.¹⁴ Discorrendo pelo século XVII, década por década, o professor Cid Teixeira esclareceu outras dúvidas quanto às construções dos templos em Itapagipe; inclusa a Igreja da Boa Viagem, na qual fomos catequizados por Padre Hugo e fizemos primeira comunhão na década de 1960. Templo sede também da “Galeota Gratidão do Povo”, utilizada quando dos festejos ao “Senhor Bom Jesus dos Navegantes”, que acompanhávamos de perto quando moradores do bairro.

De 1710 a 1720, reparem o que se faz na Bahia. Primeiro hospício da Boa Viagem, assim como o do Montserrat, neles existe a igreja e o hospício. [...] Hospício é de hospedaria, é hospedagem. A igreja e o hospício. A Igreja da Boa Viagem por volta de 1712; a Igreja de Nossa Senhora de Montserrat de 1659, já com a feição atual, construída por um jesuíta espanhol que implantou a devoção à virgem espanhola junto aos escravos negros que ali aportavam. A capela do Montserrat tem duas etapas; uma etapa do século XVI, construída por Garcia D’Ávila, que antes de receber as terras do Açú da Torre, recebeu terras em Montserrat, depois permutou com São Bento e entregou a capela de Nossa Senhora de Montserrat aos monges beneditinos, só a capela. Mais tarde construiu-se o que se chama de ‘o mosteirinho’, que é o hospício anexo à capela (TEIXEIRA, 1985).

14 “Das igrejas do século XVI só existem três. As outras não eram uma igreja, faltavam a elas todas as condições que o Conselho de Trento estabelecia para capela, ermida, igreja, caracterizando cada qual [...]. Ficaram na Bahia, a capela de Nossa Senhora da Escada, a capela de Nossa Senhora das Neves, na Ilha de Maré e a capela de Nossa Senhora de Montserrat, lá, onde ela está [...]. Reparem que tem alguma coisa de próximo, copiar. Sabe o que é copiar? Aquela varanda que tem na porta da igreja” (TEIXEIRA, 1985). Cid Teixeira foi Professor da Universidade Federal da Bahia, historiador e investigador de fatos e costumes da História da Bahia.

Recordamos que em um dos principais salões do hospício, em ocasiões diversas, os moradores se reuniam para um almoço, quando cada um levava um prato para compartilhar com todos os presentes. Foram momentos especiais, onde na harmonia social da Península, as pessoas se revelavam plenas de boa educação. Em se tratando de urbanismo, não faziam falta o calçadão nem os parapeitos de granito e aço inox que hoje contornam o entorno, pois, no passado, dependiam mais da ação voluntária dos abonados devotos religiosos que dos parques poderes públicos. Quão ricos estavam os senhores de engenhos e suas famílias e quão almejadas eram as suas necessidades de ascensão aos céus que, temerosos dos seus pecados, acabaram por propiciar, à cidade de Salvador e à Península de Itapagipe, a formação de um patrimônio arquitetônico inestimável.

Observando a paisagem da janela do *atelier* pensávamos que, como os senhores de engenho, também poderíamos nos considerar ricos por ter diante dos olhos o testemunho histórico de uma época. Olhando para a direita, na ponta da Península, vê-se a Igreja de Nossa Senhora da Penha de França.¹⁵ Voltando o olhar para a esquerda, cintilando na única colina da Península itapagipana, está a Igreja do Bonfim.¹⁶ Desse templo, também na década de sessenta, tínhamos por hábito visitar as salas dos ex-votos para ver as pinturas de quadros, gravuras, relicários e peças de cera que revelavam imagens trágicas ou retratos dos agraciados pelo Senhor. Tais impressões fomentavam a produção de desenhos caseiros, onde os acidentes de trânsito, com vítimas fatais banhadas em sangue, eram os preferidos. Ainda no templo, também con-

15 A Igreja de Nossa Senhora da Penha de França foi erguida em 1742, em terreno doado como garantia de rota certa para os céus, assim como também a da Boa Viagem, em 1710. Essa igreja está interligada por um passadiço – do coro até a residência pessoal do Arcebispo da Bahia, Dom José Botelho de Mattos e por ele foi deixada em testamento para ser convertida em Residência de Verão do Arcebispado de “São Salvador de Bahia” (TEIXEIRA, 1985).

16 Igreja do Bonfim – sua obra primitiva foi erguida em 1745, ano em que chega à Cidade do Salvador a imagem de Jesus Crucificado, encarnada como Senhor Jesus do Bonfim. A igreja foi concluída parcialmente em 1754 e somente em 1772, após remodelações e reformas, deu-se a conclusão definitiva do templo atual. “Sua origem mais antiga está na devoção portuguesa ao Cristo Crucificado. Foi com esse sentido que o capitão-de-mar-e-guerra Teodósio Rodrigues de Faria construiu a primitiva igreja do Bonfim” (RISÉRIO, 2006, p. 69).

templávamos o acervo pictórico decorativo,¹⁷ mas sem conhecer sua importância histórico-artística. Hoje, contaminados, tanto pela visão do templo, a partir do *atelier* e as informações que atestam a sua importância histórica e o sincretismo que ali se instalou, produzimos uma coleção de obras intituladas “o que vejo desde minha janela” (Foto 1).



FOTO 1 – Luiz Mário, Igreja do Bonfim, série: O que vejo da minha janela, 2007, tinta acrílica sobre madeira, 50/50cm
Foto de Lorena Freire. Acervo do artista.

Em se falando de janela, paisagem e obra de arte, outro elemento simbólico do lugar também gerou outra coleção artística, intitulada “o que não vejo mais na Península itapagipana: a cadeira de lona” de abrir e fechar. Esse elemento simbólico modular de Itapagipe, que se colocava nas portas das casas para contemplar a paisagem e ficar à espera do vento ou, quando nada, ao sabor de pelo menos uma brisa, como em nós, acabou ficando na saudade e nas lembranças perdidas. Nessas cadeiras, o colo servia de aconchego para momentos de sonhos, promessas ou descanso. Eram olhos de pais atentos às brincadeiras de fim de tarde e início de noite dos seus rebentos. A um simples olhar,

17 Do acervo artístico do Bonfim, o museólogo e historiador, Luiz Alberto Ribeiro Freire, diz: “o templo abriga obras de grandes mestres da pintura baiana; tais como: Antonio Joaquim Franco Veloso (1780-1833), José Theófilo de Jesus (1770-1847) e Bento José Rufino da Silva (1791-1874) (FREIRE, 2006).

a repreensão era aplicada pela travessura, mas seguida do afago que perdoava, como lembra Rejane Cunha (2007):¹⁸

[...] enquanto corríamos e brincávamos, os mais velhos, sentados nas cadeiras postas no passeio de casa, conversavam, liam o jornal ou faziam algum tipo de artesanato: bolsas de contas ou alinhagem, colares de conchas, bonecas de pluminha, chaveiros ‘brucutu’, meias bordadas na lâmpada, crochê ou tricô (CUNHA, 2007).

Essas eram as atividades dos momentos de descanso. Hoje, as cadeiras de lona, derivadas da “cama para o vento” das peregrinações religiosas galegas, foram trocadas pelas plásticas e poucas são percebidas nas portas das casas da Península, senão, utilizadas pelos muitos bares de rua informais do lugar. E foi mesmo utilizando-nos da sua história galega e itapagipana que, em 2004, produzimos uma obra com a cadeira de lona que passou a integrar o acervo do Museu Ramos Alier-Lalin.

Em face do afirmado pelos antigos moradores, como também pelos historiadores consultados, o *atelier* por seu entorno paisagístico já seria por si só um espaço propício a inspiração e contaminação artística. Bastava adequá-lo. Para tanto, planejou-se uma cozinha ampla voltada para o mar, onde o ato de cozinhar estivesse em consonância com o prazer de pintar. Ambas as ações seriam um exercício criativo para experimentar outros sentidos que não somente os visuais. Foi criada uma bancada, com dez metros lineares, incluindo pias e espaços de apoio, deixando todos os equipamentos e peças utilitárias aparentes. Tinha-se que diferir o espaço, os comerciais e os residenciais, pois se tratava mais de um laboratório, para quem chegasse, que daí poderia ir para um espaço formal e restrito.

Em virtude da área disponível, os banheiros – masculino e feminino – deveriam seguir proposta igual à da cozinha. Teriam que ser amplos, iluminados, entretanto, também sem um aspecto comercial nem residencial. Inspirados pela história africana de origem muçulmana, optou-se por uma versão canto de rua para o banheiro masculino e convidamos o artista Humberto Gonzaga para, nas paredes, registrar os valores dessa cultura. Gonzaga deu imagem a um legado quase

18 Rejane Maria Santos da Cunha – Professora de Educação Artística do Colégio Antônio Vieira, moradora do bairro da Boa Viagem no período de 1961 a 1982.

imperceptível da maior parte da população baiana. Revelou-nos os búzios e o marfim. A partir de nossa investigação pessoal, associamos as grades ao conceito de jardim, que resgatava os Malês.¹⁹ Estes, apesar de sua crença em Alá e sua resistência frente aos desmandos do regime escravocrata, seriam quase apagados da história baiana, se não fosse a Península de Itapagipe, palco da tentativa de levante.

Pela delação, a Revolta dos Malês, que aconteceria na Festa do Bonfim, em 1835, foi desarticulada. Após dias de lutas, resistência, desordem e perseguições, os seguidores de Alá ficaram fadados à clandestinidade, ao esquecimento e principalmente ao anonimato junto com seus descendentes. Livros e escritos sagrados foram queimados, versos esquecidos, orações não mais dirigidas a Meca. Silêncio absoluto da bem-estruturada organização muçulmana pelas ruas da Cidade Baixa. Ainda que tenham sido poucos os registros deixados pelos muçulmanos aos seus descendentes, uma vez que apontamentos e documentos foram destruídos diante da perseguição imposta, pesquisadores e historiadores permanecem empenhados em elucidar os fatos, tamanha a sua importância histórica. Sabe-se que até mesmo a oralidade ficou comprometida, por seus descendentes terem se calado, como consequências da Revolta dos Malês.²⁰ Entretanto, como o sincretismo religioso foi uma estratégia adotada pelos negros africanos para a prática do culto aos seus deuses, sem a resistência dos seus senhores católicos, a imagem do Senhor do Bonfim converteu-se, assimilada como pai de todos, qualidade associada a Oxalá como Orixá supremo da religião africana. Logo, a partir desse mesmo sincretismo religioso, os seguidores de Alá – os Malês – se integraram ao evento incorporando-lhe aspectos devocionais da religião muçulmana desconhecidos da população baiana.

Para os mulçumanos, impossibilitados da prática de sua fé pós-revolta de 1835, a solução adequada seria estar inseridos nas práticas profanas do candomblé e do catolicismo. E como era um hábito do is-

19 Malês – designação dos negros muçulmanos na Bahia. Expressão talvez derivada do haussá malam, 'mestre', do iorubá imalê, 'muçulmano', ou mais remotamente, de Mali, império da Costa do Ouro.

20 Consequência da Revolta dos Malês: “[...] setenta malês mortos. E o islã Negro fracassou. Morreu ali, naquela noite, o sonho da implantação de um Califado da Bahia. Ou, ainda, o sonho de uma Bahia unicamente negra, onde os brancos seriam todos exterminados – e os mulatos, convertidos em escravos. E o autor diz que, embora o islamismo não seja uma religião étnica [...]”, ele parece ter se tornado exatamente isso nesta rebelião específica, por haver representado sobretudo a força espiritual e política de negros nagôs. (RISÉRIO. 2006, p. 349).

lamismo manter o corpo limpo para orar, o templo deveria ser mantido nas mesmas condições de higiene. Lavá-lo, preferencialmente, com água perfumada, em conformidade com os costumes árabes, pelo domínio de novas técnicas de fabricar perfume,²¹ implantado na Europa quando da ocupação da Península Ibérica. Daí que promover o banho de água de cheiro no templo e no corpo dos fiéis, quando da Lavagem do Bonfim, passou a ser um ritual assimilado e incorporado pelo baiano, independente da origem.

Uma vez corpo e templo limpos e purificados, nada como o uso da cor branca em sua indumentária para bem se apresentar. Assim, segue o cortejo branco pela antiga Rua da Praia, levando entre carroças e cavalos, negros e negras bem-vestidos. E é na indumentária – traje típico das baianas, somente utilizado em ocasiões festivas –, que se percebe a presença malê se fazendo representada no traje típico festivo das baianas. Deles fazem parte peças e acessórios encontrados na indumentária árabe.²² O historiador Waldir Oliveira, assim acrescenta: “[...] a cultura mulçumana já estava tão enraizada na sociedade portuguesa que, muitas das tradições trazidas pelos colonizadores nada mais eram do que repetições de hábitos islâmicos. [...] o sistema de plantação de hortas, a arquitetura [...] as palavras iniciadas com o sufixo ‘al’, como álgebra, alfaiate, alface, alfândega, alquebrado” (CELESTINO, 2004, p. 9). Além das palavras e da arquitetura, pode-se constatar que, ainda que todo esse universo de novos saberes não tenha propiciado a cons-

21 Perfume – com a chegada do Cristianismo e as suas mensagens de humildade e pudor, o perfume caiu em desuso. Teria sido a civilização árabe a “investir” em experiências com perfumes, que pretendiam extrair às propriedades das plantas, a sua essência química. Desta forma, a planta selecionada era destilada uma infinidade de vezes, até que as suas qualidades passassem a outro estado. Com a chegada dos árabes à Península Ibérica, a perfumaria expandiu-se novamente pelo resto da Europa. Os países mediterrânicos, com um clima adequado ao cultivo de plantas aromáticas, principalmente o jasmim, o alfazema e o limão, viram as suas costas ocupadas com plantações, cujas flores e frutos eram aproveitados na produção de perfumes como sua principal ferramenta de comércio.

22 Segundo a publicação Memórias da Bahia (Correio da Bahia, nº 10, 2003) essas correlações estariam nos sapatos sem salto – *mules* –, nos balangandãs de prata, nos “calçolões” e nos panos da costa. Basicamente, elementos pouco perceptíveis entre turbante, batas, anáguas e as grandes saias rodadas que avolumam a sua anatomia corporal. Escondido entre esses elementos femininos, mas também de uso masculino, estava o patuá. É uma pequena peça, – amuleto –, de couro na qual o mulçumano escondia versos do Alcorão, para proteger o corpo e o espírito contra as armadilhas do mal. Permeando esse mesmo universo: seriam os búzios utilizados para o jogo de *Jfá* – jogo de búzios para adivinhações – e o terço católico derivado do *a-masbath* – rosário – mulçumano.

trução de mesquitas, a fé a Oxalá resvalada no profano já traz em sua origem uma reverência a Alá. E a Igreja do Bonfim simbolicamente poderia ser também a mesquita para orar a Alá. Com efeito, não somente no seu dia festivo máximo, mas, semanalmente, em todas as sextas-feiras do ano, o baiano veste branco e se dirige à Colina Sagrada para reverenciar e orar, quer para o santo, o Orixá, ou mesmo para Alá.

Inspirados pela presença árabe no universo cultural baiano, determinamos para o banheiro feminino que as grades seriam os elementos simbólicos principais dessa cultura. Além de, também, serem associadas ao Orixá Ogum, como ferreiro, seriam elas aproximáveis às grades e treliças utilizadas na arquitetura da península ibérica, que tinham um sentido de proteção a suas mulheres. Também perceptíveis nas burcas femininas, que vestem as seguidoras do islamismo. Seria, pois, o “ver sem ser visto” que incrustou, nas paredes do banheiro, antigas grades do Brasil Colônia que, no *atelier*, obtiveram as funções de divisória de box e apoio para toalhas de banho e de rosto. Para tanto, enquanto as pedras-mármore desgastadas, de 10x10cm, doadas pela Pavimente, servem como revestimento impermeável, adquirindo o significado de calçamento urbano, a cor prata-metálico, que complementa as pinturas das paredes, adquire características do metal utilizado na cinzelaria²³ e serve como superfície neutra que valoriza as grades no ambiente.

Se a partir das janelas tem-se a imagem da Igreja do Bonfim, é entre os banheiros que está o canto de oração do *atelier*. Três aspectos simbólicos converteram esse espaço em um canto místico, a partir do explorado por outra sociedade. Arquitetonicamente, foi planejada para uma escada de acesso a um mezanino que seria o quarto do artista convidado. Sabe-se que a escada, em sentido simbólico, é um elemento que representa a ascensão e a comunicação com o céu. A área tem a forma circular, como que se reportando a uma torre que tem igual sentido que a escada. Além de dar acesso ao mezanino, sua funcionalidade arquitetônica estrutural sustenta um tanque d’água cuja simbologia de seu movimento sugere pureza e renovação constantes. Entretanto, como não se deu seguimento ao projeto inicial, o espaço acabou por

23 Cinzelaria – a arte da cinzelaria ou gravação com cinzel sobre metais, tipo ouro, prata, cobre ou ferro, vem desde as civilizações antigas e foi praticada intensivamente na Europa, durante a Idade Média, quando se produziam altares, peças utilitárias e de adorno, tais como joias, armas, bandejas, taças etc.

abrigar uma coleção de imagens de Santo Antônio e também elementos simbólicos das religiões africanas. Desse modo, pode-se dizer que, inadvertidamente, o canto místico do *atelier* se instalou na área mais indicada de todo o espaço.

O *atelier* está dividido em dois salões de 200m², cada um: o salão do mar, com vista externa total para a Baía de Todos os Santos, e o salão do nascente, que tem visão parcial do mar. No salão do mar, otimizamos o espaço para recepção, exposição de obras e desenvolvimento dos trabalhos de projeto para *design* de interiores e eventos institucionais. Em lugar de paredes, está dividido com peças de mobiliário antigo, misturadas a modernas. São mesas, cristaleiras e cadeiras, do início do século passado, contornadas por poltronas e sofás da atualidade, complementados por bancos rústicos, produzidos em madeira de jaqueira. Periodicamente, todo esse equipamento é deslocado, pois não temos como propósito uma organização espacial definitiva. Pelo contrário, o exercício de buscarmos outras soluções funcionais propicia um aprendizado constante para a criação de projetos ambientais a clientes. Fato comum é, também, a possibilidade de transferirmos todo esse equipamento para ser remontado em eventos promocionais de empresas, em outros espaços apropriados da cidade. Por essa característica, própria e peculiar, o *atelier* já foi montado no Trapiche Adelaide, no Museu da Santa Casa de Misericórdia, nos hotéis Pestana e da Bahia, em eventos institucionais.

O salão do mar está separado do salão nascente por uma biblioteca modular na qual estão, também à mostra, livros, catálogos, álbuns de fotografias e outros pequenos objetos do nosso acervo artístico pessoal.

É no salão nascente que são produzidos os quadros e painéis, por ser uma área mais ventilada, também iluminada e basicamente livre dos ruídos da praia, em dias de calor. Nesse espaço, são poucos os móveis, pois a pintura de grandes superfícies requer liberdade espacial para as diversas etapas técnicas. Ora é produzida com os suportes na verticalidade, ora na horizontalidade, quer sobre mesas ou cavaletes, ou mesmo espalhada no próprio piso. Como recurso econômico, foi reaproveitado o piso cimentado existente na antiga fábrica. Com o apoio das Tintas Suvnil, aplicamos uma pintura de alta resistência, própria para piso, protegida por resina sintética. Inicialmente, optamos pela cor cinza, pois imaginávamos ser de fácil conservação. Entretanto, após os dois primeiros anos, em uma ação arriscada, trocamos pelo branco. Como já conhecíamos os efeitos do salitre do ar e também da

poeira, utilizamos como recurso técnico a aplicação da tinta branca como pátina, que vai se adaptando aos dois agentes naturais, convertendo-se em uma espécie de tons de areia. Periodicamente, uma leve veladura de branco é dada, para clarear o tom.

Também utilizamos as pesquisas tecnológicas da Suvinil com materiais que poderiam ser aplicados nos azulejos, que revestiam as paredes e lá foram mantidos. Sobre eles, foi aplicada uma massa tinta com textura, que permite a sua renovação e conservação, apenas com a aplicação de água. Dado o tamanho de todo o espaço, assim como a lavagem do Bonfim, o *atelier* também tem o seu dia de lavagem anual.

A escada de acesso ao 3º piso do edifício que compõe o *atelier* possuía um monta-cargas, – não o encontrado ali –, e a sua estrutura era contornada por uma escada sem atributos históricos especiais, e nem mesmo funcionais. Tínhamos projetado uma grande reforma para ela, mas, por questões econômicas, postergamos para outro momento. Entretanto, percebemos que desde a sua inauguração, em janeiro de 2000, as pessoas que ali chegavam acusavam uma mudança de sensação, pois tinham, como primeira impressão, estar entrando em um espaço tosco, escuro e soturno, onde jamais esperavam encontrar o cenário que lhes aguardava no 3º pavimento. Dizemos cenário, não pela decoração, nem pelas peças expostas, mas sim pela visão panorâmica da própria Baía de Todos os Santos, que se faz imponente por sua grandiosidade. É uma sensação similar à que tivemos quando da avaliação do espaço e quando tomamos a decisão de abrir um buraco para constatar o que poderia ser revelado. Embasados nos depoimentos sobre as impressões dessas primeiras pessoas, concluímos que seria um erro imperdoável destruir o contraste existente entre a escada e o *atelier*. A partir de então, foi só fazer interferências com peças da Feira de São Joaquim e elementos artísticos iluminados por um foco de luz azulado e a escada se manteve como havia sido inicialmente construída.

Apenas após dois anos da inauguração, optamos por adotar o *atelier* como residência fixa. Por questões de climatização e privacidade, em 2002, duas *suites* foram construídas no salão do nascente. Optamos por uma estrutura metálica, para dividir os ambientes, localizando-a de modo que as paredes de bloco se posicionassem a partir das colunas metálicas. Por causa das instalações hidráulicas, os pisos dos sanitários e a lavanderia interna foram elevados em 18 cm, a fim de que as tubulações de água e esgoto ficassem embutidas. Apesar da laje suportar

800kg por m², preenchemos a elevação de piso com isopor e, sobre ele, aplicou-se um cimentado revestido com piso cerâmico. Também em ferro, projetamos uma escada interna, a qual dá acesso ao mezanino, que tinha duas funções: uma de forrar as suítes para a manutenção da concentração do ar condicionado, e, a outra, de propiciar um novo ambiente sobre elas. Uma espécie de *studio* para hóspedes, onde a privacidade é mantida. Quatro grandes janelas em ferro e vidro foram abertas, com basculantes verticais, visando captar o vento constante que passa no corredor externo de toda a extensão do imóvel. De ferro e espelho também são os armários das suítes, pois, além de econômicos, duplicam a área física dos ambientes. (Fotos 2 e 3)



FOTO 2 – Atelier Luiz Mário em festa
Foto do autor, 2008.

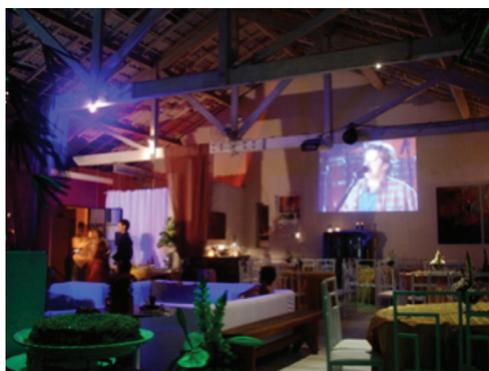


FOTO 3 – Atelier Luiz Mário em festa
Foto do autor, 2008.

OS CAMINHOS ABERTOS PELO ATELIER

A reconversão da fábrica em *atelier* acabou por revelar um lugar propício a encontros dos mais diversos. Desde a sua inauguração, em 2000, foram muitas as ações artísticas e os encontros festivos promovidos no espaço.

A pintura, como principal produção, manteve-se ativa, apesar de percebermos que falta muito para converter-se em uma atividade rentável para seus produtores. Na Bahia, as leis de incentivo às artes visuais carecem de melhor atenção por parte dos órgãos públicos, iniciativa privada e a mídia em geral. Fora as ações dirigidas ao incentivo da arte conceitual – não comercial –, não existem prêmios nem salões de arte, que atendam ao número de artistas que a produz. Levando-se em conta que tais expressões também requerem investimentos tecnológicos, em produção, exposição e divulgação, pode-se dizer que são poucos os artistas que sobrevivem desse segmento, se não subsidiados por rendas de família, ou outras atividades profissionais paralelas.

Fato comum é ouvir-se falar que os baianos não têm poder aquisitivo para consumir arte. Seria essa questão verdadeira, se Salvador não acusasse um avanço imobiliário e, na sequência, o consumo de materiais de construção, decoração e afins. Talvez, sim, falte aos artistas uma maior organização através de efetiva ação do sindicato e associação da classe. Acompanhando o mercado de arquitetura e decoração, nos últimos trinta anos, percebeu-se que, tanto a indústria, quanto o comércio voltado a esse setor se uniram em ações estratégicas, constantemente atualizadas. O mesmo não se pode dizer dos profissionais arquitetos e decoradores, os quais, como os artistas, seguem fechando escritórios e *ateliers*, a cada dia, imaginando que a debilidade comercial é individual e não coletiva. Esse reflexo de fracasso não é percebido nas lojas nem nas moldurarias, pois, por falta de crítica e educação adequadas voltadas às artes, espelhos, ilustrações de livros, artesanato e até mesmo imagens impressas em qualquer superfície são emolduradas para ocupar espaços onde poderiam estar obras de arte. E quando indagados sobre a validade do ato, nós artistas nos limitamos a dizer: “interessante”, sem mesmo mensurarmos o dano que a resposta educada provoca na profissão e no bolso.

Como dizem os especialistas culturais, em Salvador, todos os incentivos culturais são canalizados para as expressões musicais e restritas

a um único segmento: a *axé music*. Possivelmente, por prestarem serviço político, econômico e social, uma vez que propiciam visibilidade nacional e internacional ao Estado, como fomento ao turismo, e assim acabam também acalentando o sonho de consumo ou profissão das pessoas de baixa renda. Desse modo, ao serem massivamente aclamados pela mídia, produzem letras simples com ritmo e efeitos sonoros da melhor qualidade. Aliado a esse fato, dispõem de facilidade na divulgação e propagação pelos “carros sonoros”²⁴ da própria população e o sucesso acaba seguindo o chavão de que “é a cultura que o povo quer”. Cultura que diretamente minimiza um novo possível levante, como o dos Malês, frente à desigualdade social epidêmica. Seria essa abordagem irrelevante neste trabalho, não fossem percebidas as suas consequências das próprias janelas do *atelier*. Nem Itapagipe e nem o *atelier* seguem exilados dessa realidade baiana, pois, aos sábados e aos domingos, a música, como expressão artística e reflexo sociocultural, torna-se perceptível ao longo de toda a Avenida Beira Mar.

Como o *atelier* recebeu artistas internacionais, entre o verão e o outono de 2003, foi também *atelier* do pintor valenciano José Morea, quando da sua primeira viagem à Bahia. A partir dali, Morea produziu uma coleção de obras que revelavam a alegria e os costumes culturais da gente itapagipana atual, em suas telas. Pelo olhar estrangeiro da praia de Itapagipe, foram retratados corpos, rostos e expressões místicas, que além de uma série de trinta trabalhos pictóricos, estes o inspiraram também a recriar uma versão atual *De Las Tentaciones de San Antonio Abad* endereçada a um cliente da Espanha. Como investigamos o tema, sabemos ter sido uma busca dos aspectos de sedução e sensualidade que perseguiram o ermitão – San Antonio Abad, quando exilado no deserto, no século III d.C. –, que o pintor aproximou, contextualmente, do que viu na paisagem urbana da praia de Itapagipe, a partir das janelas do *atelier*. A coleção foi exposta na Espanha, acompanhada de uma publicação bilíngue – castelhano e português – e, em maio de 2004, apresentada ao público baiano no Museu de Arte Moderna da Bahia.

24 Carros sonoros – automóveis particulares, velhos ou novos, equipados de som potente que propagam a política do “Trio Elétrico” baiano, independente de época do ano ou mesmo lugar propício. Por estar a avenida Beira Mar na praia propriamente dita, a estreita rua se converte em palco/passarela, independente de incomodar os moradores que não têm um canal direto institucional para recorrer.

2005 foi o ano do *atelier* receber um outro espanhol. Este, galego, mais jovem que Morea, e, apesar de não trabalhar com arte, tinha interesse em conhecer a vida itapagipana, sua gente e seus costumes. Segundo informou o farmacêutico Fernando Alonso, “a Península de Itapagipe exerce fascínio histórico entre os galegos, pois foi para cá que muitos dos nossos conterrâneos antepassados vieram”. Fernando Alonso permaneceu no *atelier* por um período de um ano, vivenciando o lugar, retornando para Lugo, sua cidade de origem, em abril de 2006. Sobre o sentimento atual de ser descendente direto de galegos, que elegeram Itapagipe como lugar de assento, Gomercinda Morgado²⁵ diz:

Penso que, do nosso grupo, eu sou uma das pessoas que nunca tive nenhum desejo de ir para a ‘Cidade Alta’. Não identifico nenhum constrangimento, ao longo da minha vida, por morar na ‘Cidade Baixa’, muito pelo contrário, sempre foi motivo de orgulho. E agora me lembro o quanto me incomodava quando definiam a Cidade Baixa como ‘cidade inferior’. Eu nunca a vi assim. Itapagipe é o meu lugar. [...]. Lembro-me muito bem quando cheguei à terra de minha mãe – Gajate ou Gaxate em galego – e tive uma emoção tão intensa que, na mesma hora, senti que eu pertencia àquele lugar. É como eu me sinto em Itapagipe. Aqui mora a minha alma. (ADAN, 2007).

Não é sem propósito que esses galegos aproximaram a península ibérica da itapagipana, pois, entre finais do século XIX e início do século XX, galegos de pele branca e falares diferentes do português brasileiro aportaram em Itapagipe. Em sua grande maioria, saídos de Ponte Vedra, Vigo e Ponte Caudelas, para, em Itapagipe, instalar padarias, sorveterias, bares, restaurantes e, dentre outros ramos comerciais, lojas de material de construção, a fim de atender à expansão imobiliária do lugar, em seguimento às instalações industriais.

Por conta da experiência laboral e oportunidades comerciais da época, muitos foram os galegos bem-sucedidos em terras baianas, pois, investigando na Galícia, foi encontrada uma publicação chamando os galegos de “brasileiros”. Teresa Taboas Veleiro, *Imigración e arquitetura*

25 Gomercinda Morgado Cal Adan é psicóloga da Fundação Luiz Eduardo Magalhães, moradora do bairro do Monte Serrat, desde o início da década de mil novecentos e cinquenta.

ra: os brasileiros (1998), revela que a maior parte desses galegos, os que obtiveram sucesso comercial e amealharam lucro, reverteram boa parte desse lucro para o seu país de origem, chegando mesmo a construir cópias de suas residências brasileiras em terras espanholas, passando a ser conhecidas, entre os seus compatriotas, como A Casa dos Brasileiros. A autora registra um legado arquitetônico de relevância documental, a ser preservado, uma vez que revela o êxodo migratório político daquele país. Uma das fotos nos despertou atenção especial, pois se tratava do Solar Amado Bahia, localizado na enseada dos Tainheiros.

Fora os momentos de êxtase e fervor cultural revelado nas tardes dos fins de semana, a paisagem do atelier durante a noite e nos dias úteis volta a converter-se em bucólica e nostálgica, revelando a alma do bairro, desde o Brasil Colônia. Tempo de festas profanas, na sequência das sacras, o verão é a estação do ano em que acontecem as principais festas religiosas de Itapagipe. A da Igreja da Boa Viagem, para reverenciar o Senhor Bom Jesus dos Navegantes, no 1º dia de cada ano; a da Igreja do Bonfim, para homenagear o Nosso Senhor do Bonfim, sempre ocorrendo no terceiro domingo de janeiro e, na sequência, a de Nossa Senhora da Guia, comemorada no dia 25 do mesmo mês. Como se pode constatar, era a guia, a navegação, e o bom fim determinando a fé de um povo nos processos que envolvem uma viagem náutica: saída, roteiro, percurso e derradeira chegada.

Nas festas de verão, o sentido estava implícito nos temores do mar como única via de transporte. As do mês de junho também tinham suas características próprias. Fora as de São João e São Pedro, mais festejadas na rua como espaço público, as de Santo Antônio, praticadas dentro do recinto privado, nos despertaram interesse investigativo. Desse modo, sob título de “Sombras e Reflexos: A Imagem de Montagem de Altares nas Festas de Santo Antônio no Interior da Casa Itapagipana” iniciamos a investigação doutoral, em uma universidade de Valência, Espanha, e deixamos o *atelier* como centro físico de captação informativa sobre o tema.

No ano de 2002, o *atelier* abrigou a exposição “Antonio! Tempo Amor & Tradição”, na qual, cerca de 36 obras – altares, nichos e instalações –, produzidas por 50 artistas, estiveram abertas à visita pública, durante os 13 primeiros dias de junho. Na ocasião, como outros galpões da antiga fábrica estavam desocupados, a exposição pôde ser

contemplada em espaços estrategicamente adaptados às poéticas artísticas, incluso uma ambientação especial que reportava ao momento da merenda tradicional produzida na festa residencial. Nesse galpão, após a merenda, o forró marcava o passo do baile característico. Desde então, o *atelier* se incluiu na prática das Trezenas de Santo Antônio. O bairro de Itapagipe, a cada ano, apresenta artisticamente os passos percorridos pela investigação em curso.

Em junho de 2008, uma obra foi produzida, a partir de 23 gavetas e uma penteadeira. Por seu conceito modular, a obra revelava o mito da “montanha primordial”, a partir de onde Deus criou o mundo, e por sua forma triangular determinou o modelo formal dos altares, desde a pré-história até a atualidade. Além desse sentido de reportar-se ao altar, procuramos recriar a casa de influência árabe, trazida pelos portugueses colonizadores e legitimada pelos negros muçulmanos Malês. Utilizando-nos desde o portão de entrada, do conceito de jardim árabe e do simbolismo árvore, até a alcova matrimonial que, partilhando da íntima relação dos devotos para com Santo Antônio, colocavam-no no ponto mais alto, mas de ponta cabeça para, como chantagem, atender aos pedidos de seus devotos. Não obstante, além do espectador se autofotografar dentro do próprio altar, uma viagem simbólica era proposta, pois as gavetas que davam forma à obra (Fotos 4 e 5) continham a memória ameahada pelo artista investigador, através da exposição de fotos e objetos recolhidos ou capturados, em todos os lugares dos países por onde passou: Brasil, Chile, Argentina, Portugal e Espanha.

Entretanto, não apenas de ações artísticas o *atelier* se caracterizou. Atendendo aos pedidos dos que ali chegavam e se impressionavam com a beleza da paisagem e a energia do lugar, o *atelier* acabou se convertendo em palco propício para outros eventos, passando a ser disponibilizado para casamentos, encontros políticos e aniversários. Como dispõe de todo equipamento necessário a uma produção festiva, além de acervo artístico e peças de valor inestimável, não é qualquer festa que pode ser organizada ali. São descartadas as possibilidades de festa de adesão, pois, nestas, todos se consideram contratantes, mas sem responsabilidades formais. Igual restrição às festas voltadas ao público jovem, por serem mais liberados de limites. Afora essas restrições, em seus dois salões, o *atelier* tem capacidade para atender a um público de no máximo trezentos convidados, instalados confortavelmente. Contudo, por se tratar de um espaço pessoal, com características próprias,

nenhum dos objetos expostos é retirado, nem sua função alterada. Possivelmente, esse seja o referencial que atrai e surpreende as pessoas.



FOTO 4 E FOTO 5 – Luiz Mário, 2008 – Gavetas de uma Investigação, Instalação artística, objetos, imagens iconográficas de Santo Antônio, fotos, grades de ferro, gavetas de madeira, penteadeira, pintura, areia, carvão, velas, plantas e flores. 20m²

Exposição: *Atelier Luiz Mário*, de 1º a 13 de junho de 2008

Foto: Iraildes Mascarenhas.

Ainda no espírito de revitalização do lugar Itapagipe, em face das questões sociais ali observadas, outras ações são passíveis de registro. Há aproximadamente dez anos, o empresário Neidson Mario Costa Freire, acompanhando as questões sociais das comunidades do entorno

da Baía de Todos os Santos, percebeu que existia um potencial inexplorado para o cultivo de ostras em cativeiro, como observado na Galícia, no norte da Espanha. A partir de sua experiência como empresário, fundou a Associação Baiana de Aquicultura (ABAQ), em um dos espaços da antiga fábrica e adota o *atelier* como espaço social para os encontros com políticos e instituições interessadas em apoiar os projetos encampados pela Organização Não Governamental (ONG). Desde então, passamos a integrar o corpo executivo da ABAQ, respondendo pelas ações culturais prestadas junto às famílias de marisqueiras e pescadores do Recôncavo baiano. Foram vários os trabalhos propostos e bem-sucedidos, chegando mesmo a obter o reconhecimento do Programa Comunidade Solidária, promovido pelo Governo Federal, tendo à frente a socióloga Ruth Cardoso, então primeira dama do País. Como derivados dessas ações, estão uma loja da ONG, que vende no Mercado do Peixe a produção de ostras das comunidades assistidas e, em vias de realização, um restaurante-escola, a ser instalado nos 1º e 2º pisos do prédio onde está o *atelier*.

Concebemos o projeto como um espaço diferenciado, onde a cozinha/escola estaria à vista do cliente. Durante o dia, dividido em dois módulos de 40 alunos, por turno, serviria como espaço gastronômico para aulas voltadas a jovens de baixa renda itapagipanos, bem como aos filhos das famílias de marisqueiras e pescadores do Recôncavo. À noite, o espaço seria convertido em restaurante, ocupando o 1º piso, conservando as ostras vivas em cativeiro, como também a extensão do *pier* Crush, – de propriedade da empresa –, para a parte prática dos cursos aplicados, junto à comunidade baiana, enquanto clientes e consumidores. Dentro em breve, o baiano poderá consumir moluscos e pescados extraídos na hora do seu próprio habitat, como no passado era fato comum e corriqueiro para os moradores de Itapagipe.

Faz dez anos que a antiga fábrica se converteu em *atelier* de arte, atestando que é possível, sim, a revitalização do bairro de Itapagipe, pois as nossas dúvidas iniciais revelaram-se em certezas concretas no período. Foram dez anos de trabalhos e ações que, como pudemos constatar, atraíram, não só pessoas de outros lugares da cidade de Salvador, mas de outros Estados do Brasil e também, como caracterizado pela história de Itapagipe, pessoas de falares diferentes, de outras partes do mundo.

Nesse período, tivemos a oportunidade de conhecer outros países e observar que todas as suas antigas áreas industriais, se não completamente revitalizadas, já se encontram em pleno processo indicativo. Assim, percebemos em cidades do Chile, da Argentina, de Portugal, da França, da Alemanha, a exemplo da cidade de Bremen, onde antigos espaços industriais às margens do rio Weser converteram-se em espaços culturais empresariais e residenciais, como também em cidades da Espanha, a exemplo de Barcelona e Valência. Pode-se dizer que todas essas cidades não seguem diferentes, pois a história comprova que a alternativa mais explorada para escoamento de mercadorias e produtos era, e ainda continua sendo, as águas de rios, mares ou oceanos. E em igual condição com Itapagipe, as fábricas e indústrias se instalaram em áreas desertas, mas, como os templos religiosos, acabaram atraindo pessoas, formaram comunidades em seu entorno e originaram aglomerações populacionais urbanas incompatíveis ao pleno funcionamento industrial, tanto pelos seus efeitos poluentes ou mesmo logística. Consequentemente, pela saída das fábricas e indústrias, o efeito é a *quebra* urbanística social do lugar e da economia que o sustentava. Nessa direção, observa-se que, se não for estabelecido um plano de reconversão em tempo hábil, as marcas arquitetônicas se arruinam, deixando o lugar propício à especulação imobiliária, insensível à memória local.

Fato similar pode ser comprovado *in loco*, no bairro em que estamos instalados na cidade de Valência, Espanha, escrevendo esses trabalhos sobre Itapagipe. Denominada Cabañal,²⁶ essa antiga zona pesqueira, que tem pessoas assentadas desde o século VIII, também consolidada como lugar de veraneio, pois está na praia banhada pelo Mediterrâneo, após uma trajetória também fabril e industrial, vê seu patrimônio arquitetônico a caminho da destruição pela especulação imobiliária. O Cabañal e Itapagipe se aproximam, não por parecerem bairros de uma cidade e sim pequenas cidades dentro da cidade. Lugares onde a memória e as tradições seguem vivas, alheias às transformações sociourbanísticas da atualidade. Basicamente, são lugares aproximáveis pela arquitetura de influência árabe na Península Ibérica, levada pelos colonizadores para o Brasil e percebida na Península de Itapagipe, quando nada, nos imóveis que conseguiram atravessar as

26 *Cabañal* – local com população que habita uma zona formada de cabanas ou barracos, situada a quatro quilômetros da cidade de Valência – Espanha (<http://dcvb.iecat.net/>, 2009).

adversidades econômicas e sociais dos seus proprietários, no último século. Ao largo desses dez anos, ações de resistência no Cabañyal foram cruciais para a preservação do lugar. Através de ações artísticas, como instrumento de resistência, o projeto Salvem o Cabañyal²⁷ vem, junto com os moradores, salvando as casas, os mercados e as igrejas da saga político-empresarial encampada por iniciativa da prefeitura da cidade de Valência.

Se no Cabañyal a resistência se dá contra uma ação arbitrária da prefeitura, em Itapagipe a ação se faz necessária pela omissão generalizada dos poderes públicos em defesa da memória. Percebemos que foi o sentido dessa memória, transmitida pelos parentes e amigos que viveram em Itapagipe no início do século passado, associada à vivência da juventude e experiência pessoal, o que acabou nos atraindo de volta ao lugar de origem. Com efeito, foi também pela trajetória artística, percorrida desde os primeiros passos e o alçar de voos subsequentes que propiciaram a percepção da sensibilidade gestada pelos educadores pelos quais passamos. Logo, é essa sensibilidade que faz apontar a necessidade de uma revitalização mais voltada à educação, como legado, tanto para o arquitetônico, como para o patrimônio. Não sendo através da educação, a implementação da reconversão de Itapagipe se faz difícil. E esa afirmativa abrange o Estado e o País, pois é voz de historiadores e especialistas, em todos os segmentos científicos, que têm a sociedade brasileira como ponto de estudo.

A partir das janelas do *atelier*, aos sábados e domingos, o reflexo social brasileiro revela-se propício à ilustração do Brasil, nos seus quinhentos anos de trajetória. Desde as canoas feitas de um único tronco, que continuam passando, até as cores e a alegria dos índios tupinambás, em igual aproximação aos saveiros ao vento e ao ritmo dos africanos, que ali aportaram. Sobre os senhores de engenho? Esses também se fazem presentes, através das marcas impressas nos sombreiros ou cadeiras de praias utilizadas como cidade econômica flutuante, informal, ou mesmo pela música repetida e nos jingles políticos propagados, pelos carros sonoros que passam ou, infelizmente, estacionam, alheios à educação conquistada, como Estado de direito democrático. Se se seguirá para melhor ou pior, apenas a história nos dirá.

27 Salvem el Cabañyal – Projeto de resistência dos moradores do bairro contra a prefeitura da cidade de Valência. (<http://www.cabanyal.com/homecastellano.html>, 2007).

Entretanto, foi através da observação dos países que aplicam políticas para o estabelecimento da educação como prioridade, que se pode propor algumas sugestões físicas para a revitalização de Itapagipe. Três exemplos podem assim ser ilustrativos, como sugestões:

- a) o projeto do restaurante escola gestado pela ABAQ para a comunidade jovem local, pois segue parado, à espera de apoio institucional ou linha de crédito bancária, a ser disponibilizada sempre sob a condição de “quando o bairro se revele sólido ao investimento”;
- b) uma ação conjunta, encampada pela classe artística, como a observada no Cabañyal valenciano, no sentido de interferências educativas que, se necessárias, possam também agir como resistência ao sistema;
- c) e, ainda, pelo resgate da cadeira de lona, em toda a sua plenitude simbólica e educativa, revelada pelas abordagens iniciais deste trabalho, ou mesmo física, mas também educativa, como observado pelos lugares onde passamos: em Buenos Aires e Bariloche, na Argentina; Valparaíso e Santiago, no Chile; Porto e Lisboa, em Portugal, como também La Coruña e Valência, na Espanha. Nessas cidades e em outras não citadas, as cadeiras de lona substituíram as cadeiras de plástico e, ainda que impressa a logomarca da cervejaria patrocinadora, em seu encosto, geraram um outro resultado paisagístico, econômico e urbanístico, para os lugares que as instalaram.

Desse modo, sem considerarmos o período industrial, a Península de Itapagipe, desde sua tenra idade, revelou ser, através da festa, da alegria e da religiosidade, impregnada tanto em sua paisagem como na personalidade de sua gente, a fórmula de autossustento e preservação do seu entorno. Características que convertem ao lugar propriedades turístico-sociais perseguidas pelos órgãos governamentais, sob a luz do entretenimento. Logo, investir nessa realidade, propiciando a abertura de espaços voltados à educação cultural, através de leis que incentivem a conservação e a manutenção de seu acervo arquitetônico, tais como casas, praças, mirantes e praias, ao mesmo tempo que ofereçam uma condição social mais igualitária à gente que ali vive, poderia ser uma das saídas para a desigualdade social, não apenas percebida em Itapagipe, mas em todo o território brasileiro.

Patrimônio industrial: possibilidades de sua reconversão

Hermes Magalhães Tavares¹

A pesquisa “A antiga indústria de Itapagipe: possibilidades de reconversão” fez parte de um conjunto de pesquisas e trabalhos de extensão, realizados no âmbito da Universidade Católica do Salvador (UCSal), com vistas à Península itapagipana. No que tange a essa pesquisa, a sua temática e metodologia, derivaram do trabalho conjunto UCSal/*Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional* (IPPUR), no âmbito do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica PROCAD da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

A ideia inicial nasceu da constatação de que os problemas dos bairros da Península, sobretudo os mais pobres, já haviam sido bastante estudados e contavam com diagnósticos que davam conta da realidade social. Caberia investigar possibilidades de revalorizar a região, de modo a, direta e indiretamente, gerar empregos e renda. O passado industrial de Itapagipe e a provável recuperação de alguns imóveis foram então pensados como uma via para alcançar aquele objetivo.

A RECONVERSÃO NOS PAÍSES DESENVOLVIDOS

A palavra reconversão foi empregada pela primeira vez na Inglaterra, na crise econômica iniciada em 1930. Centro de onde se originou a moderna indústria, a Inglaterra foi o primeiro país a vivenciar mais intensamente o desemprego industrial a taxas elevadas, bem como a decadência e o fechamento de muitas de suas fábricas. O conceito de *depressed areas*, surgido naquele momento, visava dar conta do declínio industrial em larga escala em algumas regiões.

1 Doutor, Professor do IPPUR/Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), participante do grupo de pesquisa da UCSal.

Nos demais países desenvolvidos, o mesmo fenômeno ocorreu no último pós-guerra, inicialmente na extração de carvão e no setor têxtil. Na crise iniciada na primeira metade dos anos 1970, foi a vez de outros setores da indústria pesada, como a siderurgia e a indústria automobilística. Regiões inteiras dos Estados Unidos (Nordeste e Região dos Lagos), da França (Norte e Pas-de-Calais), Espanha (Bilbao), conheceram enorme declínio da atividade manufatureira.

No caso particular da França, o fechamento de inúmeras fábricas por toda a parte e o desemprego em massa, implicaram problemas econômicos e psicológicos de toda ordem para os que perderam seus empregos. Tudo isso conduziu, na década de 1970, às políticas de reconversão, que visavam, principalmente, treinar trabalhadores para novas atividades de maior valor agregado e maior nível de conhecimento. Nessa linha, o governo francês criou o Programa de Polos de Reconversão destinados às áreas de grande desemprego.

No início da década de 1990, estimava-se que, na Europa, a área de indústrias degradadas somava 200.000 ha., dos quais 50.000 na Inglaterra, 50.000 na Alemanha e 20.000 na França. Diante dessa magnitude, pode-se compreender porque esses espaços industriais abandonados e a sua recuperação constituem um problema para o planejamento do território (WATCHER, 1991).

A indústria, no Brasil, não tem ficado imune a esses impactos que, no nosso caso, foram determinados inicialmente pela concorrência inter-regional imposta pela concentração industrial na região “centro” e, posteriormente, pela descentralização industrial que teve impacto, sobretudo, em São Paulo. O que difere em relação aos países desenvolvidos é a pouca atenção que essa questão tem suscitado nos nossos governantes.

Voltando à questão nos países desenvolvidos, um dos eixos da política de reconversão consiste na reutilização das áreas ocupadas pelas fábricas que fecharam suas portas: espaços vazios e ruínas industriais. A este fenômeno os franceses denominam *friches*, palavra originária do holandês *wisch*, que significa terreno inculto, originalmente referido na agricultura. *Friche* industrial urbana é o termo que traduz a degradação de indústrias, causada por fatores diversos: crise, fim de um ciclo, falências etc. No sentido atual, a *friche* é definida como “a zona industrial momentaneamente inutilizada à espera de reconversão” (LE PETIT..., 2008, p. 441).

Na reutilização das *friches*, é possível observar alguns aspectos. A iniciativa pode partir de um ente público ou privado, ou dos dois con-

juntamente. Outro aspecto refere-se ao enfoque preponderante com relação ao novo uso: ele pode ser o da preservação ou o da demolição com vistas a um uso futuro completamente distinto do anterior.

A preservação apoia-se na preocupação com o patrimônio industrial, cujos estudos são cada vez mais marcados pela multidisciplinaridade, ao demandarem o concurso de especialistas das mais diversas formações: arqueólogos, sociólogos, historiadores, arquitetos, urbanistas, geógrafos, economistas, museólogos, entre outros.

O segundo enfoque, que muitos criticam por implicar a prática de “terra arrasada”, atende principalmente a fins de natureza urbanística: construir uma nova praça, um novo parque público, por exemplo.

A preservação ocorre, em primeiro lugar, quando a *friche* industrial é transformada em museu. O uso para fins culturais costuma primar também pela preservação. Esta pode ocorrer, ainda que parcialmente – com a manutenção de fachadas –, com o uso comercial, como no caso de fábricas transformadas em *shoppings* no Rio de Janeiro ou, no Porto, em Portugal. As demolições partem de poderes públicos, mas também podem resultar de ações de particulares visando à especulação imobiliária. No primeiro caso, a operação resulta, quase sempre, em grandes empreendimentos urbanos.

Pesquisas realizadas em vários países que, em geral, seguem o método de estudos de casos, permitem ter uma ideia aproximada das experiências mais significativas em escala mundial. Do grande número de experiências de reaproveitamento de terrenos industriais em vários países, – cujo registro aqui seria fastidioso –, selecionaram-se algumas de maior relevância para uma apresentação sintética.

São sete casos, três dos quais considerados como “grandes projetos urbanos”:

a) o Mercado Público de Schaerbeek (Bélgica)

O mercado público coberto de Schaerbeek, em Bruxelas, inaugurado em 1865, encerrou suas atividades em 1970. Pouco a pouco o espaço de 2.000m² dos *Halles* Schaerbeek foi sendo ocupado por artistas. Entidades públicas e privadas, organizadas em uma associação, conseguiram convencer as autoridades governamentais a promover a reabilitação do sítio, cujas obras foram concluídas em 1994.

Os *Halles* de Schaerbeek apresentam-se atualmente como um centro cultural pluridisciplinar, ou melhor, como um espaço polivalente e in-

terativo, que acolhe parceiros bem diversos: associações, agentes e produtores artísticos, fundações, poderes públicos, sociedades comerciais, entidades humanitárias e ópera.

Considera-se essa experiência como o símbolo de um movimento cultural de grande significação, desenvolvido na Europa, que passou a liderar a rede Trans Europe Halles, que reunia inicialmente instituições congêneres de Zurique, Amsterdã e Copenhague, com o propósito de fazer intercâmbio de experiências comuns. Esse número ultrapassou uma dezena nos anos seguintes.

b) o Complexo de Fabricação de Chocolate Menier (França)

Em sua origem, o futuro industrial era um farmacêutico que fabricava chocolate para fins medicinais, importando a matéria-prima de Belém do Pará, Brasil. Em seguida, ele desenvolveu uma fórmula própria para produzir chocolate destinado ao consumo em larga escala, tornando-se, com o tempo, no maior fabricante francês do produto.

A sua fábrica, localizada em Noisiel, próximo de Paris, chegou a ser um grande complexo industrial constituído de uma vila operária, uma escola, uma creche, restaurante e uma casa para idosos.

A fábrica de chocolate cessou as suas atividades em 1968, quando se deslocou para outra região do país, na Borgogne. O imóvel da fábrica, considerado patrimônio público, foi vendido à Nestlé-França, que ali instalou a sua sede francesa e conservou a estrutura do edifício.

Uma fazenda que fazia parte do complexo foi comprada pelo Governo central e transformada em Centro Internacional de Arte e Cultura. Dispõe de dois teatros, um de 800 e outro de 300 lugares, duas salas de cinema, um centro de arte contemporânea, uma biblioteca e um restaurante.

Esse conjunto – a antiga fábrica e o Centro Cultural – faz parte hoje, da “cidade nova” de Marne-la-Vallée, nas imediações, ou região metropolitana, de Paris.

c) a antiga Manufatura Têxtil Roussel (França)

Instalada no final do século XIX, a manufatura têxtil Roussel, em Roubaix, Norte da França, encerrou suas atividades em 1971. Fruto de um processo de reconversão, ali se criou a “Escola de Dança na Rua e a Escola de Ballet do Norte”. Ao mesmo tempo, foram criadas seis empre-

sas nos campos de telefonia, informática, multimídia, serigrafia, bordado e confecções.

Após a expansão do *ballet*, que havia sido criado em 1983, os seus participantes ocuparam uma parte da *friche* dois anos depois. Em 1999, adquiriram o direito de posse de uma área de 1.600 m² da antiga fábrica, que foi reestruturada e equipada para o novo uso. A Escola destinava-se à formação de jovens, através de método que combina o ensino profissional com o aprendizado do próprio aluno.

Muitos defendem que as *friches* devem ser destinadas a fins culturais. Embora haja outros usos também importantes, o lema *friches industriellos lieux culturels* passou a ter grande aceitação (ACTES..., 1996).

d) Tecnopolo de Angus (Canadá)

No Canadá é também elevado o número de antigas indústrias degradadas, principalmente em Montreal, capital da província do Québec. Um dos casos singulares que merece ser relatado é o da reconversão do corredor industrial – na verdade quase um bairro –, de Angus, em Montreal. A particularidade desse caso é que a demanda de reconversão foi apresentada pela população. Em termos bem concretos, essa demanda expressa na reivindicação por empregos industriais locais, colocava a parte do fechamento das oficinas de Angus. Expressava-se, também, claramente pela retomada do desenvolvimento econômico comunitário.

A partir das discussões entre os representantes da sociedade civil (comunidade) e os mediadores, chegou-se à ideia de criar um polo tecnológico (tecnopolo) no antigo sítio industrial. A comunidade local adquiriu o direito de posse do terreno e o momento seguinte foi a criação da Sociedade de Desenvolvimento de Angus, o que dava àquela propriedade privada o caráter de propriedade coletiva. O projeto elaborado, ao propor o desenvolvimento econômico comunitário, opunha-se a uma intervenção que se apresentasse em molde marcadamente liberal, o que levou a um modelo dito de economia plural, capaz de abrigar também empreendedores sociais (FONTAN et al., 2002).

GRANDES PROJETOS URBANOS

a) London Docklands (Inglaterra)

A renovação das Docas de Londres é notável como grande projeto urbano. É um marco da política urbana da era Thatcher, contrastando com o modelo de décadas anteriores, pelo diminuto papel que passou a ter o interesse público, substituído que foi pela lógica privada. Nesse projeto, como em outros semelhantes da Inglaterra de Margaret Thatcher, o papel do Estado passou a ser de criação de incentivos, especialmente em infraestrutura e subvenções aos capitais privados. A Docklands Development Corporation, criada em 1981, em substituição ao Docklands Joint Committee, gastou 440 milhões de libras no projeto que combinou usos residencial, comercial e de serviços modernos, e apartamentos de luxo. Os capitais imobiliários entraram com cerca de 1,4 bilhão de libras.

Até 1990 instalaram-se na área 600 empresas que empregaram 10.000 mil pessoas, com a expectativa de criar 50.000 empregos, a médio e longo prazo. O lado negativo do projeto é que a comunidade de baixa renda do antigo porto, cerca de 40.000 pessoas, foi excluída dos benefícios do programa de reabilitação, acabando por deslocar-se para áreas mais distantes (COMPANS, 2004).

Esse programa inglês, de corte claramente neoliberal, influenciou experiências similares em muitos países.

b) Parque André Citroën (França)

A grande usina da Citroën, localizada em Paris, às margens do Sena, foi transferida para outra região em 1972. O imóvel, que permaneceu desocupado por muito tempo, foi adquirido pela municipalidade que, em seu lugar, decidiu construir ali um parque público. O uso do espaço da fábrica Citroën em Paris é o exemplo de intervenção em que a autoridade municipal decide suprimir os antigos imóveis, para dar uma aplicação bastante distinta à área recuperada. Construiu-se em seu lugar um parque temático, para espetáculos de som e luz, de uso de camadas de população bastante diversificadas. Como em muitos projetos semelhantes, a área situada nas cercanias do parque obteve grande valorização.

c) o Quai de Bercy (França)

A área degradada do antigo entreposto de vinho e aguardente do Quai de Bercy (Paris) deu lugar a um complexo destinado à recreação: ciclovias, quadras e ginásio de esporte e parques temáticos, hotéis e restaurantes. Como no caso anterior, os imóveis nas cercanias do parque – antes degradado – viram subir a sua valorização, em cerca de 20%, em média.

Esses empreendimentos fazem parte dos chamados “grandes projetos urbanos” aos quais, em Paris, se acrescentam o Centro George Pompidou, a nova Biblioteca Nacional, o Museu do Quai d’Orsay. A renovação do Museu do Louvre, a Linha Metrô 14, que funciona automaticamente, sem piloto, e o *Stade de France*, entre outros.

O CASO DO BRASIL

No Brasil, em muitas cidades espalhadas por seu território, encontram-se vestígios de antigas manufaturas e fábricas. Os casos de aproveitamento/preservação dos imóveis têm resultado de iniciativas de empresas privadas ou públicas. Antigas fábricas foram transformadas em *shoppings*, com a preservação da fachada externa, em cidades como o Rio de Janeiro. Nesta cidade, um caso interessante foi a transformação da antiga Fundação Progresso, no centro da cidade, no atual “Circo Voador”, que se destina a espetáculos de música e danças populares.

Deve-se mencionar, também, o uso de antigas sedes de empresas estatais, como o Banco do Brasil e Correios, para fins culturais em metrópoles como o Rio de Janeiro e São Paulo.

No Rio de Janeiro, deve-se assinalar ainda a transformação de antigas fábricas têxteis em *shoppings*. Em muitos casos, os seus proprietários têm procurado preservar a fachada externa das antigas manufaturas.

Em Belém tem-se o caso das docas do porto do rio Guamá, que se transformou num espaço multiuso sem mudar suas características iniciais.

Apesar dos usos mais em evidência, no Brasil, como os mencionados, a quantidade de ruínas industriais e de antigas sedes de serviços públicos, pelo País afora, espera ainda por um estudo aprofundado cujos resultados possam ser úteis em um contexto de desenvolvimento do território, nas escalas nacional e local.

Patrimônio histórico: quando a cidade vira mercadoria

Peter José Schweizer

O extraordinário professor baiano Alberto Guerreiro Ramos nos alertou, em seu livro mais conhecido (RAMOS, 1986), sobre as consequências da adoção, pelo mundo Ocidental, de uma racionalidade meramente formal. Foi esta racionalidade que deu as bases para as formulações capitalistas, cuja evidência maior se expressa no fato de haver transformado tudo que hoje existe em mercadorias passíveis de serem oferecidas num ente abstrato que foi denominado de mercado.

Objetos, máquinas, dinheiro, educação, saúde, drogas, terrenos, moradias, arte, ciências, pessoas, e também as cidades, passaram a ser mercadorias colocadas no mercado, de modo a permitir a compra e a venda de suas partes. Tais mercados, que hoje são cada vez mais globais, possuem um referencial monetário e podem ser livremente estabelecidos, tanto no mundo real como no novo mundo virtual.

No passado, o mercado se constituía apenas num lugar, um espaço no qual se realizavam determinadas transações econômicas. Desse conceito ainda temos algumas evidências naqueles espaços das cidades que ainda dão o testemunho do sentido original da palavra e que são os mercados municipais, os supermercados e outros espaços similares.

Ao transformar tudo em mercadoria, inclusive os componentes da natureza, dentre os quais inclui o ser humano, verificamos hoje um processo progressivo de destruição dos oceanos, rios, territórios inteiros, como é o caso da região amazônica, em função dos investidores¹ que nela atuam, legal e ilegalmente.

1 A palavra investidor vem do termo investir: "ir contra", e não o que a racionalidade formal hoje considera como sendo aquela pessoa capaz de promover alguma forma de crescimento econômico.

A economia² abandonou o *oiko* para se transformar numa isonomia³ em que tudo é reduzido a um só valor, de caráter monetário. Ou seja, tudo passou a ser expresso em números e fazendo da estatística o instrumento maior para demonstrar os graus de progresso humano. Ao mesmo tempo, a tecnologia transforma, rapidamente, todas as mercadorias existentes em coisas obsoletas para permitir a venda de outras novas.

Nas cidades brasileiras encontram-se testemunhos absolutamente incríveis de territórios e ambientes construídos que foram sendo progressivamente abandonados. Isto ocorreu por terem sido considerados velhos, obsoletos e fora das possibilidades de colocação nos “mercados imobiliários”, cada vez mais ajustados aos desejos de lucro das empresas e de consumo dos grupos mais afortunados das populações urbanas e metropolitanas.

Prédios residenciais existentes nos velhos centros urbanos, edificações para fins industriais, igrejas, monumentos e muitas outras edificações de épocas passadas foram abandonadas e entregues ao desgaste do tempo. Desgaste e falta de atenção do poder público que os transformaram em ruínas, edificações vazias e sem ao menos terem uma destinação social, até para moradias. Não são, necessariamente, monumentos de valor artístico ou arquitetônico reconhecido, porém são construções com expressivo valor e conteúdo histórico, que possuem determinados significados e representam épocas passadas. Prédios que merecem ser preservados e mantidos para servir de referencial importante para as novas gerações.

Cada geração que passa, vivendo numa cidade, vai deixando testemunhos próprios que constroem e compõem suas biografias tendo por base os elementos construídos e inseridos na cidade. Isto ocorre não apenas com escolas, mas também, com praças, com ruas e, ainda, em determinados bairros frequentados por anos pela população. Estes e outros marcos edificados estabelecem na cidade uma relação e uma dimensão humana que vai mais além do mero significado arquitetônico e/ou construtivo.

Prédios antigos dão a sensação da existência de uma contintuidade na vida da cidade, pois as gerações se sucedem, porém, os monumentos e certas construções continuam existindo ao longo do tempo. Assim sendo,

2 *Oikonomía*, forma de governar a casa. Ciência que busca a harmonia entre as várias funções de um organismo vivo, o nosso planeta azul.

3 Iso (igual) + nomos (lei). No caso, uma ciência regida por uma só lei.

permitted a cada pessoa identificar componentes de sua história, seja pela existência da casa onde nasceu, da escola onde estudou ou da fábrica onde teve acesso a seu primeiro emprego ou a empresa que permitiu ao avô ter um salário para criar os filhos. Estes conjuntos harmoniosos de construções, individuais – prédios – e coletivos – bairros –, dão significado humano à cidade e permitem que cada cidadão que nela vive possa identificar aquelas partes que são representativas e importantes, em diversas etapas de sua existência, e que foram construindo e compondo a sua biografia.

Nas grandes cidades brasileiras, essas partes antigas têm sido sacrificadas em nome da imposição de uma visão equivocada do que é o progresso e de um falso desenvolvimento que somente tem gerado um maior distanciamento entre grupos sociais (a cidade legal do asfalto versus a cidade ilegal nos territórios onde foram embutidas as favelas). A cidade legal passou a significar e expressar a monumental acumulação de riquezas de poucas famílias e, nas favelas e periferias, a espantosa pobreza e miséria do restante da população.

O sacrifício de edificações antigas, e mesmo de bairros inteiros, através da demolição ou de um total abandono, tem gerado verdadeiras mutilações nas cidades. Isto fez com que alguns dos moradores mais antigos viessem a deixar de reconhecer o bairro no qual nasceram, e isto em função das transformações efetuadas, que geraram uma nova realidade construída que passa a dar a cada bairro uma configuração completamente diferente daquela que tinha antes.

A pesquisa realizada em Itapagipe, bairro encravado nas origens de Salvador, teve como finalidade examinar esta que foi a primeira área industrial da cidade de Salvador. Uma área das mais importantes, nos primórdios industriais do País, que evidencia claramente o grau de abandono ao qual foi submetido todo o território dessa histórica parte da cidade.

Os equipamentos urbanos, ainda em condições de aproveitamento, foram sendo relegados a alguns usos não conformes, mesmo que em precárias condições de aproveitamento. Outros foram simplesmente abandonados e estão vazios e alguns em ruínas. Transitando pelas ruas de Itapagipe verifica o observador atento a total falta de critérios urbanísticos na configuração dessa unidade territorial que foi se moldando, na medida do possível, às exigências da modernidade, principalmente aquelas impostas à cidade pelos veículos que nela transitam.

O PAPEL DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO E URBANÍSTICO PARA A CIDADE

Muitos foram os autores, pesquisadores, geógrafos, arquitetos e urbanistas, que demonstraram a importância, não apenas da preservação, como da manutenção e restauração do patrimônio construído existente na cidade. O caso de Salvador se faz ainda mais dramático, quando se observa a situação atual de Itapagipe, localizada em território da Cidade Baixa de Salvador, no qual a decadência se apresenta de forma contundente a qualquer observador.

Na cidade-mercado, isto é, na cidade que vai se deslocando de uma área para outra, em função da especulação de terrenos e da enérgica ação dos empreendimentos imobiliários, alguns bairros tradicionais inteiros foram se deteriorando e, de certa forma, “favelizando”.⁴ Ao mesmo tempo é possível verificar que algumas novas áreas urbanas vão sendo rapidamente construídas para serem oferecidas à população no denominado “mercado imobiliário”. Trata-se de edificações luxuosas nas quais reduzidos grupos sociais são seduzidos pela propaganda dos promotores e atraídos pela oferta de financiamentos mirabolantes para essas novas formas de moradias associadas a serviços.

Ao invés de ser a cidade considerada como sendo um conjunto edificado harmônico, interdependente, planejado e orientado para a busca de um atendimento progressivo das demandas de toda a população, o que se verificou foi que a cidade tem sido dominada por poucos que decidem levar a infraestrutura e os serviços apenas para as áreas nas quais se assentam as famílias com maiores recursos econômicos. Aos mais pobres são destinados programas de “urbanização de favelas” que consistem na realização de modestos melhoramentos maquiados alardeados como sendo grandes obras destinadas a beneficiar essas famílias compostas de despossuídos.

Na Península de Itapagipe ocorreu um fenômeno que não é peculiar a Salvador, pois teve réplicas, guardadas as proporções, em outras cidades brasileiras. Trata-se da progressiva invasão, de segmentos mais pobres da população, naqueles terrenos e construções com reduzido ou nenhum

4 Usamos o termo “favelizando” para indicar as formas não planejadas de ocupação do solo urbano, de modo a dar ao espaço construído uma aparência desordenada e um funcionamento em geral pouco satisfatório.

valor de mercado, buscando opções para o estabelecimento de atividades comerciais, ou seja, para a viabilização de suas precárias moradias.

O papel que os patrimônios históricos, arquitetônicos e urbanísticos de uma cidade desempenham é o de manterem vivos determinados valores, reconhecidos pela população, no espaço construído em que esta se movimenta. Uma cidade, como é o caso de Salvador, a qual foi capital do país por dezessete anos a mais do que o foi o Rio de Janeiro, tem em seu conjunto urbano uma rica história a contar aos brasileiros, como ocorre também em outras cidades, como é o caso de Ouro Preto.

DEPOIS QUE CIDADES INTEIRAS VIRARAM MERCADORIA

A transformação e redução, como foi antes salientado, de pessoas, escolas, universidades, hospitais, ruas e estradas, privatizadas ou não, prédios industriais e de serviços a simples mercadorias tem gerado, ao longo do tempo, profundas deformações que em muito afetaram a história humana e a cultura nacional, regional e local.

No caso da cidade como mercadoria, quando alguns terrenos ou edificações perdem valor de venda, estes são deixados de lado e entram em processo de decomposição, como se resíduos fossem. E, como no caso dos resíduos sólidos, existem os catadores de lixo que nas cidades vieram a ser os “catadores de espaços” – grupos humanos sem teto –, que buscam dar usos alternativos a tais espaços construídos e abandonados. São populações que vivem na marginalidade, geralmente desempregados, sem moradia, que fazem uso de edificações vazias e sem uso, como pode ser visto de forma mais expressiva nas regiões metropolitanas brasileiras.⁵

A cidade de Salvador, considerada como uma mercadoria, seja para a engorda de terrenos ou destinada às novas construções através dos processos tradicionais de especulação imobiliária, tem em Itapagipe um caso exemplar. Caso que demonstra como toda uma área urbanizada foi perdendo significado, valor e importância. Passa a ser uma “não mercadoria”, que acabou sendo destinada a determinados usos que existem e que estão estabelecidos em territórios degradados. Itapagipe das primeiras indústrias baianas passou a ser identificada ou associada ao território daqueles migrantes que, por não terem terras para se

5 Os casos mais importantes são os de São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador.

assentar, na primeira metade do século XX, foram invadindo o mar e criando todo um novo território que veio a ser denominado de Alagados, uma favela construída no mar.

Nos países centrais, também chamados de “desenvolvidos”, as edificações que apresentam algum valor histórico e cultural para suas populações e seus dirigentes são incorporadas, de forma eficiente, ao funcionamento da cidade. Com isso, prédios históricos se transformam em mercadorias de médio e alto valor, seja para atividades econômicas tradicionais, como bancos, escolas e similares, como para atividades enquadradas no campo do interesse turístico, ou seja, museus, restaurantes, hotéis e outros. Ocorrem até situações em que algumas dessas cidades vieram a sobreviver economicamente e operativamente das atividades turísticas que tal patrimônio construído permitiu fomentar.

A visão da cidade como mercadoria, na realidade, empobrece a condição humana na medida em que reduz tudo o que foi construído pela humanidade a simples valores monetários. Quando não conseguem mais ser comercializadas ou usadas pelo setor público, essas mercadorias edificadas são abandonadas e, em alguns casos, aproveitadas ilegalmente, pelos segmentos mais pobres da população urbana, para múltiplos fins.

ITAPAGIPE, TERRITÓRIO SIMBÓLICO DE UMA ÉPOCA

No caso de Salvador, as sucessivas autoridades locais viram no Pelourinho, para exemplificar, apenas a existência de um território edificado capaz de merecer algum tipo de preservação, mesmo que esta viesse a ser realizada através de uma precária e parcial manutenção. Isto devido às pressões exercidas no campo do turismo.

No caso de Itapagipe, trata-se de uma área urbana que ainda não foi considerada interessante e que pudesse merecer um tratamento prioritário por parte da Prefeitura ou do Governo do Estado da Bahia. É um espaço edificado esquecido na Cidade Baixa, onde acabou por se desenvolver uma espécie de subcidade, uma cidade fora do mercado, incapaz de merecer atenção ou algum interesse da especulação imobiliária. Ocupada e mantida por uma população com menores recursos econômicos, não exerceu uma atração como opção de moradia das classes média e alta, nem como alternativa considerada pelos grupos empresariais para a localização de novas atividades produtivas. Certa-

mente, a existência de uma legislação que restringia o gabarito⁶ para novas edificações também pode ter contribuído para o congelamento e o progressivo abandono dessa área urbana.

REPENSANDO OS ESPAÇOS URBANOS DETENTORES DE CONTEÚDO E EXPRESSÃO HISTÓRICA

Faz-se indispensável, no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Salvador, repensar todo o território de Itapagipe, recuperando gradativamente o esplendor que existia em um passado não distante. Sua localização geográfica é das mais interessantes pela proximidade do mar e suas construções antigas, ainda existentes, poderiam ter um melhor uso para fins produtivos, fossem estes comerciais, culturais e, também, outros de interesse turístico.

Não deveriam ser cometidos os mesmos erros havidos no Pelourinho, que foi convertido num cenário teatral do qual foram afastados os moradores, ganhando as características típicas dos museus. O Pelourinho deixou de ser cidade para ser uma mera representação de uma cidade antiga. Uma maquete sem vida permanente.

Já existem muitos conhecimentos acumulados pelos especialistas que atuam nos centros acadêmicos e em outras instituições, no campo do patrimônio histórico e artístico das cidades, para que se possa desenvolver um amplo projeto de reabilitação de toda a área de Itapagipe. A execução de um projeto dessa natureza deverá ser realizada gradativamente, contando com o apoio e a participação efetiva, e não passiva, dos moradores, lideranças locais e comerciantes lá instalados.

As cidades e as pessoas que nelas vivem necessitam deixar de ser encaradas como mercadorias, objetos da mercadologia, cujo foco se encontra na permanente busca de um valor de venda, para serem entendidas como a essência da vida em sociedade e, portanto, componentes fundamentais de qualquer proposta de desenvolvimento urbano sustentável. Salvador necessita urgentemente de uma mudança de paradigma que assegure a Itapagipe o lugar na cidade a que sempre fez jus. No século XXI, o desafio será o de promover a rehumanização das cidades e a reincorporação do ser humano à natureza.

6 A altura máxima para as novas construções foi limitava à altura da Igreja do Bonfim.

Luiz Tarquínio: a Companhia Empório Industrial do Norte

Maria Helena Ochi Flexor

COMPANHIA EMPÓRIO INDUSTRIAL DO NORTE

Fábrica da Boa Viagem

A Companhia Empório Industrial do Norte, que manteria uma Vila Operária, foi criada em 1890 e, em 4 de março de 1891 (DUMÊT, 1998, p. 59), inaugurava-se a fábrica de tecidos Boa Viagem. Instalou-se na antiga roça do comerciante português, João José de Magalhães, o 1º Visconde de São Clemente de Basto,¹ importador de vinhos e conservas. Os Estatutos da Companhia previam a criação de outras indústrias, menos a de produtos alimentícios, e iniciavam com a tecelagem de algodão, que deveria funcionar, estatutariamente, por 50 anos renováveis (ESTATUTOS, 1898, Art. 1º e 2º).

Seu idealizador, Luiz Tarquínio, mal frequentou os bancos escolares (SANTOS, 2000, p. 22).² Foi considerado economista,³ financista, administrador, *designer*,⁴ escritor, sociólogo, músico,⁵ *promoter*,⁶ incenti-

- 1 Título concedido pelo Rei de Portugal, D. Luis I, em 10 de novembro de 1881. Faleceu na Bahia, em 1891.
- 2 Conta a história já divulgada, que ele era filho de uma lavadeira que fazia bonecos de pano. Mãe solteira, D. Maria Luiza, ou Tia Lulu, supostamente teria sido ex-escrava, e Tarquínio não conheceu o pai. Frequentou pouco tempo a escola. Começou a trabalhar aos nove ou dez anos. (DUMÊT, 1998, p. 22). Como se chamava Luiz dos Santos, solicitou a sua mãe que mudasse seu nome para Luiz Tarquínio, em 1854. O imaginário contemporâneo enquadrou em suas ideias a reforma agrária, a abolição da escravatura, a personalidade festeira, a responsabilidade pelo estabelecimento socialista da relação capital-trabalho e muito mais.
- 3 Tentou incutir nos operários um sentido de independência, ao aconselhá-los a enfrentar problemas, como a carestia, através da associação ou cooperativismo.
- 4 A marca da empresa foi feita sob sua inspiração. Também trabalhou, desde muito cedo, em padronagem de tecidos.
- 5 Compôs a música do Hino do Operário, no fim dos oitocentos, e aprendeu sozinho a tocar harpa, órgão e piano (DUMÊT, 1998, p. 109).
- 6 Promovia festas e bailes, em sua própria casa; organizava as festas para os operários e distrações, todos os domingos; fazia propaganda de seu empreendimento, por exemplo, através dos postais etc.

vador dos esportes modernos⁷ e das letras;⁸ era possuidor de espírito cívico⁹ e carnavalesco¹⁰ e foi um pioneiro das modernas condições de trabalho, devido à assistência dispensada aos operários, possibilitando-lhes ter boas casas na Vila Operária (STELLING, 2003, p. 82),¹¹ cursos de adultos no turno noturno, serviços médicos e farmacêuticos gratuitos, licença maternidade, abastecimento de água, coleta de esgotos, luz, armazéns de alimentos e materiais higiênicos¹² e creche.¹³ O clínico Adriano dos Reis Gordilho,¹⁴ por um bom tempo, deu assistência médica e dentária aos funcionários. Além do mais, Tarquínio estava atento aos problemas sociais da época.

Sampaio (1975, p. 78-79) dá notícias da existência de um “rascunho” de planejamento, que deixa perceber que a Companhia não foi uma aventura. Os princípios que, especialmente Tarquínio, como liberal, defenderia a vida inteira, já estavam ali presentes:

[...] preferência do pessoal técnico superior; perfeição das máquinas adaptadas, boa organização e divisão do trabalho, meios que possuem de dar pronta saída às mercadorias; regularidade de fabricação; bom condicionamento dos produtos; exato cumprimento dos contratos; força do capital e crédito de que poderá dispor.

Nesse pré-planejamento, já registrava: “empresa organizada sem privilégio nem favores do governo”. E, ainda “[...] a garantia de sua prosperidade reside no estudo profundo das condições econômicas e so-

7 Como corridas de bicicleta, *foot-ball*, *basket-ball*, de influências europeia e americana.

8 Era sócio benemérito da Revista do Grêmio Literário da Bahia (SANTOS, 2000, p. 31).

9 Em 1896, o Diário de Notícias (3 jul.) noticiava que Tarquínio organizou um cortejo de operários, para participar no desfile do 2 de Julho, com representações dos personagens desfilantes e sua própria presença.

10 Foi sócio fundador do Centro Polytheama ou Sociedade Polytheama Bahiano, do Clube Fantoche da Euterpe, para o qual preparava carros alegóricos (SANTOS, 2000, p. 31).

11 Segundo Stelling (2003, p. 82), “Luiz Tarquínio justificava essas medidas como geradoras de maior eficiência e lucro, através de cálculos que demonstravam que os gastos com a Vila seriam menores que o prejuízo econômico gerado pelo absentéismo maior, se os operários morassem longe de seu local de trabalho”.

12 Nesse armazém, os trabalhadores podiam comprar os gêneros alimentícios com uma economia de 40%, em relação às casas comerciais da cidade, ressaltando-se que não acarretava nenhum ônus à Companhia (SAMPAIO, 1975, p. 99).

13 Que levou o nome de Leopoldo José da Silva, um dos fundadores do Empório.

14 Aposentou-se após prestar 41 anos de serviço à Companhia e seu nome batizou a praça diante da Igreja da Boa Viagem.

ciais do país, em uma ativa e inteligente administração e principalmente nos conhecimentos e longa prática do pessoal técnico inferior [...]” (SAMPAIO, 1975, p. 79).

O deputado Américo Barreto, depois representante da Bahia na Câmara Federal, apresentou, à Assembleia Legislativa do Estado, um Projeto de Lei, concedendo subvenção às escolas da Vila Operária, ao que Tarquínio, na Revista da Vila Operária, ponderou:

Compreendendo a nobre intenção do Jovem deputado, só temos palavras de reconhecimento pela espontaneidade do seu proceder: mas estamos autorizados a declarar que de fôrma alguma a ‘Vila Operária’ pode receber êsse subsídio do Estado. Escola do povo para o povo, mantida a mais ampla independência, a aceitação de qualquer favor oficial importaria tacitamente na eliminação dessa liberdade de ação, sem a qual seria sacrificado o seu fim principal (PINHO, 1944, p. 87).

Assim, toda a obra foi de responsabilidade, material e financeira, da Companhia Empório Industrial do Norte (Foto 1). Luiz Tarquínio teve, como sócios, Leopoldo José da Silva e Miguel Francisco Rodrigues de Moraes,¹⁵ ricos comerciantes, homens com visão empreendedora, o que levou o Empório a se situar entre as onze maiores fábricas de tecidos de então (STELLING, 2003, p. 82).

15 Foi um dos diretores da Associação Comercial da Bahia, no mandato de 1892-1893, sob a presidência de Augusto Silvestre de Faria (www.acbahia.com.br/diretoria..., 2006). Consta que Miguel Francisco, que também tinha ideais modernos, diversificava sua atuação. Comprou o Engenho Aratu, localizado na atual Suburbana, transformando-o numa usina de açúcar, adquirindo maquinário inglês, de Pollac & Macnab, representados em Salvador, pelo industrial inglês Edmond Penley Cox, a quem se atribui a construção de quase todas as usinas que foram levantadas, no intuito de revitalizar a fabricação de açúcar (SANTOS, 2000, p. 79).



FOTO 1 – Detalhes da fachada da Companhia Empório Industrial do Norte – Avenida Luiz Tarquínio

Foto: Marcos Vicente Ribeiro Soares, 2007.

Foram responsáveis pelos trabalhos de construção da Fábrica, e da Vila, os engenheiros August Weilemann e Augusto Frederico de Lacerda (PINHO, 1969, p. 88).¹⁶ Eram instalações inteiramente novas, segundo Stelling (2003, p. 79), a maior da Bahia.¹⁷ Weilemann, em 1896, era responsável pelo serviço geral da fábrica. Desde o início, tinha dirigido todos os trabalhos, da construção dos edifícios à instalação da maquinaria e à organização do trabalho, incluindo o projeto da estrutura de ferro, cujas peças foram fabricadas na Inglaterra, feitas, especialmente, com as camadas inferiores, revestidas por materiais refratários, apoiadas sobre um alicerce com 2m de espessura, superpostas sobre uma base estacada, numa profundidade de 8,17m (SAMPAIO, 1975, p. 82). Weilemann foi substituído, em 1897, por Lacerda.

A técnica construtiva do período foi inteiramente utilizada na fábrica, em ferro e alvenaria, formando um edifício com dois pavimentos. A parte inferior estava dividida em quinze compartimentos, que eram assim destinados: dois para os teares; seis para a preparação dos fios; dois para depósitos de fios e fazendas; dois para oficinas de mecânica, carpintaria e ferraria; dois para motores e um para caldeiras

16 Augusto F. de Lacerda era irmão de Antônio de Lacerda, o construtor do Elevador Lacerda e da linha de bonde, unindo o Elevador à praça da Piedade, através da Companhia Transportes Urbanos.

17 Teve interferência no projeto de sua casa na Graça e no próprio projeto do Empório.

(SAMPAIO, 1975, p. 81). O pavimento superior abrigava três grandes salas, ocupadas pelos escritórios dos diretores técnicos e pelo almoxarifado. A chaminé alcançava 32m de altura, construída por um especialista da Custode & Co., em Dusseldorf, Alemanha, e levantada com tijolos. F. Welte, formado em escolas técnicas da Alemanha e Suíça, era diretor técnico. A chefia dos mecânicos coube, nos primeiros anos, a Álvaro Mariani Pinto, também com formação europeia.

Situava-se na atual avenida Luís Tarquínio, antiga Boa Viagem, não longe da linha férrea, da estrada de rodagem e do porto. Tinha ancoradouro próprio, com cais, guindaste a vapor, linha de trilhos, ligando a fábrica ao porto de embarque e desembarque (SAMPAIO, 1975, p. 79).

De início contava com 96 diferentes máquinas, movidas por dois motores a vapor, de 350 cavalos cada um, alimentados por cinco caldeiras, em rodízio, não funcionando todas ao mesmo tempo. Essas caldeiras e os motores ficavam no fundo do edifício. As primeiras eram alimentadas com água pura, bombeada dos reservatórios para um tanque sobre o teto do edifício. Do outro lado, junto à Vila, onde existiam grandes depósitos para armazenamento de algodão e anilinas, onde se faziam, também, serviços de carpintaria. Outro depósito transformou-se em um almoxarifado e um terceiro permaneceu, até o fechamento da indústria, como refeitório, tendo uma parte ocupada pelo arquivo morto da fábrica.

A empresa tinha 149 acionistas, donos de 15 mil ações, no valor de 200\$000 cada uma. O maior acionista era o Banco Mercantil, com 1.125 ações. Luiz Tarquínio e Francisco Rodrigues de Moraes tinham, juntos, 3 mil ações e detinham, por isso, a presidência.¹⁸ Com o falecimento do terceiro sócio, Miguel Francisco, as ações se dispersaram entre seus herdeiros. Desaparecendo o Banco Mercantil, as famílias Tarquínio e a Silva ficaram no controle da Companhia até 1973.

Os equipamentos foram adquiridos na Inglaterra e na Alemanha.¹⁹ Tarquínio foi à Inglaterra, Bélgica e Alemanha e trouxe, também,

18 As demais estavam divididas entre vários indivíduos, incluindo familiares, nenhum deles possuindo mais de 250 ações.

19 O maquinário era todo inglês ou alemão. Os teares lisos eram da Harling e Todd, de Burnley; os teares de xadrez da Butterworth ou de Hacking & Co., de Bury e Dickinson, de Burnley; o filatório e as cardas de Howard Bullough; os batedores de Platt Bros; e os tornos e calandras de Felber Jucker. Os motores eram do sistema Compound e as caldeiras do tipo Babcock e Wilcox. Tradicionalmente, Tarquínio não comprava máquinas ou matéria-prima de um só fornecedor (PINHO, 1944, p. 78-79).

o exemplo da nascente indústria americana para completar o conjunto que, na opinião dos técnicos, constituía um “monumento homogêneo”. Luiz Tarquínio foi chamado de o Mauá baiano (PINHO, 1944, p. 94-95), não obstante tratar-se de iniciativa privada. Não se sabe, também, até onde vai a verdade e começa o imaginário criado pelo tempo. É isto que se começa a investigar.

A Companhia previa reunir 1.600 operários, empregando um capital de 5:878.000\$00,²⁰ mas, pelo que consta, chegou a, aproximadamente, 1.500 operários, em 1899. Os edifícios, ocupados pela fábrica compreendiam 19.337 metros quadrados (PINHO, 1944, p. 78).

Segundo Sampaio (1975, p. 145), em 1896, a fábrica da Boa Viagem possuía 899 teares, alguns dos quais instalados desde 1891. Desses, 844 ainda estavam em funcionamento em 1960. Só a partir de 1940, mas, especialmente na segunda metade dos anos 1950, se pensou em renovar o maquinário com a finalidade de modernizar a fábrica.²¹

Logo chegaria, ainda no oitocentos, a ter 1.000 teares, 4.864 fusos para fios de urdir, além de 18 fiandeiras, com 6.048 fusos para fios de trama, e mais 16 fiandeiras. Estavam instalados no salão branco, pelo fato de ali serem feitos os tecidos brancos, ou com riscados finos de cores. Sete máquinas enroladeiras e dez urdideiras ficavam num compartimento, em separado, formando um grande complexo de máquinas, às quais se somavam caneleiras, urdideiras seccionadas, agitadores de goma, engomadeiras de fio, engomadeira de fazenda, grades de liçar, suportes para rolos de fios, calandra para alisar e lustrar tecidos, máquinas para tecer cordões, prensa hidráulica, máquina de costura etc.

Em outro salão, salão de cor, fazia-se a tintura, com uma variedade de utensílios e aparelhos destinados à coloração dos fios de algodão, depois de uma análise completa dos materiais num laboratório (PINHO, 1944, p. 79-80). A sessão de tinturaria possuía nove tanques de madeira, forrados com ferro galvanizado, onde os fios eram submergidos para absorver a tinta neles preparada. Essa sala contava, ainda, com tanques, turbinas de ressecar, para engomar, para estirar e escovar meadas e estufas. Aí o número de teares era menor: 166.

A revista *Bahia Ilustrada*, em 1918 (*AS INDÚSTRIAS*, 1918), informava que, no primeiro ano de funcionamento, a fábrica contava com

20 Dados do Centro Industrial Brasileiro (apud VASCONCELOS, 2002. p. 266).

21 A primeira renovação se fez entre 1901 e 1912.

1.300 teares, que consumiam quatro toneladas de algodão, produzindo cerca de 45.000 metros de tecidos por dia. Moviam-se com motores a vapor de 1.400 cavalos de força, alimentados por carvão inglês, possuindo, também, uma instalação diesel-elétrica de 700 cavalos.

Apesar do Centro-Sul apresentar, em 1945, quase 4.000 teares automáticos, e a fábrica da Boa Viagem usar, ainda, as antigas máquinas inglesas, esta continuava entre as dezesseis maiores empresas têxteis do País e uma das cinco maiores do Norte-Nordeste.

Iniciou a produzir tecidos crus, correspondente a 50% da produção total planejada. Esperavam que essa produção aumentasse rapidamente, graças à inteligência dos operários nacionais, “apesar de serem na maior parte aprendizes da fábrica e trabalharem em tecidos nunca antes fabricados neste Estado” (SAMPAIO, 1975, p. 101). Além desses, produziam tecidos brancos, tipo infestado, para lençóis e trançados, ou mescla e riscados de cores, mais finos que aqueles feitos em Valença, por exemplo. Como esta última empresa, fabricava também toalhas, aniagem para fardos e barbantes, a Boa Viagem fazia tecidos não produzidos em outras empresas brasileiras, como zephyrs de quadros,²² brins e cassinetas,²³ que tiveram boa aceitação na Bahia e outros Estados, constando que as vendas atingiam o Rio Grande do Sul (SANTOS, 2000, p. 78). Era intenção dos sócios fabricar tecidos sem concorrência no País, evitando aqueles que já estavam saturados no mercado.

O Empório trabalhava, em certa época, numa maior proporção, com fios importados, devido à maquinaria e à intenção de fabricar tecidos novos, cujos fios não se coadunavam com a maioria das máquinas em uso nas outras tecelagens. Negociava com Manchester, de onde importava, além de fios, as anilinas e as máquinas. Mostrara, por isso mesmo, em diversas ocasiões, que as taxações do algodão nacional acabavam por torná-lo mais caro e seu uso quase inviável.

A maior parte do algodão cultivado na Província da Bahia localizava-se na região de Caetitê. O seu transporte para a capital era bastante dificultoso, o que resultava na preferência de venda das safras para Minas Gerais, através do São Francisco (SAMPAIO, 1975, p. 53-54). Além do mais, poucas fábricas nacionais investiram em maquinário de fiação.

22 Importados anteriormente da Inglaterra.

23 Importados anteriormente da França e da Alemanha.

O algodão baiano era insuficiente para abastecer as fábricas de tecidos. Isso fazia os empresários buscarem a matéria-prima, além da importada, em Sergipe e Alagoas (SANTOS, 2000, p. 80, 85). Aos poucos, o Empório terminaria por investir no maquinário e diminuir a importação de matéria-prima, principalmente por causa da proteção, por parte do Governo, à indústria nacional, e porque, também no “rascunho” do planejamento da fábrica, Tarquínio tinha registrado que seriam “utilizadas matérias-primas indígenas” (SAMPAIO, 1975, p. 78).

Por essa deficiência, um grupo de empresários resolveu, já em 1916, criar o Centro Industrial de Algodão,²⁴ para promover o desenvolvimento da lavoura algodoeira na Bahia, distribuindo sementes gratuitamente e fornecendo informações sobre sua produção e comercialização. Pretendia ser o principal comprador e distribuidor do algodão no Estado. Isso se modificaria, já no ano seguinte, pois foi o ano em que o algodão teve uma imensa alta. Em 1924, já se propunha a dissolução do Centro. O Empório Industrial montara, em Serrinha, uma beneficiadora de algodão, nesse período, e também distribuía sementes de algodão americano entre os lavradores. Por outro lado, o Governo tentou incrementar essa lavoura, concedendo terras devolutas e prêmios aos lavradores de algodão.

J. J. Seabra (1916, p. 112) deixou seu testemunho quanto à situação do algodão na Bahia, em 1916:

É de lamentar que continue estacionária e descuidada a cultura do algodoeiro, de que a Bahia tanto precisa para suas próprias necessidades, tendo, como se sabe, excelentes terrenos para a lavoura desse precioso arbusto. Fazendo contribuir mais de uma vez, sementes de algodão mandadas vir do Egipto e dos Estados do Norte do País, jamais consegui uma só notícia sobre o seu aproveitamento.

O próprio Seabra (1922, p. 52), em seu segundo Governo, planejava criar uma Estação Experimental de Algodão, em Jacobina. Passados os anos, no entanto, verificou-se que a falta de transporte era um dos grandes problemas. Apesar disso, a produção de algodão aumentou, por volta de 1930, mas alguns já apontavam a má qualidade da maté-

24 Eram sócios fundadores, as empresas têxteis da Bahia: Companhia Valença Industrial, Companhia Empório Industrial do Norte, Companhia Progresso Industrial da Bahia, Companhia União Fabril da Bahia e a fábrica de João Baptista Machado (SAMPAIO, 1975, p. 175).

ria-prima. O Empório abastecia-se, então, de algodão baiano, de outros Estados, mas principalmente da região Norte.

Em 1895, dos 600 operários, dizia o empresário que apenas 28 eram estrangeiros, alguns dos quais eram encarregados de ensinar aos nacionais o manejo da maquinaria europeia. A maioria dos operários era composta por mulheres. Em 1896, a fábrica tinha 697 operários, dos quais 171 eram homens e 526 mulheres (SAMPAIO, 1975, p. 99). Aprendizizes também faziam parte desse número, prática muito comum no período.²⁵ Para otimizar o investimento, era necessário que, pelo menos duas pessoas da família trabalhassem na fábrica.

Uma das grandes dificuldades experimentadas pela fábrica da Boa Viagem foi a de recrutar operários. Isso se percebe, pelo fato da maioria dos empregados ser composta por aprendizizes ou ter aprendido na prática da própria fábrica. Em função da existência de um contingente bastante numeroso de escravos na Bahia, criou-se uma mentalidade, entre os brancos, que, apesar da libertação daqueles, permaneceu nestes a ideia de serem “filhos de algo”, ou de pertencerem a um nível social mais elevado. Mesmo entre os profissionais liberais que, então, assumiam o poder, estes se consideravam não obrigados ao trabalho, ainda que passando pelas maiores privações. Tudo isso chamou a atenção de Luiz Tarquínio, que deixou registrado em um de seus artigos, o Trabalho, a persistência dessa mentalidade (SAMPAIO, 1975, p. 123). Mesmo muitos anos depois, em 1927 e 1928, segundo informa Sampaio (1975, p. 120), havia falta de operários.

Não há notícias da presença de ex-escravos na fábrica de Tarquínio. Este considerava que os escravos eram herdeiros do tempo em que “o trabalho forçado modelaria o espírito do trabalhador avesso à obediência, à submissão”. Entendia que o convívio diário na fábrica, como “escola de trabalho” e a Vila Operária lapidariam o espírito dos trabalhadores (SANTOS, 2000, p. 68).

Não passou despercebido a Tarquínio o problema causado no Nordeste pela grande seca dos anos de 1898-1899, que provocou um grande êxodo para as cidades de maior porte. Predispôs-se a receber certo número de migrantes, oferecendo embarcação para conduzi-los,

25 Tem-se o exemplo da fábrica de Valença que dava preferência a moças recolhidas da Santa Casa de Misericórdia e órfãos, entre os quais promoveu vários casamentos.

por mar, para a sua fábrica na Boa Viagem, onde seriam abrigados e teriam emprego.

Esse ato, dentro do espírito da época, tinha mais a ver com o higienismo²⁶ do que com a filantropia. Além disso, vivia-se um tempo em que os grandes problemas sociais tinham inspirado, tanto Augustus Pugin, John Ruskin, William Morris, quanto Karl Marx, e mesmo os pré-rafaelistas, os teosofistas etc. Não se permitiam mais mendigos, meninos abandonados, doentes mentais, ex-escravos, velhos, incluindo os migrantes, pelas ruas, para não enfeia-las e sujá-las.

Os inúmeros banheiros da entrada da fábrica e o açougue eram outros baluartes do higienismo e asseio na Fábrica Boa Viagem. Também indica que, depois de colocada em funcionamento, faltava mão de obra passível de se adequar à nova forma de trabalho mecânico da fábrica. Os empresários enfrentaram o período pós-abolição dos escravos.

Complementando a obra de Tarquínio, seu filho e herdeiros criaram, em 1909, a “Sociedade Beneficente 24 de Julho”, data do nascimento do empresário fundador, que funcionava como previdência privada, pouco antes da falência do Empório, na década 1970-1980 (CELESTINO, 2004, p. 9).

Luiz Tarquínio aprendeu tudo na prática. Ainda menino, com cerca de treze anos, começou a trabalhar como aprendiz de caixeiro com Lino Porphyrio da Silva, no ramo de tecidos. Foi assim que conheceu Polydoro Bittencourt que o indicou à importadora, pertencente a dois irmãos suíços, da Bruderer e Cia., importadores de produtos ingleses. Tornou-se amigo, aos 15, de João Gaspar Bruderer e, junto com P. H. Heim e S. Bruppacher, aos 29 anos, tornou-se sócio nos negócios da Bahia até o fechamento da importadora, feito a seu conselho. Consta que parte dos tecidos vendidos na loja era desenhada por Luiz Tarquínio e fabricada na Inglaterra (SANTOS, 2000, p. 36).

Aprendeu inglês com a família Bruderer. Aos 20 anos, já ia para Manchester, onde teve contato com a economia, a administração e o *design* de tecidos britânicos. Foi à Europa vinte e três vezes, entre 1864 e 1900 (DUMÊT, 1998, p. 43). De lá, trouxe as experiências que já haviam promovido as reformas sanitaristas, urbanas e sociais, consequências dos subprodutos negativos da industrialização.

26 Isso foi constatado por Santos (2000, p. 116), que consultou os Livros de Atas do Conselho Municipal, do qual Luiz Tarquínio fez parte, e concluiu que o empresário, enquanto Intendente e Conselheiro, sempre teve “a preocupação em fazer de Salvador uma cidade asseada, organizada aos moldes das cidades européias [...]”.

Tão grande como seu empreendimento era sua família. Teve 14 filhos, com Adelaide de Figueiredo, com quem se casou em 1878. Com maiores posses, mudou de Nazaré para a Graça, local onde estavam se instalando os *nouveaux riches* da época, normalmente comerciantes enriquecidos ou ingleses.

Luiz Tarquínio, como muitos particulares da época, foi participativo da vida da cidade (CELESTINO, 2004, p. 28; DUMÊT, 1998, p. 109). Foi Intendente Municipal,²⁷ em 1890 e, seis anos depois, eleito Conselheiro Municipal (SANTOS, 2000, p. 7). Deixou vários trabalhos, publicados nos periódicos da Bahia, – Diário da Bahia, A Bahia, Jornal de Notícias – e do Rio de Janeiro, então Capital Federal, como no Jornal do Commercio, embora seus memorialistas o considerem, supostamente, pouco alfabetizado.²⁸

Vila Operária

Junto à fábrica construiu a Vila Operária, que chamava “cidade do trabalho”, no outro lado da rua, o que a separava da fábrica. Em maio de 1892, um ano após a abertura da fábrica, foi inaugurada a Vila, ligada ao estatuto dos trabalhadores de então.

No ver de alguns estudiosos brasileiros, a ideia de Tarquínio, de agregar a Vila Operária à indústria, era uma forma de, na condição de patrão, exercer um maior controle sobre os trabalhadores, permitindo uma intervenção ditatorial direta, inclusive, na vida cotidiana dos ope-

27 Foi um homem eclético. Nomeado Intendente de Salvador, em 4 de fevereiro de 1890, no Governo de Manoel Vitorino, não ficou um mês no cargo. Deu sua contribuição para a urbanização do Campo Grande, por ocasião da construção do monumento ao Dois de Julho, além de outras obras públicas. Contribuiu, inclusive, para o planejamento da avenida da Graça, onde residia. Foi administrador da Junta Distrital da Vitória, em 1894. No ano seguinte, fez campanha para instalar mictórios em várias partes da cidade, em nome da salubridade pública. Analisou as consequências econômicas da escravidão e fez um projeto de emancipação gradual dos escravos (CELESTINO, 2004, p. 28; DUMÊT, 1998, p. 109).

28 Divulgou suas ideias no Jornal O Operário, que ele próprio idealizou, de circulação semanal, na própria Vila Operária e imediações do seu complexo industrial. Publicou, em 1901, uma coletânea de seus trabalhos, sob o título Preceitos morais e cívicos (TARQUÍNIO, 1901) Os artigos de jornais da Bahia foram reunidos na obra Direitos de importação em ouro; considerações sobre as tarifas aduaneiras da união americana, em 1890. Publicou os artigos do Jornal do Commercio, sob o título A solução da crise, em 1892. Todo o material escrito sobre tarifas aduaneiras e protecionismo foi editado em Apelo aos ilustres representantes da Nação, em 1895. Os artigos do Diário da Bahia e A Bahia foram editados em Tarifa aduaneira, em 1898. Também escreveu sobre O elemento escravo e as questões econômicas do Brasil, com o pseudônimo de Cincinnatus e, ainda, Apelo aos ilustres representantes da Nação, quando assumiu a autoria (SANTOS, 2000, p. 15).

rários e de suas famílias (SANTOS, 2000, p. 42). Esta visão não mostra o impacto que o conjunto, fábrica e vila, causou à população, nos finais do século XIX e princípios do XX, em que, além da Guerra contra Canudos, o Governo enfrentava a grande seca, a crise no mercado nacional, reflexo da crise internacional, causando alta dos gêneros de primeira necessidade, alta de preços de produtos importados e mesmo do algodão, como já se fez referência. Apesar de tudo, a Companhia alcançou os anos de 1900 com lucro.

Imagine-se a visualização, num espaço pouco ocupado, tendo seus terrenos alagados sendo secos, do vasto complexo que, até hoje impressiona pela sua extensão. Basta ver os jornais, revistas e outros escritos seus contemporâneos, que podem ser bastante laudatórios, mas mostram, justamente, a visão daqueles que estavam sendo beneficiados pelo novo empreendimento. Tão pouco se pode ver em Tarquínio “um legítimo representante da burguesia, batendo-se pela adoção de medidas que elevassem o nível do trabalhador, aumentassem o número de consumidores, determinassem o desenvolvimento econômico” (SAMPAIO, 1975, p. 108) da Bahia. Além do espírito positivista, Tarquínio tinha um discurso moralista,²⁹ vendo na educação e no trabalho, os únicos meios de fazer a Bahia, recém-saída da escravidão, progredir, incitando seus habitantes a trabalhar. Era um homem de visão, como tantos outros de seu tempo, como Rafael Ariani, Antônio Lacerda, mas que soube administrar seus empreendimentos. Simplesmente transplantou modelos ingleses, americanos e alemães para a Bahia.

Originalmente, a ideia de reunir a fábrica junto ao lugar de residência, infraestrutura de subsistência e de educação não fora de Luiz Tarquínio. A superpopulação mal-instalada em torno das fábricas e minas inglesas fez surgir, na Inglaterra, muitos anos antes, os primeiros modelos das vilas operárias. Da mesma forma, posteriormente, o aumento desenfreado de indústrias, o desaparecimento das

29 Em 1901, foi publicada uma coletânea dos artigos que haviam sido veiculados pelo jornal *O Operário*, onde se percebe esse objetivo. Combatia práticas como desperdícios ostentatórios, como o uso do luto, mexericos, maledicências, tagarelice, embriaguez, jogo, festas religiosas em que se praticavam a “orgia e a bachanal” (SAMPAIO, 1975, p. 123). Por causa do liberalismo, a sociedade brasileira acabou por confundir o conceito com libertinagem. Algumas medidas foram tomadas, especialmente por parte da Igreja, quando, por exemplo, muitas Ordens religiosas, sobretudo as masculinas, tiveram seus superiores trocados por religiosos alemães, para reinstalar a ordem e a moral dentro dos conventos.

florestas, também inglesas, fizeram surgir as cidades jardins, ainda no século XIX.

O plano geral da Vila Operária seguia, por isso mesmo, a disposição das *tenement-houses*,³⁰ conjunto de casas britânicas, quanto ao aspecto físico dos edifícios, ou, provavelmente, o modelo do francês Émile Cacheux (1882), fazendo divergir, ou se diferenciar, a presença de grandes jardineiras na parte fronteira de cada residência, e adaptando-as ao ambiente baiano (PINHO, 1944, p. 82).³¹

Até 1896, a Vila já possuía 162 casas prontas e habitadas. A vila completa teria 258 residências, ocupando 21.476m². Originalmente, tinham sido projetadas 600 casas a serem construídas por etapas. Na primeira etapa, foram construídas essas 258 residências, geminadas e alinhadas em oito blocos paralelos.³² Cada bloco era guarnecido de portão de entrada, gradeado para proteção.³³ dando para a avenida principal da Boa Viagem, hoje Avenida Luiz Tarquínio. Cada um deles tinha um número e correspondia a um bloco. Assim, o portão 89 equivalia ao bloco A e o último, de número 74, correspondia ao bloco H.³⁴

Em 1896, a Vila contava com 800 moradores. Três anos mais tarde, já abrigava 1.500, ocasião em que Luiz Tarquínio se predispôs a receber os retirantes da seca, como mão de obra nacional.

Todas as ruas, entre os blocos da vila, de 7,5m de largura por 84m de comprimento, eram pavimentadas, com pequena inclinação para drenar as águas da chuva e mesmo das lavagens realizadas diariamente (SANTOS, 2000, p. 119). Todas as ruas eram vigiadas por guardas-noturnos, prática que se espalhou pela Cidade e foi levada para dentro da

30 Compunham o modelo de casas que foi criado na Grã-Bretanha, estabelecidas por Lei, como casas padrão, pelo Parlamento inglês, em função das descrições, feitas pela imprensa, das péssimas condições sanitárias “dos antros esqueléticos e insalubres habitados pelas classes proletárias”. Mas a semelhança era apenas no aspecto externo, pois a organização social era, segundo Simão da Costa, completamente original (COSTA, 1898). Em função das péssimas condições em que vivia o operariado europeu, além da obra de Marx, resultaram os planos das vilas operárias e cidades jardins, estas sob a égide das leis do higienismo, que causaram enormes mudanças urbanas na Europa e fora dela.

31 Segundo Pinho (1944, p. 82-83), Tarquínio conhecia as obras dos americanos – James Lowel, Henry George, Uphan Adams, Walter Breen, Annie Bellengstey e B. Flower –, voltadas para o trabalhador; o inglês John Burns, Paul Lafargue, da França, o partido operário belga e a organização social da fábrica e da cidade de Essen, na Alemanha.

32 Os blocos começaram a ser identificados por letras, depois por números e ambos por secções.

33 Esse portão era fechado às 21 horas.

34 A numeração dos portões ia no sentido Centro-Bonfim, enquanto a dos blocos ia em sentido inverso.

Vila, para maior segurança de seus moradores. Tinham o mesmo sistema de usar apitos, para alertar as pessoas de sua presença, cujo uso se estendeu, em muitos lugares, até os anos de 1950.

As casas tinham dois pavimentos, mas não seguiam um padrão único de construção. Foram projetados três tipos de casas, com modelos, tamanhos e acomodações diferentes. Foram construídas, inicialmente, 13 unidades das casas padrão A. Estas tinham sala de entrada, sala de visitas, sala de jantar, cozinha e sanitário, no andar térreo, com área construída de 86,94m². Na parte superior, com o total de 78,32m², área ocupada por cinco dormitórios. Quatro dessas casas foram reformadas para compor as casas do padrão C, aumentando o número de residências. A maioria das casas era do padrão B, num total de 243. O andar térreo era composto por sala de estar, de jantar, copa, cozinha e banheiro, com 41,53m². No andar superior estavam os dormitórios, ocupando 30,42m², num total de 71,95m² (SAMPAIO, 1975, p. 87). Tinham um pequeno quintal e jardim fronteiro, como se disse.

Há quem veja a presença desse jardim como “uma tentativa de incorporação dos valores burgueses ao operariado” (PETRATTI *apud* SANTOS, 2000, p. 138) ou como elemento de grande “importância na domesticidade dos trabalhadores ou, ainda, dizem que se buscava dessa forma restringir o contato com pessoas que não eram do próprio ambiente de trabalho” (SANTOS, 2000, p. 138). A análise de tempo e espaços distantes, com os olhares contemporâneos, pode distorcer a realidade. Não se pode esquecer que a indústria, especialmente na Grã-Bretanha, tinha devastado as florestas antes de achar o carvão mineral como combustível. Isso fez surgir um movimento, comparável ao atual, em favor do meio ambiente, que justifica a presença do jardim nas casas dos operários, incluído prêmios para os melhor cuidados.³⁵

A Vila tinha água encanada. O engenheiro, João Simão da Costa (PINHO, 1944, p. 77-78), em suas memórias sobre a construção da fábrica, dizia que as muitas nascentes, que faziam do local um pântano, foram canalizadas e levadas para um reservatório, de 40,30m x 22,02m x 3,00m de profundidade, que “ao par do utilíssimo serviço que presta

35 Basta ver as causas que levaram a movimentos ecológicos na Europa, nas áreas da arte, *design* e mesmo religião, na segunda metade do século XIX, como a Arts and Crafts, os Pré-rafaelistas, a Art Nouveau, a Teosofia.

sob o ponto de vista higiênico”, servia como receptáculo das infiltrações perenes da montanha e recebia as águas da fábrica e da vila. Essa água servia para os serviços da Vila, depois de filtrada e levada para reservatórios em cima das casas, por motor. Servia, também, para alimentar as caldeiras da fábrica. O conjunto foi equipado por mais outro reservatório de tratamento de água, para esse uso, em 1899. A distribuição era feita por meio de pilastras fontes e a água para uso doméstico por dezesseis colunas colocadas, duas a duas, em cada rua. Também recebia água potável da Companhia do Queimado. Para evitar umidade, foi construído um paredão, que se prolongava dois metros abaixo do solo, servindo como vala de drenagem.

A fábrica e a Vila eram munidas, ainda, de esgoto, cujos componentes do sistema foram adquiridos dos engenheiros ingleses, representantes da empresa de Manchester Doulton & Adams and Co.³⁶ A luz elétrica foi instalada pela empresa Alberto Freud & Co. Existiam, também, instalações de gás, como em grande parte da cidade.

O operário pagava um pequeno aluguel pela casa, mais ou menos um quarto de seu salário. “Após cinco anos de dedicação à empresa, ele passava a usufruir gratuitamente da moradia” (CELESTINO, 2004, p. 18).³⁷

Todo o conjunto de casas era supervisionado por um administrador, que cobrava higiene e manutenção do conjunto. Os próprios trabalhadores organizaram um concurso anual que premiava quem se destacasse na ornamentação da casa. O prêmio era um utensílio doméstico (CELESTINO, 2004, p. 18). Tinha jardins comunitários, diversões, escola, ambulatório, serviço de proteção a incêndio. O açougue, a farmácia, a loja de fazendas, o lugar para a prática de esportes e o armazém de víveres eram modelos de organização, armazém este que funcionava como uma espécie de cooperativa. Oferecia-se entretenimento aos operários nos fins de semana e feriados. Além de casas, a Vila possuía escola,³⁸ biblioteca, creche, posto de atendimento médico³⁹ e banda de música formada pelos operários.

36 O esgoto era lavado através de 52 tanques, que jogavam ao mar 27.000 litros de água a cada duas horas.

37 Ver nota 40.

38 As escolas e o serviço sanitário eram pagos com os lucros dos armazéns.

39 Criado em 1903.

A creche se devia ao número elevado de operárias mulheres, por isso mesmo, ela estava localizada próxima à fábrica. Antes mesmo de haver leis trabalhistas, se concedia licença de duas semanas à futura mãe e um mês após o nascimento da criança, prática já comum entre os médicos no período. No caso da fábrica da Boa Viagem, as mães podiam sair para amamentar seus bebês. É interessante saber que, apesar desse benefício, em 1899, a creche não foi usada, pois as mulheres preferiam deixar seus filhos aos cuidados de parentes.

Os operários tinham participação nos lucros do armazém, no fim do ano. Alimentos, especialmente leite e ovos, eram doados aos desnutridos; forneciam remédios aos doentes. Aos socorros, auxílios, somavam-se os prêmios aos melhores operários.⁴⁰ O armazém tinha os gêneros de primeira necessidade e mesmo produtos de luxo, com preços de 15 a 20% mais baratos que em outro estabelecimento.

A escola, além de “civilizar” os meninos, preparava os futuros aprendizes e operários, no ritmo da modernidade e, em especial, depois de longos anos de escravidão, na valorização do trabalho.

A Escola Ruy Barbosa, com dois pavimentos, era o maior edifício do conjunto construído, destinado aos filhos dos operários, com instrução elementar, línguas estrangeiras e ensino artístico. Com aulas de pintura, desenho, tecelagem e música, seguia os modelos que preparavam os destinos da *Deutscher Werkbund* e da consequente reforma de ensino de Georg Kerchensteiner, na Alemanha, e John Dewey, nos Estados Unidos, que alimentavam a ideia de unir a arte à indústria e de criar competências, especialmente para as fábricas, através da educação. Para isso, foram professores, os baianos Sócrates Lopes Rodrigues (desenho linear), Manoel Lopes Rodrigues (desenho de figura e pintura), em instalações bastante apropriadas (CELESTINO, 2004, p. 18).

Esta influência foi confirmada pelo discurso de Frederico Lisboa, que deveria ser proferido por ocasião da inauguração, no pátio da Vila, da estátua do patrono, em 1899, oferecida pelos operários. No entan-

40 O bom operário que fosse premiado por cinco anos seguidos, deixava de pagar o aluguel e, se continuasse nessa avaliação, por dez anos, ganhava uma casa fora da vila. Luiz Tarquínio doou cinco casas a Francisco de Assis Pereira, Salomão Vicente Lopes, Maria Magdalena Lima, Maria de Souza Oliveira e Tarsilla Meireles. A premiação tinha se iniciado em 1901, quando começou a se dar, também, como recompensa aos operários “assíduos e dedicados ao trabalho”, medicamentos gratuitos em caso de doença.

to, só foi publicado no *Jornal de Notícias*, em 8 de outubro de 1903 (DUMÊT, 1998, p. 76):

Ali encontra-se o trabalho e a instrução. Trabalho e instrução, que lema sublime. Estas duas grandezas formam uma espécie de arcada triunfal, por onde passam alegres e felizes, homens, mulheres e crianças.

Os espectros da miséria e da desonra fogem diante das bagas de suor, que são os diamantes do trabalho, e diante das luzes do saber, que são os diamantes da instrução.

A direção geral dessa escola ficou, nos primeiros anos, a cargo da professora americana Ana Cheney, antiga diretora do Hamptom Institut, nos Estados Unidos. Ela também era responsável pelas aulas de educação física, marcando uma diferença das escolas comuns da Bahia, e se aproximando das teses da Faculdade de Medicina, que recomendavam a prática de exercícios físicos para aprimorar o corpo e o caráter do homem. Alimentavam-se ainda ideias de eugenia. Tarquínio também trouxe a professora de matemática Jessie Justice (CORREIO da Bahia, 2006), o que justifica a presença do Reverendo G. W. Chamberlain no encerramento do ano escolar de 1898. Possuía biblioteca, sala de leitura e museu de história natural (CELESTINO, 2004, p. 18), seguindo o modelo da Reforma Benjamin Constant, de influência inglesa e alemã.

A Escola possuía uma seção, conhecida como Kindergarten, ou Jardim da Infância, depois chamada Manoel Vitorino, sob a responsabilidade de Luisa Steinneg, discípula da viúva⁴¹ do músico Friedrich Froebel, que dirigia escolas americanas similares.

Em 1896, a escola possuía 43 alunos, no Kindergarten, e 104 alunos distribuídos nas diversas séries de primeiras letras. As professoras auxiliares eram Maria Amélia Moreira, Amélia Guedes e Elisa Vieira, formadas pela Escola Normal. Eram professoras de primeiras letras Edith Vergne de Abreu e Isabel Monteiro. A professora Maria da Gloria Moreira era responsável pelas aulas de história natural e pelo museu. O curso noturno ficava, em 1899, sob a responsabilidade

41 A senhora Froebel tinha desenvolvido o método educacional “da evolução orgânica”, para crianças em idade pré-escolar, que tomou, entre nós, o nome de Jardim da Infância, correspondendo ao título alemão Kindergarten, isto é, Jardim da Criança.

da professora Lydia Burgos e contava com 45 alunos (PINHO, 1944, p. 85).⁴²

A praça central (Foto 2), com 1.530m², era ajardinada, com dois coretos, construídos em 1898, para bandas de música. No coreto tocava a banda de trabalhadores e, pelo que os jornais noticiavam, havia festa todo domingo na Vila. Admitiam-se pessoas estranhas, sob convite e com autorização dos patrões.



FOTO 2 – Praça Luiz Tarquínio

Foto: Marcos Vicente Ribeiro Soares, 2007.

As festas de fim de ano eram solenes, contando, em 1898, inclusive, com a presença do Governador do Estado, Luiz Vianna. Falava o orador oficial, compareciam os poetas da Cidade e, nesse mesmo ano, o engenheiro José Simão falou sobre “socialismo científico”, aproximando deste a prática de Luiz Tarquínio. Seguiam-se atividades das crianças, inclusive em português e inglês, além de cânticos e da apresentação de exercícios de ginástica. Sempre se apresentavam bandas de música dos operários,⁴³ do corpo de polícia, dos meninos do Colégio dos Órfãos de São Joaquim (SANTOS, 2000, p. 146).

A Vila Operária e toda essa infraestrutura, segundo Luiz Viana Filho (1940, p. 5-6), diminuiu, a uma ínfima percentagem, o número de faltas dos operários ao trabalho, o que não tinha modo de compa-

42 Uma das filhas de Tarquínio estudava nessa escola e o filho mais velho, depois de estudar na Europa, estagiava entre os operários da fábrica (PINHO, 1944, p. 85).

43 A banda dos operários, formada por 60 indivíduos, ensaiava num salão junto à creche, onde se faziam festas aos domingos, quando chovia.

ração com outros empreendimentos do mesmo tipo, em que as faltas chegavam a 15%. Mais do que pioneirismo, paternalismo ou espírito socialista, Luiz Tarquínio montou uma estrutura racional de trabalho.

O exemplo da Vila Operária foi seguido, tanto pelo poder público, quanto pela iniciativa particular. Já em 1894, o Governo Municipal isentava do pagamento das décimas, incentivando particulares a construir casas de aluguel para os proletários. Da iniciativa privada, tanto das tecelagens, mas especialmente como empreendimento próprio, surgiram as “avenidas” de casas proletárias que eram chamadas becos ou abecedários, aparecendo, inclusive, modelos de casas com Projeto Tipo A ou B etc. ou tipos Proletário I, II ... XV, na própria Península de Itapagipe (CARDOSO, 2004, p. 110, 113). Duas vilas operárias estavam localizadas na Península, a primeira, a do Empório Industrial e, a segunda, a Vila Progresso,⁴⁴ que projetara construir 200 casas, em 1926, mas as restringiu a dois blocos de 24 unidades, distante um quilômetro da Fábrica Bonfim e São João, ambas pertencentes à Companhia Progresso.⁴⁵ Não possuíam, no entanto, a mesma infraestrutura e assistência da Vila Operária de Tarquínio.

Além disso, dominava Luiz Tarquínio o espírito positivista, com o lema “liberdade, disciplina, ordem e progresso”, fundamental, tanto para a produção, quanto para a harmonização da sociedade. Isso se fez presente no Regulamento da Vila, no qual se mostrava a necessidade de observar o comportamento moral, o estético, o social e o material, estabelecendo clima de cordialidade, urbanidade e respeito mútuo, entre moradores e trabalhadores. Como dizia Costa (nov. 1898), “ensinar todos a serem fanáticos pelo asseio, pela estética, pela higiene, pela ordem, pela moralidade e pela camaradagem”.⁴⁶

Já no planejamento da Companhia, dizia-se que “atendendo-se a facilidade e a inteligência [...] os nacionais bem dirigidos se adaptam em qualquer trabalho” (SAMPAIO, 1975, p. 77). No fundo, tinha absorvido todos os movimentos e teorias europeus e tentava fazer, pelo menos a parcela sob suas ordens, mudar de mentalidade.

44 Existiram duas outras vilas: a Vila São Salvador, da Companhia União Fabril, de 1893, com 88 unidades, na Fonte Nova, e a Vila do Queimado, com projeto de Teodoro Sampaio, com 75 casas, no Largo do Queimado, perto da Fábrica de mesmo nome (CARDOSO, 2004, p. 112).

45 Que possuía mais duas, fora da Península, as fábricas Paraguaçu e São Brás.

46 Em 1909, por exemplo, de acordo com o Relatório, a Companhia passou livre de uma epidemia de peste bubônica (SAMPAIO, 1975, p. 148).

Segundo Luiz Tarquínio:

[...] para que o trabalho seja produtivo, é preciso que o operário tenha tranquilidade de espírito e vigor físico, e não se pode contar com estes dois poderosos elementos se ele for escravo da necessidade e se não encontrar um ambiente são e puro nos momentos de lazer, quando o organismo refaz-se das forças perdidas no labor diurno. A vila operária, oferecendo este conforto, esse bem estar, que por muitos é considerado um luxo, habilita o operário a produzir mais, a produzir melhor (VIANNA FILHO, 1940, p. 5).

Tarquínio criou um jornal hebdomadário, de circulação interna e vizinhanças à Vila Operária, aos domingos, chamado O Operário, redigindo os editoriais, instruções e conselhos aos operários.⁴⁷ Esse jornal se transformou, em 1899, na revista Cidade do Bem.

Por sua vez, a Vila Operária fora descrita pelo engenheiro José Simão da Costa, no Jornal de Notícias, em onze artigos, no mês de novembro de 1898, estendendo suas notas aos aspectos técnicos e passagens do cotidiano da fábrica.

Num desses editoriais, Luiz Tarquínio revitalizava o discurso, valorizando o trabalho desprestigiado pela escravidão.⁴⁸ Em 1898 escreveu:

A felicidade real consiste principalmente no pleno gozo da liberdade. Para ser livre convém ser independente. Para ser independente é preciso não receber favores. Para dispensar favores é preciso trabalhar. O trabalho é pois a origem, a chave da verdadeira felicidade (TARQUÍNIO, 1901, p. 27).

E, com uma visão moderna, via na educação do povo o caminho para que este pudesse sentir “o desejo de engrandecer-se material e moralmente” (TARQUÍNIO, 1901, p. 5).

47 Foi a coleção desses jornais que publicou com o título de Preceitos morais e cívicos, em 1901, já referido anteriormente.

48 Desde os meados do século XVIII que, a partir do Marquês de Pombal, o discurso oficial foi no sentido de se buscar que os homens vissem no trabalho uma virtude. Luiz Tarquínio retomou o discurso na Bahia, atacando, sobretudo, a vadiagem (FLEXOR, 2005).

Início da decadência da fábrica

Dois dos diretores-fundadores, Luiz Tarquínio⁴⁹ e Leopoldo José da Silva, faleceram em 1903. No ano seguinte, foi acusada uma nova crise nacional, bem como uma alta do algodão. Isso acabou por refletir-se na Companhia, de maneira negativa, fazendo baixar os lucros. Apesar disso, a empresa não deixou de adquirir novas máquinas e aumentar o número de fusos. Em 1907, houve a alta nos preços do algodão, greve operária, queda de preços, devido à concorrência e taxas de exportação, mas, mais uma vez, só os lucros foram afetados. Apesar de tudo, a Companhia só se ressentiu realmente da crise em 1909, quando não pôde distribuir dividendos (SAMPAIO, 1975, p. 141-142-144).

Em 1910, o Empório contava com 1.600 operários e 1.288 teares com 31.000 fusos, produzindo 11 milhões de metros de tecidos. Figurara entre as três maiores fábricas de tecidos do Nordeste e entre as sete maiores do Brasil. Três anos depois, no entanto, a recessão dos negócios em escala mundial levaria à Primeira Grande Guerra. Quanto a nível nacional, houve a baixa dos preços dos principais produtos de exportação que atingiu também os produtos têxteis. Por outro lado, com a parada dos navios, as importações de matéria-prima ou maquinaria sofreram forte crise.

Em todo esse período houve apenas dois incidentes mais graves. Em 22 de junho de 1907, os soldados do posto policial do 2º Distrito dos Mares atiraram, sem motivos, nos trabalhadores que entravam para o trabalho no período da tarde. O segundo, no mês de setembro, mostrava, pela primeira vez, alguns operários entrando em greve (SAMPAIO, 1975, p. 147), o que não acontecera antes, enquanto os sócios fundadores ainda estavam vivos.

As imagens que restaram desses empreendimentos são registros em cartões-postais, que Luiz Tarquínio mandou confeccionar, na Inglaterra e na França, criados e divulgados, como a fotografia, no período, e foram o meio bastante adequado para dar publicidade à Companhia Empório Industrial do Norte, Vila Operária e várias partes de suas dependências.

Os descendentes continuaram a administrar o complexo, durante a vida ou depois da morte dos fundadores. Em 1918, Lino Meireles da Silva, sucessor de seu pai, Leopoldo José da Silva, era superintendente

49 Faleceu, de tuberculose, aos 59 anos.

da Companhia Empório Industrial do Norte, junto com o Coronel Otto Bittencourt (REVISTA ILUSTRADA, 1918), genro de Tarquínio.

Os operários, nesse período, além de alcançarem a redução da jornada de trabalho, de 10 para 8 horas diárias, também tiveram aumento de salário. Em 1931, passam a ter direito a férias.

Em 1927, a produção diminuía por falta de operários. As escolas, no ano anterior, contavam com 300 alunos e 10 professores e se continuava a distribuir remédios gratuitamente. Mantinham, e aumentaram, alguns dos benefícios dos anos da sua criação, como aluguéis mais baratos, médico, caixa de pensão e aposentadoria, instrução dos filhos e gratificação anual (SAMPAIO, 1975, p. 181).

A Vila Operária dava prejuízos nos anos de 1930. O Instituto de Aposentadorias e Pensões foi criado em 1942, pelo Decreto-Lei nº 4.048, de 22 de janeiro. Nesse mesmo ano, foi assinada uma Convenção de trabalho entre o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem, da Cidade do Salvador, e a Companhia Progresso e União do Brasil, da Bahia, também assinada pela Companhia Empório Industrial do Norte.

Na década de 1940, a fábrica da Boa Viagem ressentia-se da falta de possibilidade de reposição de peças das máquinas, especialmente as de origem alemã, por causa da Segunda Guerra. Imposto o *black-out*, a fábrica ficou paralisada por 47 dias, nesse mesmo ano, sendo precariamente atendida pela Companhia de Energia Elétrica da Bahia. Ainda nessa data, a entrada em vigor da Lei do Salário Mínimo, embora se reconhecesse na Companhia a sua justiça, acabou por prejudicá-la, pois passava por uma grave crise.

Terminada a Guerra, a indústria têxtil retomou seu crescimento, tendo maior êxito a partir de 1922-1923. A Primeira Guerra, pelo que consta, não afetou a indústria têxtil, devido ao crescimento da demanda e pela recuperação rápida da economia brasileira, como efeito da depressão dos anos 1929-1930 e o conseqüente incentivo ao consumo patrocinado pelos americanos. Por contradição, a Segunda Guerra teve efeitos positivos em alguns campos e, um deles, foi a tecelagem, não só exigindo mais produção, como criando novos tecidos, como foi o caso do *nylon*.⁵⁰

50 Uma das lições tiradas da Primeira Guerra dizia respeito aos uniformes de lã e apetrechos dos soldados que, se molhados, tornavam-se um fardo pesadíssimo a se transportar e podia fazer a tropa retardar. Nova York e Londres acabam lançando o *nylon* (ny = New York, lon = London), para facilitar o movimento das tropas, e que acabou sendo utilizado em múltiplos produtos.

A Companhia Empório Industrial do Norte seguiu o mesmo caminho, tendo sofrido forte embate com o fim da Primeira Guerra, mas começou a se recuperar a partir de 1925. Não só a crise de 1919 afetou a Companhia, mas também a nova direção, que terminou por reduzir os dias de trabalho, ocasionando movimento grevista, para a diminuição da jornada de trabalho, de 10 para 8 horas diárias.

Além disso, desta vez, a epidemia de varíola atingiu os operários de várias seções da fábrica. Mesmo assim, a fábrica ainda registrava lucros. Apesar da crise comercial, de 1926, os lucros da fábrica não foram afetados. Estes começaram a decair a partir de 1928. No ano seguinte, pensou-se em paralisar os trabalhos da fábrica, pois, pela primeira vez, em sua história, ela acusava prejuízos. Nesse período, aumentou a importação de tecidos europeus.

A fábrica do Empório acabou diminuindo sua produção, mas os lucros foram logo recuperados, superando a crise de 1929-1930. A partir deste último ano, a Fábrica Boa Viagem começou a sentir os efeitos da concorrência nacional e local. Apesar disso, sua produção ainda a colocava como uma grande empresa. Em 1931, o Governo Federal promulgou o Decreto nº 19.739, de 7 de março, restringindo as importações de máquinas, cujos efeitos se prolongaram até 1937 (SAMPAIO, 1975, p. 168-169). Este problema foi superado, segundo alguns, pelo aumento da jornada de trabalho. Aos poucos, porém, o antigo grande empreendimento, foi perdendo força em produção e em tamanho.

Todo o quarteirão foi vendido à empresa Coca Cola para instalar um depósito. A fábrica de cigarros Souza Cruz também comprou dois quarteirões da Vila, em 1935, e promoveu a reforma das casas, adequando-as aos novos usos (SANTOS, 2007).

Segundo esse mesmo autor (SAMPAIO, 1975, p. 169), “a gradual perda de posição da Companhia na produção nacional de tecidos se fez sem que ocorressem desequilíbrios em suas finanças internas, uma vez que era compensada por lucros crescentes”.

A Escola funcionou, sob o patrocínio do Empório, até 1930, passando para a administração do Estado, de acordo com o Art. 17, da Lei nº 2.232, de 20 de setembro de 1929. Chegou a ter cerca de 400 alunos (SANTOS, 2000). Em 1931, passou a receber alunos de fora da Vila, por ser uma instituição, agora, ligada ao Governo do Estado. Foi demolida em 1970, cedendo lugar ao Centro Integrado

de Educação Luiz Tarquínio, para os cursos fundamental, médio e profissionalizante.⁵¹

O prédio da Companhia Empório Industrial do Norte ainda está em pé na Boa Viagem.⁵² Da Escola, da creche e dos coretos não há vestígios. A lagoa que rodeava a Escola foi aterrada. Uma boa parte do terreno foi ocupada pela Escola Augusto Lopes Pontes, em 1990, por iniciativa do Estado.

Os armazéns de secos e molhados foram divididos para abrigar o comércio de tecidos e aviamentos. Apenas o monumento, oferecido pelos operários, em 24 de julho de 1899, ao benfeitor (Foto 3), mal-conservado ainda está no mesmo cenário (CELESTINO, 2004, p. 14).



FOTO 3 – Monumento a Luiz Tarquínio
Foto: Marcos Vicente Ribeiro Soares, 2007.

- 51 Em 1990, o estabelecimento foi dividido em duas unidades escolares, Colégio e Escola Estadual Luiz Tarquínio (CELESTINO, 2004, p. 18).
- 52 Nos anos 2000, o prédio do Empório formava um conjunto de armazéns para estocagem de contêineres e arquivado morto. Hoje está vazio e foi arrendado ao Grupo Catussaba.

A Companhia Empório Industrial do Norte, mantenedora da Fábrica da Boa Viagem e da Vila Operária, funcionou até 1973 (STELLING, 2003, p. 74),⁵³ vendida, na fase pré-falimentar, ao grupo Atlântico Sul-Comércio Exportação e Importação S/A. Estava obsoleta. O grupo Atlântico deveria sanear a empresa em dez anos, mas, nos princípios dos anos de 1980, teve início o processo de falência e leilão dos bens.

Restam, apenas, da Vila Operária, a praça Luiz Tarquínio e poucas casas, com a estrutura original, aberta a partir do projeto do próprio empresário. Ainda estão no local, mas passaram por várias mudanças, especialmente a anexação de varandas, além de reformas internas. As salas grandes foram divididas ou parte delas transformada em quartos. Faltam pedaços, faltam elementos estruturais, foram acrescentados outros sem nenhum sentido, formaram-se buracos entre as construções. Enfim, a Vila não está longe de um cortiço (Fotos 4 a 7).



FOTO 4 – Detalhes atuais das casas da Vila Operária
Foto: Marcos Vicente Ribeiro Soares, 2007.



FOTO 5 – Detalhes atuais das casas da Vila Operária
Foto: Marcos Vicente Ribeiro Soares, 2007.

53 Fechada, em 1973, devido às constantes crises, que se desencadearam a partir da década de 1950. Ver STELLING (2003, p. 74) ou <www.unifacs.br/CEDRE/>...,2006.



FOTO 6 – Detalhes atuais das casas da Vila Operária
Foto: Marcos Vicente Ribeiro Soares, 2007.



FOTO 7 – Detalhes atuais das casas da Vila Operária
Foto: Marcos Vicente Ribeiro Soares, 2007.

Na década de 1980, foi determinado, com a falência do Empório, que as casas servissem para pagamento de suas dívidas. Em 1982, o então Governador, Antônio Carlos Magalhães, adquiriu a massa falida da fábrica e repassou a escritura das casas para os antigos operários ou seus descendentes (CORREIO DA BAHIA, 2006).

Para revitalização restam a fábrica e os armazéns, que vêm sendo utilizados para diversos fins, mas poderão sofrer, para o futuro, novas ocupações. Está arrendado ao grupo Catussaba e vem servindo de depósito de diversa natureza. Tem espaço para aproveitamento com finalidade cultural, de natureza diversa, devido a sua extensão e estado externo de conservação. Apenas é preciso criar a consciência de que a antiga sede da Companhia Empório Industrial do Norte, que abrigou a Fábrica da Boa Viagem, constitui um dos edifícios mais valiosos do patrimônio industrial de Itapagipe. As casas da antiga Vila Operária, depois de 1982, já têm o uso apropriado, embora estejam desfiguradas e degradadas.

Fratelli Vita: sabor e brilho na Península de Itapagipe

Maria Vidal de Negreiros Camargo¹

Desde os seus primórdios em Salvador, pelo menos até onde se tem a confirmação pelos documentos, a Fratelli Vita está presente na Península de Itapagipe. A primeira informação que temos da firma data de 1904: o registro na Junta Comercial de Salvador, lavrado a uma hora do dia 6 de julho, de um aparelho de gás acetileno projetado pelos industriais Fratelli Vita, com oficina na Calçada do Bonfim, nº 72. No requerimento, datado de 4 de julho de 1904, os criadores apresentam um desenho do aparelho, cuja numeração, 121, indicava que havia 121 deles (BAHIA. APEB, 1904).

O jornal quinzenal *A Lanterna*, na edição de 8 de dezembro de 1904, noticiava os casamentos de Julieta Soares Bahia com o Dr. Alfredo Dinis Borges, e de Clara Soares Bahia, com o negociante Alfredo de Queirós Monteiro, filhas de Amado Bahia, que acabava de inaugurar o seu solar em Itapagipe. O jornal enaltecia o brilhantismo da festa, a beleza da casa e a maravilhosa iluminação. A referida iluminação era a gás acetileno, instalada no solar pela firma Fratelli Vita (SANTANA, 1990).

Daquela que seria sua mais importante atividade, o fabrico de águas gasosas, – mais tarde de refrigerantes –, a primeira referência é de 1909, feita pelo Almanak do Estado da Bahia (ALBUQUERQUE, 1909, p. 187) que, entre outras firmas produtoras de bebidas, mencionava a Fábrica de Gazozas e Licores Fratelli Vita, localizada na Calçada do Bonfim, nº 94.

O prédio em que funcionava a fábrica foi arrendado pelos irmãos (os Fratelli) José e Francisco Vita, conforme escritura, lavrada em 25 de novembro de 1907, pelo preço de 2 contos e quatrocentos mil réis anuais, pagos em prestações mensais de duzentos mil réis. Aos arren-

¹ Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Professora da Escola de Belas Artes da mesma Universidade.

datários, era permitido desmanchar e reduzir a um só salão o andar térreo, conservando os pilares; construir alpendres ou telheiros no quintal, mas sem direito a indenização no fim do contrato; abrir portas, sem comprometer a estrutura, e o direito de sublocar o imóvel.²

Como informa o Almanaque Administrativo do Estado da Bahia, de 1898, havia naquele ano, em Salvador, três fábricas de gasosas: a de Gustavo Müllen & Son, na Preguiça, a de João Baptista Dias de Andrade, na rua dos Marchantes, e a de Antônio Castro Valente, na Estrada da Vitória (REIS, 1898. p. 413). A situação é a mesma em 1899, 1900 e 1902, como se pode ver nos números do mesmo Almanaque dos referidos anos. No de 1903, não há menção a Gustavo Müllen, nem a João Baptista de Andrade, e aparecem duas outras firmas: a de Hilário Américo de Souza, na praça da Lapinha, e a de Edgar Ribeiro Tagnes. O número de 1909 fazia referência à Fábrica de Gazona de Arthemiro de Castro Valente, à rua da Graça, à de Américo Coelho de Mesquita, na Calçada, e à Fratelli Vita, na Calçada, nº 94 (REIS, 1898). A publicação dos anos 1915-1916 faz referência apenas à Fratelli Vita, localizada na Calçada, nº 120 (REIS, 1915-1916, p. 120).

É possível que a produção de bebidas pela Fratelli Vita tenha sido bem-sucedida desde o princípio, e os fabricantes tenham se deparado com a escassez de vasilhame, pois o Jornal de Notícias, de 4 de fevereiro de 1911, publicou o anúncio: Fratelli Vita compra garrafas vazias de Ginger-Ale. Calçada, 120.

Como se verá adiante, essa necessidade levou um dos proprietários, José Vita, a iniciar o fabrico de suas próprias garrafas que, antes disso, já tinham merecido o cuidado de uma padronização: em 6 de fevereiro de 1912, a Fratelli Vita, “fabricante de licores, aguas gasosas e outras bebidas” requereu, à Junta Comercial de Salvador, o registro de um sistema especial de garrafa. O documento apresenta fotografia e descrição da garrafa, criada pelos requerentes “para distinguir os licores de seu fabrico [e] a fim de evitar imitações e acarretar prejuízos aos suplicantes [Fratelli Vita] que adoptaram este modelo para suas garrafas as quaes são fabricadas exclusivamente para os mesmos” (BAHIA. Arquivo Público do Estado da Bahia, 1912).

Em 31 de julho de 1912, foi registrada uma nova garrafa, a pedido da empresa. O requerimento apresenta a descrição e a fotografia da

2 BAHIA. APEB, Livro de Notas n. 1157-151, APEB, f. 5-6v, ms.

garrafa: “de vidro branco medindo 230 millímetros de altura por 200 de circunferência [...], seu fechamento é feito por meio de uma bola de vidro que serve de rolha, ficando presa dentro do gargalo. Esta garrafa é fabricada especialmente para os supplicantes [Fratelli Vita], e torna-se sua especialidade” (BAHIA. APEB, 1912).

As marcas e os produtos também se diversificaram, conforme se pode observar a partir de seus registros oficiais, em 8 de abril de 1915

Fratelli Vita negociantes estabelecidos com fabrica de aguas gazozas e licores a rua da Calçada n.120 desta cidade do Salvador, capital do Estado da Bahia, e com filial no Recife, capital do Estado de Pernambuco, á rua da Imperatriz, n. 53, tem resolvido para distinção de seus fabricos, adoptarem a marca denominada ALPINA, conforme chromo que vai descripto nos exemplares juntos e requerem a v.v.s.s. que se dignem mandar registrar nesta Meritíssima Junta a referida marca, para os efeitos da lei (BAHIA. Arquivo Público do Estado da Bahia, 1915).³

Era a primeira vez que se mencionava a filial de Recife, gerenciada por Francisco Vita, enquanto o irmão, José Vita, permanecia no comando da fábrica de Salvador.

Em 1917, foram registrados a marca SUCCUVA, – suco de uva Fratelli Vita –, e o rótulo do produto (Foto 1) (BAHIA. APEB, 1917).



FOTO 1 – Rótulo do suco de uva SUCCUVA
Fonte: APEB. Livro de Marcas de Fábrica e de Comércio. Cx. 10, Lº 1912

Em 1923, a publicação d’O Estado da Bahia apresentou um resumo das atividades até então desempenhadas pela empresa, em Salvador:

3 O registro foi feito pela Junta Comercial, em sessão de 14 de abril de 1915.

[...] difficilmente se encontraria na capital bahiana quem desconhecesse os afamados productos da importante e conceituada firma Fratelli Vita. Fundada em 1900, é composta dos sócios Francisco Vita e José Vita, que sendo irmãos como indica a denominação da firma, resolveram empregar uma fraternal solidariedade no constante progresso que, durante 23 anos tem favorecido o grande estabelecimento da rua da Calçada 118 e 120. Dispõe a firma da Fabrica Fratelli Vita, cujos productos principaes são: bebidas e crystalleria. [Fotos 2 e 3]

Surte-se nas praças européas e brasileira, e vende em todo o estado da Bahia e em os principiães Estados do norte do Brasil. A Fabrica 'Fratelli Vita' goza, desde a sua fundação, do mais alto conceito público pela superior qualidade de todos os seos productos, por cuja razão está em invejável situação. Com um capital de 200:000\$000, dispõe a firma da Fabrica Fratelli Vita instalada num espaçoso prédio adrede preparado para a natureza do ramo industrial que tão inteligentemente exploram seus proprietários (O ESTADO DA BAHIA, 1923, p. 159).



FOTO 2 – Propaganda de Água Tônica
Fonte: Rotary Bahiano, nº 7, 1940. p. 33

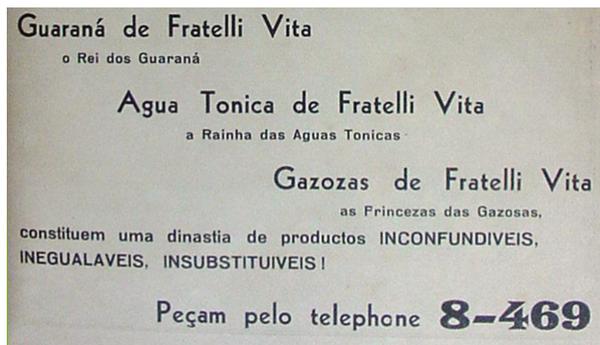


FOTO 3 – Propaganda de bebidas Fratelli Vita

Fonte: Rotary Bahiano, nº 7, 1940. p. 51

A publicação, tratando apenas dos aspectos produtivos da empresa, não mencionava uma outra atividade, desenvolvida pela Fratelli Vita em Itapagipe, atividade esta ligada à cultura e ao lazer:

O Jornal de Notícias, de 11 de fevereiro de 1911, página 2, publicou, em grande anúncio:

Recreio Fratelli Vita – A HIGIENE NO CINEMATOGRAFO – Amanhã – 12 de fevereiro ESTRÉA do confortável cinema ao ar livre. DESLUMBRANTE FUNCÇÃO.

!!! 2 BANDAS DE MUSICA!!! Feerica iluminação – TODOS AO CINEMA

Em 18 de fevereiro de 1911, página 3:

Hoje, – Sabbado – Recreio Fratelli Vita – Pomposo espetáculo – 4 bellissimas fitas. Este cinematographo, montado de accordo com os modernos preceitos de hygiene, ao ar livre, está nas melhores condições de offercer inteiro conforto e commodidade às Exmas. Famílias. Luz, musica, bebidas e refrescos de todas as qualidades. As sessões começarão às 7 horas em ponto. Amanhã – domingo – Novo e grandioso programa.

E à página 9:

Este bem arranjado e confortável cinema á Calçada do Bonfim realiza hoje uma exhibição das seguintes fitas: A poltrona do velho amigo, A honra do guia alpino, Justina gosta de andar na moda e Como Baptista

perdeu o seu lugar. Durante as exposições será feito serviço de bebidas, gelados, sandwicks, etc. Amanhã também haverá sessão cinematographica com programma de 4 fitas, tocando em um coreto, desde 5 horas da tarde a apreciada philarmonica Carlos Gomes. (JORNAL DE NOTÍCIAS, 18 fev. 1911, p. 2,3, 9)

Geraldo da Costa e Luís Leal Filho, no livro *Um cinema chamado saudade*, deram mais notícias sobre o cinema:

O Cinema Fratelli Vita. Foi inaugurado em 12 de fevereiro de 1911, segunda-feira na calçada do Bonfim, nº. 120, o cinema Recreio Fratelli Vita, luxuoso e muito requintado, cercado de jardins, iluminação feérica, contando sempre com a presença de um conjunto musical. O primeiro deles foi o da maestrina Luiza Leonardo. Frequentadíssimo pelos moradores da área itapagipana. Possuía 500 lugares e localizava-se na parte anterior da fabrica de gasosas e cristais. Seu proprietário emprestou o próprio nome para batizar o novo cinema. A imprensa escrita chegou a divulgar detalhes da inauguração: 'flores, bandeiras e profusão de luzes, a par de um bellissimo programa de excelentes filmes constituíram a soirée de inauguração que foi muito concorrida' Havia até 'um bem arquitetado coreto, onde tocou, durante toda a sessão, uma banda de musica (LEAL; LEAL FILHO, 1997, p. 113).

Segundo os mesmos autores, em 14 de maio de 1911, foi comemorado, no local, o centenário do surgimento do primeiro jornal que circulou em Salvador: *A Idade do Ouro do Brasil*.

O cinema Fratelli Vita encerrou suas atividades em 1916.



FOTO 4 – Edifício Sede da Fratelli Vita, em Itapagipe
Fonte: Acervo de Jário Barreto Vita

Certamente, o incremento da produção e a expansão das atividades levaram a firma a expandir também seu espaço físico, com a aquisição do edifício que se transformou em sua sede, em Itapagipe, e onde permaneceu até o encerramento de suas atividades (Foto 4). Em 14 de outubro de 1920, foi lavrada “a escritura de compra e venda, paga e quitação que fazem entre si Affonso Wash Guimarães, como vendedor, e Fratelli Vita como compradores”.⁴ O objeto da venda foi a:

Casa assobradada de nº 118 municipal e 251 da repartição da décima, sita à rua da Calçada, distrito dos Mares, desta cidade, edificada em terreno foreiro a Fazenda nacional com esquina para a travessa, com jardim murado com grades e portão de ferro, medindo de frente, a casa, 11 metros e 75 e o terreno 11 metros e quarenta e cinco, tendo a casa pavimento térreo com 4 óculos na frente, 7 do lado da travessa e sete portas para o terreno; tendo 7 comodoss cimentados, banheiro e latrina, grande quintal murado tendo portões do lado e para o fundo que dá para o mar, com diversas dependências; pavimento superior com 4 janelas de frente, 7 janelas do lado da entrada, tendo a sala de visitas, quatro quartos, duas sallas de jantar, despensa, cozinha e latrina; sótão com 3 janelas e dois óculos de cada lado, tendo nove quartos parte forrado e parte telha vã, construída sobre pilares com paredes de caixa dobradas, dividindo-se de um lado com a travessa e do outro com quem de direito, havido por herança de sua mãe D. Maria Ana Walsh Guimarães ... Preço: Trinta e dois contos de réis.⁵

Em setembro de 1944, a Fratelli Vita adquire da firma Fabio Magalhães & Companhia, o imóvel nº 163, da rua Barão de Cotejipe, em terreno foreiro à Fazenda Nacional. O prédio, de uma porta e quatro janelas na frente, duas salas, quatro quartos, cozinha, despensa, latrina, varanda e quintal murado, media sete metros e sessenta e cinco de frente.⁶

Em maio de 1943, a empresa vendeu a Miguel José Vita, um terreno baldio, de marinha, com duas casinhas. O imóvel, localizado no

4 BAHIA. APEB. Livro de Notas, no 1795-247, APEB, fl. 40-41v, ms.

5 BAHIA. APEB. Livro de Notas, no 1795-247, APEB, fl. 40-41v, ms.

6 BAHIA. APEB. Livro de Notas. no 2219-496, APEB, fl. 29v, ms.

Porto dos Tainheiros, fora adquirido em hasta pública, mas não se tem a data da aquisição.⁷

Como se pode observar, o patrimônio imobiliário da Fratelli Vita concentrou-se em Itapagipe. A exceção foi um terreno em Pirajá, comprado em dezembro de 1918, de F. Stevenson & C. (sociedade anônima inglesa, representada pelo diretor Reginald de Crecy Steel), que o adquirira em hasta pública dois meses antes.⁸ Nesse terreno, José Vita construiu um castelo, e toda a propriedade foi incorporada ao capital, transformado em ações, quando da constituição da Fratelli Vita Indústria e Comércio S. A., de que se tratará mais adiante.

Em 17 de julho de 1945, foi lavrada a escritura de dissolução da firma Fratelli Vita, Indústria e Comércio e constituição da Fratelli Vita Indústria e Comércio S/A, com capital de Cr\$ 8.400.000,00, dividido em oito mil e quatrocentas ações, distribuídas entre quinze acionistas, sendo José Vita o maior deles, com três mil e setecentas ações. Parte de suas ações foi subscrita pelo valor do castelo de Pirajá, que lhe pertencia e que, na época, foi avaliado em Cr\$1.068.586,60, sendo de Cr\$1.000,00 o valor nominativo de cada ação.⁹ O segundo maior número coube a Francisca Cuozzi Vita, argentina, viúva de Francisco Vita, que tinha falecido recentemente, residente em Recife (duas mil seiscentos e noventa e duas ações), e entre os três que receberam o menor número, uma ação, está Cândido Vita, brasileiro, também residente em Recife.

O Capítulo I do Estatuto da nova Sociedade, no seu artigo 2º, estabelecia que a Sociedade tinha por fim:

- a) a indústria e comércio de bebidas gasosas, gelo, cristais e vidros;
- b) a sede social, foro e domicílio são na cidade do Salvador, mantendo, porém, filial em Recife.

O Capítulo IV trata Da Diretoria, e estabelecia, no Art; 16º, que a administração da Sociedade seria exercida por uma diretoria, composta de seis membros: um Diretor Presidente, dois Diretores Gerentes, dois Diretores Técnicos e um Diretor Secretário. Rezava o parágrafo único desse artigo que a Diretoria funcionaria na Matriz da Bahia, mas que, na filial de Recife, haveria um Diretor Gerente e um Diretor Técnico. Em Salvador, os dois primeiros cargos foram ocupados, respecti-

7 BAHIA. APEB. Livro de Notas. no 1488-197, APEB, fl. 57v.-59. ms.

8 BAHIA. APEB. Livro de Notas. no1773-231, APEB, fl. 4v.-5v. ms.

9 BAHIA. APEB. Livro de Notas. no 1500-204, APEB, fl. 71v., 76v. ms.

vamente, por José Vita e por seu filho, Miguel José Vita. Em Recife, o segundo cargo de Diretor Gerente foi ocupado por Miguel Vita, filho de Francisco, e o segundo de Diretor Técnico, por Francisco Vita Sobrinho, filho natural de José Vita. Entre os bens que constituíam o capital da sociedade, constavam os prédios de números 140, 142, 144, 146, 163 e 165 da rua Barão de Cotegipe. A sede ficava no nº 142.¹⁰

Maria Isabel Vita¹¹ forneceu-nos alguns dados que dão bem a ideia da importância da Fratelli Vita, em vários aspectos da vida de Salvador, nas décadas de 50 e 60 do século XX. Segundo essas informações, o auge da produção da firma ocorreu de 1962 a 1965, quando contava com 400 trabalhadores, produzindo bebidas e cristais. Essa produção atingia seu maior volume nas semanas que antecediam o carnaval, com o fabrico de 20.000 caixas por dia, cada caixa contendo 24 garrafas.

A propósito desse aspecto, é interessante uma matéria publicada alguns dias antes do carnaval de 1950:

Todo mundo só pensa na pândega, na folia... De uma coisa, porém, ninguém se esquece; o calor. Se dele dependesse a paz mundial, tudo estaria resolvido, porque nesses dias o calor é de matar. O calor traz sede e esta exige a bebida. Os 'bars' são verdadeiros oásis no meio da folia. Há males que vêm para bem, dirão os fabricantes de refrigerantes. Não fora o calor, talvez essa indústria não existisse. Viva o calor, pois. E as garrafinhas vão desfilando isocronicamente na intrincada maquinaria, daí passando para os caminhões que as distribuem pelos quatro cantos da Cidade para se evaporarem como éter exposto ao ar. Hoje pelo menos entre nós, é a indústria mais florescente. O consumo é grande no verão e no Carnaval aumenta muito... Antigamente durante o carnaval eram comuns as barracas de refrescos de coco, de abacaxi, de manga, etc. Mas depois que a Saúde Pública passou a exigir com maior rigor o cumprimento das posturas sanitárias, essa indústria doméstica foi desaparecendo, deixando campo livre aos refrigerantes. Há menos de cinco anos, só havia uma fábrica de refrigerantes em nossa Capital... [O jornal] ouviu a Fratelli Vita, o mais antigo fabricante:

10 BAHIA. APEB. Livro de Notas. no 1500-204, APEB, fl. 70v-78. ms. As relações de parentesco mencionadas não constam do documento citado.

11 A Senhora Maria Isabel Barreto Vita é esposa do Senhor Jário Barreto Vita, filho de Miguel José Vita. Muito gentilmente, ela relacionou as informações acima, colocando-as a nossa disposição, no dia 1 de março de 2007.

‘Apesar de termos recebido maquinaria nova, o que facultou duplicássemos a nossa produção com relação aos anos anteriores, ainda não estamos em condição de suprir perfeitamente o mercado consumidor do estado. Toda a nossa produção ainda nas máquinas já está comprometida. Quanto ao grande consumo dos foliões no tríduo de Momo, acreditamos que esgotará os estoques dos revendedores’ (A TARDE, 25 fev. 1950).

A presença da Fratelli Vita não se limitava a garantir o fornecimento dos refrigerantes que, de tão apreciados pelos baianos, permanecem na memória e na saudade daqueles que os conheceram. Colégios iam, em excursão, visitar a fábrica, ver a produção dos refrigerantes, e degustar seus diversos sabores: guaraná, gasosinha de limão, pera, a Sukita (laranja). Depois, iam à lapidação observar o trabalho dos artesãos

A empresa patrocinava muitos eventos, que marcaram a vida cultural e social da Cidade: o Trio Elétrico de Dodô e Osmar, de 1951 até 1954; o concurso de Miss Bahia, em 1954, quando foi eleita Marta Rocha, e nos anos seguintes; a Olimpíada Bahiana da Primavera, em setembro de 1957 e 1958; o espetáculo de patinação no gelo *Holliday on Ice*, em 1960; programas na TV Itapuã – *Roy Rogers* e *Show de Rock* –; eventos esportivos, como a Travessia Mar Grande-Salvador, de 1958 a 1965.

Personalidades do mundo artístico, cultural, diplomático e mesmo da realeza visitaram a fábrica e deixaram suas assinaturas no Livro de Ouro: o Príncipe Herdeiro da Itália, Humberto di Savoia, em 17 de setembro de 1924; Bidu Sayão, em 1938; Vicente Celestino, em 17 de janeiro de 1939; o Embaixador da Itália no Brasil, M. A. Martini, em 20 de fevereiro de 1952, e Martha Rocha, em 4 de novembro de 1954.

Para concorrer com a poderosa Coca Cola, que estava brindando seus consumidores com um automóvel Ford Galaxi, por mês, a Fratelli Vita começou a ofertar, por semana, um carro Fusca ou um Karmann Ghia, da Volkswagen, um Simca Chambord ou um Tufão, da Ford. O concurso era realizado pela Televisão (ao vivo), com a presença de fiscal da Receita Federal e do Chefe de Propaganda, Jorge Santos. Além desses prêmios, eram também sorteados, nas tampinhas, outros brindes, como bonecas da Estrela, bolas de futebol, além das tampas “com esta você não paga” (nos anos de 1962-1963).

O Jornal *A Tarde*, 4ª feira, no dia 8 de Julho de 1953, notificava:

Miguel José Vita, Senhora e filhos, Magdalena Chaves Vita e filhos, Francisco Vita sobrinho, Francisca Cuozzi Vita (ausente), Miguel Vita Senhora e filho (ausentes), Alfredo Vita, Senhora e filhos, Francisco Conte, Senhora e filhos, e demais parentes participam a seus amigos e parentes que Deus foi servido levar para sua gloria seu pae, sogro, avô, cunhado, tio e parente José Vita que se há de sepultar hoje, pelas 16 horas e 30 minutos, no cemitério do Campo Santo, saindo o enterro da capela do Hospital Português, e esperam que este ato seja honrado com suas presenças, pelo que se confessam agradecidos. Outro Jornal, o Diário de Notícias, 5ª feira, 9 de julho de 1953, p. 3, Sessão Carroussel, trazia nas palavras de Antonio Sergio, com o título Um cidadão da Bahia, o falecimento do sr. José Vita consternou profundamente a Bahia. Moldado naquele espírito latino das grandes tradições italianas, José Vita viveu entre nós não como um súdito da Itália, mas como um brasileiro, como um bahiano, construindo um dos pilares da nossa economia, criando uma indústria que haveria de projetar-se fora do Estado e fora do país. Mas, sobretudo o homem da Cidade, o amigo de todos, o companheiro de grandes iniciativas sociais que nunca faltava à Bahia, que se integrou na nossa sociedade plantando raízes profundas de afetividade, que vivia e sentia a Bahia, este, tanto quanto o industrial, e as vezes superando-o, fez jus a todas as honras que se lhe prestaram, com o título que a Câmara da Cidade do Salvador lhe conferiu de 'Cidadão da Bahia'. Naturalizado brasileiro,¹² José Vita apenas obteve de direito aquilo que de fato já conquistara, na comunhão de sentimentos com todos nós e que o fizera um bahiano, já então por direito de conquista afetiva, pelo coração. Por isso, ao desaparecer, sente a Bahia a perda de um seu cidadão, de um de seus grandes amigos e de um dos construtores de sua economia.

Todas as homenagens que a Bahia, pelas suas mais representativas camadas sociais, lhe prestaram, não foram mais do que decorrência dos seus merecimentos, do seu trabalho, de sua dedicação e, mais do que isso, da sua simpatia, emoldurada por uma modéstia incomum, que era um dos traços mais característicos de sua personalidade realizadora. Foi justo, pois, o sentimento da Bahia e, mais do que sincero

12 Ainda não conseguimos localizar os documentos de naturalização de José Vita.

o pesar de todos os baianos, que se acostumaram, num convívio de cinquenta anos, a sentir a presença de José Vita em todas as coisas e em todas as iniciativas sociais da Bahia. Foi um grande cidadão, um homem de negócios esclarecido e progressista, um idealista do nosso progresso. José Vita foi um baiano autêntico, ainda que nascido na Itália dos seus ancestrais.



FOTO 5 – Giuseppe (José) Vita
Fonte: Acervo de Jário Barreto Vita.

Giuseppe Vita – José Vita – (Foto 5), líder fundador da Fratelli Vita, nasceu em Trecchina, sul da Itália, em 1869. Em 12 de julho de 1886, portanto com 17 anos, chegou a Buenos Aires, no navio *Provence*, procedente de Nápoles.¹³ Há notícias de que não tendo se adaptado na Argentina, embarcou para a Bahia, ainda no final do século XIX, co-

13 Disponível em: <http://213.212.168.radiccifautie.htm>. Acesso em: 24 mai. 2006.

meçando a vida com pequeno comércio, em Santa Luzia e Alagoinhas, onde teria iniciado o fabrico de licores.

Em Salvador, com a prosperidade dos negócios, chamou os irmãos Francesco e Vicenzo, segundo informa Thales de Azevedo (1989, p. 60). As informações, neste caso, são um pouco desencontradas, pois, segundo o que nos foi dito por seu neto, senhor Jário Vita,¹⁴ o avô não tinha irmão chamado Vicenzo, mas sim Cândido. Dante Vita, neto de Francisco Vita, nos informou que um terceiro irmão, de nome Ângelo, estabeleceu-se em Jequié, nunca tendo negócios em Salvador.

No livro de entrada de passageiros no Porto de Salvador,¹⁵ há o registro de chegada de Francesco Vita, de 27 anos, em 30 de março de 1897, no navio Città de Genova, procedente de Gênova. Pelo mesmo navio, chegou Vicenzo Vita, (sem indicação de idade), em 28 de junho de 1897. Há registro de chegada, exatamente dois meses depois, no mesmo navio, de Francisco (o nome está grafado em português) Vita. Em nenhum momento, há menção da chegada de Cândido ou de Ângelo. Quanto à data de chegada de Giuseppe, de Buenos Aires, não foi possível localizar, a menos que seja ele o passageiro Giuseppe Vita, que chegou em 31 de Janeiro de 1891, no vapor italiano Rosario, por escala,¹⁶ com destino a Gênova.

Como já se viu, desde muito cedo, a Fratelli Vita procurou personalizar suas garrafas, que eram produzidas principalmente na Inglaterra. Durante, e logo após a Primeira Guerra, a empresa teve dificuldades para obtê-las. Há informações de que, em 1918, foi feito à Inglaterra um pedido de 100000 garrafas, das quais só foram enviadas 5000, e a preço proibitivo. As dificuldades, nesse sentido, fizeram com que Giuseppe, mais conhecido como José Vita se empenhasse em resolvê-las, fabricando suas próprias garrafas, e a Fratelli Vita, de importadora, tornou-se fornecedora, como comprova o anúncio do Diário de Notícias, do dia 14 de fevereiro de 1923: “Vidraria Fratelli Vita. Garrafas, copos, chaminés, frascos para pharmacia de todas as qualidades. Aceitamos encomendas” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 14 fev. 1923, p. 6).

14 Jário Barreto Vita é filho de Miguel José Vita, o diretor da matriz da empresa até a sua venda, na década de 1970.

15 BAHIA. APEB. Livro do Comissariado de Polícia do Porto do Estado da Bahia. Entrada de passageiros, 3 jan. 1896 a 1 mai. 1901.

16 BAHIA. APEB. Livro do Comissariado de Polícia do Porto do Estado da Bahia. Entrada de passageiros. jan. 1891 a 1895. ms.

Assim, à atividade de fabrico de bebidas não alcoólicas, a Fratelli Vita acrescentou outra, que a tornou conhecida fora da Bahia e de Pernambuco, ou seja, a de produtora de cristais finos. A publicação de 1923 de *O Estado da Bahia*, já referida, afirmava sobre a Fratelli Vita:

São de sobejo conhecidos os seus productos em bebidas de toda espécie e de *crystalleria* capaz de rivalizar com os melhores do paiz, quer pelo apuro do acabamento na confecção de cada peça, quer no gosto artístico com que são ideados e executados.

Sem dúvida, foi a inventividade e o empenho de José Vita que tornaram isto possível. Ele não era técnico em vidraria, atividade que requer conhecimentos específicos, bastante complexos, como esclareceu o engenheiro Arquimedes Pereira Guimarães, diretor da Escola Politécnica, na palestra “O cristal na Bahia”, proferida na sessão de 23 de janeiro de 1940 no Rotary Club da Bahia (GUIMARÃES, 1940, p. 29-32). O palestrante enalteceu o espírito de pesquisa e a perseverança de José Vita, que adquiriu formulários, experimentou, gastou dinheiro, e não desanimou – mesmo quando, no início de suas tentativas, viu o desmoronamento dos três primeiros fornos – até conseguir, em setembro de 1921, as primeiras garrafas de sua fabricação. Daí à produção do cristal foi uma árdua e perseverante caminhada, de desgaste físico e financeiro, finalmente compensada com a qualidade das peças produzidas.

O engenheiro informou que setecentas e oitenta peças tinham sido enviadas para uma exposição em Nova York, despertando o interesse de uma importante firma norte-americana, que desejava exclusividade na representação desses cristais nos Estados Unidos e que, para iniciar negócios em pequena escala, queria saber a quantidade de aparelhos disponíveis.

Entre as obras que embasaram a atividade de José Vita, como produtor de vidro e cristais, estava o livro *676 Glassätze nach dem Stande der heutigen Technik*, de Van Ing. Hans Schnrpfeil, publicado em Praga, em 1939. É interessante que no livro, já o título apresentava, sob algumas de suas palavras, a tradução manuscrita, a lápis: “676 formulas baseadas na technica moderna”. A mesma prática é observada em todo o restante do livro, com traduções de algumas palavras num português

mesclado com italiano, ou então de fórmulas inteiras, estas numa caligrafia visivelmente feminina.¹⁷

Outro livro que, pelas anotações manuscritas e destaque de alguns assuntos, deve ter sido muito utilizado, foi o do engenheiro Carlo Alberto Maffei, *Industria del vetro*, publicado em Milão, em 1930. A obra foi oferecida nesse mesmo ano, por alguém que assinou I. Vita *al amico* [ilegível] *Giuseppe Vita [...], iniziatore della industria del vetro nel* [no...ilegível] *Brasile*.

Agradecendo a homenagem que lhe prestara o engenheiro Arquimedes Guimarães, em palestra proferida na mesma sessão, José Vita relatou a seus companheiros do Rotary Club:

Muitas causas concorreram para que nosso trabalho se tornasse parecido com um sucesso e, entre todas, a principal foi a seguinte: Durante e depois da Grande Guerra, havia muita dificuldade de importarmos da Europa o vasilhame indispensável à nossa indústria de águas gazosas e d'ahi a minha ideia de montar uma fabrica de vidros. Como, porem, se eu nada entendia a respeito? Empreendi uma viagem ao sul do Paiz afim de, visitando alguma fabrica, ter uma noção do que era preciso, avizandando também um Amigo para que se interessasse por mim. Lá chegando, porem, soube com surpresa que pessoas interessadas haviam escrito às fabricas, fazendo ver que deviam fechar immediatamente as portas às visitas, pois iria daqui um visitante que classificaram de 'concurrente [sic] perigoso'. Foi-me, assim, fechado o caminho. Desde aquelle momento, jurei que havia de fazer garrafas e, talvez, mais alguma coisa. [...]. Procurando cada vez mais a melhoria do vidro, lancei-me a conquista do crystal (VITA, 1940, p. 10).

Os aparelhos, ou serviços, chegavam a ter trezentas peças lapidadas à mão. Mas havia ainda os lustres, pratos, vasos, cinzeiros, pesos para papel, puxadores de porta, as compoteiras, garrafas, licoreiras, bandejas, saboneteiras, numa diversidade deslumbrante de cores, formas e brilhos (Fotos 6 e 7). Na década de 50 do século passado, o Diretor da empresa, engenheiro Miguel Vita, confeccionou um catálogo de 11 padrões definidos (Foto 8) para a decoração das peças dos diferentes

17 Segundo informações que nos foram prestadas pelo senhor Jário Vita, Dona Aída, sua avó, traduzia as fórmulas do alemão para o português.

serviços: “Bandeirante, Borboleta, Girassol, Lincoln, Amazonas, Xadrez, Costalino, Brasília, Diplomata e Rotary”. Do padrão Brasília, com o brasão da República, taças com bordas e pés dourados, só existem alguns protótipos, conservados por Jário Vita, uma vez que a encomenda feita para a Primeira Dama, Dona Sara Kubitscheck, foi cancelada.



FOTO 6 – Prato branco leitoso em cristal Fratelli Vita
Fonte: O esplendor do vidro.
Cristais Fratelli Vita. Catálogo, [s.d.]



FOTO 7 – Jarro colorido com óxido de ferro. Cristal Fratelli Vita
Fonte: O Esplendor do vidro.
Cristais Fratelli Vita, [s.d.]



FOTO 8 – Detalhe do catálogo contendo onze padrões definidos para a decoração das peças dos diferentes serviços
Fonte: O Esplendor do vidro.
Cristais Fratelli Vita. Catálogo, [s.d.]

Os passageiros dos navios que aportavam em Salvador eram convidados a visitar a fábrica em Itapagipe, e conhecer aí o trabalho dos artesãos e os seus belos produtos, dos quais, *misses*, como Marta Rocha e Terezinha Morango, faziam publicidade.

A reputação de qualidade, de refinamento dos cristais Fratelli Vita, que lhes garantiu prestígio fora da Bahia, acabou por garantir esse prestígio também entre as famílias bem situadas da sociedade local. Num tempo em que cristais e porcelanas vinham da Europa, o cristal baiano tornara-se o presente obrigatório, ou pelo menos dos sonhos de noivas, cujas famílias ou amigos tinham condições de adquiri-los.

Os cristais Fratelli Vita deixaram de ser fabricados em 1962, e são hoje considerados uma raridade com que sonham colecionadores abonados.

Foi a preocupação com o abastecimento e a qualidade da água a ser utilizada em suas gasosas que levou José Vita a adquirir o terreno em Pirajá:

Fomos, Vita e eu, a Piraja. Andávamos debaixo das já bem crescidas mangueiras que, com suas bellas já frondosas copas, estavam, prestes a unirem-se umas ás outras, e ficamos a fazer considerações que pouco tempo a natureza precisava para tornar em bella floresta os pequenos enxertos laboriosamente plantados por um homem empreendedor. É a vida de José Vita, como que pequenos enxertos laboriosamente plantados e, com cuidado e saber, creados, resultaram no empório industrial hoje levado á perfeição por elle. Andamos mais e chegamos a uma fonte de água cristallina, cujo precioso liquido se tornou a base das águas mineraes da fabrica Fratelli Vita – dando-lhe aquella indubitável superioridade e insuperável pureza que creou sua fama. Noto, então, que Vita, fallando dessa fonte, só tinha palavras de grata recordação, de sentimento de gratidão pela boa sorte que teve de obtê-la. Esquecia-se por completo que foi elle próprio que com pesquisas acuradas, com sua practica e com seus conhecimentos technicos, viu que era daquella fonte que sua fabrica precisava; e que pela qualidades que sua agua daria aos seus productos, estes ganhariam mais valor de que propaganda artificial. Sabendo esperar, e aguardar as oportuniidades, obteve, não o que o acaso poderia dar, e sim aquillo que pacientemente de há muito procurava para o bem de seus productos e consequentemente para o bem dos que os adquirissem. E para testemunhar sua perene gratidão ao lugar onde

está a fonte da puríssima água de Pirajá, Vita, modestíssimo ali manda construir um lindo castello medieval que prazenteiro e sorridente nos espreita por entre bellissimas e frondosas mangueiras, como a convidar-nos a repousar... (OVERBECK, 1940, p. 23).

Segundo informações de Jário Vita, o imóvel não interessou à Brahma, quando esta adquiriu o controle acionário da empresa, e ela o ofereceu como pagamento a acionistas que estivessem interessados em adquiri-lo, daí ter passado por diversos proprietários. Antes disso, teve uma faixa de terras desapropriada pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, para a duplicação da BR-324, naquele trecho. Posteriormente, o castelo foi demolido, e o local hoje se acha dominado pelo mato.

José Vita foi um dos sócios fundadores do Rotary Club da Bahia, fundado em 1933, e do qual, em 1940, era o sócio mais velho, e Presidente da Comissão dos Serviços Profissionais. A Revista do Rotary (1940, p. 15), como fazia com os presidentes das diferentes comissões, traz um desenho bem-humorado representando José Vita e, ao lado, uma apresentação, em versos (o último foi parcialmente cortado quando da encadernação do volume):

Até no sobrenome tendo vida
qual Moysés, a agua, e agua trabalhada
ou tonica ou gasosa colorida,
faz sair, não da rocha, da Calçada.

Depois, outro prodigio ainda acontece:
Vita, arrostando maior dificuldade,
Faz crystal que Baccarat parece
No lavor d'arte e na sonoridade.

Por ser tão desprendido e sempre lhano,
O exemplo dá, a cada companheiro,
De como ser cabal rotariano.
Cavaliere da Ordem da Coroa,
Vita, de si, um fino cavalheiro
[... ilegível] (Foto 9)



FOTO 9 – Caricatura de Giuseppe Vita
 Desenho
 Fonte: Rotary Bahiano, nº 7, 1940, p. 15.

Aos domingos, eram frequentes os almoços e piqueniques das famílias rotarianas em sua propriedade em Pirajá.

Além de suas atividades como rotariano, José Vita, italiano que era, participou de iniciativas que congregavam seus compatriotas na cidade. Em 25 de janeiro de 1863, foi criada a Societá Beneficiente Italiana que, em 4 de setembro de 1881, passou a chamar-se Societá Italiana de Beneficenza e Circolo Italiano Príncipe de Piemonte, em 29 de setembro de 1923. Em 1930, Pascoale Magnavita, José Vita (em nome da Sociedade), entre outros, compraram da família do português Pereira Sá, o palácio onde até hoje funciona a Casa d'Italia. Durante a guerra, o imóvel foi confiscado pelo governo brasileiro, que depois o restituiu a seus proprietários (MOURA, 2002).

José Vita foi casado com Aída d'Oliveira Chaves, com quem teve dois filhos: Madalena Chaves e Miguel José Vita, engenheiro que assumiu a direção da empresa quando do seu falecimento. Ficou viúvo em 1939.

Do seu inventário constam, como bens imóveis partilhados entre seus três herdeiros, (o mais velho deles, Francisco Vita Sobrinho, filho natural que foi viver com o tio Francisco, em Recife), a casa à rua Barão de Cotejipe, nº 161 e 20 terrenos em Planaltina (próximo a Brasília). Estes últimos não constaram do inventário, daí ter a filha Madalena requerido, em 25 de maio de 1976, a sobrepartilha desses bens, aos quais Miguel José renunciou.¹⁸

A Tarde, 4ª feira, 13 de setembro de 1972 noticiou:

Resistência genuinamente baiana

Somente o esforço desesperado de um grupo de acionistas apegado à tradição e confiante no futuro da empresa, após um período que todos consideram de crise passageira, está evitando a concretização da venda de uma indústria baiana de refrigerantes à Brahma. O negócio já esteve para ser fechado duas ou três vezes, mas, no último momento, esses empresários de visão menos imediatista apareciam e desviavam os rumos das conversações. A eficácia dessa atuação, contudo, ninguém pode dizer que terá maior duração. Assim, a qualquer momento, a transação pode ser anunciada.

De fato, o anúncio da transação não tardou, visto que um mês depois lia-se no mesmo jornal A Tarde, 6ª feira, 13 de outubro de 1972:

FRATELLI VITA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A
Assembléia Geral Extraordinária

1ª Convocação

Ficam convidados todos os acionistas para se reunirem em Assembléia Geral Extraordinária na sede social à rua Barão de Cotejipe 142, desta cidade, no dia 24 de outubro, às 15 horas, para deliberarem sobre a matéria seguinte:

18 BAHIA. APEB. 6/2712/08. Núcleo Tribunal de Justiça, Seção Judiciária. Série Inventário 1953-1976 Inventário de José Vita, 162 fl. ms

- a) reforma dos estatutos sociais, inclusive das normas que tratam do direito de preferência dos acionistas à compra de ações da Sociedade no caso de qualquer deles querer aliená-las;
- b) renúncia de Diretores e discussão e votação das contas e dos Atos de sua gestão no exercício corrente;
- c) eleição de novos Diretores;
- d) quaisquer assuntos correlatos.

Salvador, 11 de outubro de 1972.

A DIRETORIA

A Assembleia realizou-se no dia 24 de outubro de 1972 e, no dia 8 de novembro, A Tarde publicou a cópia da Ata, que já havia sido arquivada na Junta Comercial do Estado da Bahia, órgão da Secretaria da Indústria e Comércio:

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA BAHIA

CERTIDÃO

CERTIFICAMOS que o original do presente documento protocolado sob o no. 13.735 em 03/11/72 por decisão da 3a. Turma de Vogais foi arquivado sob o no. JC-23.677, registrado nesta data [...]

Salvador, 6/11/72 (A TARDE, 8 nov.1972).

Assinam a certidão, o chefe da Seção de Cadastro e o Secretário Geral. Outros procedimentos da Junta Comercial, relativos ao documento, são mencionados:

[...] foi arquivada nesta Repartição sob n. JC-23.677 a cópia¹⁹ da ata de Assembleia Extraordinária da FRATELLI VITA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A, realizada aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de outubro de 1972 (hum mil novecentos e setenta e dois) que aceitou o pedido de renúncia de diretores, aprovando os seus atos e contas, relativos ao exercício corrente com base no balancete levantado pela contabilidade até o dia 24/10/72, aprovou a reforma parcial dos estatutos sociais, elegeu os senhores Peter Erik Slemesen e Erwin Perez para Diretores; bem como aceitou o pedido de renúncia dos membros efetivos e suplentes do conselho fiscal, sendo

19 Observe-se que agora se fala em “cópia”, enquanto a Certidão fala em original.

eleitos novos membros e fixou a remuneração dos Diretores e Conselheiros Fiscais. (A TARDE, 8 nov. 1972).

Da reforma dos estatutos,²⁰ de que tratava a convocação, o principal item era o que dizia respeito à

[...] supressão do artigo 8º. e seu parágrafo único dos Estatutos Sociais, desaparecendo, assim, a preferência dos acionistas para aquisição das ações daqueles que pretendem aliená-las. Esta preferência entrava a livre disponibilidade das ações, sendo certo que a maior parte dos acionistas está disposta a aliená-las livremente a terceiros.²¹

É interessante observar que a ata não menciona, em nenhum momento, o nome da empresa – Brahma – que teria adquirido o controle acionário da Fratelli Vita. Como a Assembleia Geral fora convocada, também, para tratar da renúncia dos Diretores, o que de fato ocorreu, o presidente (Senhor Miguel José Vita) afirmou que tal fato justificava a reforma da administração social, com redução do número de seus Diretores. Procedeu-se, então, à eleição dos membros da nova Diretoria: Peter Erik Siemsen, brasileiro, natural da Alemanha e Erwin Perez, brasileiro, ambos residentes no Rio de Janeiro. Para Conselheiros, foram eleitos: Karl Hubert Gregg, Oswaldo Murgel Rezende, Ernst Schneider, Hans Heirich Hunning, Oswaldo Astolpho Rezende e Luiz Walter Barbosa, todos brasileiros, residentes no Rio de Janeiro.²²

Consumava-se, assim, o fim de uma permanência que por quase setenta anos se identificava com a própria paisagem de Itapagipe, com seu nome – Fratelli Vita – escrito no alto da fachada da imponente construção que lhe servia de sede. Por algum tempo, os refrigerantes continuaram a ser fabricados no mesmo local, mas, depois, as instalações foram abandonadas e entraram em processo de ruína.

20 O Estatuto da empresa fora elaborado e aprovado, quando da constituição da Sociedade Anônima, em 17 de julho de 1945. (BAHIA. APEB Livro de Notas, no 1500-204, fl. 72. ms.).

21 Trecho da Ata da Assembleia Geral, publicada em A Tarde, 8 nov. 1972.

22 Entre os acionistas que assinaram a ata, por si ou por procuração, havia dezessete com Vita no sobrenome.

*Reconversão da antiga Fábrica Fratelli Vita*²³

A partir de janeiro de 2008, o Centro Universitário da Bahia – FIB programava um novo *campus* que disponibilizaria mais seis mil vagas para estudantes, – duas mil em cada um dos três turnos – nos cinco anos seguintes.

O prédio da antiga fábrica de refrigerantes Fratelli Vita, localizado à rua Barão de Cotegipe, no bairro de Roma, foi o local escolhido para sediar as novas instalações. A previsão era de que as obras fossem iniciadas em julho deste mesmo ano.

Além dos cursos já tradicionais da instituição, – Direito, Turismo, Administração, Contabilidade, Secretariado e Pedagogia –, o centro pretendia disponibilizar, também, novas opções de graduação plena (quatro anos) e de graduação tecnológica (dois anos).

Dentro do conceito de faculdade do mar, estava prevista a criação de cursos de Engenharia Naval, Biologia Marinha, Oceanografia e de Tecnólogo Oceanográfico. Além desses, o centro também programava disponibilizar um curso de Gastronomia.

Na Faculdade de Administração, seriam criados os cursos de Gestão de Marina, Gestão de Estaleiro e Gestão de Cruzeiro, com início das aulas já em fevereiro do citado ano de 2008.

Os novos cursos programados buscavam atender à demanda crescente do setor turístico naval da Bahia e outras áreas do segmento marítimo. “Fizemos uma análise de mercado e detectamos a grande necessidade de mão-de-obra qualificada nesses setores. O nosso objetivo é atender a essa demanda e há probabilidade”, avaliava o então reitor da instituição, Nelson Cerqueira.

Instalações

“O investimento previsto para o projeto é de R\$25 milhões, sendo que nos dois primeiros anos o aporte será de R\$ 15 milhões”, explicou Marcelo Donin, diretor executivo da construtora Morada, empresa responsável pela execução do projeto. Segundo ele, a fachada principal do imóvel seria totalmente restaurada, para resguardar as características originais e, no pátio central, construir-se-ia uma área reservada a exposições, mantida, em caráter permanente, onde ficaria uma mostra dos cristais Fratelli Vita, em memória da antiga fábrica de refrigerantes.

23 LERVESE, A Tarde, Salvador, 13 mai. 2007.

A perspectiva era de que o projeto, composto por sete prédios, esteja concluído em 2012. A área de borda marítima seria destinada a dois blocos, funcionaria, num deles, o centro náutico, com as funções de marinha-escola, com *pier* e atracadouro, e, no outro, seria construído um restaurante-escola, para as aulas práticas do curso de Gastronomia, com ênfase na culinária baiana ligada ao mar.

Empregos

Desde o início, o empreendimento previa a geração de aproximadamente 300 empregos, chegando a 1.500 postos de trabalho diretos, e quatro mil indiretos, durante a construção do empreendimento e quando em pleno funcionamento, mais cerca de 200 vagas para estagiários, em diversas áreas.

De certa forma, quando da plena concretização deste projeto, a continuidade do espírito de pesquisa e de empreendedorismo, que tão bem marcou José Vita, criador da Fratelli Vita, ser reavivada.

Entretanto, somos muito pessimistas com relação à possibilidade de uma mostra permanente dos cristais Fratelli Vita, pois acreditamos que, dificilmente, aquele que detenha a posse de um ou mais exemplares desses, abriria mão de suas peças que, além do mais, por sua fragilidade, exigem cuidados muito especiais de manuseio e exposição. Assim, a melhor maneira para se dar a conhecer e fruir a variedade, a beleza e o brilho das peças seria a criação de um museu virtual, a partir do acesso a colecionadores e proprietários, do levantamento do maior número possível de peças e do registro delas, por mídias digitais. Este seria um bom projeto a ser desenvolvido pela futura universidade.

Se a memória gustativa se perde com o fim dos que a detêm, a memória visual tem recursos para se perpetuar. O gosto dos refrigerantes Fratelli Vita ainda está na memória de muitos dos que o provaram, mas sua sina é desaparecer. O brilho dos Cristais Fratelli Vita, por outro lado, pode e merece ser preservado para a fruição das gerações futuras, que devem pensar neles como parte da memória visual de Salvador.

Diagnóstico socioambiental das praias de Itapagipe

Iracema Reimão Silva¹

A linha de costa é o resultado da ação conjunta de diferentes fatores, naturais e antropogênicos, e, desta forma, sua evolução está condicionada, não apenas aos fatores naturais, mas também às condicionantes antropogênicas, cada vez mais atuantes ao longo das regiões costeiras (CIN; SIMEONI, 1994).

São diversas as atividades humanas desenvolvidas no litoral, como, por exemplo, atividades recreacionais e comerciais, a construção de obras de proteção e de portos etc. Algumas destas atividades podem afetar significativamente os processos costeiros e a dinâmica praial. Laskshmi e Rajagopalan (2000) enfatizam os efeitos da urbanização e da industrialização de ambientes costeiros sobre a ecologia e o próprio desenvolvimento socioeconômico das comunidades costeiras. Estes autores relacionam o empobrecimento de comunidades costeiras, em algumas vilas na costa leste da Índia, como o resultado da degradação ambiental dos ecossistemas costeiros. A recreação é considerada um dos aspectos mais importantes para a economia mundial, através da geração de empregos, da criação de divisas e dos seus benefícios sociais (WEGEL, 1994). Neste contexto, as praias ganham notável importância, constituindo um dos locais mais procurados para atividades recreacionais, em todo o mundo. O aumento da utilização das praias para fins recreacionais é também o resultado da percepção que as pessoas têm das áreas costeiras, percepção esta que varia, em termos socioeconômicos e culturais, nas diferentes cidades e entre as regiões mais ou menos urbanizadas (MAC LEOD et al., 2002).

O desenvolvimento e a urbanização das áreas costeiras, sem um adequado planejamento e gestão dos seus recursos naturais, levam a

1 Doutora pelo Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia, integrante de seu corpo docente. Integrou o programa de Pós-Graduação da Universidade Católica do Salvador, do qual é ainda participante.

diversos tipos de impactos antropogênicos e ocasionam o aumento de riscos, para pessoas e propriedades, decorrentes de eventos naturais, como enchentes, tempestades, deslizamentos e subsidência de terra etc. (WHITE, 1978). Autores, em diferentes regiões costeiras, têm tentado, através de variados tipos de modelagem, mensurar impactos ou estabelecer índices de vulnerabilidade ou sensibilidade costeira, sendo cada vez mais consideradas as variáveis antropogênicas e socioeconômicas associadas à ocupação urbana nestas regiões (CAPOBIANCO et al., 1999; COOPER; McLANGHLIN, 1998; CIN; SIMEONI, 1994). Contudo, deve-se levar em conta que os modelos matemáticos usados para prever o comportamento da linha de costa são determinísticos e não consideram eventos caóticos tão comuns ao ambiente costeiro (PILKEY JUNIOR, 1994).

Diversos trabalhos têm relatado impactos ao ambiente costeiro decorrentes de atividades humanas. Smith e Leatherman (2000) discutem o controle das estruturas de engenharia costeira sobre a morfologia da Ilha Jones Beach, em Nova Iorque, provocando uma erosão média de 3,7m/ano; Everts e Eldon (2000) relatam a influência das obras de engenharia na retenção de sedimentos nas praias da Califórnia; Smith (1997) discute os efeitos da descarga de águas de escoamento superficial nas praias, provocando desestabilização local e erosão da praia; Mateos (2001) discute a alta vulnerabilidade de áreas costeiras protegidas a desastres ambientais, causados pelo homem, como o ocorrido na mina de Aznalcóllar, na Província de Sevilha, em 1998, onde grande quantidade de líquido e lama tóxica, contendo pirita, água ácida e alta concentração de metais pesados, contaminou a região costeira do sudoeste da Espanha; Doyle *et al.* (1984) e Morton *et al.* (1983) analisam o efeito das estruturas rígidas de proteção, alterando o equilíbrio e destruindo praias na Flórida e em Nova Jersey, respectivamente. Além destes, diversos outros trabalhos discutem os impactos ambientais decorrentes do crescimento populacional em regiões costeiras de diversas partes do mundo, como na Ásia e Região do Pacífico (YEUNG, 2001; JIANG et al., 2001; NUR et al., 2001; KULLENBERG, 2001), Egito (FRIHY, 2001), Europa e América do Norte (KULLENBERG, 2001; HALL, 2001; MATEOS, 2001).

Desequilíbrios provocados, na dinâmica litorânea, pela ocupação humana, são observados também em diversos trechos da costa brasileira. Em alguns trechos das regiões sul e sudeste do Brasil, a ocupação ina-

dequada do litoral comprometeu a proteção natural do prisma praial e das dunas frontais, aumentando a severidade e os danos causados pelas marés meteorológicas, que representam importantes agentes erosivos nestas regiões (CALLIARI et al., 1998a; CALLIARI et al., 1998b). No litoral do Paraná, a construção, em alguns locais, de casas, muros e avenidas à beira-mar, provocou um desequilíbrio da dinâmica costeira, desencadeando sérios problemas erosivos (ANGULO, 1993; 1996). Esteves e Santos (2001) consideram que, além dos fatores naturais, a erosão no Balneário do Hermenegildo, no Rio Grande do Sul, está associada à má utilização dos recursos costeiros e à falta de planejamento na ocupação da costa. Souza (2001) considera a retirada de grandes volumes de areia da praia e as obras de engenharia costeira como as principais interferências antrópicas responsáveis pela erosão das praias no litoral paulista. Muehe e Valentini (1998) discutem a influência de ações antrópicas, associadas à Barragem de Santa Cecília, nos processos erosivos que têm ocorrido na praia de Atafona, localizada próximo à foz do Rio Paraíba do Sul. Diversos trabalhos tratam dos efeitos da ação antrópica nas praias ao longo das regiões norte e nordeste do Brasil. Maia e Freire (2000) e Leal e Maia (2002) analisam, respectivamente, a degradação ambiental na zona costeira de Caucaia e Canoa Quebrada, no litoral do Estado do Ceará. Vasconcelos e Peixoto (2001) citam, como a principal causa da erosão, que já consumiu mais de 150m da Praia do Pecém, no Ceará, a ocupação desordenada do campo de dunas que funcionava como um *by-pass* dos sedimentos para a praia. Pitombeira (1995) discute a aceleração do processo erosivo, nas praias de Fortaleza, devido às intervenções antrópicas com a construção de molhes e o uso indevido de regiões de dunas, diminuindo o aporte de sedimentos para a praia. Diniz (2002) discute a relação entre os processos de ocupação costeira e a erosão nas praias do litoral oriental do Rio Grande do Norte. Feitosa (1995) discute o desequilíbrio ecológico e o sério comprometimento da balneabilidade das praias, ao norte do município de São Luiz, devido à ocupação desordenada e à implantação de obras de engenharia sem a avaliação dos processos costeiros atuantes nesta região. Neves (2003) cita a ocupação urbana desordenada como um dos fatores responsáveis pela erosão costeira no Estado da Paraíba. Meireles e Moraes (1995) discutem os impactos ambientais nas falésias vivas costeiras do Ceará devido a atividades como o desmonte das encostas, retirada de sedimentos, impermeabilização do solo, abertura de estradas carroçáveis, terraplanagens e desmatamento

no topo das falésias, acelerando os processos erosivos. Oliveira e outros (2003) enfatizam que os processos erosivos no litoral de Pernambuco estão associados às condições hidrodinâmicas marinhas e às ações antrópicas, principalmente à ocupação desordenada. Silva (2004) e Silva (2008) discutem os problemas socioambientais decorrentes dos processos de urbanização e uso das praias de Porto Seguro, salientando a importância do estabelecimento da capacidade de suporte para estas praias.

As praias da Península de Itapagipe retratam, em grande parte, a diversidade e os problemas socioambientais encontrados na Península. A beleza da fisiografia do local contrasta-se à intensa degradação decorrente do uso inadequado destas praias, ao longo dos anos. Durante muito tempo, como nas regiões costeiras de todo o mundo, o uso turístico e recreacional das praias não foi considerado importante. Desta forma, a zona costeira adjacente à praia foi sendo totalmente ocupada por fábricas, residências e ruas, e as praias recebiam diversos tipos de dejetos, como esgoto doméstico e resíduos químicos e hospitalares. Atualmente, com a crescente demanda por áreas de recreação e lazer, as praias constituem um dos locais mais procurados, especialmente em uma cidade que apresenta clima tropical, com temperaturas médias mensais em torno de 25,7°C e cerca de 200 horas de sol por mês (INMET, 1990). As praias representam uma das poucas opções de recreação e lazer para os moradores da Península de Itapagipe, especialmente para a população de baixa renda. Além disso, por apresentarem características bastante peculiares, associadas principalmente à sua fisiografia e ao valor histórico/cultural, atraem frequentadores de outras partes da cidade e alguns turistas.

Esta pesquisa teve como objetivo avaliar o uso do espaço costeiro em Itapagipe e realizar o diagnóstico socioambiental de suas praias, nos trechos entre a Penha e a antiga fábrica Barreto de Araújo, e entre o Forte de Monte Serrat e a Calçada, fornecendo subsídios para a sua gestão e o aproveitamento do espaço costeiro de forma compatível com as suas características e potencialidades.

DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL DAS PRAIAS

A investigação sobre os principais processos atuantes no transporte e na deposição de sedimentos ao longo da costa é fundamental para o

gerenciamento costeiro. A definição das correntes e do sentido preferencial da deriva litorânea pode indicar, por exemplo, o padrão de dispersão de poluentes, em caso de contaminação por produtos químicos ou derivados de petróleo. O estudo da dinâmica costeira envolve a avaliação da distribuição da energia das ondas, dos padrões de dispersão de sedimentos e do balanço de sedimentos ao longo da costa. A identificação dos principais padrões de dispersão de sedimentos possibilita, tentativamente, por exemplo, a previsão de possíveis mudanças na linha de costa, evitando ou minimizando, assim, as perdas físicas e econômicas. Tal estudo fornece uma compreensão da geologia e dos processos praias, o que é essencial para um adequado gerenciamento, que permita um desenvolvimento com um mínimo de alterações ou descompensações no balanço de sedimentos. Este conhecimento é muito importante também para a eventual instalação de obras de engenharia, ao longo da costa, pois é fundamental identificar, por exemplo, se o local onde será construída a estrutura corresponde a uma região de convergência ou de divergência dos raios de onda, ou seja, respectivamente, de maior ou menor concentração de energia das ondas. Este estudo também é fundamental para a aplicação de técnicas de contenção à erosão, como muros de contenção e realimentação de praia.

A costa de Salvador está situada dentro do campo de ventos alísios do Atlântico Sul, com direções predominantes de Leste, Sudeste e Nordeste, que está relacionado à célula de alta pressão que ocorre entre a América do Sul e a África (BIGARELLA, 1972 apud BITTENCOURT et al. 2000). A região costeira de Itapagipe é alcançada principalmente por frentes de ondas provenientes de Leste e Sudeste, sendo esta faixa litorânea protegida das ondas vindas de Nordeste pela configuração fisiográfica da cidade de Salvador. Estas ondas geram um transporte litorâneo de Sul para Norte nos dois trechos estudados, contudo, no trecho II, entre Monte Serrat e a Calçada, esse transporte parece ser menos efetivo.

Em geral, as praias da região de Itapagipe apresentam sedimentos com granulometria de areia média, composta essencialmente de grãos de quartzo e fragmentos carbonáticos, derivados de esqueletos de organismos marinhos, principalmente moluscos, algas, equinodermas e gastrópodos que vivem na antepraia – zona localizada entre o nível mínimo da maré baixa e a região marinha onde as ondas começam a interagir com o fundo – e regiões mais profundas da Baía de Todos os Santos (VILAS BOAS; BITTENCOURT, 1992).

Nesta região da Baía de Todos os Santos, a zona de antepraia forma uma plataforma extensa e com declividade suave (VILAS BOAS; BITTEN-COURT, 1992), induzindo a quebra das ondas e, conseqüentemente a dispersão de sua energia, ainda distante da costa. Desta forma, as ondas alcançam este litoral com baixa energia e alturas em geral inferiores a 0,5 m. A baixa energia das ondas e a ausência de correntes de retorno nestas praias são um forte atrativo para seu uso recreacional. As correntes de retorno são fluxos perpendiculares à costa, no sentido do continente para o mar, que respondem por grande parte dos afogamentos ocorridos com banhistas. Segundo estudos realizados nas praias de Santa Catarina, a presença de correntes de retorno é o determinante ambiental mais importante relacionado aos acidentes dos banhistas, com estimativas superiores a 90% do total de registros (HOEFEL; KLEIN, 1998).

Os principais fatores de risco para o banho de mar nas praias oceânicas de Salvador, de acordo com Carvalho (2002), são as correntes de retorno, responsáveis por cerca de 70% dos acidentes, seguidas das depressões no fundo e do impacto das ondas. Algumas vezes, as correntes de retorno são controladas por afloramentos rochosos, emersos ou submersos. Além do perigo associado à própria corrente de retorno, outros fatores contribuem para os afogamentos, como o fato destas correntes escavarem um canal no seu leito que, na sua maioria, ultrapassa a altura dos banhistas e, por não serem visíveis, fluindo geralmente em locais onde não há ondas, transmitem uma falsa impressão de segurança aos banhistas (CARVALHO, 2002).

As depressões existentes no fundo, próximo à face da praia, apresentadas por Carvalho (2002) como sendo o segundo mais importante fator de risco nas praias de Salvador, são geralmente produzidas nos períodos de ondas mais altas e vitimam principalmente as crianças e os banhistas sem habilidades para o nado. Da mesma forma, o impacto de fortes ondas também constitui um fator de risco para crianças, idosos ou banhistas menos preparados.

Além das características geomorfológicas e hidrodinâmicas das praias, a maior ou menor taxa de acidentes com banhistas está associada também ao nível de frequência das praias, que, em geral, pode ser associado a fatores como a balneabilidade, condições de acesso, nível de insolação, largura da praia, granulometria dos sedimentos etc. Como a procura pelas praias é maior nos meses de primavera e verão, este fator está também, portanto, associado à estação do ano. Pereira e outros (2003),

em estudos realizados na praia do Cassino (Rio Grande do Sul), indicam que a maior parte dos acidentes ocorre em dias com dinâmica costeira relativamente baixa, por serem dias mais convidativos ao uso da praia.

Por outro lado, apesar das praias de Itapagipe serem seguras para o banho, em alguns trechos a sua balneabilidade está comprometida. A poluição das praias compromete o seu uso para a pesca e atividades recreacionais, assim, no manejo de praias, é essencial o conhecimento das implicações negativas da poluição e do nível de tolerância por parte dos frequentadores. A ausência de escombros e lixo na praia e a qualidade da água para o banho estão entre as exigências prioritárias dos banhistas para o uso recreacional das praias (WILLIAMS; NELSON, 1997; BLAKEMORE; WILLIAMS, 1998; MORGAN, 1999).

A poluição das praias pode ocorrer de várias formas: degradação estética, através da presença de resíduos ou escombros; perda da qualidade da água e dos sedimentos, através da contaminação a partir de esgotos, lixo, resíduos hospitalares ou industriais etc.; contaminação com óleo ou piche; devido à presença de animais domésticos etc.; barulho de rádios, carros, motores etc.; excesso de sedimentos em suspensão na água e no ar, através da chuva ácida.

A contaminação microbiológica é um dos principais aspectos a serem considerados na proteção da saúde pública em praias recreacionais. A probabilidade da presença de organismos patogênicos é determinada pelo diagnóstico de “organismos indicadores”, como coliformes fecais e *streptococcus*. As doenças mais comuns associadas à contaminação microbacteriana são de natureza gastrointestinal. Além destes organismos patogênicos, esgotos podem levar até as águas costeiras produtos químicos nocivos, como mercúrio ou outros metais pesados.

Em Salvador, a classificação da balneabilidade das praias é realizada pelo Centro de Recursos Ambientais (CRA), de acordo com os critérios estabelecidos na Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) nº 274/2000. Segundo esta resolução, as águas marinhas destinadas à balneabilidade e uso recreacional de contato primário são classificadas em próprias – excelente, muito boa, satisfatória – e impróprias, em função da concentração de bactérias do grupo coliforme fecais, normalmente encontradas em animais homeotérmicos, e que podem estar associadas a outros organismos patogênicos. Na avaliação da balneabilidade das praias pelo CRA é utilizado método estatístico simplificado, com base em cinco amostras semanais consecutivas, num mesmo

ponto, nas quais é determinado o número de coliformes fecais em 100 ml da amostra. As praias consideradas próprias são aquelas nas quais 80%, em mais de um conjunto de amostras, - obtidas nas cinco semanas anteriores -, tenham menos de 1.000 coliformes fecais por 100 ml. Quando este índice for superior a 1.000 coliformes, a praia é considerada imprópria. Segundo esta avaliação, realizada no período entre janeiro e novembro de 2001, dentro dos trechos aqui estudados, as únicas praias que apresentaram condições próprias para o banho foram as de Bogari e Boa Viagem. As praias da Penha, Roma e Canta Galo apresentaram condições impróprias para o banho, segundo a metodologia empregada pelo CRA. Para o período entre janeiro e março de 2008, as análises feitas pelo CRA indicam que as praias de Bogari, Boa Viagem e Roma estavam próprias para o banho e a praia da Penha encontrava-se imprópria. Na praia de Canta Galo, a maior parte das amostras coletadas indicou que esta praia estava, neste período, própria para o banho; apenas uma das amostras coletadas no mês de janeiro indicou que estava imprópria. Esta melhora, observada nas condições de balneabilidade das praias da Penha e Canta Galo, no período entre 2001 e 2008, pode ser um reflexo da diminuição do despejo de esgoto doméstico e efluentes industriais na Baía de Todos os Santos, nestes últimos anos.

Outro problema está relacionado às construções feitas em regiões impróprias, dentro da faixa natural de atuação das ondas. Isto gera uma erosão induzida pela ação antrópica e, além da perda de propriedades, ocasiona danos ao ambiente praial, devido à presença de escombros e restos de construção, que dificultam as atividades recreacionais e poluem a praia. O aumento dos processos erosivos associados à existência de construções fixas representa um problema ambiental e social, na medida em que estas construções impedem o livre recuo da linha de costa, passando a representar assim um risco à infraestrutura costeira e reduzindo a capacidade recreacional da praia (BIRD, 1985; PILKEY, 1991; LIZÁRRAGA-ARCINEIGA et al., 2001). Estas construções, além de acelerarem o processo erosivo por aumento da reflexão das ondas, diminuem a sua beleza cênica e dificultam o acesso à praia, muitas vezes inviabilizando o seu uso recreacional. Muitas destas construções estão abandonadas e pertencem a antigas indústrias que funcionavam na região, como é o caso da Companhia Empório Industrial do Norte e a Barreto de Araújo.

Características geomorfológicas e de ocupação das praias em cada setor estudado serão descritas a seguir:

Setor I – Trecho de praia entre a Penha e a fábrica Barreto de Araújo

O setor I é composto pelas praias da Penha, Bogari e Beira Mar. Neste trecho, a linha de costa apresenta uma forma ligeiramente côncava e está inserida em um antigo pontal arenoso, formado entre 3.000 e 3.600 anos antes do presente (VILLAS BOAS; NASCIMENTO, 1979). Um promontório rochoso marca o final deste trecho e o desaparecimento da praia arenosa, próximo aos restos de construção da antiga fábrica Barreto de Araújo (Foto 1).



FOTO 1 – Final da faixa arenosa na antiga fábrica Barreto de Araújo

Foto: Iracema Reimão, 2008.

Em geral, estas praias apresentam sedimentos de cor branca a ocre, granulometria de areia média, declividade variando entre 5° e 10° e largura entre 20 e 35m, nos períodos de maré baixa. Na praia da Penha foi feita uma realimentação da faixa de areia (Foto 2). Esta técnica de engenharia costeira é utilizada para minimizar os efeitos da erosão e ampliar a faixa arenosa, possibilitando o uso recreacional da praia. Na Penha, a areia usada apresenta um baixo grau de selecionamento e uma grande quantidade de fragmentos de concha, diferindo das características físicas do sedimento que compõe naturalmente as outras praias da região. Nesta praia, é comum a prática da mariscagem no terraço exposto na maré baixa (Foto 3).



FOTO 2 – Realimentação de areia na praia da Penha
Foto: Iracema Reimão, 2008.



FOTO 3 – Mariscagem no terraço de maré baixa na
praia da Penha
Foto: Iracema Reimão, 2008.

As praias deste setor são protegidas, voltadas para a porção interna da Baía de Todos os Santos, portanto, com baixa energia das ondas, que chegam a este trecho com alturas inferiores a 50 cm. Na zona de pós-praia – zona do litoral entre a linha máxima de maré alta e a linha de

vegetação permanente – e na zona costeira adjacente à praia, existem barracas, restaurantes, casas e ruas. O lixo deixado nas praias em geral é retirado pelos donos das barracas e restaurantes e pelo serviço de limpeza municipal, contudo, principalmente nos finais de semana, é comum a ocorrência de lixo. Durante as visitas de campo, foi encontrado lixo nas praias de Bogari e Beira Mar. Não existe nenhuma descarga de esgoto visível neste trecho.

As praias da Penha e Bogari são as mais procuradas para atividades de recreação e lazer (Foto 4). Nestas praias, barracas de pequeno porte oferecem serviços básicos, como a provisão de bebidas, petiscos, refeições, cadeiras e sanitários. Na praia da Beira Mar, ambulantes e restaurantes, localizados do outro lado da avenida, vendem bebidas e lanches. Neste trecho, existe um muro de arrimo que protege a avenida da ação das ondas (Foto 5).



FOTO 4 – Barracas na praia do Bogari
Foto: Iracema Reimão, 2008.



FOTO 5 – Muro de arrimo e construções da praia da Beira Mar
Foto: Iracema Reimão, 2008.

Setor II – Trecho de praia entre o Forte de Monte Serrat e a Calçada

O setor II é composto pelas praias de Monte Serrat, Boa Viagem, Roma e Canta Galo. Estas praias apresentam sedimentos de cor branca a ocre, granulometria de areia média, larguras inferiores a 20m e declividades variando entre 5° e 7°. É comum a presença de afloramentos de rochas da Bacia do Recôncavo, especialmente arenitos, em todo este trecho (Foto 6).



FOTO 6 – Afloramentos rochosos na praia de Roma
Foto: Iracema Reimão, 2008.

De forma quase contínua, entre as praias da Boa Viagem e Canta Galo, a zona costeira adjacente à praia é ocupada por casas, muros e construções de antigas indústrias, como a Fratelli Vita – agora em reforma para o funcionamento de uma universidade – e o Empório Industrial do Norte (conhecida como indústria Luiz Tarquínio). Ao longo destas praias, são encontrados antigos trilhos (Fotos 7, A e B), escadas e *pier* usados para escoamento de mercadorias e produtos. São encontrados também restos de tubulações metálicas, por onde eram lançados esgotos e resíduos das indústrias. Essas antigas estruturas muitas vezes criam situações de risco para os banhistas ou a pessoas que caminhem nestas praias, dificultam o acesso, diminuem a sua qualidade recreacional e beleza cênica (Fotos 8, A e B).



FOTOS 7 A E B – Restos de trilhos na praia da Boa Viagem
Fotos: Iracema Reimão, 2008.



FOTOS 8 A E B – Construções abandonadas na praia de Roma
Fotos: Iracema Reimão, 2008.

As praias de Roma e Canta Galo são ocupadas por moradias irregulares e oferecem baixa infraestrutura para recreação e lazer (Foto 9). Estas praias são usadas principalmente pelos dos moradores locais. As praias de Monte Serrat (Foto 10) e Boa Viagem são as mais procuradas para atividades de recreação e lazer, e apresentam também um valor histórico-cultural associado à presença do Forte de Monte Serrat (Foto 11) e à Igreja da Boa Viagem (Foto 7A).



FOTO 9 – Construções na praia de Canta Galo
Foto: Iracema Reimão, 2008.



FOTO 10 – Barracas na praia de Monte Serrat
Foto: Iracema Reimão, 2008.



FOTO 11 – Forte de Monte Serrat
Foto: Iracema Reimão, 2008.

As praias da região de Itapagipe, nos trechos entre a Penha e a antiga fábrica Barreto de Araújo, e entre o Forte de Monte Serrat e a Calçada, apresentam, na sua maioria, granulometria de areia média, larguras entre 10 e 30m e declividades entre 5 e 10°. São praias protegidas da ação das ondas, principalmente as vindas de Nordeste, e apresentam um transporte litorâneo de Sul para Norte. A baixa energia das ondas e a ausência de correntes de retorno, nestas praias, são um forte atra-

tivo para seu uso recreacional, contudo, as praias de Roma e Canta Galo foram consideradas, de acordo com a avaliação de balneabilidade feita pelo Centro de Recursos Ambientais, impróprias para o banho em alguns períodos do ano.

A presença de construções fixas ao longo da zona costeira de Itapagipe, como casas, galpões e fábricas, causa um grande impacto ambiental e condiciona de forma importante o uso recreacional de suas praias. Em parte da praia da Boa Viagem e nas praias de Roma e Canta Galo a ocupação da região de pós-praia, de forma quase contínua, por essas construções, dificulta o acesso a estas praias, diminuem sua beleza cênica e, em alguns casos, constituem risco para os seus frequentadores.

O melhor aproveitamento do espaço costeiro em Itapagipe, com a reconversão de espaços atualmente abandonados e a criação de infraestrutura básica para os banhistas, são importantes ferramentas para a gestão de suas praias, valorizando as suas características ambientais, históricas e culturais e criando novas oportunidades de turismo, recreação e lazer nesta região da cidade de Salvador.

Referências

FONTES IMPRESSAS

A BAHIA, Bahia, 16 mar. 1903.

A BAHIA, Bahia, 4 abr., 1911.

A TARDE, Bahia, 29 mar. 1912.

A TARDE, Bahia, 3 abr. 1915.

A TARDE, Bahia, 25 fev. 1950.

A TARDE, Bahia, 8 jul. 1953.

A TARDE, Bahia, 13 set. 1972.

A TARDE, Bahia, 8 nov. 1972.

A TARDE, Bahia, 25 jul. 1974.

A TARDE, Bahia, 13 maio 2007.

ACCIOLY, Ignácio. **Memórias históricas e políticas da Bahia**. Anotador Dr. Braz do Amaral. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1931.

AGUIAR, Pinto de. **Ensaio de história e economia**. Salvador: Progresso, 1960.

_____. Notas sobre o enigma baiano. **Planejamento**, Salvador, v. 5, n. 4, out./dez. 1977.

ALBUQUERQUE, A.P. (Org.). **Almanaque do “O Anuncio” para o ano de 1909**. Bahia: Albuquerque e Bensabath; Tip. Castro Alves, 1909.

ALMEIDA, Rômulo Barreto de. Traços da história econômica da Bahia no último século e meio. **Planejamento**, Salvador, ano 4, n. 4, 1973.

_____. **O subsistema de organização econômica da Bahia**. Salvador: [s. n.], 1940.

_____. Industrialização da Bahia e sua repercussão no desenvolvimento brasileiro. **Aratu**: Salvador, ano 3, n. 35, jul. 1970.

_____. Traços da história econômica da Bahia no último século e meio. **Planejamento**, Salvador, v. 5, n. 4, out./dez. 1977.

- AMARAL, Braz do. **História da Bahia, do Império à República**. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1923.
- AMARAL, José Álvares do. **Resumo chronológico e noticioso da Bahia desde o seu descobrimento em 1500**. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1922.
- ANDRIEUX, JeanYves. **Patrimoine et histoire**. Paris: Belin, 1997.
- ANGULO, R. J. A ocupação urbana do litoral paranaense e as variações da linha de costa. **Boletim Paranaense de Geociências**, Curitiba, n. 41, p. 73-81, 1993.
- _____. Natural Dynamics and land-use on the coast of Paraná, Brazil: background and prospective. **Anais Academia Brasileira de Ciências**, Rio de Janeiro, v. 68, n. 3, p. 383-388, 1996.
- ARANTES Antônio Augusto. **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000.
- ARAÚJO, Emerson Pinto de. **Capítulos da história de Jequié**. Salvador: EGBA, 1997.
- ARAÚJO, Marcelo da Silva. **Vitrines de concreto na cidade: juventude e grafite em São Gonçalo**. 2003. Dissertação (Mestrado) - Escola de Belas Artes, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.
- ARGAN, Giulio Carlos. **Arte moderna: do iluminismo aos movimentos contemporâneos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- AS INDÚSTRIAS bahianas, a Companhia Empório Industrial do Norte. **Bahia Ilustrada**, Rio de Janeiro, ano 2, 1918.
- AUGÉ, Marc, **Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. 2. ed. Campinas: Papirus, 1994.
- AZEVEDO, Thales de. **Italianos na Bahia e outros temas**. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia; Secretaria da Cultura, 1989. (Col. Terra Primaz).
- AZEVEDO, Thales de; LINS, Vieira. **História do Banco da Bahia; 1858-1958**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1969.
- BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

BAHIA. CONDER - Companhia de Desenvolvimento do Estado da Bahia. **Programa de redução da pobreza urbana na área do Ribeira Azul.** Apoio Técnico Social. Salvador: CONDER, 2002.

BAHIA. CPE - Comissão de Planejamento Econômico. **Plano de desenvolvimento da Bahia, 1960-1963.** Salvador: CPE, 1968.

BAHIA. Instituto de Pesquisas e Serviços Industriais. **Pedido de assistência apresentado ao programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).** Fundo Especial. Salvador: Estado da Bahia, 1968.

BAHIA. **Mensagem apresentada a Assembléia Legislativa...** pelo governador J. J. Seabra... Bahia: Diário da Bahia, 1916.

BAHIA. **Mensagem apresentada a Assembléia Legislativa...** pelo governador J. J. Seabra. Bahia: Diário da Bahia, 1922.

BAHIA. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa** pelo governador Francisco M. de Góes Calmon em 7 de abril de 1925. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1925.

BAHIA. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa** pelo Governador Luiz Viana Filho, em 1º mar. 1968. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1968.

BAHIA. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa** pelo Governador Luiz Viana Filho, em 1º mar. 1969. Bahia. Imprensa Oficial do Estado, 1969.

BAHIA. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa** pelo Governador Luiz Viana Filho, em 1º mar. 1970. Bahia. Imprensa Oficial do Estado, 1970.

BAHIA. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa...** pelo Governador Antônio Carlos Magalhães Bahia: Instituto de Pesquisas e Serviços Industriais, 1983.

BAHIA. SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Sumário.** Salvador: SEI, 2000.

BAHIA. SEPLAN - Secretaria de Planejamento. **Bahia soluções, oportunidades de investimentos.** Salvador: SEPLAN 1991.

BAHIA. SEPLAN - Secretaria de Planejamento. **Dossiê sobre a solicitação da Comissão de Articulação e Mobilização dos**

- Moradores da Península de Itapagipe/CAMMPI.** Salvador, 2001. Digitado.
- BAHIA. SEPLAN - Secretaria do Planejamento. **Plano estratégico da Bahia.** Salvador: SEPLAN, 2003.
- BAHIA. SEPLANTEC - Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. **A inserção da Bahia na evolução nacional: primeira etapa 1850-1889.** Bahia: SEPLANTEC; CPE, 1978. v. 1.
- BAHIA. SEPLANTEC - Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia. **4 anos do governo Antônio Carlos Magalhães, 1979-1983.** Salvador: SEPLANTEC, 1983.
- BAHIA. SEPLANTEC - Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia. **Tendências da economia baiana.** Salvador: SEPLAN, 2000.
- BAHIA. SIC - Secretaria da Indústria e Comércio. **Centro de Desenvolvimento e Assistência à Pequenas e Médias Industrias.** Salvador: SIC, 1968.
- BAHIA. SIC - Secretaria da Indústria e Comércio. **Industrialização baiana, considerações sobre o Centro Industrial de Aratu e o desenvolvimento regional.** Bahia: SIC, 1977a.
- BAHIA. SIC - Secretaria da Indústria e Comércio. **Política de distritos industriais no Estado da Bahia.** Bahia: SIC, 1977b.
- BAHIA. SICM - Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração. **30 anos da indústria, comércio e turismo Bahia, 1966/1996.** Salvador: SICM; IPA; UNIFACS, 1997.
- BAHIA. SICT - Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo. **Anteprojeto da cidade industrial da pequena empresa.** Bahia: SICT, 1985.
- BAHIA. SICT - Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo. **Bahia: resenha de empresas.** Bahia: SICT, 1984.
- BAHIA. SICT - Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo. **A indústria no Estado da Bahia: uma proposta de política industrial.** Bahia: SICT, 1983.
- BAHIA: um século de progresso; um ensaio fotográfico. Salvador: Banco Econômico da Bahia, 1972.

BALBI, André Luiz de Lacerda. A teoria da contingência estrutural e as agências estaduais de regulação. 2003. Trabalho apresentado ao 3º Congresso Nacional de Regulação de Serviços Públicos, Gramado/RGS, 2003a

_____. **Caracterização do arranjo produtivo local de confecções da Rua do Uruguai**. Salvador: SEBRAE, 2003b.

BAUDRILLARD, Jean. Le mondial et le global. In: BIENAL DE ARQUITETURA DE VENEZA. **Anais...** Veneza, Itália, 2000.

BENEVIDES, J. R. **Ações de apoio aos empreendimentos populares: estudos e projetos para implantação do condomínio de grupos de produção associativos de Itapagipe**. Salvador: [s.n.], 2003. Digitado.

BENJAMIN, José Botelho. **Breve notícia sobre o Estado da Bahia, sua geografia física, riquezas naturais, leis principais, esboço histórico, etc.** Bahia: Diário da Bahia, 1894.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Rio de Janeiro: Vozes, 1973.

BIRD, Eric. C. F. **Coastline changes: a global review**. Chichester: J. Wiley, 1985.

BITTENCOURT, A. C. S. P. *et al.* Patterns of sediment dispersion coastwise the state of Bahia. In: ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS. **Anais...** Rio de Janeiro, v. 72. n. 2, p. 271-287, 2000.

BLAKEMORE, Fenton. Brian; WILLIAMS, Alan. T. Public valuation of beaches in South East wales, UK. **Shore and Beach**, Califórnia, p.18-23, 1998.

BLAY, Eva. **Eu não tenho onde morar: vilas operárias de São Paulo**. São Paulo: Nobel, 1985.

BOCCANERA JÚNIOR, Sílio. Carta a Múcio Teixeira, Luiz Tarquínio. **Cidade do Bem, Revista da Vila Operária**, Bahia, n. 30, 1899.

_____. **Bahia cívica e religiosa...** Bahia: A Nova Graphica, 1926.

BORGES, Jafé (Org.). **Salvador era assim**. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 2001.

BOTELHO, Marisa dos Reis. Distritos industriais e política industrial: notas sobre tendências recentes. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, ano 19, n. 1, p. 103-124, 1998.

- BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**. São Paulo: Papirus, 2003.
- BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. **A profissão de sociólogo: preliminares analíticas**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- BOURRICAUD, François; BOUDON, Raymond. **Dicionário crítico de sociologia**. São Paulo: Ática, 1993.
- BRASIL. BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social; PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Gestão participativa para o desenvolvimento**. Recife: BNDS; PNUD, 2000.
- BREAUD, M. **L'art de la thèse**. Paris: La Découverte, 1994.
- BRESCIANI, Maria Stela Martins. **Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- CACHEUX, Émile. **Habitations ouvrières; études avec plans sur les habitations isolées, maisons a étages, hotels pour ouvriers**. In: CACHEUX, Émile. **Le philanthrope pratique**. Laval/ France: Imprimerie et Stéréotypie E. Jamin, 1882.
- CALLIARI, Lauro Julio; TOZZI, H. M.; KLEIN, Antonio H. da Fontoura. **Beach morphology and coastline erosion associated with storm surges in southern Brazil - Rio Grande to Chuí/RS**. **Anais da Academia Brasileira de Ciências**, Rio de Janeiro, v. 70, n. 2, 1998a. p. 231-247.
- _____. **Erosão associada a marés meteorológicas na costa sul-riograndense**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOLOGIA, **Anais**, 39, 1998. Belo Horizonte: UFMG, 1998b, p. 430-434.
- CALMON, Francisco Marques de Góes. **Vida econômico-financeira da Bahia: elementos para a história de 1808-1899**. Salvador: Fundação de Pesquisa Econômica (CPE), 1978.
- CALMON SOBRINHO, Miguel. **Homenagem a Luiz Tarquínio no centenário do seu nascimento, em 22 de julho de 1944**. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, Salvador, n. 72, p. 221-231, 1945.
- CAMMPI - Comissão de Mobilização dos Moradores da Península de Itapagipe. **Planejamento Estratégico da CAMMPI**. Salvador, 2004. Digitado.

_____. **Relatório da Primeira Reunião da CAMMPI.** Salvador, nov. 1998. Digitado.

CAMMPI - Comissão de Articulação e Mobilização dos Moradores de Itapagipe; NAI - Núcleo de Articulação Institucional de Itapagipe. Plano referencial de desenvolvimento sustentável da Península de Itapagipe. Salvador, 2007. Digitado.

_____. **Plano referencial de desenvolvimento sustentável da Península de Itapagipe.** Salvador, 2000. Digitado.

CAMPOS, Renato. Ramos. *et al.* **Arranjo Produtivo Textil-vestuário do Vale do Itajaí/SC.** Rio de Janeiro: Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000.

CANTON, Kátia. **Novíssima arte brasileira.** São Paulo: Luminuras, 2001.

CAPOBIANCO, M.; DEVRIEND, H. J.; NICHLLS, R. J.; STIVE, M. J. F. Coastal area impact and vulnerability assessment: the point of view of a morphodynamic modeller. *Journal of Coastal Research*, Florida, v. 15, n. 3, p. 701-716, 1999.

CARDOSO, Ceila Rosana Carneiro. **Arquitetura e indústria: a península de Itapagipe como sítio industrial de Salvador moderna, 1891-1947.** Dissertação (Mestrado) - Escola de Engenharia de São Carlos, São Paulo, 2004.

CARDOSO, F. Um dos maiores vultos da Bahia no seu primeiro século da Independência nacional, *O Democrata*, Bahia, 2 jul. 1923.

CARDOSO, Luiz Antônio Fernandes. **Entre vilas e avenidas; habitações proletárias em Salvador, na Primeira Republica.** 1991. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura da UFBA, Salvador, 1991.

CARDOZO, J. Luiz Tarquínio e sua obra de grande industrial. **Aparas Jornalísticas**, Bahia, n. 24, 1925.

CARONE, Edgard. **O pensamento industrial no Brasil: 1880-1945.** Rio de Janeiro: São Paulo: DIFEL, 1977.

CARVALHO, Augusto C. **Decoração de exteriores: paisagismo.** São Paulo: Ediouro, 1982.

CARVALHO, Eduardo Teixeira de. **Os Alagados da Bahia: intervenções públicas e apropriação informal do espaço urbano**. 2003. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

CARVALHO, Mário Pereira de. **Fatores oceanográficos, meteorológicos, morfodinâmicos, geológicos e urbanos relacionados à incidência de afogamentos nas praias da Costa Atlântica de Salvador**. 2002. 146 f. Dissertação (Mestrado em Geologia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002.

CASTELLS, Manoel; HALL, Peter. **Tecnópolis del mundo: la formación de los complejos industriales del siglo XXI**. Madrid: Alianza Editorial, 1994.

CASTRO, Ana Célia. **As empresas estrangeiras no Brasil, 1860-1913**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

CELESTINO, Mônica. Luiz Tarquínio: memórias da Bahia II. **Correio da Bahia**, Bahia, jan. 2004, p. 9.

CHALHOU, Sidnei. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHOAY, Françoise; MERLIN Pierre. **Dictionnaire de l'urbanisme et de l'aménagement**. Paris: Presses Universitaires de France, 1985.

CIN, R. D.; SIMEORI, U. A model for determining the classification, vulnerability and risk in the southern coastal zone of the marche (Italy). **Journal of Coastal Research**, Florida, v. 10, n. 1, p. 18-29, 1994.

CNI - Confederação Nacional da Indústria; IEL - Instituto Euvaldo Lodi; CNA - Confederação Nacional da Agricultura; SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Análise da eficiência econômica e da competitividade da cadeia têxtil brasileira**. Salvador: CNI; IEL; CNA; SEBRAE, 2000.

COHN, Gabriel. Problemas de industrialização no século XIX. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). **Brasil em perspectiva**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

CPE - Comissão de Planejamento Econômico. **Projeto de reequipamento da Companhia Empório Industrial do Norte**. Bahia: CPE, 1959. v. 1.

COMPANHIA EMPÓRIO INDUSTRIAL DO NORTE. Relatório apresentado à Assembléa Geral em sessão de 16 de março de 1896. Bahia: Imprensa Popular, 1896.

_____. Relatório apresentado à Assembleia Geral em sessão de 19 de março de 1900. Bahia: Imprensa Popular, 1900.

_____. Relatório apresentado à Assembleia Geral em sessão de 7 de março de 1904. Bahia: Imprensa Popular, 1904.

_____. Relatório apresentado à Assembleia Geral em sessão de 27 de março de 1908. Bahia: Imprensa Popular, 1908.

_____. Relatório apresentado à Assembleia Geral em sessão de 26 de março de 1909. Bahia: Imprensa Popular, 1909.

_____. Relatório apresentado à Assembleia Geral em sessão de 31 de março de 1916. Bahia: Reis e Comp., 1916.

_____. Relatório apresentado à Assembleia Geral em sessão de 31 de março de 1920. Bahia: Reis & Cia, 1920.

_____. Relatório apresentado à Assembleia Geral em sessão de 16 de março de 1921. Bahia: Diário Oficial, 1921.

_____. Relatório apresentado à Assembleia Geral em sessão de 20 de fevereiro de 1924. Bahia: Globo, 1924.

_____. Relatório apresentado à Assembleia Geral em sessão de 21 de março de 1925. Bahia: Dois Mundos, 1925.

_____. Relatório apresentado à Assembleia Geral em sessão de 7 de março de 1927. Bahia: Dois Mundos, 1927.

_____. Relatório apresentado à Assembleia Geral em sessão de 27 de fevereiro de 1928. Bahia: Dois Mundos, 1928.

_____. Relatório apresentado à Assembleia Geral em sessão de de 30 de março de 1929. Bahia: Reis & Cia, 1929.

_____. Relatório apresentado à Assembleia Geral em sessão de 31 de março de 1930. Bahia: Typ. da Porta de São Miguel, 1930.

_____. Relatório apresentado à Assembleia Geral em sessão de 31 de março de 1931. Bahia: Typ. da Porta de São Miguel, 1931.

_____. Relatório apresentado à Assembleia Geral em sessão de 23 de fevereiro de 1932. Bahia: Typ. da Porta de São Miguel, 1932.

- _____. Relatório apresentado à Assembleia Geral em sessão de 21 de fevereiro de 1933. Bahia: da Typ. Porta de São Miguel, 1933.
- _____. Relatório apresentado à Assembleia Geral em sessão de 20 de março de 1934. Bahia: Globo, 1934.
- _____. Relatório apresentado à Assembleia Geral em sessão de 25 de fevereiro de 1935. Bahia: Globo, 1935.
- _____. Relatório apresentado à Assembleia Geral em sessão de de 26 de março de 1936. Bahia: Dois Mundos, 1936.
- _____. Relatório apresentado à Assembleia Geral em sessão de 16 de março de 1937. Bahia: Globo, 1937.
- _____. Relatório apresentado à Assembleia Geral em sessão de 9 de março de 1938. Bahia: Globo, 1938.
- _____. Relatório apresentado à Assembleia Geral em sessão de 17 de março de 1939. Bahia: Dois Mundos, 1939.
- _____. Relatório apresentado à Assembleia Geral em sessão de 15 de março de 1940. Bahia: Dois Mundos, 1940.
- _____. Relatório apresentado à Assembleia Geral em sessão de 10 de março de 1941. Bahia: Dois Mundos, 1941.
- _____. Relatório apresentado à Assembleia Geral em sessão de 5 de março de 1942. Bahia: Globo, 1942.
- _____. Relatório apresentado à Assembleia Geral em sessão de 19 de março de 1943. Bahia: Gráfica Comercial, 1943.
- _____. Relatório apresentado à Assembleia Geral em sessão de 31 de março de 1944. Bahia: Dois Mundos, 1944.
- _____. Relatório apresentado à Assembleia Geral em sessão de 14 de março de 1945. Bahia: Dois Mundos, 1945.
- _____. Relatório apresentado à Assembleia Geral em sessão de 12 de março de 1946. Bahia: Dois Mundos, 1946.
- _____. Relatório apresentado à Assembleia Geral em sessão de 31 de março de 1947. Bahia: Dois Mundos, 1947.
- CONNOR, Steven. **Cultura pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.

COOPER, J. A. G.; McLANGHLIN, S. Contemporary multidisciplinary approaches to coastal classification and environmental risk analysis. **Journal of Coastal Research**, Florida, v. 14, n. 2, p. 517-524, 1998.

CORBIN, Alain. **O território vazio: a praia e o imaginário ocidental**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

COSTA, José Simão da. A fábrica de Luiz Tarquínio. **Cidade do Bem, Revista da Vila Operária**, Salvador, 1899.

_____. O regulamento da Vila Operária. **Jornal de Notícias**, Bahia, 11 nov. 1898.

CROCCO, M. *et al.* **Metodologia para identificação de arranjos produtivos locais potenciais: uma nota técnica**. Belo Horizonte: UFMG; Cedeplar, 2003. (Texto para Discussão, 191).

DAMBRON, Patrick. **Patrimoine industriel et développement local**. Paris: Jean Delaville, 2004.

DANTAS NETO, Paulo Fábio. Caminhos e atalhos: autonomia política, governabilidade e governança em Salvador. In: IVO, Anete Brito Leal. **O poder da cidade: limites da governança urbana**. Salvador: EDUFBA, 2000.

DATAR. Fiches industrielles, lieux culturelles. **Actes du Colloque 18-19 mai. 1993**. Organisé à Strasbourg par la Laiterie Centre Eropéen de la Jeune Création. Paris: 1993.

DEAN, Warren. **A industrialização de São Paulo; 1880-1945**. São Paulo: EDUSP; Rio de Janeiro: Difel 1971.

_____. A industrialização durante a República Velha. In: FAUSTO, Boris (Org.). **O Brasil republicano; estrutura de poder e economia, 1889-1930**. São Paulo: DIFEL, 1975, t. 3, v. 1.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DECCA, Edgar de. **O nascimento das fábricas**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. **A vida fora das fábricas; cotidiano operário em São Paulo; 1920-1934**. Rio de Janeiro: Terra e Paz, 1987.

DELUC, Isabelle. **Friches industrielles et dynamique de l'espace urbaine: les impactes des operations de reaffectation en petite**

couronne parisienne. Paris: I.U.P. Paris XII Val de Marne, 1989a. 139p. (Mémoire de DEA.). Digitado.

_____. Étude de 9 operations de reaffectedation de friches industrielles; maquettes des monographies realisees. **Rapport de Stage a l' IAURIF**, Paris: [s. n.], 1989b. Digitado.

DEROCHE, Eric. Revitaliser la banlieue: les friches industrielles d'argenteuil, bezons. **Urbanisme, France**, n. 186-187, p. 102-105, nov. 1981.

DIÁRIO da Bahia, Bahia, 3 abr.1898.

DIÁRIO da Bahia, Bahia, 27 mar. 1901.

DIÁRIO da Bahia, Bahia, 21 mar. 1902.

DIÁRIO da Bahia, Bahia, 14 mar. 1905.

DIÁRIO da Bahia, Bahia, 29 mar. 1906.

DIÁRIO da Bahia, Bahia, 28 mar. 1907.

DIÁRIO da Bahia, Bahia, 25 mar. 1910.

DIÁRIO da Bahia, Bahia, 30 mar. 1912.

DIÁRIO da Bahia, Bahia, 29 mar. 1914.

DIÁRIO de Noticias, Bahia, 24 out. 1898.

DIÁRIO de Noticias, Bahia, 25 out. 1898.

DIÁRIO de Noticias, Bahia, 11 nov. 1898.

DIÁRIO de Notícias, Bahia, 23 nov. 1898.

DIÁRIO de Noticias, Bahia, 24 nov. 1898.

DIÁRIO de Noticias, Bahia, 14 fev. 1923.

DIÁRIO de Noticias, Bahia, 8 jul. 1953.

DIÁRIO Oficial, Bahia, 29 mar. 1919.

DINIZ, R. F. **Erosão costeira ao longo do litoral oriental do Rio Grande do Norte**: causas, conseqüências e influência nos processos de uso e ocupação da região costeira. 2002. 180 f. Tese (Doutorado em Geologia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002.

DOCUMENTO-MANIFESTO dos Moradores de Itapagipe aos poderes públicos locais. Salvador: [s. n.], 1998. Digitado.

DOREA, Luiz Eduardo. **Historias de Salvador nos nomes das suas ruas**. Bahia: EDUFBA, 2006.

DOREN, P. Van. Un programme de développement régional pour Charleroi ou comment mieux répondre à la démarche du milieu innovateur. In: DÉMAZIERE, C. (Org.). **Du local au global**; les initiatives locales pour le développement économique en Europe et en Amérique. Paris: L'Harmattan, 1996.

DOYLE, L. J. et al. Living with the West Florida shore. In: PILKEY JR, O. H.; NEAL, W. I. (Edit.). **Living with the shore**. Durham, North Carolina: Duke University Press, 1984.

DROULERS, M. Les pôles technologiques brésiliens dans l'orbite métropolitaine: l'inertie d'une armature urbaine. **Les Annales de la Recherche Urbaine**, Paris, v. 46, n. 1, 1990.

DUMÊT, Eliana Bittencourt. **O semeador de idéias**. Salvador: Memorial das Letras, 1998.

ESPIÑEIRA, Maria Victória. **O partido, a igreja e o estado nas associações de bairro**. Salvador: EDUFBA, 1997.

ESTEVEES, Luciana. Stomp; SANTOS, Isaac. Rodrigues dos. Impacto econômico da erosão na praia do Hermenegildo (RS), Brasil. **Pesquisa em Geociências**, Porto Alegre, v. 28, n. 2, p. 393-402, 2001.

EVERTS, H. C.; ELTON, C. D. Beach retention structures and wide sandy beaches in Southern California, **Shore & Beach**, California, v. 68, n. 3, p. 11-22, 2000.

FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social, 1890-1920**. São Paulo: DIFEL, 1986.

FEITOSA, Antonio. Cordeiro. Problemas ambientais decorrentes da ocupação desordenada do Litoral Norte do município de São Luiz - MA. In: Simpósio sobre Processos Sedimentares e Problemas Ambientais na Zona Costeira Nordeste do Brasil, 1., 1995, Recife. **Anais...** Recife: UFPE, 1995. p. 3-6.

FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio, A. F. Idealizações urbanas e a construção da Salvador moderna, 1850-1900. **Espaços e Debates**, São Paulo, v. 11, n. 34, p. 92-103, 1991.

FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. Desafrikanizar as ruas: elites letradas, mulheres pobres e cultura popular em Salvador, 1890-1937. *Revista Afro-Ásia*, Salvador, n. 21-22, 1999.

FERRER, Juan-Luis Corbín. **Ruzafa la bien plantada**. Valencia: Frederico Domenech, 1995.

FIEB - Federação das Indústrias do Estado da Bahia. Departamento de Promoção Industrial. **As 200 maiores indústrias da Bahia**. Salvador: Artes Gráficas e Indústria, 1984.

FIEB - Federação das Indústrias do Estado da Bahia. **As 200 maiores indústrias da Bahia**. Salvador: FIEB, 1976.

FIEB - Federação das Indústrias do Estado da Bahia. **Perfil da indústria de confecções na Bahia**. Salvador: FIEB, 1995.

FIGUEIRA, Manoel Rodrigues (Org.). **Álbum artístico, comercial e industrial do Estado da Bahia**. Brasil: Filgueira, 1930.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. A rede urbana brasileira setecentista; a afirmação da vila regular. In: TEIXEIRA, Manuel C. **A construção da cidade brasileira**. Lisboa: Livros Horizonte, 2005. p. 203-240.

_____. **Salvador nos postais**. Salvador: [s. n.], 1999. p. 80-82. Digitado.

FONTAN, J. M. et al. Le technopole Angus a Montréal: essai d'innovation dans uns processus de reconversion industrielle. In: SENEGAL, G.; MALÉZIEUX, J.; MANZAGAL, C. (Orgs.). **Grands projets urbains et réqualification**. Quebec: Presses de l'Université du Québec, 2002.

FREIRE, Luiz Alberto Ribeiro. **A talha neoclássica na Bahia**. Rio de Janeiro: Versal, 2006.

FRIHY, O. E. The necessity of environmental impact assessment (EIA) in implementing coastal projects: lessons learned from the Egyptian Mediterranean Coast. **Ocean & Coastal Management**, Newark, DE, n. 44, p. 489-516, 2001.

GAZETA MERCANTIL, Bahia-Sergipe, 27 jul. 2000.

GEIGER, Pedro Pichas. Urbanização e industrialização na orla Oriental da Baía de Guanabara. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, p. 47-70, 1956.

- GRAHAN, Richard. **Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil, 1850-1914**. São Paulo: Brasiliense, 1973.
- GROSDIDIER, F. **La reconveerson: une ardente obligation**. Paris: La Documentation Française, 1996.
- GUIMARÃES, Archimedes Pereira de. O cristal na Bahia: homenagem ao companheiro José Vita. **Rotary Bahiano**, Salvador, ano 1, n. 7, p. 29-32, 1940.
- GUIMARÃES, Antonio. Sérgio. Alfredo. **A formação e a crise da hegemonia burguesa na Bahia: 1930-1964**. 1982. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1982.
- HALL, C. Michael. Trends in ocean and coastal tourism: the end of the last frontier? **Ocean & Coastal Management**, Newark, DE, n. 44, p. 601-618, 2001.
- HARDMAN, Francisco Foot; LEONARDI, Victor. **História da indústria e do trabalho no Brasil**. São Paulo: Global, 1982.
- HOEFEL, Fernanda Gemael.; KLEIN, Antonio. H. de Fontoura. Beach safety issue at oceanic beaches of central northern coast of Santa Catarina, Brazil: magnitude and nature. **Journal of Coastal Research**. SI (26) (ICS'98 Proceeding). Fort Lauderdale, Florida, p. 2-6, 1998.
- HOBBSAWN, Eric J. **Mundos do trabalho: novos estudos sobre história operária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Brasil em números**. Rio de Janeiro: IBGE, 2001.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.1, n. 1, 1939.
- IEMI - Instituto de Estudos e Marketing Industrial. **1º Relatório do Setor Têxtil Brasileiro**; Brasil Têxtil. São Paulo: IEMI, 2001.
- IGLÉSIAS, Francisco. **A industrialização brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- INMET - Instituto Nacional de Meteorologia. **Gráficos climatológicos**. Califórnia: IRI/INMET, 1990.
- IVO, Anete Brito Leal. Governança local: a normatividade das mediações entre governo e sociedade e seus limites estruturais. In: IVO,

- Anete Brito Leal. **O poder da cidade**: limites da governança urbana. Salvador, EDUFBA, 2000, p. 31-50.
- JACOBINA, Deraldo; SANTOS, Milton. **Localização industrial no Estado da Bahia**. Salvador: CPE, out. 1958. (Col. Estudos e Problemas da Bahia).
- JESUS, José Barreto. **Carybé & Verger**: gente da Bahia. Salvador: Fundação Pierre Verger, Design, 2008.
- JIANG, Y.; KIRKMAN, H.; HUA A. Megacity development: managing impacts on marine environments. **Ocean & Coastal Management**, Newark, DE, n. 44, p. 293-318, 2001.
- JORNAL de Notícias, Bahia, 3 mar. 1890.
- JORNAL de Notícias, Bahia, 4 abr. 1899.
- JORNAL de Notícias, Bahia, 14 set. 1903.
- JORNAL de Notícias, Bahia, 4 fev. 1911.
- JORNAL de Notícias, Bahia, 11 fev. 1911.
- JORNAL de Notícias, Bahia, 18 fev.1911.
- KOWARICK, Lúcio; ANT, Clara. Cem anos de promiscuidade; o cortiço na cidade de São Paulo. In: KOWARICK, L.; ANT, C. **As lutas sociais e a cidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.
- KRAYCHETE, Elsa Sousa. **A indústria na Bahia em 1980**: uma interpretação a partir de ramos industriais e seções produtivas. 1988. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1988.
- KRAYCHETE SOBRINHO, Gabriel. **O capital agro-mercantil e a indústria na Bahia**; do primeiro surto industrial à crise de 1930. 1988. Salvador: Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1988.
- KULLENBERG, G. Contributions of marine and coastal area research and observations towards sustainable development of large coastal cities. **Ocean & Coastal Management**, Newark, DE, n. 44, p. 283-291, 2001.
- LABASSE, Jean. **L'organisation de l'espace**: éléments de géographie volontaire. Paris: Hermann, 1966.

LA LATTERIE Strasbourg. Friches industrielles, lieux culturels. **Actes du Colloque 18-19 mar. 1993**. Paris; Datar: La documentation Française, 1994.

LARA, Silvia Hunold. Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil. **Revista Cultura e Trabalho**, São Paulo, n. 16, p. 25-38, 1998.

LAPERRIERE, H. E. ; LATOUCHE. La grande bibliothèque du Québec et la requalification du Quartier Latin: une méthode, deux réalités, trois visions. In: SÉNECAL, G.; MALEZIEUX, J.; MANZAGOL, C. (Dir.). **Grands projets urbains et requalification**. Québec: Presses de l'Université du Québec; Paris: Publications de la Sorbonne, 2002. p. 127-142. (Col. Géographie, 22).

LASKSHMI, A.; RAJAGOPALAN, R. Socio-economic implications of coastal zone degradation and their mitigation: a case study from coastal villages in India. **Ocean & Coastal Management**, Newark, DE, n. 44, p. 749-762, 2000.

LEAL, Geraldo da Costa; LEAL FILHO, Luís. **Um cinema chamado saudade**. Salvador: Gráfica Santa Helena, 1997.

LEAL José. Reginaldo. Lima Verde; MAIA, Luiz Parente. Zoneamento geoambiental de Canoa Quebrada/CE. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOLOGIA, 41, 2002, João Pessoa **Anais...** João Pessoa: UFPB, 2002. p. 99.

LEFEBVRE, Henri. **Le droit à la ville**. Paris: Anthropos, 1971.

LEMOS, Carlos A. C. **A República ensina a morar (melhor)**. São Paulo: Hucitec, 1999.

LEMOS, Glauco; TEIXEIRA, Cid. **Salvador era assim**. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 2000.

LE PETIT LAROUSSE ILLUSTRÉ. Paris: Larousse, 2008.

LIZÁRRAGA-ARCINIEGA, R.; APPENDINI-ALBRETCHSEN, C. M.; FISCHER, D. W. Planning for beach erosion: a case study, Playas de Rosarito, B. C. Mexico. **Journal of Coastal Research**, Florida, v. 17, n. 3, p. 636-644, 2001.

LUZ, Nícia Vilela. **A luta pela industrialização do Brasil: 1808-1930**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MACE, Gordon. **Guide d'élaboration d'un projet de recherche**. Paris: De Boeck Université, 1997.

MACEDO, Norton. **450 anos de propaganda na Bahia**. Salvador: [s. n., 19-?]. Catálogo da exposição realizada na Associação Comercial da Bahia. 15 de dezembro de 1998 e em 28 de dezembro de 1998-10 de janeiro de 1999, no Shopping Barra.

MAC LEOD, M.; SILVA C. P. da; COOPER, J. A. G. A comparative study of the perception and value of beaches in rural Ireland and Portugal: implications for coastal zone management. **Journal of Coastal Research**, Florida, v. 18, n. 1, p. 14-24. 2002.

MAIA, Luis Parente; FREIRE, George. **A degradação da zona costeira de Caucaia/Ceará**. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO SOBRE PRAIAS ARENOSAS, 2000, 1, Natal. **Anais... Natal: UFRN**, 2000. p. 66.

MAILLAT, D. Les espaces innovateurs et dynamique territoriale. In: RALLET, A; TORRE, A (Edit.). **Économie industrielle et économie spatiale**. Paris: Economica, 1995.

MALÉZIEUX, Jacques. Grands projets et requalification des espaces dégradés à fortes contraintes environnementales: l'expérience parisienne. In: SÉNÉCAL, G.; MALÉZIEUX, J.; MANZAGOL, C. (Dir.). **Grands projets urbains et réqualification**. Québec: Presses de l'Université du Québec; Paris: Publications de la Sorbonne, 2002. p. 127-142. (Col. Géographie, 22).

_____. Des usines en Île-de-France, regards géographiques. In: TABEAUD, M.; CONTER, R. e TONA, Y. (Org.). **L'usine dans l'espace francilien**. Paris: Publications de la Sorbonne, 2001.

_____. **Politique et pratique du développement économique dans les communes anciennement industrialisées de l'agglomération parisienne**. Paris: Hommes et Terres du Nord, 1989.

_____. Réanimation de friches industrielles en banlieue parisienne. CONGRÈS NATIONAL DE SOCIÉTÉS SAVANTES, GEOGRAPHIE Lyon, **Anais**, 1987. p. 179-194.

MALUF, Rosemma. B. *et al.* **Programa de requalificação da Península de Itapagipe e seu entorno**. Salvador: [s. n.], 2003. Digitado.

MANCHESTES, Alan K. **Preeminência inglesa no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1973.

MANGABEIRA, Alexandre. Luiz Tarquínio. **Cidade do Bem, Revista da Vila Operária**, Bahia, n. 30, 1899.

MARIANI, Clemente. Análise do problema econômico baiano. **Planejamento**, Salvador, v. 5, n. 4, out./dez. 1977.

MATEOS, J. C. R. The case of the Aznalcóllar mine and its impacts on coastal activities in Southern Spain. **Ocean & Coastal Management**, Newark, DE, n. 44, p. 105-118, 2001.

MATTEDI, Maria Raquel Matoso. **As invasões de Salvador: uma alternativa habitacional**. 1979. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1979.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Bahia: a cidade do Salvador e o seu mercado no século XIX**. São Paulo: HUCITEC; Salvador: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1978.

MAY, Rollo. **A coragem de criar**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

MEIRELES, Antonio. J. Andrade.; MORAIS, Jader O. Potencial de suporte de falésias vivas no litoral Leste do Estado do Ceara: delimitação de uso e ocupação. In: SIMPÓSIO SOBRE PROCESSOS SEDIMENTARES E PROBLEMAS AMBIENTAIS NA ZONA COSTEIRA NORDESTE DO BRASIL, 1., 1995, Recife. **Anais...** Recife, 1995. p. 9-10.

MENDONÇA, Adalton da Motta. **Município de São Gonçalo, das indústrias às ruínas e vazios industriais: planejamento urbano e perspectivas de revitalização**. 2000. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional - IPPUR) - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

_____. **Transformações sócio-econômicas no eixo Niterói-Manilha no município de São Gonçalo**, RJ. 2007. Tese (Doutorado) - (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - IPPUR), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

MÉNDEZ, R.; CARAVACA, I. **Organización industrial y territorio**. Madri: Síntesis, 1996.

MINISTÈRE DE LA REGION WALLONE. **De la Rénovation des Activités Economiques Desafectées**. n. 126, p. 161-179, 1983.

MOURA, Silvana Talento. **Società**. França: Frules, 1989.

- MONNIER, G. L. L'interprétation des edifices industriels: une architecture palimpseste. In: TABEAUD, M.; CONTER, R.; TONA, Y. (Orgs.). **L'usine dans l'espace francilien**. Paris: Publications de la Sorbonne, 2001.
- MONTEIRO FILHA, Dulce Corrêa; SANTOS, Angela. Cadeia têxtil: estruturas e estratégias no comércio exterior, **BNDS-Setorial**. Rio de Janeiro, n. 15, p. 113-136, mar. 2002.
- MORGAN, R. Preferences and priorities of recreational of beach users in Wales, UK. **Journal of Coastal Research**, Florida, v. 15, n. 3, p. 653-667, 1999.
- MORTON, R. A.; GIBAAUT, J. C.; PAINE, J. G. **Meso-scale transfer of sand during and after storms**: implications for prediction of shoreline movement. Marine Geology, Dartmouth/Canadá, Civile Casa d'Italia: tradizione e cultura italiana a Salvador. 2002. Monografia (curso de italiano Itália América) - Casa d'Italia, Salvador, 2002.
- MUEHE, Dieter; VALENTINI, Enise. **O litoral do Estado do Rio de Janeiro**: uma caracterização físico-ambiental. Rio de Janeiro: Fundação de Estudos do Mar; SEMA, 1998.
- NASCIMENTO, Ana Amélia Vieira. **Memória da Federação das Indústrias do Estado da Bahia**. Salvador: FIEB, 1997.
- NASCIMENTO, Raimundo. **Qualidade sócioambiental na península de Itapagipe, um estudo de caso**. 2000. Monografia (Especialização em Gerenciamento Ambiental) - Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2000.
- NEVES, S. M. **Erosão costeira no estado da Paraíba**. Salvador. 2003. 152 f. Tese (Doutorado em Geologia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, 2003.
- NUR, Y.; FAZI, S.; WIRJOATMODJO, N.; HAN, Q. Towards wise coastal management practice in a tropical megacity - Jakarta. **Ocean & Coastal Management**, Newark, DE, n. 44, p. 335-353, 2001.
- O ESTADO DA BAHIA. **República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro: Empresa Brasil Castro Mendonça, 1923.
- O PIONEIRISMO de Luiz Tarquínio. **A Tarde**, Salvador, 29 mar. 1989.

OLIVEIRA, Francisco de. A emergência do modo de produção de mercadorias: uma interpretação teórica da economia da República Velha no Brasil, 1889-1930. In: FAUSTO, Boris (Org.). **História geral da civilização brasileira: o Brasil republicano: estruturas de poder e economia, 1889-1930.** São Paulo: DIFEL, 1975. t. 3, v. 1.p. 391-414.

OLIVEIRA, Nelson. Notas sobre a recente expansão industrial na Bahia. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 111, 1987.

OVERBECK, William. Palestra proferida no Rotary Club da Bahia, na reunião de 23 de janeiro de 1940. **Rotary Bahiano**, Salvador, ano 1, n. 7, p. 23, jan. 1940.

PARADIS, R; HOULE, D. La réqualification des faubourgs de l'arrondissement historique de Montréal. In: SÉNÉCAL, G.; MALÉZIEUX, J.; MANZAGOL, C. (Dir.). **Grands projets urbains et réqualification.** Québec: Presses de l'Université du Québec; Paris: Publications de la Sorbonne, 2002. p. 87-99. (Col. Géographie, 22).

PEDRÃO, Fernando. **Formação histórica e perspectivas do ambiente social em Salvador.** Salvador: Universidade Federal da Bahia; Prefeitura Municipal do Salvador, 1995.

_____. **A industrialização na Bahia, 1950-1990.** Salvador: UFBA, 1996.

PEIXOTO, Afrânio. **Breviário da Bahia.** Rio de Janeiro: Agir, 1946.

PENDERGRAST, Mark. **Historia de los espejos.** Barcelona: Ediciones B, 2003.

PEREIRA, Vera Maria Candido. **O coração das fábricas: estudo de casos entre operários têxteis.** Rio de Janeiro: Campus, 1979.

PILKEY Junior, O. H. Mathematical modeling of beach behavior doesn't work. **Journal of Geological Education**, Northfield, MN, n. 42, p. 358, 1994.

PINACOTECA DO ESTADO DE S. PAULO. **O esplendor do vidro; cristais Fratelli Vita.** Salvador, Bahia - Brasil, 1920-1962. Catálogo de exposições realizada na Pinacoteca do Estado de São Paulo, [19..?].

PINHO, Péricles Madureira de. **Luiz Tarquínio, pioneiro da justiça social no Brasil.** Bahia: Vitória, 1944.

_____. **São assim os baianos.** Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1960.

PINHO, Wanderley. **Salões e damas no Segundo Reinado**. São Paulo: Martins, 1946.

PINTO, Virgílio Noya. Balanço das transformações econômicas no século XIX. In: MOTA, Carlos Guilherme. **Brasil em perspectiva**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. p. 143-164.

PITOMBEIRA, E. DA S. Litoral de Fortaleza/Ceará/Brasil: um exemplo de degradação. In: Simpósio sobre Processos Sedimentares e Problemas Ambientais na Zona Costeira Nordeste do Brasil, 1., 1995, Recife. **Anais...** Recife, 1995. p. 59-62.

QUATRO SÉCULOS DE HISTÓRIA DA BAHIA: álbum comemorativo do IV centenário da Fundação da Cidade do Salvador. Salvador: Revista Fiscal da Bahia, 1949.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar Brasil 1890-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **A nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações**. Rio de Janeiro: FGV, 1986.

REBOUÇAS, M. Vilma, M. **Arranjo Produtivo Local de Confeccões de Aquiraz: identificação de arranjos produtivos locais no Ceará**. Fortaleza: IPECE, 2001.

REIS, Antônio Alexandre Borges dos (Org.). **Almanak administrativo, indicador e noticioso do Estado da Bahia**. Bahia: Wilcke, Picard & C., 1898.

_____. **Almanak administrativo, indicador, noticioso, comercial e literário do Estado da Bahia**. Bahia: Wilcke, Picard & C., 1902. _____ **Almanak administrativo, indicador e noticioso do Estado da Bahia**. Bahia: Wilcke, Picard & C., 1903.

_____. **Almanak administrativo, indicador, noticioso, comercial e literário do Estado da Bahia**. Bahia: Reis e Comp. 1904-1905.

REIS, Alexandre dos (Org.). **Almanak administrativo, indicador e noticioso do Estado da Bahia**. Bahia: Reis e Comp., 1909.

_____. **Almanak administrativo, indicador e noticioso do Estado da Bahia**. Bahia: Reis e Comp., 1915-1916.

_____. **Almanak administrativo, indicador e noticioso do Estado da Bahia**. Bahia: Reis e Comp., 1988.

RENASCENÇA, Bahia, n. 3, set.1916-1920.

REPÚBLICA dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro: Empreza Brasil Editora Castro, Mendonça, 1923.

REQUIÃO, Hermano. **Itapagipe: minha infância na Bahia.** Rio de Janeiro: José Olímpio, 1949.

RIETBERGEN, W. L. F. Conservation and use industrial monuments in the Netherlands. **ICOMUS Information**, Naples, n. 4, p. 3-10, oct./dec. 1989.

RISERIO, Antônio. **A utopia brasileira e os movimentos negros.** São Paulo: Edições 34, 2007.

_____. **Uma história da cidade da Bahia.** Rio de Janeiro: Versal, 2004.

RODRIGUES, Almeida. Luiz Tarquínio. **Cidade do Bem.** *Revista da Vila Operária*, Bahia, n. 30, 1899.

ROO, Priscilla de. Les friches industrielles en Île-de-France, Gip-reclus. **Lettre d'Information Ile-de-France**, Paris, n. 5, p. 9-14, 1986.

ROSSBACK, Sarah. **Arte da cor.** São Paulo: Campus, 1998.

ROTARY BAHIANO. Salvador: Órgão do Rotary Club da Bahia, anno 1, n. 7, jan. 1940.

SALVADOR. PLANDURB - Plano de Desenvolvimento Urbano de Salvador. **Aspectos econômicos e locacionais da atividade industrial em Salvador.** Salvador: OCEPLAN, 1978.

_____. **Evolução física da cidade do Salvador.** Salvador: OCEPLAN, 1979. v. 4. (Série de Estudos Informativos, 2).

_____. **Imagem ambiental urbana.** Salvador: OCEPLAN, 1977.

SALVADOR. Prefeitura Municipal. **PLANDURB. EPUCS: uma experiência de planejamento urbano.** Salvador: OCEPLAN/PLANDURB, 1977.

SALVADOR. OCEPLAN - Órgão Central de Planejamento. **Revitalização da Ribeira.** Salvador: OCEPLAN, 1977.

SAMPAIO, F. T. **Aspectos da regionalização do desenvolvimento industrial: o caso baiano.** 1974. Tese (Curso Professor Assistente) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1974.

SAMPAIO, José Luis Pamponet. Origem e evolução da indústria na Bahia, 1859-1889. In: CPE - **Comissão de Planejamento Econômico**. A economia baiana de 1850 a 1930: **algumas questões**. Salvador: CPE, 1981. p. 36-39.

_____. **A evolução de uma empresa no contexto da industrialização brasileira: a Companhia Empório Industrial do Norte, 1891-1973**. 1975. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1975.

SANTANA, Mariely Cabral de. **Restauração do Solar Amado Bahia**. 1990. Monografia (Especialização em Conservação e Restauração de Monumentos e Conjuntos Históricos) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1990.

SANTOS, Adilúcia Gomes dos. **Proposta de estudos e projetos para implantação de Centro de Desenvolvimento de Artesanato e da Cultura de Itapagipe**. Salvador: [s. n.], 2003. Digitado.

SANTOS, Fabiana et al. **Arranjos e sistemas produtivos locais em espaços industriais periféricos: estudo comparativo de dois casos brasileiros**. Belo Horizonte: UFMG; CEDEPLAR, 2002. (Texto para Discussão, n. 182).

SANTOS, Maricélia Oliveira. **Empório da utopia: o projeto industrial de Luiz Tarquínio**. 2000. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2000.

_____. O projeto industrial de Luiz Tarquínio. **Revista da Fundação Pedro Calmon**, Salvador, n. 9, dez. 2005.

SANTOS, Mário Augusto da Silva. Novas e velhas ocupações na Salvador republicana; 1890-1930. In: SANTOS, Mário Augusto da Silva. **Cidade & Urbanismo**. Salvador: EDUFBA, 1998. p. 257-262.

_____. **Associação Comercial da Bahia na Primeira República: um grupo de pressão**. Salvador: Associação Comercial da Bahia, 1991.

_____. **Sobrevivências e tensões sociais: Salvador 1890-1930**. 1982. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.

SANTOS, Milton. Localização industrial em Salvador. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, ano 20, n. 3, p. 334, 454-276, jul./set. 1958a.

_____. **O centro da cidade do Salvador**: estudos de geografia urbana. Bahia: Progresso, 1958b.

SÃO PAULO. Pinacoteca do Estado de São Paulo. O esplendor do vidro: cristais Fratelli Vita. Salvador, Bahia-Brasil, 1920-1962: **Catálogo**. São Paulo, [19-?].

SCHNEITER. Evandro W. de Santana. **Composição decorativa**. Salvador: EBA-UFBA. 1962.

SEBRAE - SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Termo de referência para atuação do sistema SEBRAE em arranjos produtivos locais**. Bahia: SEBRAE, 2003a

_____. **Termo de referência para atuação do sistema SEBRAE em territórios de baixa densidade empresarial**. Bahia: SEBRAE, 2003b.

SEPROREP/STU. **L'enjeu friche industrielle**. Paris: STU, 1984.

SILVA, Iracema. Reimão. **Praias da Costa do Descobrimento**: uma contribuição para a gestão ambiental. 2004. 227 f. Tese (Doutorado em Geologia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

SILVA Iracema. Reimão. *et al.* Nível de antropização X nível de uso das praias de Porto Seguro/BA: subsídios para uma avaliação da capacidade de suporte. **Gestão Costeira Integrada**, Lisboa, v. 8, n. 1, p. 1-13, 2008.

SILVA, Salvador Mata; FERREIRA, Osvaldo Luiz. **São Gonçalo**. Rio de Janeiro: Belarmino de Mattos, 1993.

SIMMEL, George. **El individuo y la libertad**: ensayos de crítica de la cultura. Barcelona: Península, 1986.

SMITH, J. J.; LEATHERMAN, S. P. Erosion anomaly on Eastern Jones Beach Island, New York: genesis and management implications. **Shore & Beach**, California, v. 68, n. 3, p. 29-32, 2000.

SMITH, A. W. S. Storm-water discharge and its effects on beaches. **Shore & Beach**, Califórnia, v. 65, n. 3, p. 21-24, 1997.

SOUZA, Célia. Regina de. Gouveia. Proposta de zoneamento de risco à erosão costeira para fins de gerenciamento costeiro. In: CONGRESSO

- DA ABEQUA, 8., 2001, Imbé (RS). **Boletim de Resumos...** Imbé (RS), 2001, p. 521-522.
- SOUZA, Antonio Loureiro de. **Bahianos ilustres: 1564-1925.** São Paulo: IBRASA, 1979.
- SPENGLER, O. El ciclo vital de las culturas. In. ETZIONI, E. (Org.). **Los cambios sociales.** México: Fondo de Cultura Económica, 1968.
- SUZIGAN, Wilson *et al.* Clusters ou sistemas locais de produção: mapeamento, tipologia e sugestões de políticas. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 24, n. 4, p. 543-561. out./dez. 2004.
- STEIN, Stanley J. **Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil, 1850-1950.** Rio de Janeiro: Campus, 1979.
- STELLING, Webber. Indústria têxtil na Bahia: o apogeu no século XIX e tendências atuais. **Economia Baiana**, Salvador, número especial, p. 74, ago. 2003.
- SUAREZ, Marcus Alban. **Salvador: uma alternativa pós-industrial.** Salvador: Press Color, 1990.
- SUEIRO, Jorge Victor; NIETO, Amparo. **Galícia romeria interminable.** Madrid: Penthalon, 1983.
- SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. Departamento de Industrialização. Divisão de Programas Especiais. **Pesquisa sobre a indústria têxtil do Nordeste do Brasil.** Recife: SUDENE, 1971.
- SUZIGAN, Wilson. **Indústria brasileira: origem e desenvolvimento.** São Paulo: Brasiliense, 1986.
- TABEAUD, M.; CONTER, R.; TONA, Y. (Org.). **L'usine dans l'espace francilien.** Paris: Publications de la Sorbonne, 2001.
- TABOAS VELEIRO, Teresa. **Emigración y arquitectura: los brasileiros.** Vigo: Deputación Provincial de Pontevedra; Artes Gráficas Vicus, 1998.
- TARQUÍNIO, Luiz (Cincinnatus). **O elemento escravo e as questões econômicas do Brasil.** Bahia: Typ. Dos Dois Mundos, 1885.
- _____. **Direitos de importação em ouro: considerações sobre as tarifas do Brasil e da União Americana.** Bahia: Imprensa Popular, 1890.
- _____. **A solução da crise.** Bahia: Imprensa Popular, 1892.

- _____. **Apelo aos ilustres representantes da nação**. Rio de Janeiro: Litho-Tipographia de Pinheiro, 1895.
- _____. Tarifa aduaneira. **Diário da Bahia**, Salvador, p. 2, 19 jan. 1898.
- _____. **Preceitos moraes e cívicos**. Bahia: Estabelecimento Litho-Typographia L. H. Linguori, 1901.
- TAVARES, Hermes M. **Reflexos das políticas de ajuste no espaço metropolitano**. 1995. Trabalho apresentado ao 2º Seminário sobre Impacto Territoriais da Globalização, Santiago do Chile, 1995a.
- _____. Novos espaços industriais: o papel do Estado. In. GONÇALVES, M. F. (Org.). **O novo Brasil urbano**. Porto Alegre: Mercado aberto, 1995b. p. 203-215.
- _____. Complexos de alta tecnologia e reestruturação do espaço. **Cadernos IPPUR/UFRJ**, Rio de Janeiro, v. 7, p. 39-51, abr. 1993.
- TAVARES, Luiz Henrique Dias. **O problema da involução industrial da Bahia**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1966.
- _____. A economia da província da Bahia na segunda metade do século XIX. **Universitas: Revista de Cultura da Universidade Federal da Bahia**, Salvador, 1982.
- TEIXEIRA, Cid. **História da energia elétrica na Bahia**. Salvador: Ministério da Cultura; Termo-elétrica Potiguar, 2005.
- TEIXEIRA, Elenaldo. **O local e o global: limites e desafios da participação cidadã**. São Paulo: Cortez ; Recife: EQUIP; Salvador: UFBA, 2001.
- THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa**. São Paulo: Cortez, 1985.
- UCSal - Universidade Católica do Salvador. **PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional, 2001-2005**. Salvador, 2001. Digitado.
- _____. **Programa UCSal nos Bairros**. Salvador: VIRACOM, 1997. Digitado.
- _____. **Idéias e diretrizes para um plano de ação**. Salvador, 1990. Digitado.
- UNCETA, Maria. **Catedral de Santiago de Compostela**. Madrid: Aldrasa, 2004.

- UNE, Maurício Yoshinori; PROCHNIK, Victor. **Oportunidades de investimento na cadeia têxtil nordestina**. Salvador: FIEB, 1999.
- VALVERDE, Ana Carolina Lima. **O lugar de Itapagipe**. Salvador, 2001.
- VARELLA, João. **A Bahia que eu vi**. Salvador: [s. n], 1935. Datilografado.
- VASCONCELOS, Fabio Perdigão; PEIXOTO, C. S. B. da Silva. Análise de impacto ambiental em zona litorânea: ocupação desordenada do solo e erosão costeira na Praia do Pecém (Ceará-Brasil). In: LEMOS, Amalia Inês G. de. **Turismo: impactos sócio-ambientais**. São Paulo: HUCITEC, 2001. p. 305.
- VASCONCELOS, Pedro de Almeida. **Salvador, transformações e permanências: 1549-1999**. Ilhéus: Editus, 2002.
- VENNIN, B. Conversion industrielle: une affaire d'État. In: WACHTER, S. (Org.). **Redéveloppement des zones em déclin industriel**. Paris: Documentation Française, 1991. p. 30-47.
- VIANNA, Antônio. **Casos e coisas da Bahia**. Salvador: Secretaria de Educação e Saúde do Estado da Bahia, 1950. (Col. Museu do Estado da Bahia, 10).
- VIANNA, Francisco Vicente. **Memória sobre o Estado da Bahia por ordem do Ex. Sr. Dr. Joaquim Manuel Rodrigues Lima, Governador do Estado da Bahia**. Bahia: Diário da Bahia, 1893.
- VIANNA, Hildegardes. **Antigamente era assim**. Rio de Janeiro: Record, 1994.
- VIANNA, Marisa. **"...Vou para a Bahia"**. Salvador: Bigraf, 2004.
- VIANNA FILHO, Luiz. **O insigne industrial Luiz Tarquínio**. Bahia: Globo, 1940.
- VIEIRA, Maria Rosa Santos. **Projeto oficina de memória Alagados**. 2003. Monografia (Curso de Especialização em Educação Ambiental para a Sustentabilidade) - Universidade Estadual de Feira de Santana, 2003.
- VILLAS BOAS, G. S.; BITTENCOURT A. C. S. P. Variação da energia e sua repercussão nas características composicionais e textuais em sedimentos praias atuais: exemplo da costa Leste da Baía de Todos os Santos. Bahia, Brasil. **Revista Brasileira de Geociências**, São Paulo, n. 22, v. 3, p. 311-320, 1982.

VILLAS BOAS G. S.; NASCIMENTO M. A. M. Evolução paleogeográfica e paleoclimática da região da Enseada dos Tainheiros e dos Cabritos, BA, nos últimos 5.000 anos. **Revista Brasileira de Geociências**, Curitiba, p. 159-168, 1979.

VILLE EN DÉVELOPPEMENT. Paris: ISTED, n. 67-68, mars/juin 2005.

VILLEVAL, M. C. Réconversion et mobilités. In: VIANNA, Francisco Vicente. **Memória sobre o Estado da Bahia**. Bahia: Diário da Bahia, 1893.

VITA, José. Palavras de agradecimento. **Rotary Bahiano**, Salvador, ano 1, n. 7, p. 10, 1940.

WACHTER, Serge. L'aménagement du territoire et les reconversions industrielles. In: WACHTER, S. (Org). **Redéveloppement des zones en decline industriel**. Paris: La Documentation Française, 1991.

_____. **Redéveloppement des zones em déclin industriel**. Paris: Documentation Française, 1991.

WHITE, G. F. Natural hazards management in the coastal zone. **Shore & Beach**, California, n. 46, v. 1, p. 15-17, 1978.

WEGEL, R. L. Beaches - tourism - jobs. **Shore & Beach**, California, n. 62, v. 2, p. 4-5, 1994.

WILLIAMS, A. T; NELSON, C. The public perception of beach debris. **Shore & Beach**, California, n. 62, v. 2, p. 17-20, 1997.

YEUNG, Y. Coastal mega-cities. Asia transformation, sustainability and management. **Ocean & Coastal Management**, Newark, DE, n. 44, p. 319-333, 2001.

FONTES MANUSCRITAS

BAHIA. APEB - Arquivo Público do Estado da Bahia. Fundação Pedro Calmon. **Companhia Empório Industrial do Norte**. Correspondências, [S. l.: s.n, 19-?]. ms.

BAHIA. APEB - Arquivo Público do Estado da Bahia. Fundação Pedro Calmon. **Inventário de José Vita**, Tribunal de Justiça, Secção Judiciária. Série: Inventário, 1953-1976, doc. 06/2712/08, APEB, 162 fl., ms.

BAHIA. APEB - Arquivo Público do Estado da Bahia. Fundação Pedro Calmon. **Livro do Comissariado de Polícia do Porto do Estado da Bahia**, Entrada de passageiros: fev. 1879 a jan.1883; jan.1891 a 1895; 3 jan.1896 a 1 mai. 1901, APEB, ms.

BAHIA. APEB - Arquivo Público do Estado da Bahia. Fundação Pedro Calmon. **Livro de Marcas de Fábrica e de Comércio**, cx. 1 – Livro de 1892; cx. 2 – Livro de 1893, 2 v.; cx. 3 – Livro de 1894; cx. 3 – Livro de 1895; cx. 3 – Livro de 1896; cx. 3 – Livro de 1897; cx. 3 – Livro de 1898; cx. 3 – Livro de 1899; cx. 4 – Livro de 1900; cx. 4 – Livro de 1901; cx. 4 – Livro de 1902; cx. 5 – Livro de 1903; cx. 6 – Livro de 1904; cx. 7 – Livro de 1906; cx. 8 – Livro de 1907; cx. 9 – Livro de 1908; cx. 10 – Livro de 1912; cx. 10 – Livro de 1913; cx. 10 – Livro de 1914; cx. 10 – Livro de 1915; cx. 11 – Livro de 1917; cx. 12 – Livro de 1923; cx. 13 – Livro de 1923, APEB, ms.

BAHIA. APEB - Arquivo Público do Estado da Bahia. Fundação Pedro Calmon, Tribunal de Justiça, Secção Judiciária. **Livros de Notas**, nºs 1157-151; 1773-231; 1795-247; 1488-197; 1500-204; 2219-496; 3071-357, APEB, ms.

ESTATUTOS da Companhia Empório Industrial do Norte. **Contratos e Distratos, 1898**, Junta Comercial do Estado da Bahia, doc. 1626-1673 (Reformulação do original nos artigos 14, 17 e 23).

MEIRELLES, Edison de Palma. **Itapagipe que eu vi**. Salvador, 1990. ms.

MEMÓRIAS de Paulo Bispo da Silva. Salvador, 1949. ms.

PARÓQUIA DE SÃO JORGE. **História-relato das atividades da comunidade do Jardim Cruzeiro a partir de 1976**. Salvador, Lº 1. ms.

FONTES ELETRÔNICAS

BRASIL. BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Disponível em: <http://federativo.bndes.gov.br/dicas/d076.htm>. Acesso jul. 2006.

BRASIL. BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/download/Diretrizes_Especiais_Abracoop.doc. Acesso jul. 2006.

CASTELLUCCI, Aldrin A. S. Flutuações econômicas, crise política e greve geral na Bahia da Primeira República. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 25, n. 50, jul./dez. 2005. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=ici_artext&pid.... Acesso em: 28 jun. 2006.

CENTRO CONTA HISTÓRIA DA INDÚSTRIA NA BAHIA. **Tribuna da Bahia**, Salvador, 2006. Disponível em: www.flem.org.br/iftem/NoticiaDetalhe.asp?idtMateria=25011&NomMateria,=tri0800000020060808CentrocontahistoriadaindustrianaBahia.htm. Acesso em: 10 ago. 2006.

CELESTINO, Mônica. **Luiz Tarquínio**: fundador do Empório Industrial do Norte virou referência em justiça social, Salvador. Disponível em: www.correiodabahia.com.br/2003/04/21/noticia.asp?link=noticia000074554.xml. Acesso em: 8 jun. 2006.

DA COLONIZAÇÃO À REVITALIZAÇÃO. **Rede Bahia Revista**, Salvador, [20-]. Disponível em: www.ibahia.globo.com/redeBahiarevista/matéria.asp?codigo=89859. Acesso em: 10 jun. 2006.

DONADIEU, Pierre. La jachère hypothèses pour un exorcisme. INRA. Institut National de la recherche agronomique. **Le Courrier de l'environnement**, Paris, n.19, mai. 1993. Disponível em: <http://www.inra.fr/dpenv/donadc19.htm>, Acesso em: jun. 2007.

FIEB - Federação das Indústrias do Estado da Bahia. **Guia industrial do Estado da Bahia**. 2002. Disponível em [www.fieb.org.br/fiebnet/ desenvolvimento/guiabadevaut.htm](http://www.fieb.org.br/fiebnet/desenvolvimento/guiabadevaut.htm). Acesso em: 6 ago. 2006.

GUNCHO, M. R. A educação à distância e a biblioteca universitária. In: SEMINÁRIO DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 10., 1998, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: Tec Treina, 1998. 1 CD-ROM.

http://www.agencia.ecclesia.pt/catolicopedia/artigo.asp?id_entrada=979, acesso em 23 fev. 2009.

<http://atelierdetexto.blogspot.com/2007/09/cidade-clandestina.html>, acesso em 13 fev. 2009.

<http://www.cabanyal.com/homecastellano.html>. Acesso em 2007.

<http://dcbv.iecat.net>. Acesso jan. 2009.

<http://213.212.168.radicifautie.htm>. Acesso em: 24 mai. 2006.

<http://www.fussep.com/revistas/pag/cai0729.html>, acesso em 23 jan. 2009.

<http://www.fussesp.sp.gov.br/GeracaoEmp.htm>, acesso em mai. 2007.

<http://www.mundodosfilosofos.com.br/platao2.htm>, acesso em 7 dez. 2008.

<http://www.nankin.com.br/>, acesso em 20 jul./2005.

<http://www.orixas.org/orixas/orixa1.html>, acesso em 4 jun./2005.

<http://www.polis.org.br/publicacoes/revista/revista25.html>, acesso em 2007.

<http://www.procasp.org.br/capitulo.php?cCapitulo=24>, acesso em 14 jan. 2009.

http://www.releituras.com/clispector_bio1.asp. Acesso em 22 nov. 2007.

<http://www.rtve.es/noticias/20081112/combate-con-mar-morir-pobre-africa/193393.html>. Acesso em 12 nov. 2008.

<http://www.terra.com.br/revistaplaneta/edicoes/420/artigo59514-1.htm>. Acesso em 2007.

<http://es.wikipedia.org/wiki/Castrojeriz>. acesso em 23 jan. 2009.

IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas.

Disponível em: <http://www.balancosocial.org.br>. Acesso em: 2007.

INSTITUTO ETHOS. Disponível em: <http://www.ethos.org.be/default.asp>. Acesso em: 2007.

MENDONÇA, Adalton da Motta. Vazios e ruínas industriais: ensaio sobre friches urbanas. **Revista Eletrônica Vitruvius, Arquitexto**, São Paulo, n. 83. v. 2. Edição especial. Disponível em: www.vitruvius.com.br. Acesso em: jul., 2001.

NOTÁVEL empreendedor (Luiz Tarquínio), *Memórias da Bahia II*.

Correio da Bahia, Salvador, v. 5, 11 jan. 2004. Disponível em: www.

correiodabahia.com.br/promo/memorias2/fac005.htm. Acesso em: 6 jun. 2006.

OLIVEIRA, J. A. R.; MANSO, V. A. V.; GUERRA, N. C. **Análise da vulnerabilidade à erosão nas praias de Porto de Galinhas, Cupê e Gamboa, município de Ipojuca, litoral Sul do Estado de Pernambuco.** 2003. Trabalho apresentado ao 9º Congresso da ABEQUA, Recife, 2003. 1 CD-ROM.

PEREIRA, P. S. et al. **A morfodinâmica praial como ferramenta para a segurança dos banhistas da Praia do Cassino: estudo de caso da temporada de 2002.** 2003. Trabalho apresentado ao 9º congresso da ABEQUA, Recife, 2003. 1 CD-ROM.

SALVADOR. FGM - Fundação Gregório de Mattos. **Salvador cultura todo dia.** Disponível em: http://www.culturatododia.salvador.ba.gov.br/vivendo&polo.php?cod_area=3&cod_po.... Acesso em: 4 nov. 2008.

SALVADOR. **Portal Salvador.** Prefeitura revitalizará península itapagipana. 2007. Disponível em: http://salvador.ba.gov.br/index.php?opition=com_content&task=view&id=242&.... Acesso em: 4 nov. 2008.

SANTOS, Maricélia Oliveira. A “**cidade do bem**”: uma escola de disciplina. Disponível em: www.anpuh.uepg.br/xxiii-simposio/anais/textos/M.... Acesso em: 9 mar. 2007.

STELLING, Webber. **Indústria têxtil na Bahia: o apogeu no século XIX e tendências atuais.** Economia baiana, Salvador, ago. 2003. Número especial. Disponível em www.unifacs.br/CEDRE/cadernos/Cadernospdf/CARNEspecial.pdf. Acesso em: 28 maio 2006.

TAVARES, Hermes Magalhães. Os novos espaços industriais e suas cidades. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 5., 1998, Campinas. **Anais...** Campinas: [s.n], 1998. 1 CD-ROM.

TECIDOS SÃO BRAZ: Bernardo Martins Catharino comandava império da Companhia de Plataforma. **Correio da Bahia**, Salvador, 26 set. 2001. Disponível em: www.correiodabahia/2001/09/26/noticia.asp?link=Not00035319.xml. Acesso em 6 jun. 2006.

TEIXEIRA, Cid José. **Bahia em tempos de província.** Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1985. CD-ROM 390.

- TRIBUNA da Bahia. **Centro conta história da indústria na Bahia.** Fundação Luis Eduardo Magalhães, 2006. Disponível em www.flem.org.br/ifleme/NoticiaDetalhe.Materia=25011&NomMateria=tri08000000020060808 CentrocontahistoriadaindustrianaBahia.htm, acesso em 10 ago 2006.
- VILA OPERÁRIA. **Correio da Bahia**, Salvador, 26 set., 2001. Disponível em: www.correiodabahia.com.br/2001/09/26/noticia.asp?link=not000035320.xml. Acesso em: 28 maio 2006.
- www.acbahia.com.br/diretoria.asp?id_diretoria=59. Acesso em: 29 de maio de 2006.
- www.cammpi.org.br/index_arquivos/cammpi/principal.htm. Acesso em: 25 de maio de 2006.
- www.pierreverger.org/br. Acesso em: 3 jul. 2005.
- www.probrasil.com.br/historia.php3?CIDADE=55293290. Acesso em: 30 mai. 2006.
- www.veja.abril.uol.com.br/especiais/comida/salvador/shoppings.html. Acesso em: 2 jun. 2006.
- www.webdeleuze.com. Acesso em: 10 mar. 2004.

DEPOIMENTOS

- ADAN, Gomercinda Morgado Cal, jun. 2007.
- CONCEIÇÃO, Gilcinea Barbosa da, jul. 2007.
- CUNHA, Rejane Maria Santos da, jun. 2007.
- FREIRE, Clarice Costa, jun. 2007.
- FREIRE, Nilton Mário de Miranda, jun. 2007.
- MUNIZ, Jamira Alves, jul. 2007.
- RIBEIRO, Celeste Buizine Pires, jun. 2007.
- VITA, C. S. - Carmen Sílvia Vita, set. 2006.
- VITA, D. - Dante Vita, ago. 2006.
- VITA, J. B. - Jário Barreto Vita, jun. 2007.
- VITA, M. I. - Maria Izabel Barreto Vita, mai. 2007.

Apêndice A¹

Organogramas do NAI e da CAMMPI (PRDP, 2000, 2002, 2005)



1 Embora o organograma esteja indicando uma superioridade do NAI, em relação à CAMMPI, esta posição hierárquica na prática não existe. Pretende-se demonstrar apenas que o NAI tem como um dos seus componentes a CAMMPI, além de outros segmentos comunitários.

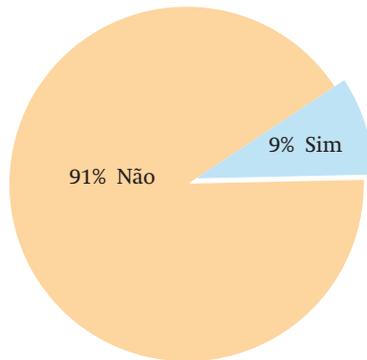
- Secretária Municipal da Reparação - SEMUR
 - Secretária Municipal de Articulação e Promoção da Cidadania - SEMAP
 - Secretária Municipal de Desenvolvimento Social - SEDES
 - Secretária Municipal de Economia Emprego e Renda - SEMPRES
 - Secretária Municipal de Educação - SMEC / CRE
 - Secretária Municipal de Habitação - SEHAB
 - Secretária Municipal de Planejamento - SEPLAM
 - Secretária Municipal de Relações Internacionais - SECRI
 - Secretaria Municipal de Saúde - SMS / DSI
 - Secretaria Municipal de Serviços Públicos - SESP
 - Secretária Municipal dos Transportes e Infra-Estrutura - SETIN
 - Superintendência de Engenharia de Tráfego - SET
 - Superintendência de Manutenção e Conservação da Cidade - SUMAC
 - Superintendência de Ordenamento e Controle e Uso do Solo do Município - SUCOM
 - Superintendência de Parques e Jardins - SPJ
 - Superintendência de Transporte Público - STP
 - Superintendência de Urbanização da Capital - SURCAP
 - Superintendência do Meio Ambiente - SMA Privado:
 - Bahia Outlet Center
 - Companhia de Eletricidade da Bahia - COELBA
 - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI /Dendezeiros.
 - Serviço Social da Indústria - SESI / Caminho de Areia
 - Universidade Católica do Salvador - UCSAL/ SEAC
- ONG e Associações:*
- Associação Voluntária de Serviço da Itália - AVSI / CDM
 - CAMMPI - Comissão de Articulação e Mobilização dos Moradores da Península Itapagipana.
 - Obras Sociais Irmã Dulce - OSID
 - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD
 - Qualidade Educação e Vida - AVANTE
 - ASSOC. Cultural e Recreativa e Cultural Duque de Aiz.
 - ASSOC. de moradores beneficente e cultural João PauloII.
 - ASSOC. de moradores do conj. Santa Luzia
 - ASSOC. de moradores do núcleo hab. Joanes Leste.
 - ASSOC. de pescador de Monte Serrat.
 - ASSOC. Jonh F. Kenedy
 - ASSOC. MORADORES ARTE BOLA
 - ASSOC. STA CRUZ
 - ASSOC. Tia Solange
 - CAMAPET - Centro de Arte e Meio Ambiente
 - CAMINHO DA CRIANÇA FELIZ - Cooperativa de coleta, processamento de materiais plásticos e proteção.
 - Cantinho da Criança Feliz.
 - Casa de Oração Mariazinha
 - CATART - Centro de trabalhadores em artesanato
 - CEAMAC - Centro de apoio ao menor e adolescente carente.
 - CENTRO COMUNITÁRIO 28 DE AGOSTO
 - CENTRO COMUNITÁRIO LOBATO
 - Colônia de Pescadores Z-02 de Itapagipe
 - Comissão de moradores da Ilha do Rato
 - Comissão de Moradores do bairro de Jardim Cruzeiro e Uruguai.
 - Creche Lar Xila
 - GRUCON - Grupo de União de Consciência Negra
 - Grupo Cultural Bagunção.
 - Grupo Cultural Itapagipe Canta.
 - Grupo de mães e amigos do Uruguai.
 - INSPAC - Assessoria ao Movimento Popular
 - REPROTAI - Rede de protagonistas em ação de Itapagipe.
 - Sociedade Beneficente dos Moradores de Santa Luzia o Lobato.
 - Sociedade de União e Progresso 10 de Outubro.

Apêndice B

Entrevistas com moradores de bairros de Itapagipe

Pesquisa realizada entre 29/10 a 10/11 de 2006 nos 14 bairros componentes da Península Itapagipana

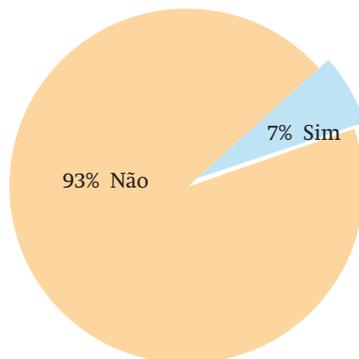
TOTAL DE PESQUISAS REALIZADAS = 1.100



Conhece a CAMMPI: *Sim* 98 *Não* 1,002

GRÁFICO 1

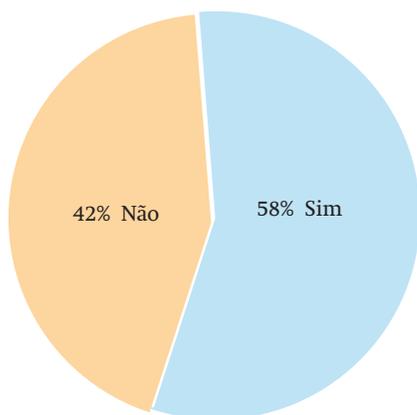
Conhece ou lembra ter ouvido falar da CAMMPI/ Fonte: Produção do autor.



Conhece o NAI: *Sim* 82 *Não* 1,018

GRÁFICO 2

Conhece ou lembra ter ouvido falar do NAI? / Fonte: Produção do autor



Dos que conhecem uma das instituições, reconhece a sua importância para a Península: *Sim* 106 *Não* 78

GRÁFICO 3

Se respondeu sim. Reconhece a importância do papel destas entidades na defesa dos interesses dos moradores da Península Itapagipana? / Fonte: Produção do autor.



GRÁFICO 4

Sente-se representado, comunitariamente, por uma destas duas instituições (CAMMPI ou NAI)?

Apêndice C

Perfil dos empreendimentos da Rua do Uruguai

TABELA 1 – Perfil dos empreendimentos da Rua do Uruguai

<i>Ramo</i>	<i>Quantidade</i>	<i>%</i>
Varejista (confeções)	113	33,14
Indústria (confeções)	34	9,93
Serviço	30	8,79
Bar/restaurante/lanchonetes	28	8,21
Materiais de construção	17	4,99
Livraria e papelaria	04	1,17
Mercado/mercearia	08	2,34
Frigorífico/açougue	04	1,17
Gráfica	02	0,59
Outros	101	29,67
TOTAL	341	100

Fonte: Pesquisa local, 2003.

Apêndice D

Diversificação das indústrias pesquisadas

TABELA 2 – Diversificação das indústrias pesquisadas

Geral	04	19%
Moda praia e <i>Sport wear</i>	02	9,5%
Canal de comercialização de vestuário	01	4,8%
Infantil	01	4,8%
Feminina	08	38,1%
Masculina	02	9,5%
Tamanho especiais/gestantes	03	14,3%
TOTAL	21	100%

Fonte: Pesquisa local, 2003.

Apêndice E

Dados pesquisados na Rua do Uruguai

TABELA 3 – Dados pesquisados na Rua do Uruguai

<i>Item avaliado</i>	<i>Quant.</i>	<i>%</i>
Idade média das empresas	8 anos	
Possui e-mail	06	28,6
Possui homepage	04	19,1
Usa a homepage como canal de comercialização	01	4,8
Participa de associações/sindicatos/federações	06	28,6
Número médio de funcionários	20	–
Salário médio	R\$316,00	–
Faturamento anual (média das empresas pesquisadas)	R\$265.000,00	–
Produção anual (média das empresas pesquisadas)	67.000 peças	–
Possui programa de qualidade	03	14,3
Possui programa de treinamento	09	42,8
Necessita de treinamento contínuo	09	42,8
Possui programa de capacitação empresarial e administrativa	02	9,6
Possui programa de marketing/propaganda	06	28,6
Possui ferramenta de gestão empresarial	01	4,8
Possui indicadores de qualidade, produtividade, custos, etc.	06	28,6
Já realizou e cumpre um planejamento estratégico	06	28,6
Tem perspectiva de crescimento em 2004	11	52,3
Tem potencial para contratação de pessoal em 2004	06	28,6
Possui programa de segurança no trabalho	06	28,6
Atua no mercado local	17	80,9
Atua no mercado regional	03	14,3

Atua nos mercados local, regional, nacional e exportação	01	4,8
Canal de comercialização – Lojas	16	76
Canal de comercialização – Lojas e revendedores	02	9,6
Canal de comercialização – Loja e fábrica	02	9,6
Canal de comercialização – Fábrica, homepage, loja	01	4,8
Usam fornecedores de máquinas locais	13	61,9
Usam fornecedores de máquinas regionais	04	19,1
Usam fornecedores de máquinas nacionais	04	19,1
Principais tecnologias – Maq. Industriais	17	80,9
Soft's de escritório, WEB, Soft's área têxtil	2	9,6
Máquinas industriais computadorizadas	1	4,8
Usa algum tipo de financiamento	14	66,7
Nível de poluição ambiental – baixo	21	100
Possui relacionamento com empresas do local	10	47,6
Possui relacionamento de cooperação com empresas do local	6	28,6
Terceiriza a produção	9	42,8
Compra produção de terceiros	08	38,1
Tem interesse em exportação	15	71,4

Fonte: Pesquisa local, 2003.

COLOFÃO

Formato	<i>16 x 23 cm</i>
Tipografia	<i>Swift</i>
Papel	<i>Alcalino 90 g/m2 (miolo)</i> <i>Cartão Triplex 300 g/m2 (capa)</i>
Impressão	<i>Cian Gráfica</i>
Tiragem	<i>400 exemplares</i>

Este livro iniciou-se com a pesquisa, dentro de convênio de cooperação do IPPUR com a UCSAL, no âmbito de programa da CAPES de apoio à pós-graduação em Universidades das regiões menos desenvolvidas do país. A partir do objetivo de diagnosticar os problemas da Península de Itapagipe, pelo grupo do IPPUR, sugeri a investigação dos vazios e ruínas da antiga indústria dessa região da metrópole soteropolitana.

O ponto de partida era, como a experiência internacional comprovava, buscar políticas para reverter e revitalizar ruínas e vazios industriais, geradoras de renda e emprego. Seguiu-se daí o trabalho de estimar o patrimônio histórico industrial e os recursos naturais da Península.

A pesquisa (“pesquisa-ação”?) colocou-nos em contato com duas grandes entusiastas de Itapagipe: a técnica de Extensão, Rita Amália Carreiro, da UCSAL, de quem recebemos, como um verdadeiro mote, o tema da pesquisa, e Rosemma Maluf, idealizadora e criadora do *outlet* da moda, desde então carro-chefe de iniciativas para o desenvolvimento da Península.

Hermes Magalhães Tavares

